

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)  
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS (CAHL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,  
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**EMOÇÃO CORPO E POLÍTICA: PRESENÇA E  
PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGRAS/OS NO  
CAHL/UFRB E A RECONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE  
ÉTNICO-RACIAL**

**Juliéverson Messias de Carvalho**

**CACHOEIRA - BAHIA  
2018**

# **EMOÇÃO, CORPO E POLÍTICA: PRESENÇA E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGRAS/OS NO CAHL/UFRB E A RECONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL**

**Juliéverson Messias de Carvalho**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Osmundo Pinho.

**CACHOEIRA - BAHIA  
2018**

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

C331e Carvalho, Juliéverson Messias de  
Emoção corpo e política: presença e permanência de estudantes negras/os no CAHL/UFRB e a (re)constituição de identidade étnico-racial / Juliéverson Messias de Carvalho. – Cachoeira, 2018.  
194 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Osmundo pinho.  
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018.

1. Ensino superior - Educação inclusiva. 2. Programas de ação afirmativa. 3. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 4. Ensino superior - Recôncavo (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título. III. Título: Presença e permanência de estudantes negras/os no CAHL/UFRB e a (re)constituição de identidade étnico-racial.

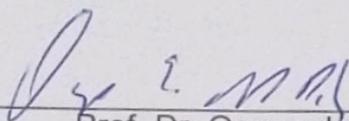
CDD: 378

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS (CAHL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA,  
DESIGUALDADES E DESENVOLVIMENTO  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**EMOÇÃO CORPO E POLÍTICA: PRESENÇA E PERMANÊNCIA DE  
ESTUDANTES NEGRAS/OS NO CAHL/UFRB E A  
(RE)CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de  
Juliéverson Messias de Carvalho

Aprovada em: 26 de setembro de 2018

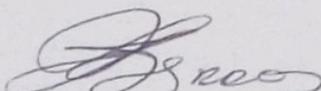


---

Prof. Dr. Osmundo Pinho  
PPGCS/UFRB  
Orientador

---

Prof(a) Dr(a) Rita de Cassia Dias Pereira Alves  
CECULT/UFRB



---

Prof(a) Dr(a) Zelinda Barros  
PPGCS/UFRB

## DEDICATÓRIA

Às minhas avós Maria da Luz Messias (*In Memoriam*) e Maria Benedita Santana de Carvalho, com carinho, amor e gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Carlos e Djanira, pelo afeto, as demonstrações de amor e admiração;

Ao meu orientador, Osmundo Pinho, pela leitura atenta e empatia demonstrada em diversos momentos da pesquisa;

À professora Angela Souza (Unila); prof. Diogo Valença (UFRB); prof. Rita de Cassia D. P. de Jesus (UFRB); prof. Senilde Guanaes (Unila); prof. Zelinda Barros (UFRB) pela sensibilidade que conferem ao processo educativo;

Aos servidores do CAHL/UFRB, particularmente, Patrícia Ramos, pelo acolhimento nos diversos momentos durante a realização do mestrado;

À Pró-reitora da PROPAAE/UFRB, prof.a Maria Goretti da Fonseca (Gestão 2015-2019) e a Vice-reitora da UFRB, prof.a Georgina Gonçalves dos Santos (Gestão 2015-2019), pela disponibilidade em participar na pesquisa, contribuindo com a cessão de entrevista;

Aos estudantes negros e negras do CAHL/UFRB, entrevistados, pela relevância dos depoimentos que conferem destaque à dissertação;

À Anaildes da C. da Silva (Binha); Kelly Conceição e Débora Santana, por abrirem as portas de suas casas e me acolherem em diversos momentos;

À Ana Paulla Almeida, Aline Paiva, Diana Duarte (Dianita), Andréia Silva, Eliene Sousa, Elaine Alves, Fábio Rodrigues, Fernando Oliveira, Izabelli Santos, Jéssica Bruno, Kleyne Janne, Maria Helena, Mário Rezende, Maraneane Passos, Michele Dacas, Paula Leão, Rafa Moitinho, Sundiata Browne, Vanessa Zorek, Vanessa Machado e Tamires Oliveira, pelos gestos de solidariedade nos momentos de dificuldade que enfrentei ao longo da dissertação;

À Deus, por cada ensinamento aprendido até aqui e a perseverança, na caminhada;

Eis, mais uma etapa cumprida!

## EPÍGRAFE

Duro Não é Cabelo

Duro são as Escolas e  
Suas Deixas  
Por tê-lo e por ser belo  
O cabelo  
Querem zero, ou prendê-lo  
Eu não quero  
E o barbeiro amarela  
Na dele  
Sem atitude sem negritude  
Não entende Crespitude  
Racismo  
É engodo e sequela  
Engorda os de lá  
E os de cá esfarela.

(...)

Orgulho negro é calombo  
Insulta o país,  
Nós contamos os tombos  
A estatística diz  
Conta pela cota

(...)

Um a menos na facu  
Duro não é o Cabelo

(...)

É o sistema  
E não alisa  
Quebra na emenda  
De mantê-lo  
É orgulho  
Entenda a persistência  
Crespo na essência  
Político  
E resistência

## **EMOÇÃO CORPO E POLÍTICA: PRESENÇA E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES NEGRAS/OS NO CAHL/UFRB E A (RE)CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADE ÉTNICO/RACIAL**

**RESUMO:** O objetivo principal dessa dissertação consiste em compreender se o ambiente universitário mediante a instituição de instrumentos de acolhimento como as cotas étnico/raciais e políticas de permanência, contribui na (re)constituição e legitimação de práticas identitárias negras e coletivas com vistas à superação do racismo no país. Busca-se problematizar sobre a situação atual da/o estudante negra/o na universidade pública federal e compreender os efeitos da Lei Nº 12.711/2012 ou Lei de Cotas. O fundamento dessa Lei é promover o acesso com inclusão social no ensino superior público federal de qualidade. A entrada de jovens negras/os e pobres, principalmente, na universidade contribui para a superação do racismo uma vez que representa oportunidades de mobilidade social, seja por meio de carreiras profissionais mais promissoras quanto aos retornos salariais, direitos sociais, posição social e à realização pessoal de mobilidade social (PAULA, 2013: IX). Não obstante, as estratégias de permanência institucionais necessitam de políticas públicas garantidas pelo Estado para que sejam efetivas no objetivo de contribuir com a redução das desigualdades raciais, no país. A pesquisa dialoga com estudantes de cursos de graduação do Centro de Artes Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - CAHL/UFRB e; gestoras das políticas afirmativas, na referida instituição. Prioriza o estudo qualitativo e conta com os instrumentos de revisão documental, observação etnográfica e entrevista semiestruturada.

**Palavras-chave:** Ação Afirmativa; Permanência; Lei Nº 12.711/2012; Sociologia da Educação; Sistema de Ensino Superior.

## **EMOTION, BODY AND POLITICS: THE PRESENCE AND PERMANENCE OF BLACK STUDENTS AT CAHL/UFRB AND THE (RE)CONSTITUTION OF EHTNIC-RACIAL IDENTITY**

**ABSTRACT:** The main purpose of this thesis consists of understanding whether the academic environment contributes to the reconstitution and legitimation of black collective identity practices aiming at overcoming racism in the country through the institution of admission tools, such as the ethnic racial quotas and the policies of permanence. We seek to question the issues concerning the current situation of black students in the public federal university and understand the effects of the Law 12.711/2012 or Law of Quotas. The basis of this law is to promote access with social inclusion of quality higher education in public federal universities. The admittance of the black and poor youth in universities especially contributes to overcoming racism, given the fact that it represents opportunities of social mobility, be it through more promising professional careers in relation to higher salary expectations, social rights, social position and personal fulfillment through social mobility (PAULA, 2013: IX). Notwithstanding, the institutional strategies of permanence require public policies guaranteed by the State in order to be effective in contributing to the reduction of racial inequalities in the country. This research project reaches out to black university students of graduation of Centro de Artes Humanidades e Letras of Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - CAHL/UFRB; and the administrators of affirmative policies at the aforementioned institution. It prioritizes qualitative studies and is supported by instruments of documental revision, ethnographic observation and semi-structured interview.

**Key-words:** Affirmative Action; Permanence; Law Nº 12.711/2012; Sociology of Education; System of Higher Education.

## LISTA DE ABREVIATURAS

AC - Auxílio-creche  
ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental  
Andifes - Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
AM - Auxílio-moradia  
AT - Auxílio transporte  
CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras  
CCAAB - Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas  
CCNH - Centro de Ciências Naturais e Humanas  
COTEC - Coordenadoria de Tecnologia da Informação  
EC - Emenda Constitucional  
CCS - Centro de Ciências da Saúde  
CDD - Cidade de Deus  
CECULT - Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas  
CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais  
CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas  
CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade  
CFP - Centro de Formação de Professores  
CONAC - Conselho Acadêmico  
CONCUR - Conselho Curador  
CONSUNI - Conselho Universitário  
COPARC - Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cota  
CPC - Conceito Preliminar do Curso  
DEM - Partido Democratas  
EF - Ensino Fundamental  
EM - Ensino Médio  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
FUVEST – Fundação Universitária para o Vestibular  
GPRA - Gouvernement Provisoire de la République Algérienne  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IES - Instituições de Ensino Superior  
IFES - Instituição Federal de Ensino Superior  
IGC - Índice Geral de Cursos  
IPEAFRO - Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
LAB - Laboratórios  
LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Intersexuais  
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
MEC - Ministério da Educação  
ME - Movimento Estudantil  
MMN - Movimento de Mulheres Negras  
MNU - Movimento Negro Unificado  
PEC - Projeto de Emenda Constitucional  
PEPCAHL - Planejamento Estratégico Participativo  
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil  
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos

PPQ - Programa de Permanência Qualificada  
PROPAAE - Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
RU - Restaurante universitário  
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
SINDPUC - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeira  
STF - Supremo Tribunal Federal  
SISU - Sistema de Seleção Unificada  
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro  
UNEB - Universidade do Estado da Bahia  
UFMG - Universidade Federal de Minas  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia  
UFPR - Universidade Federal do Paraná  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFSE - Universidade Federal do Sul da Bahia  
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina  
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar  
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
UFV - Universidade Federal de Viçosa  
UNB - Universidade de Brasília  
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas  
UNC - Universidade Nacional de Córdoba  
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo  
UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Unila - Universidade Federal da Integração Latino Americana  
Unilab - Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

## FIGURAS

Figura 1 - Espaço interno do Quarteirão Leite Alves - CAHL/UFRB

Figura 2 - Quarteirão Leite Alves: prédio amarelo, à direita, avistado desde São Félix – BA

Figura 3 - Assembléia Geral Estudantil na UFRB em 19 de outubro de 2016

Figura 4 - Assembléia estudantil – CFP/UFRB – campus de Amargosa

Figura 5 - Manifestação nas ruas de Amargosa – BA

Figura 6 - Manifestação nas ruas de Amargosa – BA

Figura 7 - Manifestação nas ruas de Amargosa – BA

Figura 8 - Frente do CAHL/UFRB no Quarteirão Leite Alves - Cachoeira – BA

Figura 9 - Cartaz de Divulgação do I Ciclo de Debates - Acesso e Permanência - CAHL/UFRB

## TABELAS

Tabela Nº 01 - GT Acadêmico - ações de ensino, pesquisa e extensão

Tabela Nº 02 - GT Participação e Democratização

Tabela Nº 03 - GT Comunicação

Tabela Nº 04 - GT Infraestrutura e Gestão

Tabela Nº 05 - Apresentação das/os estudantes entrevistadas/os e respectivo significado dos nomes próprios africanos

Tabela Nº 06 - Orçamento para Educação em Relação ao Total de Despesas Discricionárias do Governo Federal

(2015)

Tabela Nº 07- Orçamento Público para Educação (2015)

Tabela Nº 08 - Orçamento Público para Educação Superior

Política Afirmativa e Assuntos Estudantis

(2015)

Tabela Nº 09 - Orçamento Público para Educação em Relação ao Total de Despesas Discricionárias do Governo Federal

(2016)

Tabela Nº 10 - Orçamento Público para Educação Superior

Política Afirmativa e Assuntos Estudantis

(2016)

Tabela Nº 11 -Variação do Orçamento Público para Educação Superior entre 2015 e 2016

Tabela Nº 12 - Variação entre o Orçamento Público para Educação com Relação ao Total de Despesas do Governo Federal 2015/2016

## GRÁFICOS

- Gráfico 01 – auxílio alimentação 2016
- Gráfico 02- auxílio alimentação 2017
- Gráfico 03 – auxílio alimentação 2016/2017
- Gráfico 04 – auxílio creche 2016
- Gráfico 05 - auxílio creche 2017
- Gráfico 06 – auxílio creche 2016/2017
- Gráfico 07 – pecuniário ao transporte 2016
- Gráfico 08 – pecuniário ao transporte 2017
- Gráfico 09 – pecuniário ao transporte 2016/2017
- Gráfico 10 – pecuniário a projeto institucional 2016
- Gráfico 11 – pecuniário a projeto institucional 2017
- Gráfico 12 – pecuniário a projeto institucional 2016/2017
- Gráfico 13 – auxílio moradia 2016
- Gráfico 14 – auxílio moradia 2017
- Gráfico 15 – auxílio moradia 2016/2017
- Gráfico 16 – total de auxílio PROPAAE UFRB 2016/2017
- Gráfico 17 – orçamento público para educação em relação ao total de despesas discricionárias do poder público federal 2015
- Gráfico 18 – orçamento público para educação
- Gráfico 19 – orçamento público para educação superior – política afirmativa e assuntos estudantis 2015
- Gráfico 20 – orçamento público para educação em relação ao total de despesas discricionárias do poder público federal 2016
- Gráfico 21 – orçamento público para educação superior – política afirmativa e assuntos estudantis 2016
- Gráfico 22 – Variação do orçamento público para educação superior entre 2015/2016
- Gráfico 23 – Variação do orçamento público para educação em relação ao orçamento total do poder público federal 2015/2016

## SUMÁRIO

Introdução.....	15
Capítulo I – O percurso da pesquisa/situando o objeto da pesquisa .....	22
1.1. Cachoeira e São Félix na Bahia.....	23
1.2. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.....	24
1.3. O Centro de Artes, Humanidades e Letras- CAHL/UFRB .....	29
1.4. O Movimento Ocupa - UFRB .....	36
1.5. Fundamentação teórica e metodológica .....	46
1.6. Considerações sobre os conceitos de corpo, emoção e política .....	57
Capítulo II – Emoção, corpo e política: A Quantas Anda a Situação da/o Estudante Negra/o no CAHL/UFRB? .....	67
2.1. Entrevista com as/os estudantes negras/os do CAHL/UFRB .....	76
2.2. Origem social, relação familiar e o corpo na infância e juventude .....	82
2.3. Correspondência do CAHL com o Campus sede: perspectivas das/os estudantes entrevistadas/os.....	88
2.4. Infraestrutura do CAHL/UFRB e as condições para o estudo acadêmico.....	91
Figura 8 - Frente do CAHL/UFRB no Quarteirão Leite Alves - Cachoeira - BA .....	95
2.5. Acesso à universidade e autoestima das/os estudantes .....	97
Figura 8 - Cartaz de Divulgação do I Ciclo de Debates - Acesso e Permanência - .....	97
2.6. Aspectos positivos e negativos no acesso e permanência estudantis .....	100
2.7. PROPAAE/UFRB: as/os estudantes entrevistadas/os e o PPQ.....	103
Capítulo III – Desigualdades e Desenvolvimento: O Recôncavo Baiano.....	126
3.1. Entrevista com a Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB (Gestão: 2015 – 2019).....	128
3.2. Entrevista com a Vice-Reitora da UFRB (Gestão: 2015-2019) .....	136
3.3. Orçamento Público para Educação entre 2015 e 2016 .....	142
Capítulo IV – Vivências da negritude, luta antirracista e a Universidade com isto?.....	151
4.1. Sentidos e significados de ser negra/o para as/os estudantes do CAHL/UFRB entrevistadas/os.....	156
4.2. Considerações sobre a branquitude pelas/os estudantes entrevistadas/os.....	165
Considerações Finais .....	169
Referências .....	176

## Introdução

O objetivo dessa dissertação consiste em compreender se o ambiente universitário mediante a instituição de instrumentos de acolhimento como as cotas étnico/raciais e políticas de permanência, contribui na reconstituição e legitimação de práticas identitárias negras e coletivas com vistas à superação do racismo no país. Busca-se descrever quem são/como estão as/os universitárias/os negras/os, seus caminhos, percursos e trajetórias. Parte-se consideração de que a entrada de jovens negras/os na universidade contribui para a superação do racismo uma vez que representa oportunidades de mobilidade social por meio de carreiras profissionais mais promissoras quanto aos retornos salariais, direitos sociais, posição social e à realização pessoal de mobilidade social (PAULA, 2013). O presente estudo foi realizado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, especificamente, no Centro de Artes Humanidades e Letras - CAHL/UFRB. A escolha se justifica pelo fato da universidade encontrar-se em franca consolidação, tendo adotado integralmente a Lei 12.711/2012<sup>1</sup> ou Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, após sua promulgação. Ademais, a UFRB nasceu com políticas de Ação Afirmativa, uma vez que as cotas fizeram parte do acesso desde o primeiro concurso vestibular, em 2006.

São quatro segmentos de acesso para egressos do ensino médio público, a partir da Lei Nº 12.711/2012 ou Lei de cotas, nas IFES: pretas/os, pardas/os e indígenas de baixa renda; candidatas/os de outra cor/raça também de baixa renda; pretas/os, pardas/os e indígenas com renda domiciliar *per capita* superior a 1,5 salário mínimo; candidatos de outra cor/raça com renda domiciliar *per capita* superior a 1,5 salário mínimo. A concorrência, que representa os outros 50% da oferta de vagas, atende àquelas/es oriundas/os (total ou parcialmente) do ensino médio privado. O seu objetivo consiste em corrigir desigualdades no acesso ao ensino superior público. A composição do alunado tem mudado na direção esperada, as/os cotistas têm apresentado notas e desempenho comparáveis à do restante do corpo

---

<sup>1</sup> Alterada para a Lei Nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016, a fim de dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm)>. Acesso em: 09 Fev. 2017.

discente, entretanto, em relação à efetividade das políticas de cotas, pouco se sabe. O que se espera é que, sendo efetiva, posicione em pé de igualdade candidatas/os com notas diferentes no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, a fim de desonerá-las/os das desigualdades sociorraciais<sup>2</sup>, no país (KARRUZ, 2016)

As perguntas de partida foram: a) por que pensar a emoção, o corpo e a política como dimensões importantes na (re)constituição de identidade étnico/racial? b) a/o estudante negra/o que acessa a universidade brasileira mediante as políticas de Ação Afirmativa e permanece graças a instrumentos de acolhimento institucional e/ou estratégias de ajuda mútua desempenhadas por coletivos, tem ressignificado sua identidade étnico-racial? c) como as cotas raciais legitimam práticas identitárias? d) qual a situação atual da/o estudante negra/o no CAHL/UFRB? e) o acesso à universidade tem proporcionado a negras/os e pobres, principalmente, uma elevação em sua autoestima? f) quais os efeitos da lei Nº 12.711/2012, no CAHL/UFRB? As questões possibilitaram conhecer algumas críticas e elogios das/os estudantes entrevistadas/os sobre os auxílios oferecidos pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE/UFRB, se acrescentariam algum e qual; e também em relação à existência de instrumentos de acolhimento institucional como acompanhamento psicológico e/ou pedagógico, na UFRB.

Sabe-se que o principal desafio imposto aos estudantes cotistas é: permanecer na universidade com um bom rendimento acadêmico e, ao mesmo tempo, garantir a sobrevivência material e psíquica a fim de provocar o necessário desvinculamento epistêmico. Desse modo, no primeiro capítulo é apresentado o percurso da pesquisa, situando e fundamentando o objeto teórico e metodologicamente. Após breves considerações sobre os conceitos de corpo, emoção e política, estes são articulados ao objetivo central do trabalho: presença e permanência de estudantes negras/os no CAHL/UFRB e a (re)constituição de identidade étnico/racial. O segundo capítulo aborda os aspectos ligados à identidade das/os estudantes entrevistadas/os, a partir de um roteiro de entrevista que percorreu variáveis como: o acesso à universidade e a sua relação com a

---

<sup>1</sup> Utilizou-se, aqui, o termo “desigualdade sociorracial”, concordando com a utilização do mesmo pelo Governo Federal em 2015, na divulgação de dados referentes aos 03 anos da implementação da Lei Nº 12.711/2012 ou Lei de cotas nas IFES. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/11/infografico-12-11-cotas-raciais.jpg/view>>. Acesso em: 10 Set. 2018.

autoestima; como fazem para se manter ou permanecer nela; as dificuldades que encontram na universidade hoje, tendo em vista suas trajetórias desde a infância e juventude além da interação professor/aluno/a no processo educativo; percepção sobre as cotas étnico-raciais e o Programa de Permanência Qualificada - PPQ; relação familiar; situações de racismo e/ou outras discriminações que vivenciaram/vivenciam na universidade e/ou cidades no entorno; se conhecem e/ou participam de algum coletivo ou movimento social; significados e sentidos da branquitude e da negritude na sociedade brasileira.

São apresentadas nessa dissertação, 07 entrevistas com estudantes negras/os matriculadas/os em cursos de graduação, no CAHL/UFRB, que ingressaram entre 2013-2016. No terceiro capítulo, estão compreendidas as entrevistas realizadas com gestoras da UFRB: Prof.a Maria Goretti da Fonseca, atual Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB e; Prof.a Georgina Gonçalves dos Santos, atual Vice-Reitora (2015-2019). Nelas, buscou-se percorrer as seguintes variáveis: aumento de estudantes que ingressaram nas IFES, na última década e; mudança de perfil socioeconômico - em geral, estudantes da primeira geração da família a ingressarem no ensino superior, de menor renda, com maioria oriunda de escola pública, pretas/os e pardas/os, em média mais velhas/os e com trajetória escolar, em geral, não linear ou seja, com múltiplos caminhos e sentidos. No âmbito institucional, foram observadas: a infraestrutura disponível para as/os estudantes; os recursos para uso diário e; nível de segurança. De um modo geral, as questões percorreram eventos como o II Colóquio do "Observatório da Vida Estudantil", ocorrido em Cachoeira - BA, entre 31 de maio e 2 de junho de 2012, além do debate em torno da Reforma Universitária do Ministério da Educação - MEC, em 2004.

Trata-se de um esforço sociológico para situar trajetórias individuais frente às condições concretas de existência a elas subjacentes, inscrevendo-se no desafio de compreender histórias de vida de estudantes universitárias/os negras/os bem como tecer considerações acerca da formação de identidades. Le Breton (2016) escreve sobre a educação dos sentidos referindo-se a uma sociologia implícita do corpo, que aborda a condição do ator na análise social diluindo a sua especificidade. Ao nascer, o mundo é percebido pela criança como um caos sensorial, abrindo-se a uma presença sensível do mundo. Tanto a educação quanto a identificação com as pessoas mais próximas, os jogos de linguagem que nomeiam os sabores, cores, sons etc., aperfeiçoam sua sensibilidade, instaurando as aptidões

que irão intercambiar seus ressentidos com o entorno ou lugar onde ocorre o processo de sociabilidade e socialização de indivíduos. De acordo com Santos (2009: 69), a universidade pode representar apenas mais uma etapa da vida escolar para as famílias mais abastadas ou familiarizadas com o meio acadêmico, contudo, ela representa um grande acontecimento no caso de famílias, em geral, negras onde a/o estudante universitária/o é a/o primeiro de muitas gerações a ingressar no ensino superior, “já que no seu imaginário ela estava ausente, distante, pouco provável”.

Nesse sentido:

Pode-se dizer que a permanência é, pois, duração e transformação; é o ato de durar no tempo, mas sob um outro modo de existência. A permanência traz, portanto, uma concepção de tempo que é cronológica (horas, dias, semestres, anos) e outra que é a de um espaço simbólico que permite o diálogo, a troca de experiências e a transformação de todos e de cada um (SANTOS, 2009: 68).

Compreende-se que a correção de desigualdades no âmbito da educação na sociedade brasileira não acontece sem um investimento maciço de recursos por parte do Estado, em todos os níveis de ensino. É necessário aprender a conviver com as diferenças, reconhecendo a existência de um discurso da negação do racismo no Brasil, que sustenta a máscara da invisibilidade racial. Essa despreocupação com a dor do outro somada à ambição e o desprezo pelas pessoas negras/os acabou privando a humanidade do exercício sublime de amor e preocupação com aqueles que estão ao nosso redor (PEREIRA, 2012).

Há 130 anos da abolição da escravatura no país (1888), as desigualdades raciais persistem e o Movimento Negro, em especial, o Movimento de Mulheres Negras denunciam essa situação historicamente. Torna-se relevante, assim, refletir sobre como a universidade pode contribuir com o fortalecimento da educação, no Recôncavo Baiano, no contexto da desigualdade e o desenvolvimento. O quarto capítulo, então, propõe uma reflexão sobre a politização do sofrimento negro a partir das vivências de negritude e a luta antirracista. Nele, apresenta-se algumas opiniões das/os estudantes entrevistadas/os acerca do sentido e o significado da branquitude, na sociedade contemporânea. Considera-se, nessa pesquisa, a importância de assumir a luta antirracista uma vez que o racismo coloca negras/os, indígenas e quilombolas como inferiores e, sabe-se, que a realidade não é assim. Portanto,

torna-se necessário reivindicar, sobretudo, uma agenda de combate efetivo ao racismo institucional.

Na visita do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Afrodescendentes<sup>3</sup> ao Brasil, entre os dias 3 e 13 de dezembro de 2013, foi divulgado um comunicado à imprensa onde expressam que, “Os afro-brasileiros não serão integralmente considerados como cidadãos plenos sem uma justa distribuição do poder econômico, político e cultural” (ONU, 2013: online). Essa situação afeta, direta e indiretamente, de modo sistemático, suas condições de vida no que diz respeito ao acesso à educação, saúde, moradia entre outros direitos. A feição pública do racismo no Brasil é dado incontestável: um racismo estrutural praticado pelas instituições responsáveis por situações como o fenômeno de filtragem racial em abordagens policiais, por exemplo. Como consequência, em 2015, o país conheceu o horror da Chacina de Costa Barros, na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde cinco jovens negros foram brutalmente assassinados pela Polícia Militar carioca: 111 tiros foram disparados contra o carro onde Wilton, Wesley, Cleiton, Carlos Eduardo e Roberto, estavam (MARÍA MARTÍN, 2018). Também, o brutal assassinato de Marielle Franco, 38 anos, então vereadora do Rio de Janeiro, “mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré” (POR G1, 2018: online), socióloga, militante, executada dentro de seu carro junto com o motorista Anderson dos Santos, na noite do dia 14 de março de 2018, no Centro da cidade, onde a principal suspeita é de execução.

Os assassinatos ocorreram no contexto de vigência do Decreto da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, “com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública” (BRASIL, 2018: online), colocando a segurança pública fluminense sob a responsabilidade do Comandante Militar do Leste, Walter Braga Netto<sup>4</sup>. Marielle integrava o grupo de relatores de uma comissão criada, em fevereiro de 2018, para monitorar os trabalhos dessa intervenção federal. A imprensa internacional repercutiu a comoção que tomou o país em manifestações

---

<sup>2</sup> O Grupo de Trabalho é composto por cinco especialistas independentes servindo em suas capacidades pessoais: Verene Shepherd (Jamaica), relatora-presidenta; Monorama Biswas (Bangladesh); Mireille Fanon-Mendes-France (França); Mirjana Najcevska (Antiga República Iugoslava da Macedônia) e Maya Sahli (Argélia). Foi estabelecido em 2002 pela então Comissão de Direitos Humanos, após a Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban, em 2001.

<sup>4</sup> O Comando Militar do Leste - CML, é um dos Comandos Militares de Área do Brasil com sede na cidade do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias, onde ocorreram: a Aclamação de D. João VI como rei de Portugal; o dia do Fico; a Aclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil bem como sua abdicação; o Juramento Constitucional de D. Pedro II e a Proclamação da República (1889). Informações extraídas da página oficial do CML. Disponível em: <<http://www.cml.eb.mil.br/historia.html>>. Acesso em 16 Mar. 2018.

(FELIPE BETIM, 2018). Com tal característica, a violência impõe-se também com números assustadores no estado de São Paulo como no caso da chacina de Osasco e Barueri, que deixaram 17 mortos na noite de 13 de agosto de 2015 (DE SÃO PAULO, 2015). Os policiais militares e um guarda civil envolvido foram a julgamento, em fevereiro de 2018, e tiveram, cada um, penas superiores a cem anos (G1 SP e TV GLOBO, 2018). Diante disso, a pesquisa de Vargas (2016), revela que:

Pessoas negras vivenciam a violência do estado como terror sempre presente, como um fato da vida; a violência é um dado ontológico, e evidencia uma posicionalidade antagônica (VARGAS, 2016: 21).

Um relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, divulgado em 2017, identificou maior mortalidade da população masculina em relação à feminina:

Em 2016, a sobremortalidade masculina concentrava-se nos grupos de idade chamados de adultos jovens, 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos. Na faixa de 20 a 24 anos um homem de 20 anos tinha 4,5 vezes mais chance de não completar os 25 anos do que uma mulher do mesmo grupo de idade. Este fenômeno pode ser explicado pela maior incidência dos óbitos por causas externas ou não naturais, que atingem com maior intensidade a população masculina (IBGE, 2017: 08).

Pode-se perceber, com isso, que a presença negra é marcada por uma não-presença, sendo que a diferença entre a experiência negra e a experiência não-negra da violência, é que a primeira não produz escândalo. Nesse sentido, essa dissertação faz eco ao manifesto *Por Una Nueva Imaginación Social y Política en América Latina*<sup>5</sup>, considerando que o mesmo aponta para uma direção necessária de investigação social e política nesse início do século XXI. Publicado, em 2014, o manifesto assinado por 114 intelectuais e ativistas de América Latina, levanta a necessidade de contextualização do conhecimento uma vez que os seres humanos fazemos nossa própria história, em circunstâncias que não escolhemos, o que implica assumir o desafio de construir e potencializar vozes que procurem intervir sobre o que será nosso futuro.

---

<sup>5</sup> Ver Manifesto por Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano N° 11 - Segunda Época. Por una nueva imaginación social y política en América Latina. Disponível em: <[https://www.clacso.org.ar/librerialatinoamericana/libro\\_por\\_programa\\_detalle.php?campo=programa&texto=19&id\\_libro=876](https://www.clacso.org.ar/librerialatinoamericana/libro_por_programa_detalle.php?campo=programa&texto=19&id_libro=876)>. Acesso em: 09 Mar. 2018.

Com relação ao acesso à universidade, denota-se que se trata de um assunto intensamente debatido, sobretudo, no limiar do século XXI. Entretanto, resulta ainda necessário compreender quais são as condições para a garantia da permanência nesse sistema de ensino. Em novembro de 2017, o Sistema ONU Brasil lançou a campanha "Vidas Negras" a fim de reafirmar o seu compromisso na implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024), conforme declarado em Assembléia Geral<sup>6</sup>, resolução nº 68/237, assinada no dia 19 de dezembro de 2013. O tema para essa década internacional é: "Povos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento". À medida em que o neoliberalismo se impôs enquanto sistema econômico global, desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, países em processo de transição da ditadura para a democracia como no caso do Brasil, sofreram e ainda sofrem em decorrência de fortes crises financeiras de repercussão mundial. O resultado tem sido a drástica redução das prioridades do Estado com a condução de políticas sociais em saúde, educação, habitação, previdência etc. Por isso, contextualizar o sentir na reflexão sobre acesso e permanência no ensino superior sugere a afirmação quanto à existência de uma dimensão sociocultural das emoções atrelada ao lugar no qual estamos inseridos.

---

<sup>6</sup> Pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil. Acesse o site oficial da campanha. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/vidasnegras/>>. Acesso em: 09 Fev. 2018.

## Capítulo I – O percurso da pesquisa/situando o objeto da pesquisa

As velhas questões de heterogeneidade, diferença e liberdade são ressuscitadas, enquanto as novas elites se apropriam da ideologia da mestiçagem para negar e desvalorizar a questão racial.

*Achille Mbembe, 2017: 35*

A epígrafe que abre o capítulo é um registro das tensões relacionadas à reflexão sobre identidade étnico/racial, na contemporaneidade, onde contribuições dos Afro Latinos e dos escravizados negros para o desenvolvimento histórico da América do Sul insistem em ser apagadas ou, pelo menos, severamente ocultadas. No processo de urbanização ocorrido em áreas de manguezal do Recôncavo, que remontam à colonização no século XVI, Cachoeira, Jaguaripe e Maragogipe desenvolveram atividades relacionadas à agroindústria por estarem localizadas próximas ao Porto de São Roque do Paraguaçu, um dos mais relevantes da região. Com a modernização tecnológica ocorrida a partir da segunda metade do século XX, entre elas, o advento da Petrobrás, foram sendo verificados novos estilos de vida no território. Não obstante, permaneceram os saberes das populações que resistiram à essas transformações (SANTOS; SANTOS, 2013). A criação da Federal do Recôncavo da Bahia simboliza uma conquista histórica para o povo desse território de identidade porque sua instalação escancarou também o racismo estrutural mantido pela elite nacional e denunciado a tempos pelos movimentos negro e de mulheres negras.

A elite branca, dotada de privilégios recusou-se, por muito tempo, a conviver com a diferença, reconhecendo a diversidade como uma característica do país. Constituída a partir de um modelo *multicampi* com o objetivo principal de explorar o potencial socioambiental de cada espaço do Recôncavo bem como servir de pólo integrador, os princípios da UFRB estão orientados para os desafios presentes no século XXI, a saber: cooperação com o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do Estado e do país e compromisso com o desenvolvimento regional; criação de marcos de reconhecimento social oriundos dos serviços especiais prestados no atendimento da população; gestão participativa; uso de novas tecnologias de comunicação e de informação; equidade nas relações entre os *campi*; desenvolvimento de um ambiente capaz de viabilizar a educação a

distância; processo de avaliação institucional permanente; adoção de políticas de ações afirmativas de inclusão social.

### 1.1. Cachoeira e São Félix na Bahia

Em 2018, com a saída do fogo simbólico de Cachoeira - BA, na manhã de 30 de junho, deu-se início à celebração pelos 195 anos da Independência da Bahia, que tem seu ponto alto no 2 de Julho (DA REDAÇÃO, 2018). Sede do Centro de Artes Humanidades e Letras - CAHL/UFRB, as cidades de Cachoeira e São Félix transbordam história<sup>7</sup>. Ambas mantêm intensa interação estando ligadas por uma ponte de ferro construída no período imperial e, inaugurada, por Dom Pedro II em 1859. Com relação à primeira, inúmeros imóveis foram tombados, individualmente, na década de 1940. Não obstante, o tombamento de seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico ocorreu, em 1971, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (BRASIL, 2011). Entre as construções erguidas no final do século XVI e durante o século XVII, estão a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário<sup>8</sup>, custeada pela população local com o auxílio da coroa real; e o Convento de São Francisco do Paraguaçu, datado de 1686, que se encontra hoje em ruínas. De acordo com o IBGE, Cachoeira possui população estimada em 33.861 pessoas (2018), sendo que praticamente metade vive com rendimento nominal mensal *per capita* de até ½ salário mínimo (2010). Além disso, somente 10,3% da população encontrava-se ocupada ou economicamente ativa, em 2016. Pouco mais da metade (51,4%) dos domicílios possuíam esgotamento sanitário adequado (2010).

Ademais, dados sobre a educação básica relacionados a Cachoeira indicam uma fragilidade do poder público na formulação e implementação de políticas educacionais. Os dados são do IDEB registraram um índice abaixo (3,8) da meta projetada para 2017 (4,3). Pode-se perceber que a educação básica piorou na comparação com o biênio anterior (2015), no qual foi observado 3,9 (INEP, 2018). O IDEB foi criado em 2007 pelo Governo Federal a fim de medir a qualidade do ensino nas escolas públicas, funcionando como um indicador nacional para a

<sup>7</sup> A mudança da designação ocorreu em 2016.

<sup>8</sup> Ver, "Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário (Cachoeira, BA)", publicado por IPHAN. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema\\_consulta.asp?Linha=tc\\_hist.gif&Cod=1033](http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_hist.gif&Cod=1033)>. Acesso em: 01 Mai. 2018.

educação básica. São Félix, também conhecida como “Cidade Industrial” por ter sido a maior exportadora de charutos do país, contou com a inauguração da antiga estrada de ferro Central da Bahia. O tombamento de seu conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico aconteceu em 2010<sup>9</sup>. Cerca de 63% da população são felista vive com rendimento mensal domiciliar *per capita* de ½ salário mínimo. A população estimada é de 14.717 pessoas (2018). Dados relacionados à qualidade da educação básica no município mostram um movimento de aumento seguido de estagnação, o IDEB se manteve abaixo das metas projetadas desde a primeira aplicação, tendo sido observadas nota 4,0 nos dois últimos biênios (2015 - 2017).

## 1.2. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

A UFRB é uma autarquia criada pela Lei Nº 11.151/2005, por desmembramento da Universidade Federal da Bahia - UFBA, que, após a federalização, em 1968, da Escola de Agronomia cuja origem remonta ao Imperial Instituto Bahiano de Agricultura - IIBA, criado em 1º de novembro de 1859 por D. Pedro II, manteve-se como única instituição de ensino superior público federal, no estado, durante todo século XX (NACIF, 2018). Fruto das aspirações históricas e intensa mobilização de comunidades locais no Recôncavo, a UFRB promove o desenvolvimento regional através de um modelo *multicampia* que abrange sete centros de ensino, pesquisa e extensão, situados em seis cidades: o Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB)<sup>10</sup> e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)<sup>11</sup>, em Cruz das Almas (*campus* sede); o Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), em Cachoeira e São Félix; o Centro

<sup>9</sup> Fotos antigas sobre a cidade: Por Zevaldo Sousa, “Fotos antigas de São Félix, no Recôncavo da Bahia”, publicada em: 07/12/2012. Blog Ecos da História com Zevaldo Sousa, online. Disponível em: <<http://blogdozevaldosousa.br4s1l.com/2012/12/fotos-antigas-de-sao-felix-no-reconcavo.html>>.

Acesso em: 01 Mai. 2018.

<sup>10</sup> Oferece os cursos de graduação em Agronomia; Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura); Engenharia Florestal; Engenharia de Pesca; Medicina Veterinária, Tecnologia em Agroecologia; Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Zootecnia. Os cursos de pós-graduação: Mestrado e Doutorado em Ciências Agrárias; Mestrado e Doutorado em Engenharia Agrícola; Mestrado em Ciência Animal; Mestrado Recursos Genéticos Vegetais; Mestrado Microbiologia Agrícola; Especialização em Sociedade, Inovação e Tecnologia Social; Mestrado em Solos e Qualidade de Ecossistemas; Mestrado Profissional em Defesa Agropecuária e Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

<sup>11</sup> Que possui graduação no Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas, Engenharia Civil, Engenharia de Computação, Engenharia Mecânica, Engenharia Sanitária e Ambiental, Bacharelado em Matemática. Pós-graduação em Mestrado Profissional em Matemática PROFMAT.

de Formação de Professores (CFP)<sup>12</sup> em Amargosa; o Centro de Ciências da Saúde (CCS)<sup>13</sup>, no município de Santo Antônio de Jesus; o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT)<sup>14</sup>, em Santo Amaro da Purificação; e o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS)<sup>15</sup>, na cidade de Feira de Santana.

A universidade conta atualmente com 44 cursos de graduação; 22 cursos de pós-graduação; 811 docentes; 713 Técnico-Administrativos e; 12.345 estudantes<sup>16</sup>. Na ocasião do aniversário de cinco anos da UFRB, o ex-reitor Paulo G. S. Nacif<sup>17</sup> comentou em uma Moção de Aplauso dirigida ao povo do Recôncavo Baiano sobre o projeto secular da universidade pública neste território:

Uma das mais antigas regiões urbanizadas do Brasil e área de reconhecida tradição cultural, a implantação da UFRB é a concretização de uma reivindicação secular do povo do Recôncavo (UFRB, 2010: online).

Essa história requer destaque porque, de acordo com o então reitor, Paulo Nacif:

Os arquivos do Senado da Câmara de Santo Amaro registram que em 14 de junho de 1822, o legislativo municipal reivindicou a criação de uma universidade no Recôncavo da Bahia. Entretanto, este sonho somente foi concretizado em 29 de julho de 2005; 184º ano da Independência e 117º da República, com a assinatura pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, da Lei n.º 11.151 de 2005, que criou a UFRB (Ibid.: online).

---

<sup>12</sup> Oferece Licenciatura em Filosofia, Física, Matemática, Química e Pedagogia. Pós-graduação em Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro; Especialização em Educação e Interdisciplinaridades; Mestrado Profissional em Educação do Campo.

<sup>13</sup> Oferece graduação em Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Medicina e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. Oferece ainda Residência em Nutrição Clínica com Ênfase em Pediatria e em Terapia Intensiva.

<sup>14</sup> Possui Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas.

<sup>15</sup> Oferece os seguintes cursos de graduação Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade e Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em Matemática e Ciências Naturais. Oferece ainda Especialização em Trabalho, Educação e Desenvolvimento para Gestão da Educação Profissional.

<sup>16</sup> Os dados são referentes ao Portfólio "Perfil dos Estudantes de Graduação da UFRB", publicado em julho de 2017 e apresentado para a imprensa pelo reitor da instituição, Silvio Soglia. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior>>. Acesso em 15 Out. 2017.

<sup>17</sup> Gestão - 2006-2015. Nacif é Engenheiro agrônomo (Universidade Federal da Bahia, 1988), com mestrado e doutorado em Solos pela Universidade Federal de Viçosa (2000). Foi professor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e da Universidade Federal da Bahia. É Professor Associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Breve histórico na página oficial da UFRB. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ccaab/ciaa/173-uncategorised/129-paulo-gabriel-soledade-nacif>>. Acesso em 12 Mar. 2018.

A estrutura organizacional dessa instituição possui a seguinte configuração: no topo, está o Conselho Universitário - CONSUNI, instância máxima, órgão doutrinário, consultivo, normativo e deliberativo com composição e competências definidas nos art. nº 21 e nº 23 do Estatuto da universidade; logo abaixo estão o Conselho Acadêmico - CONAC e o Conselho Curador - CONCUR.

O CONAC é um órgão consultivo e deliberativo, responsável por definir a organização e o funcionamento da área acadêmica nos aspectos técnicos, didáticos e científicos com funções indissociáveis nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com órgãos da administração superior e setorial. Sua composição e competências estão definidas nos artigos nº 24 e nº 27 do Estatuto. Já o CONCUR é o órgão de fiscalização econômico-financeira da universidade, com composição e competências definidas pelo artigo nº 28 do Estatuto. O CONAC concentra a: Câmara de Graduação; Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação; Câmara de Extensão e; a Câmara de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas, cuja composição e competências estão definidas nos artigos nº 13, 15, 20, 23 e 26 do Regimento Interno do Conselho Acadêmico. As Câmaras são órgãos técnicos de assessoramento com funções consultivas e normativas. No âmbito da representação, o CONSUNI é composto por 26 cadeiras, distribuídas entre: Reitor e Vice-reitor (02); Diretor/a de Centro de Ensino (07); Pró-Reitor/a (07); Presidência de cada Câmara do Conselho Acadêmico (04); representação técnico-administrativa (02); representação docente (02); representação discente (02)<sup>18</sup>.

Com esse aparato jurídico, a UFRB criou em 2016 um Grupo de Trabalho (GT) com objetivo de propor dispositivos de acompanhamento e controle da aplicação da Lei Nº 12.711/2012, em cumprimento ao disposto no Decreto Nº 7.824/2012, que regulamentou a mesma<sup>19</sup>. A partir deste GT foi elaborada a resolução Nº 004/2017 que dispõe sobre a criação do Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas - COPARC, cujo ato de

---

<sup>18</sup> No CONSUNI a representação discente encontrava-se vacante até a última atualização encontrada na página oficial da UFRB, em 06 jan. 2017, de acordo com dados atualizados entre janeiro e maio de 2017. As informações foram extraídas da página oficial da UFRB. Disponível em: <[https://www.ufrb.edu.br/soc/images/REPRESENTA%C3%87%C3%83O/COMPOSI%C3%87%C3%83O - CONSUNI\\_06.01.17.pdf](https://www.ufrb.edu.br/soc/images/REPRESENTA%C3%87%C3%83O/COMPOSI%C3%87%C3%83O - CONSUNI_06.01.17.pdf)>. Acesso em 10 out. 2017.

<sup>19</sup> Por meio da Portaria Nº 309, de 24 de março de 2016. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/4383-gt-de-acompanhamento-da-lei-das-cotas-na-ufrb-faz-primeira-reuniao>>. Acesso em 13 out. 2017.

instalação aconteceu em 10 de outubro de 2017<sup>20</sup>. No âmbito da PROPAAE/UFRB, diversas atividades foram/são desenvolvidas ou estimuladas em conjunto com demais entidades como ocorrido na segunda edição do Seminário “Ações afirmativas, Autodeclaração e Sistema de fraudes nas IES”<sup>21</sup>, em Santo Antônio de Jesus; o III Ciclo de Debates sobre Acesso e Permanência no Ensino Superior<sup>22</sup>, em Cachoeira - BA; o “X Fórum 20 de Novembro - Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo”<sup>23</sup>, realizado nos centros de ensino da universidade entre os dias 17 e 30 de novembro de 2016 e; a “IV RECONCITEC”<sup>24</sup>, em Cruz das Almas.

Em 2017, a UFRB chegou ao seu 12º aniversário comemorando maioria negra e pobre no ensino superior: são 83,4% de estudantes autodeclarados negros e 82% oriundos de famílias com renda total de até um salário mínimo e meio, segundo dados do portfólio “Perfil dos Estudantes de Graduação da UFRB”, organizado pelo Núcleo de Estudos, Formação e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis - NUFOPE/PROPAAE (BRAGA, 2017: online). Comemorou, ainda, o crescimento de jovens baianos que acessaram o nível superior, nos últimos anos, em especial, a população negra e pobre. A UFRB é considerada estratégica e essencial, sobretudo, para o povo do Recôncavo que luta e resiste para produzir o desenvolvimento regional e fortalecimento das políticas públicas em

---

<sup>20</sup> Esse Comitê vinculado ao CONSUNI tem caráter permanente e deliberativo. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4883-comite-de-acompanhamento-de-politicas-afirmativas-e-acesso-a-reserva-de-cotas-e-instalado>>. Acesso em: 13 out. 2017.

<sup>21</sup> Realizado nos dias 15 e 16 de setembro de 2016, esse encontro foi sediado no Instituto Federal da Bahia (IFBA), e realizado por representantes das secretarias estaduais de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) e da Educação (SEC), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), do IFBA e das demais universidades que integram a Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa, além de professores e estudantes. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/propaae/noticias/690-abertas-as-inscricoes-para-o-seminario-acoes-afirmativas-autodeclaracao-e-sistema-de-fraudes-nas-ies>>. Acesso em 13 out. 2017.

<sup>22</sup> Realizado de 28 a 30 de setembro de 2016, esse evento foi promovido pelo grupo “PET Conexões de Saberes: Acesso, Permanência e Pós-permanência”, da UFRB, com o apoio do grupo “PET Conexões – UFRB e Recôncavo em Conexão”. Para mais informação acesse: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/component/chronofoms5/?chronofom=ver-evento&id=111>>. Acesso em: 13 out. 2017.

<sup>23</sup> Desde 2007, na UFRB, o dia 20 de novembro passou a ter as atividades acadêmicas tematizando a igualdade étnico-racial e a inclusão social no Recôncavo através de ações diversas que compõem o Fórum como por exemplo oficinas, mesas redondas, atividades culturais, exposições de trabalhos acadêmicos, debates, dentre outras numa relação dialógica com a sociedade. Conferir sobre a décima edição no link à seguir. Disponível em: <<https://www2.ufrb.edu.br/forum2016/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

<sup>24</sup> Realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2017. A IV Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia (RECONCITEC) contou com os seguintes eventos: X Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, II Simpósio de Extensão, I Seminário de Permanência Estudantil, Seminário de Educação Tutorial e IV Feira Acadêmica de Economia Solidária (IV FAESOL). Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/reconcitec/inicio>>. Acesso em: 13 out. 2017.

atendimento às demandas sociais da população, com foco na melhoria da qualidade de vida, possui como *slogans* a “inclusão e excelência” (BARROS, 2013: 28). Apesar disso, em relação à renda, existem mais estudantes oriundos de camadas populares dentro dessa IFES, se comparado com as demais universidades públicas do Nordeste - NE, estaduais e/ou federais, e demais regiões no país.

Isso significa que a UFRB necessita de novos investimentos que assegurem às/os estudantes uma permanência qualificada, no sentido de Santos (2009), a fim de que obtenham êxito em suas trajetórias acadêmicas. Inicialmente, a UFRB estabeleceu 45% de suas vagas para as cotas sociorraciais. A partir de dados da pesquisa sobre o “Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras”, coletados entre 2009 e 2010, com resultados publicados em 2011 pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes, Barros (2013: 27-28) verificou que a UFRB possuía: “38,02% de pretos (contra 8,72% da média nacional) e 46,28% de pardos (contra 32,08% da média nacional)”. Com estes dados é possível afirmar que a Federal do Recôncavo assumiu o *status* de universidade mais negra do Brasil muito antes da implementação da Lei de Cotas, em 2013:

A maioria dos estudantes da UFRB são das faixas sociais C, D e E, com grande vulnerabilidade socioeconômica, com percursos formativos bem diferentes daqueles percorridos pela elite brasileira de 30 ou 40 anos atrás (Ibid.: 28).

Nela, consta também outro dado considerável que diz respeito ao maior número de mulheres, com a concentração de cotistas jovens figurando em: 73,5%, com idade entre 16 e 25 anos e; 23,9%, com idade entre 26 e 45 anos (Ibid.: 29).

Entre cotistas e não cotistas, homens que não ingressaram pelo sistema de ampla concorrência representavam maioria (51,1%), em 2010; já entre cotistas a maioria era de mulheres (54,6%). No total, 73,5% das/os jovens na universidade tinham entre 16 e 25 anos e; 23,9% estavam na faixa entre 26 e 45 anos. No conjunto, 97,4% dos/as estudantes na UFRB possuíam idade até 45 anos em 2010. No tocante à cor/etnia das/os estudantes cotistas a maioria ou cerca de 94% se autodeclarou negra/o, sendo: pardo 48,5% e; preto 45,5%. Desse total, a maioria de pardos ingressaram fora do sistema de cotas (53,4%), enquanto que a maioria de

pretos ingressaram pelo sistema de cotas (66,8%). Pode-se perceber que o sistema de políticas afirmativas contribuiu, principalmente, para a entrada de estudantes negros autodeclarados pretos/as. Barros (2013) enfatiza o fato de ser relativamente conhecida a ideia de que o ensino superior contribui para a mobilidade social dos indivíduos. Isso porque:

A universidade é um *locus* privilegiado para constituição de redes de relações que geram mecanismos subjetivos para a ocupação de postos estratégicos no mundo do trabalho, na geração de novos empreendimentos e na gestão de negócios (Ibid.: 37).

Em junho de 2017, a universidade instituiu um Grupo de Trabalho sobre Ações Afirmativas e Cotas no Âmbito da Pós-Graduação<sup>25</sup>, cujas discussões tiveram início no “I Seminário de Permanência Estudantil”, na mesa redonda “Políticas Afirmativas na Pós-Graduação”<sup>26</sup>, durante a IV Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia - RECONCITEC. A política de Ações Afirmativas na Pós-Graduação da UFRB foi aprovada em 08 de março de 2018 através da resolução Nº 017/2018, que visa ampliar a inclusão e a permanência de Negros, Quilombolas, Indígenas, Pessoas Trans (Transgêneros, Transexuais e Travestis) nos cursos de pós-graduação da UFRB<sup>27</sup>.

### 1.3. O Centro de Artes, Humanidades e Letras- CAHL/UFRB

De acordo com Coulon (2008), no contexto da vida estudantil no ingresso para o ensino superior, é necessário identificar o essencial no processo de experimentação da ansiedade excessiva contida no reconhecimento da importância bem como os riscos da afiliação universitária. Esse processo implica conhecermos questões do tipo: o que é preciso saber e com que grau de detalhe? Como dosar os esforços? O que é necessário aprender exatamente? Como adivinhar o que fazer quando professores se contentam em dizer para seus alunos, literalmente,

<sup>25</sup> Por meio da Portaria Nº 506, de 01 de junho de 2017. Disponível em: <[https://www.ufrb.edu.br/portal/images/documentos/Portaria\\_506-2017\\_PG\\_Cotas.pdf](https://www.ufrb.edu.br/portal/images/documentos/Portaria_506-2017_PG_Cotas.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2017.

<sup>26</sup> Essa Mesa-Redonda encontra-se disponível no YouTube através da TV UFRB. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SY6X6hdy9Cw&t=866s>>. Acesso em: 13 out. 2017.

<sup>27</sup> Ver reportagem, “UFRB aprova política de ações afirmativas para a pós-graduação”, publicada na página oficial da UFRB em: 14/03/2018. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/5058-ufrb-aprova-politica-de-aco-es-afirmativas-para-a-pos-graduacao>>. Acesso em: 20 Jun. 2018.

abarrotaados de trabalho: “Dêem o melhor de vocês”? (COULON, 2008: 38). Tomando por base essas considerações, apresenta-se logo abaixo uma imagem registrada dentro do Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL/UFRB, na ocupação do Quarteirão Leite Alves, no primeiro semestre de 2016, por estudantes residentes de casas estudantis, mantidas pela universidade<sup>28</sup>:

**Figura 1 - Espaço interno do Quarteirão Leite Alves - CAHL/UFRB**



**Foto:** Ibu Renata Argôlo, julho 2016. Arquivo pessoal.

Essa imagem se refere à parte que dá acesso à administração, no Quarteirão Leite Alves, bem como às salas de reuniões e Docente. Também conecta o espaço de salas de aula, no lado esquerdo.

Entre os dias 26 e 27 de novembro de 2015, estudantes mobilizadas/os do CAHL/UFRB realizaram um conjunto de intervenções visuais nas paredes dos espaços internos do Quarteirão Leite Alves. Nessa ocasião, a direção do centro de ensino emitiu uma nota onde informou estar sensível às questões de gênero,

<sup>28</sup> Mais informações sobre o CAHL no portal oficial da UFRB. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/cahl/cahl>>. Acesso em: 20 Jun. 2018.

diversidade sexual e de raça, no combate ao sexismo, ao racismo, à LGBTfobia e outras formas de opressão, discriminação e preconceitos; e que o CAHL/UFRB vem se firmando desde a sua criação como um lócus especial de fomento, reflexão e valorização da diferença. Apesar disso, desaprovou as manifestações argumentando que toda e qualquer ação que envolva intervenções ao patrimônio necessita estar pactuada entre representantes da comunidade acadêmica e a gestão. O interessante é observar que passados dois anos da intervenção, estudantes ainda lidavam com situações que dificultam uma permanência qualificada ou, material e simbólica, nos cursos de graduação:

**Figura 2 - Quarteirão Leite Alves: prédio amarelo, à direita, visto desde São Félix - BA**



**Foto:** Richard Campos, setembro 2017. Arquivo pessoal.

O CAHL/UFRB oferece os seguintes cursos de graduação: Artes visuais; Ciências Sociais; Cinema e Áudio Visual; Comunicação; História (Bacharelado e Licenciatura); Museologia; Gestão pública; Publicidade e Serviço Social. Oferece, ainda, os cursos pós-graduação: Mestrado em Ciências Sociais; Especialização em História da África, da Cultura Negra e do Negro no Brasil; e Especialização em

Teorias e Métodos da História; Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas<sup>29</sup>. Após a realização das intervenções visuais nas paredes internas do Quarteirão Leite Alves, a Direção do centro encaminhou para apreciação da comunidade acadêmica, em outubro 2016, por ocasião do décimo aniversário de ingresso da primeira turma dos cursos de graduação, na universidade, uma proposta de elaboração do Planejamento Estratégico Participativo do CAHL (2017-2021). O PEP-CAHL, como ficou conhecido, contou com uma série de encontros entre as três representações: discente; docente e; servidores técnico-administrativos.

A Metodologia foi definida durante a 1ª Oficina do PEPCAHL, abrangendo sete etapas: 1) identificação dos valores, missão e visão do CAHL; 2) realização da análise do ambiente externo, enfatizando quais são as ameaças e oportunidades; 3) realização da análise do ambiente interno, identificando principais pontos fortes (forças) e pontos fracos (problemas); 4) identificação e priorização dos assuntos estratégicos, buscando traçar macro objetivos; 5) elaboração do plano de ações estratégicas (políticas, programas, projetos e ações) voltados para o cumprimento da missão, visão e os objetivos; 6) elaboração dos planos anuais para detalhamento das ações que a serem realizadas; 7) implementação do plano estratégico e dos planos anuais, com respectivos mecanismos de acompanhamento e avaliação nos níveis estratégico (longo prazo), tático (médio prazo) e operacional (curto prazo). Os Grupos de Trabalho definidos foram: GT Acadêmico, responsável pelas ações de ensino, pesquisa e extensão; GT Participação e Democracia; GT Infraestrutura e gestão, responsável pelas ações de gestão administrativa e; GT Comunicação, responsável pelas relações institucionais e participação política - eventos institucionais.

Assim, através do grupo fechado “Planejamento Estratégico Participativo do CAHL (2017-2021)”, criado no Facebook com a finalidade de promover enquetes e estimular a participação da comunidade acadêmica. No total foram 292 membros<sup>30</sup>. O item mais votado no GT Acadêmico foi o: Baixo diálogo entre os cursos e pouca integração e algumas defasagens dos currículos. Esse GT elencou dez desafios ligados ao ensino, que foram votados pelos membros do grupo. Segue abaixo as quatro mais votadas:

---

<sup>29</sup> Informação atualizada em: agosto de 2018.

<sup>30</sup> Última checagem realiza em: julho/2018.

<b>Tabela Nº 01 - GT Acadêmico - ações de ensino, pesquisa e extensão</b>	
Baixo diálogo entre os cursos e pouca integração e algumas defasagens dos currículos	44 votos
Dificuldade de permanência das/os estudantes, principalmente, no primeiro semestre e nos cursos noturnos	27 votos
Atuação mais efetiva dos colegiados quanto as dinâmicas de sala de aula - metodologias de ensino, avaliações etc.	24 votos
Pouca vivência completa da vida universitária por todas as categorias	22 votos

Com relação ao GT Participação e Democratização, este elencou treze desafios para o CAHL/UFRB, sendo que os quatro mais votados foram:

<b>Tabela Nº 02 - GT Participação e Democratização</b>	
Criação do Restaurante Universitário - R.U. como espaço de fortalecimento democrático do centro	43 votos
Construção de espaços de convivência cultural e política do Centro	39 votos
Infraestrutura do prédio Leite Alves e demais dependências do CAHL	37 votos
Criação da ouvidoria do CAHL	34 votos

O GT Comunicação debateu e elencou sete desafios ligados às questões comunicacionais do CAHL, os três mais votados foram:

<b>Tabela Nº 03 - GT Comunicação</b>
--------------------------------------

Implementar a comunicação como forma de transparência pública	22 votos
Disponibilização de informações acadêmicas e das propostas decididas em reuniões acadêmicas	20 votos
Problema de diálogo entre os cursos com pouco aproveitamento dos recursos técnicos do Centro	13 votos

O GT Infraestrutura e Gestão, por sua vez, debateu e elencou onze desafios para o CAHL e, perguntou aos membros da comunidade acadêmica que participaram das enquetes, se concordavam ou não. Os quatro mais votados foram:

<b>Tabela Nº 04 - GT Infraestrutura e Gestão</b>	
Ter equipe mínima de manutenção no Centro	37 votos
Transparência sobre o planejamento orçamentário da UFRB para o CAHL, com ampla discussão junto a comunidade acadêmica	34 votos
Ter almoxarifado setorial e materiais para manutenção predial	28 votos
Identificação de novos prédios na cidade de Cachoeira e São Félix para que possam ser usados pelo CAHL.	25 votos

O PEPCAHL representou uma abertura democrática da Direção do CAHL/UFRB junto à comunidade acadêmica. Mas, não podemos esquecer das frases fixadas nas paredes e portas do Quarteirão Leite Alves, que faz menção aos auxílios considerados imprescindíveis pela comunidade estudantil a fim de garantir uma permanência qualificada na universidade: auxílio-creche - AC; auxílio moradia - AM ; auxílio transporte - AT; restaurante universitário - RU; laboratórios - LAB. O RU, por exemplo, foi a principal necessidade elencada pelos que votaram nas enquetes do PEPCAHL.

O RU apresenta-se como reivindicação histórica do Movimento Estudantil - ME da UFRB, possível de ser observado nas duas ocupações de 2016: a primeira, em julho, no CAHL/UFRB e; a segunda, entre os meses de outubro a dezembro, em todos os centros da universidade além do prédio da reitoria - campus sede. No primeiro movimento ocorrido no Quarteirão Leite Alves, a mobilização estudantil se deu, em sua maioria, por residentes da Casa de Estudantes Ademir Fernando de Senna Gonçalves, situada em São Félix - BA. Teve início no dia 05 de julho, quando o calendário da universidade se encaminhava para o último mês do semestre letivo 2015.2. Entre as reivindicações, estavam: implantação de um processo alternativo para empréstimo de livros, já que a biblioteca não estava efetuando empréstimos em razão de problemas de ordem técnica, resultantes da instabilidade no acesso à internet -; além disso, o serviço de internet nas residências foi interrompido por alguns dias, afetando diretamente aqueles/as estudantes que necessitavam da utilização desses serviços para o cumprimento das tarefas acadêmicas. O acesso à internet havia sido interrompido tanto no prédio de aulas quanto nas residências estudantis. Mas, o que dificultou ainda mais o restabelecimento do sinal de internet foi o fato de que o sistema de transmissão está concentrado no campus sede.

No mesmo dia em que se iniciou a ocupação um servidor ligado à Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC, representante da reitoria junto aos membros do ME, participou da primeira reunião de negociação e, no dia seguinte, vieram o reitor Silvio Soglia, a vice-reitora Georgina G. Santos e a pró-reitora da PROPAAE Maria Gorette, para realizarem uma nova reunião. Nela, ficou garantido o atendimento às reivindicações apresentadas. Não obstante, membros do movimento de ocupação manifestaram indignação diante da demissão em massa de funcionários terceirizados, em sua maioria, moradores nascidos no Recôncavo da Bahia, e que prestavam serviços nos sete centros dessa IFES. Vale registrar que, na manhã do dia 17 de novembro de 2015, estudantes do CAHL/UFRB mobilizados, haviam ocupado a reitoria por um dia, logo no início do semestre letivo 2015.1, calendário da graduação. Nessa ocasião, um dos pedidos imediatos foi a revisão do edital PPQ 2015.1, editado pela PROPAAE, constando uma retificação na quantidade de oferta de vagas para moradia na casa de estudantes Ademir Fernando - inicialmente, constava apenas 01 vaga e, após a retificação, o número saltou para 26.

O mesmo aconteceu em relação ao quantitativo inicial de auxílio-transporte - inicialmente, constavam 05 vagas e, após a mobilização estudantil, o número saltou para 30. No segundo movimento de ocupação estudantil ocorrido em 2016, por sua vez, formei parte com os demais envolvidos desse que ficou conhecido como “Ocupa UFRB”. Na ocasião, observei que o RU do campus sede se manteve em funcionamento durante todo o período de ocupação - ao todo foram 69 dias -, oferecendo três refeições diárias com café da manhã; almoço e; jantar. Isso porque muitos residentes das casas de estudantes matriculados no CCAAB/UFRB ou CETEC/UFRB, não retornaram para suas casas durante o período de ocupação. A oportunidade de me alimentar diariamente com o demais estudantes possibilitou conhecer que, de fato, uma alimentação saudável é condição necessária para o melhor desempenho acadêmico, afinal, sem uma alimentação adequada, balanceada e nutritiva não se pode ter almejar uma educação de qualidade. Uma pessoa satisfeita com sua alimentação encontra melhor condição para dedicar-se aos estudos

#### **1.4. O Movimento Ocupa - UFRB**

“Entonces la única puerta que nos queda abierta a la esperanza es el destino heroico de la juventud”.

Manifiesto de Córdoba, 21 de junho de 1918

De certo modo, é possível dizer que os movimentos de ocupação ocorridos em 2016, na UFRB, configuraram-se como continuação das intervenções visuais protagonizadas, em 2015, no CAHL/UFRB. O segundo movimento de ocupação de 2016, iniciou-se em 19 de outubro por ocasião da Assembléia Geral Estudantil, ocorrida no auditório da Reitoria, campus sede:

**Figura 3 - Assembléia Geral Estudantil na UFRB em 19 de outubro de 2016**



Fonte: Amargosa News<sup>31</sup>.

Algumas das propostas votadas e aprovadas foram: criação de um programa popular de cursinhos populares, na UFRB, de maneira integrada entre os centros de ensino, pesquisa e extensão; realização do CINENEM - filmes sobre a Ordem Mundial e História do Brasil, com foco na dinamização e diferenciação das aulas. Como foi observado e mencionado anteriormente, havia uma preocupação dos estudantes ocupados com relação RU, a alimentação. Sobre os hábitos alimentares, nem todos os estudantes despertavam do acampamento para se deslocar até o RU - distante aproximadamente 500 metros do prédio da reitoria. Assim, na dispensa montada dentro da cozinha que fica no prédio da reitoria, havia quase sempre pães, biscoitos de sal e de doces; margarina; e café em pó. Havia também arroz; feijão; farinha; temperos; óleo de soja etc.

Com menor frequência, encontravam-se alguns legumes - abóboras, cenouras -; tubérculos - batatas, mandiocas - além de frutas - abacaxis, bananas -; e carnes - branca e vermelha. Adentrei ao acampamento e no movimento de ocupação após um mês do início da deflagração, em 19 de outubro de 2016. Constatei que a força do "Ocupa - UFRB" expressou-se na resistência das dezenas de estudantes que se encontraram mobilizados no prédio da reitoria e unidades

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.amargosanews.com/2016/10/estudantes-da-ufrb-se-unem-em.html>>. Acesso em: 01. Mai. 2018.

acadêmicas das demais cidades que comportam a Federal do Recôncavo. O movimento “Ocupa - UFRB” representou um enfrentamento da comunidade acadêmica contra as investidas do Governo Temer (2016 - 2018), em aprovar a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241/2016 - convertida na PEC 55/2016, no Senado e, posteriormente, promulgada como Emenda Constitucional - EC Nº 95/2016, pelo presidente Michel Temer (2016-2018). Em todo o país, universidades pararam em protesto: foram mais de 80 Instituições de Ensino Superior - IES ocupadas por movimentos estudantis além de 1.108 escolas secundaristas (REDAÇÃO RBA, 2016). Os servidores Técnico-Administrativo em Educação - TAE, da UFRB, paralisaram suas atividades em apoio aos discentes mobilizados na defesa pela educação pública.

As atividades da ocupação aconteceram de maneira frequente: reuniões para debater questões relacionadas com o acampamento, tais como convivência, hábitos de alimentação e limpeza dos espaços comuns; encontros para deliberação de cartas, moções e, até mesmo, documentos para serem encaminhados à Administração Superior da UFRB a fim de estabelecer o diálogo e dar início às negociações que assegura a regularidade do funcionamento da universidade; organização e realização de atividades culturais dentro e fora do acampamento etc. No período que participei da ocupação do prédio da reitoria, fiz observações sobre o campus sede: um espaço horizontalizado, com pavilhões de aulas sendo que toda a estrutura administrativa da universidade está concentrada nesse campus. Trata-se de uma cidade universitária com direito a RU - o acesso é restrito aos beneficiários do auxílio-alimentação da PROPAAE -, que libera alimentação diariamente, inclusive, nos finais de semana. As Casas de Estudantes são mantidas dentro do campus de Cruz das Almas - BA, e foram nomeadas pelos moradores de Trio Elétrico; Hospício e Hospital<sup>32</sup>.

Ao longo da ocupação, o Movimento “Ocupa - UFRB” realizou atividades ligadas ao tema das identidades negra e quilombola, articuladas entre as artes e ciência, tecnologia e inovação. No âmbito da literatura, conheci o resgate da poesia de Castro Alves, artista que viveu em Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira e São

---

<sup>32</sup> Esses nomes foram obtidos junto aos estudantes, no período em que estive na ocupação da reitoria.

Félix. No dia 21 de outubro ocorreu uma conversa sobre Reforma Política<sup>33</sup>, onde foram refletidas questões como o que é Reforma Política? Quais os significados e noções do Sistema Político - as relações entre sistema de governo, sistema eleitoral e sistema partidário enquanto interações que acontecem entre si. Além disso, buscou-se refletir acerca do “Centrão Democrático” - algumas considerações foram feitas em relação ao MDB, que se mantém ao lado do poder desde 1985, nas relações com o executivo ou legislativo. Na ocasião, era esperada a participação de um professor de ciência política do CAHL/UFRB, no entanto, devido um imprevisto este não compareceu. Assim, para dar continuidade à programação, conduzi uma conversa junto aos presentes à respeito do sistema de governo para o caso brasileiro - cujo modelo de democracia é o poder difuso, onde a vontade popular se expressa em diferentes momentos quer seja nas eleições majoritárias ou municipais. No presidencialismo - situação onde o poder executivo e legislativo são independentes entre si -, o chefe de Estado acumula funções de chefe de Governo através do Executivo.

Com relação ao sistema eleitoral, o conjunto de normas que define a forma como os votos são convertidos em cargos eletivos ou, a proporcionalidade no legislativo municipal, estadual e federal, diz respeito à proporção dos votos válidos obtidos por cada partido, de acordo com o número de cadeiras disponíveis. A partir do levantamento dessas questões, considere a pergunta: por que, afinal, uma reforma política? A resposta possível foi: para ocasionar mudanças na legislação. Um fato importante nessa experiência foi que, para compreendê-la, precisamos assumir como premissas: a tentativa dos/as eleitos/as em se perpetuar no poder e; o anseio da sociedade civil em tornar as elites políticas servidoras de seus melhores interesses. Sociedades desiguais lidam com interesses igualmente desiguais ocasionando os interesses de classe, religião, gênero, idade, região etc. As reformas até então têm sido pensadas por redução ou abstração, com foco no pacto de regras que visam à administração de conflitos ocultando, no entanto, o conteúdo dos mesmos (AVRITZER; ANASTASIA, 2006).

---

<sup>33</sup> A Reforma Política levada a cabo em 2015 definiu - por 348 votos a favor e 110 contrários -, o mandato de 05 anos para Vereador, Prefeito - a partir de 2020 -, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Presidente - a partir de 2022 -, e Senador - a partir de 2027; o fim da reeleição foi aprovada por 452 votos a favor e 19 contrários - as regras não valem para Prefeitos com 1º mandato iniciado em 2012, e Governadores com 1º mandato em 2014. A reeleição se mantém para as eleições de 2016 e 2018, mantendo ainda o atual sistema proporcional.

Presenciei, em frente do prédio da reitoria, uma intervenção visual realizada por estudantes que picharam a estátua com o busto de Landolfo Alves (1893 - 1954) personagem histórico, nascido em Santo Antônio de Jesus - BA, que se formou em engenharia agrônoma na Escola Federal de Agricultura de São Bento das Lajes - cujas ruínas se encontram em São Francisco do Conde - BA<sup>34</sup>. Santana (2017) apresenta que as origens dessa Escola remonta à chegada de D. Pedro II ao Nordeste brasileiro, no final de 1870. Landolfo Alves foi Interventor Federal na Bahia - tendo assumido, em 28 de março de 1938 -, casou-se com uma alemã, Elsa Schneider Alves - em 1950, voltando-se para a cena política e vindo a se eleger como senador pela Bahia, com a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB. Além disso, foi líder da bancada do PTB no Senado, em 1952, e relator do PL 2004/1953, que criou a Petrobras, instituindo o monopólio estatal do petróleo<sup>35</sup>. Nessa ocasião, os estudantes ocupados fizeram repercutir nas redes sociais, uma nota<sup>36</sup> do movimento “Ocupa -UFRB”, relatando a motivação para o referido ato:

Para início de conversa, o que faz um monumento de um homem branco, rico, senador, numa Universidade Federal do Recôncavo da Bahia? Este Recôncavo construído com exploração da força de trabalho da população negra historicamente escravizada? População esta que mora ao redor da Universidade e Senhor dono de terras nenhum, com seus bustos, símbolos e títulos contribuem para a valorização da nossa gente, pelo contrário, silenciam, oprimem e querem tirar de nós o direito, com muito suor debaixo do sol quente, outrora conquistado (OCUPA UFRB, 2016: online).

De acordo com a nota, o busto localizado em frente ao prédio da reitoria reforçava o racismo institucional, assim, pichá-lo significou o fortalecimento dos princípios de luta do movimento estudantil:

Este símbolo que está colocado em frente a instituição, não possui qualquer identificação e se está aí é por que trata-se de um sujeito com estereótipo social privilegiado, que explorou a classe trabalhadora para ostentar um monumento numa universidade que hoje encontra-se com os direitos de

<sup>34</sup> Essa cidade fazia parte do Recôncavo Baiano, mas hoje integra a região metropolitana de Salvador.

<sup>35</sup> A Lei dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá outras providências. Com informações extraídas do arquivo digital FGV-CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/landolfo-alves-de-almeida>>. Acesso em 16 Mar. 2018.

<sup>36</sup> Divulgada na página oficial desse movimento, no facebook, em 28 de novembro de 2016. A intervenção visual ocorreu na semana do dia 20 de novembro, data que simboliza o Dia da Consciência Negra. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupaufrb/posts/1814277978787922>>. Acesso em 16 Mar. 2018

acesso e permanência ameaçados, inclusive, pelos mesmos senhores dotados de privilégios [...] (Ibid.: online).

A nota assumiu o intuito de provocar a reflexão junto à comunidade, no sentido de alertar para uma interpretação dos fatos sob outra perspectiva, que não à de criminalização do movimento estudantil. Buscou também chamar a comunidade acadêmica a se posicionar publicamente em defesa dos direitos daqueles que, historicamente, saíram perdendo e continuam a perder, no jogo do poder e privilégios. No dia 09 de dezembro, estudantes de diferentes centros da universidade que se encontravam ocupados há mais de 50 dias, reunimo-nos para um encontro entre os movimentos de ocupação da universidade, no Centro de Formação de Professores - CFP, em Amargosa:

#### **Figura 4 - Assembléia estudantil – CFP/UFRB – campus de Amargosa**



**Foto:** Movimento Ocupa UFRB. Fonte: Facebook.

Ali, pude conhecer as instalações do CFP além de participar de uma manifestação nas ruas de Amargosa - BA, principalmente, no mercado municipal da cidade, ocorrida em 11 de dezembro, onde interagimos com moradores da cidade:

**Figura 5 - Manifestação nas ruas de Amargosa - BA**



**Foto:** Movimento Ocupa UFRB. Fonte: Facebook.

**Figura 6 - Manifestação nas ruas de Amargosa - BA**



**Foto:** Movimento Ocupa UFRB. Fonte: Facebook.

**Figura 7 - Manifestação nas ruas de Amargosa - BA**



**Foto:** Movimento Ocupa UFRB. Fonte: Facebook.

Lamentavelmente, no dia 15 de dezembro de 2016, a PEC 55 foi aprovada. Nessa ocasião, estudantes do movimento “Ocupa UFRB” viajaram até Brasília a fim de se unirem aos protestos contra a PEC do Teto em frente ao Congresso Nacional. Esses estudantes que participaram no ato relataram um cenário de hostilidade vivenciado na capital país. Após a aprovação da PEC do Teto - convertida na Emenda Constitucional - EC Nº 95 -, os estudantes optaram por permanecerem ocupados. Assim, foi encaminhada uma pauta para a reitoria contendo reivindicações de caráter local/institucional e, na sequência, repercutiu-se junto às redes sociais, uma carta à comunidade acadêmica em que foram expostos os motivos para a decisão de continuar a ocupação<sup>37</sup>.

Apesar de se tratarem de pautas conhecidas pela comunidade acadêmica - tendo em vista que se tratava de reivindicações históricas<sup>38</sup> do corpo estudantil da UFRB e, por isso, serem de conhecimento público, a reitoria alegou ter recebido com

<sup>37</sup> Esta carta elencou cinco pautas principais de reivindicação do Movimento “Ocupa UFRB”. Disponível em: <[https://www.ufrb.edu.br/portal/images/documentos/MovimentoOcupaUFRB\\_19-12-2016.pdf](https://www.ufrb.edu.br/portal/images/documentos/MovimentoOcupaUFRB_19-12-2016.pdf)>.

<sup>38</sup> No dia 26 de Setembro de 2008, por exemplo, estudantes da UFRB ocuparam a Reitoria (campus de Cruz das Almas) reivindicando Casas de Estudantes (Residências); R.U.s (Restaurantes Universitários); Laboratórios Equipados; Descentralização (Técnica, Administrativa e Financeira). Também em 2011 a reitoria da UFRB foi ocupada por membros do Movimento Estudantil- ME. Informações da página do Coletivo Central Estudantil - CCE, novo modelo de organização do Movimento Estudantil - ME, sendo este nome mais amplo que o CCE, pois abarca qualquer organização/coletivo/núcleo formado por estudantes, inclusive político-partidários. Disponível em: <<https://www2.ufrb.edu.br/cce/organizacao/historia-do-movimento-estudantil/100-2008-assembleias-e-ocupacao-estudantil>>. Acesso em 16 Mar, 2018.

surpresa o referido documento. Não obstante, foi iniciado um diálogo a fim de negociar a desocupação, ocorrida em 27 de dezembro de 2016<sup>39</sup>. Ao todo, permaneci ocupado entre 21 de novembro e 27 de dezembro de 2016, participando das movimentações do “Ocupa - UFRB”<sup>40</sup>. Outro momento de destaque foi a visita ao Mercado Municipal de Cruz das Almas a fim de pedir doações de alimentos. Enquanto fazíamos os pedidos, interagimos com as pessoas relatando os motivos da ocupação e nossas reivindicações. Foi perceptível a manifestação do sentimento de apreensão da comunidade externa em relação aos riscos da PEC 55. Junto com Adofo, estudante negro entrevistado, 29 anos, inicialmente do curso de cinema e audiovisual, semestre letivo 2015.1, mais duas estudantes do CAHL/UFRB, fomos em determinado sábado até o mercado de Cruz das Almas, pedir alimentos para nossa manutenção no acampamento ao prédio da reitoria.

Algumas semanas após a desocupação esse estudante abandonou o curso devido a ausência de condições financeiras para sua permanência, material e simbólica. Mas, felizmente, veio a retornar no semestre seguinte via SISU para o curso de comunicação social - publicidade e propaganda. Em 2017, participei na organização e realização do projeto Quilombo Educacional Kabengele Munanga - Preparatório para o ENEM, que ofereceu aulas no segundo semestre, no Colégio Estadual de Cachoeira. Essa atividade representou uma experiência de trabalho coletivo que promoveu o debate em torno de políticas afirmativas na educação, resultado da sistematização de idéias de moradoras/es de Cachoeira e São Félix, estudantes e egressos da graduação e pós-graduação do CAHL/UFRB e campus sede, negras/os reunidos em prol do fortalecimento de ações educacionais antirracistas. Com o encerramento das atividades, em dezembro de 2017, parte da equipe se mobilizou a fim de planejar novo, que foi chamado de Quilombo Educacional Onnim<sup>41</sup>, dando início às atividades no mês de junho de 2018.

---

<sup>39</sup> “Nota da Reitoria sobre desocupação dos espaços institucionais e retorno às aulas”. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/4608-nota-da-reitoria-sobre-desocupacao-dos-espacos-institucionais-e-retorno-as-aulas>>. Acesso em 16 Mar. 2018.

<sup>40</sup> Acesse a página oficial @ocupaufrb, no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ocupaufrb/>>. Acesso em 29 Jun. 2018.

<sup>41</sup> Ver página oficial do @quilombo onnim no Facebook. Disponível em: <<https://m.facebook.com/quilomboeduonnim/>>. Acesso em: 17 Jul. 2018.

Nesse ano marcado pela comemoração do aniversário de 100 anos do Manifesto da Faculdade Universitária de Córdoba<sup>42</sup>, em 1918, ressoa necessário resgatar a atualidade do bem como realizar o registro quanto à pertinência da Declaração de Cartagena<sup>43</sup> de modo a conectá-las com as lutas e manifestações da comunidade acadêmica no que tange à busca de uma universidade democrática. O Manifesto de Córdoba, diz:

Desde hoje contamos para o país uma vergonha a menos e uma liberdade a mais. As dores que ficam são as liberdades que faltam. Acreditamos não estar equivocados: as ressonâncias do coração nos advertem: estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana (CARLI, 2008, online) [Tradução própria]<sup>44</sup>.

Ao mencionar o anacronismo sobre o qual vivia a Universidade Nacional de Córdoba – UNC, também denominada Casa de Trejo<sup>45</sup>, o movimento estudantil denunciou uma espécie de direito divino sobre o qual a instituição universitária foi fundada: o direito divino do professorado universitário. Frente à ele, o manifesto lançou crítica ao conceito de autoridade, afirmando que não convém exercitá-la através do mando, em um espaço estudantil, mas sugerindo, amando, ensinando.

O Manifesto de Córdoba proclamou a inauguração de uma universidade democrática, afirmando a necessidade em deixar que a juventude escolha, por si mesma, os professores e diretores, conscientes de que uma escolha correta pode coroar suas determinações:

Os corpos universitários, zelosos guardiães dos dogmas, tratavam de manter enclausuradas a juventude, crendo que a conspiração do silêncio pode ser exercitada contra a ciência (Ibid.: 41). [Tradução própria]<sup>46</sup>

<sup>42</sup> O Manifesto Liminar. Disponível em: <<http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm#top>>. Acesso em 29 Jun. 2018.

<sup>43</sup> Declaração Final da I Conferência Regional de Educação Superior em América Latina e Caribe (2008). Disponível em: <<https://www.oei.es/historico/salactsi/cres.htm>>. Acesso em: 29 Jun. 2018.

<sup>44</sup> Desde hoy contamos para el país una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivocarnos: las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana.

<sup>45</sup> A UNC é a universidade mais antiga da Argentina, completou 400 anos em 2013, conta atualmente com cerca de 132 mil estudantes, distribuídos em 15 faculdades; 02 colégios secundários; 145 centros e institutos e investigação e serviço; 25 bibliotecas; e 17 museus - dados de 2017. Disponível em: <<https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/>>. Acesso em 29 Jun. 2018.

<sup>46</sup> Los cuerpos universitarios, celosos guardianes de los dogmas, trataban de mantener en clausura a la juventud, creyendo que la conspiración del silencio puede ser ejercitada en contra de la Ciencia.

Compreendendo a política como uma disputa por legados, palavras e ideias conforme apontou o professor de filosofia política da UNC, Diego Tatián (2013), apreender o manifesto demanda a detecção sobre contra quem o mesmo foi escrito a fim de assumir - como fez o redator Deodoro Roca (1890 - 1942), nos anos 1930: “No hay reforma universitaria sin reforma social” (TALIAN, 2013: online). A Declaração de Cartagena, por sua vez, define a educação superior como um bem público e social além de um direito humano<sup>47</sup>. Nessa Conferência foi assinalado que, apesar dos avanços para uma sociedade que busca mudanças a partir de referenciais democráticos e sustentáveis, faltam transformações profundas nos eixos que dinamizam o desenvolvimento da região, entre as quais: a educação, em particular, a educação superior. Enquanto bem público social, ela só pode acontecer no enfrentamento das correntes que promovem a mercantilização e privatização do ensino bem como redução ao apoio de financiamento do Estado.

### 1.5. Fundamentação teórica e metodológica

*O homem colonizado que escreve para seu povo, quando utiliza o passado deve fazê-lo com a intenção de abrir o futuro, de convidar à ação, de fundar a esperança. Porém, para assegurar a esperança, para oferecê-la densidade, é preciso participar na ação, comprometer-se de corpo e alma na luta nacional (FANON, 2009: 213). [Tradução própria]<sup>48</sup>*

Em uma aula ministrada pelo Prof. Kabengele Munanga, no componente optativo: “Tópicos de identidade e Diversidade”, ofertado no semestre letivo 2016.1 do PPGCS: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, foi refletido acerca da “Negritude e identidade negra ou afro-descendente: um racismo ao avesso?”. Nela, Munanga (2016) argumentou que a identidade negra não se manifesta com uma

---

<sup>47</sup> Ver artigo de opinião “Actualidad de un manifiesto”, publicado no jornal argentino “Página 12”, em 25/06/2013. Disponível em: <<http://www.reformadel18.unc.edu.ar/nota%20tatian.htm>>. Acesso em: 29 Jun. 2018.

<sup>48</sup> El hombre colonizado que escribe para su pueblo, cuando utiliza el pasado debe hacerlo con la intención de abrir el futuro, de invitar a la acción, de fundar la esperanza. Pero para asegurar la esperanza, para darle densidad, hay que participar en la acción, comprometerse en cuerpo y alma en la lucha nacional.

tomada de consciência sobre a diferença de pigmentação ou diferença biológica entre populações negras e brancas e/ou negras e amarelas, ao contrário, irrompe no sequestro, captura da violência colonial. Assim, a negritude, no contexto africano bem como o ideal do branqueamento no contexto brasileiro, assumem um denominador comum: ambas são resultados de um racismo universalista, que quis assimilar africanos e seus descendentes brasileiros numa cultura considerada superior (MUNANGA, 2012). Desse modo, o conceito de identidade apresentado nesse trabalho não é essencialista, mas estratégico e posicional (HALL, 2003).

A identidade negra perpassa um processo compreendido no discurso de reparação/reconhecimento, por esse motivo, cultura e psicologia são fatores importantes na (re)constituição de identidade:

(...) a questão e a teorização da identidade é um tema de considerável importância política, que só poderá avançar quando tanto a necessidade quanto a 'impossibilidade' da identidade, bem como a suturação do psíquico e do discursivo em sua constituição, forem plena e inequivocamente reconhecidos (HALL, 2003: 130-131).

Stuart Hall (1932 - 2014) compreende que “as identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação” (*Ibid.*: 108), logo a uma “narrativização do eu” (*Ibid.*: 109). Essa suturação é compreendida “como articulação e não como um processo unilateral” (*Ibid.*: 114).

Para o teórico cultural e sociólogo jamaicano:

O mais sério é que não foram adequadamente mapeados ou avaliados os efeitos deslocadores de se pensar raça como significante, sobre o mundo da mobilização política em torno de questões de raça e racismo, ou sobre as estratégias da política e da educação antirracistas (HALL, 2014, *online*).

Por significante deslizante, em termos gerais, diz-se à respeito da atribuição da raça enquanto um conceito relevante para se pensar as diferenças sócio-históricas ou culturais:

As definições genéticas, biológicas e fisiológicas de raça passam bem, obrigado, nos discursos de senso comum de todos nós. O fato é que a definição biológica, fisiológica e genética de raça, convidada a se retirar pela porta da frente, tende a dar a volta e retornar pela janela (*Ibid.*: *online*).

Por esse motivo, a aproximação de Hall (2014) é maior no campo da linguagem que da biologia. Afrodescendentes possuem uma ancestralidade africana porque a cor, embora pouco significativa em si, é importante enquanto distintivo da herança da escravidão (DU BOIS, 1999 apud HALL, 2014).

Além disso:

Alguém é sempre o lado externo e constitutivo, de cuja existência a identidade de raça depende, e que tem como destino certo voltar de sua posição de expelido e abjeto, externo ao campo da significação, para perturbar os sonhos de quem está a vontade do lado de dentro (HALL, 2014: online).

Refletindo sobre a dificuldade que existe hoje em se formular alternativas, teóricas e políticas, à preeminência total do mercado, Lander (2005) argumenta que a busca de alternativas para a atual e profunda conformação excludente e desigual do mundo moderno exige um esforço de desconstrução do caráter universal e natural da sociedade capitalista-liberal. Para o sociólogo venezuelano, a busca de alternativas requer, necessariamente, questionamento das pretensões de objetividade e neutralidade dos principais instrumentos de naturalização e legitimação dessa ordem social: o conjunto de saberes que conhecemos globalmente como ciências sociais. Assim sendo, toda e qualquer alternativa à proposta neoliberal e ao modelo de vida que representa não pode ser buscada em outros modelos ou teorias, no campo da economia, posto que, enquanto disciplina, assume a visão do mundo liberal.

Por meio da crítica cultural à economia enquanto estrutura fundacional da modernidade, a menção do autor sobre a necessidade de buscar alternativas ao pensamento eurocêntrico-colonial, na América Latina, merece destaque. De acordo com Aníbal Quijano (1928-2018), as novas identidades históricas produzidas sobre as ideias de:

Raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. [...], ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou transformar-se (QUIJANO, 2005: 108).

Segundo o sociólogo peruano<sup>49</sup>, a colonialidade não se limita a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, antes, refere-se à maneira como as relações de trabalho, conhecimento, autoridade e as relações intersubjetivas estão articuladas entre si, mediante o mercado capitalista mundial e a ideia de raça (QUIJANO, 2007).

Contra a violência que é aplicada sobre as mulheres de cor<sup>50</sup>, vítimas da colonialidade do poder e a colonialidade do gênero, Lugones (2008; 2014) aprofunda o conceito de colonialidade, concebendo o alcance do sistema de gênero do capitalismo global. Essa autora se indaga sobre a organização social do sexo pré-colonial questionando, em que medida, tal organização inscreveu a diferenciação sexual em todos os âmbitos da existência, a saber: saberes e práticas sociais, economia, cosmologia, soberania e autoridade coletiva. Para ela, se o sistema de gênero é, não só hierárquica, mas racialmente diferenciado e a diferenciação racial nega humanidade, gênero é, portanto, uma imposição colonial ficcional de maneira que “a raça não é nem mais mística nem mais fictícia do que o gênero, ambos são ficções poderosas” (LUGONES, 2008: 94). A compreensão do gênero como racializado torna possível visualizar o processo em que define como sistema moderno/colonial de gênero: o poder estruturado nas relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais, que disputam o controle do sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos.

Tal poder é compreendido como:

(...) heterossexualista, já que a heterossexualidade permeia o controle patriarcal e racializado sobre a produção, na qual se inclui a produção do conhecimento, e sobre a autoridade coletiva (Ibid.: 98).

Davies (2016), filósofa, professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia e ícone da luta pelos direitos civis, na obra publicada originalmente, em 1981, discute sobre “O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher” e “Educação e libertação: a perspectiva das

<sup>49</sup> Aníbal Quijano contribuiu para a compreensão dos anseios de uma época notabilizada pelo individualismo em excesso, globalização geolocalizada no ocidente europeu e norte-americano, conectando as relações no globo e possibilitando uma ampliação da compreensão e o debate sobre a questão racial, no mundo colonial e (des) colonial. Confira no canal do YouTube “iela ufsc”, onde Mônica Bruckmann (UFRJ) relata sobre a vida e obra desse intelectual. Publicado em 04/05/2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8bPzb7YSmqA>>. Acesso em: 28 Jun. 2018.

<sup>50</sup> O uso do termo “mulheres de cor” é utilizado não como um marcador de identidade, mas como uma conquista. Lugones (2008) expressa que esse termo abarca todas aquelas que abraçam as diferenças como um fundo de possibilidades, e que rechaçam a exclusão teórico-prática que o feminismo hegemônico branco faz da raça e o racismo.

mulheres negras”, referindo-se à uma instituição peculiar: a Escravidão nos EUA. Como ativista, integrou o grupo Panteras Negras e o Partido Comunista dos Estados Unidos. Foi presa na década de 1970 e ficou mundialmente conhecida pela mobilização da campanha “Libertem Angela Davis”. Com base em cartas e documentos tais como certidões de nascimento encontradas em fazendas e que traziam tanto o nome do pai quanto da mãe de escravizados, seus escritos abordam o papel multidimensional das mulheres negras no interior da família e da comunidade escrava como um todo.

De acordo com Davies (2016), as pessoas negras que recebiam instrução acadêmica inevitavelmente associavam o conhecimento à batalha coletiva de seu povo por liberdade. Oyèrónkẹ Oyěwùmí (2017), por sua vez, contribui desde uma perspectiva africana para a produção de um feminismo não eurocentrado. Essa intelectual feminista nigeriana explica que, em geral, temos tido muito pouco contato com o pensamento africano, lamentando o fato de que essa situação continua inalterada até os dias de hoje. Nesse sentido, no âmbito da cultura, a problematização do racismo implica compreender e denunciá-lo a partir da ótica do ser colonizado, sua experiência sentida na pele, pois “a luta do inferiorizado situa-se a um nível nitidamente mais humano” (FANON, 2011: 284). Ao discorrer sobre as consequências do racismo na experiência subjetiva do sujeito que sofre a violência, Frantz Fanon (1925-1961) enfatizou a análise psicológica, entretanto, nela está contido um forte referencial social e econômico, a “sociogênese”:

A sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa a influência humana. É pelo homem que a sociedade chega ao ser. O prognóstico está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício (FANON, 2008: 28).

Os textos desse autor marcam o que Mignolo (2003) descreve como sendo da segunda etapa dos processos de descolonização na Ásia - Índia - e África - Argélia, Nigéria, Tunísia etc., entre 1947 até 1970, aproximadamente. É nessa etapa de descolonização que surge a ideologia anticolonial ou descolonial não somente como projeto político, mas também intelectual. A primeira etapa se refere à descolonização nas Américas: revolução dos Estados Unidos, em 1776; revolução haitiana, em 1804; e as independências dos países hispano-americanos e o Brasil português, durante a primeira metade do século XIX. Ressalta-se que, em mais 210 anos de independência, o Haiti carrega a proeza de ter sido a primeira nação na América

Latina e Caribe a se tornar independente frente a colônia, cujo processo contou com o protagonismo da população negra. Não obstante, após a independência, um longo processo de instabilidade econômica e política desestabilizou a democracia no país, fazendo com que persistisse as desigualdades raciais existentes até hoje. Ainda, a tragédia derivada de um terremoto de magnitude 7, na escala Richter, deixou mais de trezentos mil mortos e, aproximadamente, 1,5 milhões de desabrigados/as, aprofundando a crise social já existente (FRANCE PRESSE, 2011).

Escreveu Fanon (2008), a vida é um combate interminável, referindo-se a experiência vivida do negro em meio à humanidade vilipendiada, onde o branco quer o mundo “só para si” (Ibid.: 117). Ao não compreender a diferença como um dado ontológico, alegava que não havia lugar para a sensibilidade negra:

Eu sempre recomeçava um jogo previamente perdido. Experimentei minha hereditariedade. Fiz um balanço completo de minha doença. Queria ser tipicamente negro - mas isso não era mais possível. Queria ser branco - era melhor rir. E, quando tentava, no plano das ideias e da atividade intelectual, reivindicar minha negritude, arrancavam-na de mim (Ibid.: 120).

Ao compreender que não havia um negro - mas, negros, no plural - e que vivemos em um momento crucial de luta pela promoção e ampliação da democracia, o autor faz um desafio para o movimento negro na atualidade, a afirmar:

O homem é sim [...]. Sim à vida, sim ao amor, sim à generosidade. Mas o homem também é não. Não ao desprezo do homem. Não à indignidade do homem. À exploração do homem. Ao assassinato daquilo que há de mais humano no homem: a liberdade (Ibid.: 184).

Suas reflexões permitem pensar como “o desprivilégio racial é vivido de acordo com as dimensões de classe, gênero, sexualidade, cor da pele, nacionalidade etc.” (JOAZE, 2016: 509), entre aqueles que habitam a zona do não-ser.

Diferente da noção dominante no pensamento ocidental, que supõe a separação entre corpo e alma, o primeiro possibilita pensar numa perspectiva situada no mundo porque “é visto pelo outro, vê o outro e permite-nos imaginar como o outro nos vê” (JOAZE, 2016: 506). Na crítica que faz em relação à existência de uma cumplicidade entre o capitalismo e as forças violentas que atuam no território colonial, Fanon (2009) argumentou acerca do exercício constante do colonizador em manter inalteradas a imagem que cria sobre o colonizado. Uma consequência do sistema colonial produzida nos sujeitos colonizados consiste na despossessão, mas

também humilhação, ofensa, atentado contra o ser (CHELÉTELET, 1985 apud ARANTES, 2011). Faustino (2015) descreve, com uma narrativa vigorosa pautada nos contextos sociais em que Fanon esteve inserido, sua biografia e escolhas ao longo da vida. Na tese, apresenta aspectos da trajetória política e intelectual do autor afro-diaspórico que, apesar de curta, teve uma vida intensa e pode ser considerado referência sobretudo em razão de “Os Condenados da Terra”. Nele, a influência do terceiro-mundismo revolucionário é vista de maneira incontestável.

Após intensa atuação intelectual e militante, sobretudo, após a insurreição da Argélia, Fanon foi acometido por um esgotamento físico que nunca tivera sentido, no final de 1960, quando encontrava-se em missão no Mali pela GPRA - Gouvernement Provisoire de la République Algérienne. Um exame realizado em Túnis diagnosticou a leucemia e, diante do esgotamento do próprio corpo, escreveu uma carta a um amigo, onde diz: “Nós não somos nada nessa terra se não o fizemos para servir, em primeiro lugar e acima de tudo, a uma causa, a causa do povo, a causa da liberdade e da justiça” (GORDON, 2015 apud FAUSTINO, 2015: 51). Com uma trajetória marcada por atravessamentos e emoções impressas no corpo, de modo que sua produção teórica pode ser compreendida a partir de experiências e vivências intelectuais e políticas, impulsionadas por seus deslocamentos, Fanon reconheceu a importância crucial dos povos subalternizados de afirmar suas tradições culturais nativas e recuperar as histórias reprimidas, mesmo consciente dos perigos da fixidez e o fetichismo de identidades, “no interior da calcificação de culturas coloniais” (BHABHA, 2013: 29).

A tomada de consciência quanto às posições do sujeito de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual permitem localizar os “entre lugares”, que representa a possibilidade e necessidade em avançar, ir “além” (Ibid.: 20) das narrativas de subjetividades originárias e iniciais a fim de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças. Por meio da crítica à alienação, o sujeito descolonial em formação vai encontrando o seu lugar no mundo:

Porque o sujeito de Pele negra... e de Os Condenados... é um sujeito amputado, dividido ou pelo menos, em formação. A luta pelo reconhecimento implica que esse começo (me desculpe o paradoxo) da dialética se situe precisamente em um sujeito que não pode de nenhuma

maneira se colocar para fora da contradição de sua própria história ou seja, a história da sociedade colonial (DE OTO, 2003: 146). [Tradução própria]<sup>51</sup>

Essa tese De Oto (2003) pode ser lida com o intuito de compreender as ambivalências enquanto recursos estratégicos com vistas a justificar resistências de autores descoloniais sobre discursos hegemônicos, que possibilitam o recurso à mímica do modelo europeu e constituição de sujeitos culturais híbridos, ao mesmo tempo, semelhantes e ameaçadores.

No Brasil, as problematizações sobre identidades estão articuladas às lutas por políticas públicas específicas de redução das desigualdades raciais, principalmente (GUIMARÃES, 2013). Com a redemocratização do país, a militância dos movimentos negros criou uma agenda que culminou no reconhecimento do Estado quanto às políticas de Ação Afirmativas. Esse processo foi acompanhado pela reação de setores da sociedade civil:

À medida que a campanha pelas ações afirmativas ganhava corpo e obtinha vitórias, a começar pela lei sancionada pelo governador do Rio de Janeiro, que instituiu cotas para “negros e pardos” oriundos de escolas públicas nas universidades estaduais cariocas, em 2003, tal reação passou a se organizar como campanha contra as cotas, buscando convencer os partidos da ordem – PSDB e DEM -, assim como o Parlamento, o governo, os professores universitários e a opinião pública em geral dos malefícios de tais mudanças (GUIMARÃES, 2013: 45).

É necessário aprender a conviver com as diferenças reconhecendo a existência de um discurso de negação do racismo no Brasil, que sustenta a máscara da invisibilidade racial. Diante da polêmica instalada em torno das cotas étnico/raciais observa-se, por um lado, o reposicionamento concreto das relações raciais no meio acadêmico e, por outro, a formulação de questões teóricas e epistemológicas acerca da legitimidade de interpretações sobre as relações raciais no Brasil, no interior desse universo profundamente desigual do ponto de vista racial (CARVALHO, 2005-2006: 89-90).

Um sujeito coletivo que tem lutado por uma (re)constituição identitária relacionada às condições objetivas/materiais da vida, no país, é o Movimento de Mulheres Negras - MMN. As organizações formais de mulheres negras existem há muito tempo no

---

<sup>51</sup> Porque el sujeto de Piel negra... y de Los condenados... es un sujeto seccionado, escindido o, al menos, en formación. La lucha por el reconocimiento implica que ese comienzo (me disculpo por la paradoja) de la dialéctica se sitúa precisamente en un sujeto que no puede de ninguna manera colocarse por fuera de la contradicción de su propia historia, es decir, la historia de la sociedad colonial.

Brasil. Uma delas é o Conselho Nacional da Mulher Negra, fundado em 18 de maio de 1950 como um desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro. Dirigido por Maria de Lurdes Nascimento, era formado por mulheres negras vinculadas à cultura, às artes e à política através da afirmação como sujeitos direito. Trata-se de orientar nosso olhar para as políticas em uma perspectiva racial e de gênero. Daí, a importância da Ação Afirmativa e estratégias de permanência nas universidades como medida reparatória do crônico e agudo quadro de desigualdade racial, que se arrasta no país desde o final do século XIX. As conquistas dos movimentos sociais, nos últimos 30 anos, seguem ameaçadas e os problemas são diversos, pois a elite demonstra estar interessada apenas no desmonte do Estado a fim de explorar a miséria<sup>52</sup>.

O racismo institucional, expressão oriunda dos ativistas integrantes do grupo Panteras Negras, Stokely Carmichael e Charles Hamilton em 1967, para especificar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições, diz respeito às operações anônimas de discriminação em organizações, profissões ou inclusive sociedades inteiras. O racismo envolve a destruição da motivação da população negra; camufla suas causas específicas, deixando visível apenas seus efeitos e resultados; têm sua força destrutiva potencializada nas instituições, cujos efeitos do racismo permanecem por muito tempo mesmo após as pessoas racistas terem desaparecido; apesar das críticas conceituais, o racismo institucional coloca em relevo o papel das ações afirmativas como forma de erradicar a discriminação racial, sendo que este tipo de racismo é muito usual para a análise de como as “instituições trabalham embasadas em fatores racistas, embora não o admitindo e nem mesmo reconhecendo” (CASHMORE, 2000 apud LIMA, 2008: 34). O fenômeno do racismo surge quando membros de certa "raça" ou "etnia" possuem o privilégio de classificar as pessoas e influenciar nas palavras e os conceitos desse grupo, uma matriz que não só abarca as características físicas do ser humano, mas também se estende ao plano interpessoal das atividades humanas que compreende a religião, as línguas e as classificações geopolíticas do mundo (MIGNOLO, 2007: 42).

---

<sup>52</sup> Ver edição de “Espaço Público” do portal EBC - TV Brasil, “Jessé Souza acusa elite de ‘demonizar a política e o Estado’”, publicada em: 06/04/2018. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/espacopublico/episodio/jesse-souza-acusa-elite-de-demonizar-a-politica-e-o-estado>>. Acesso em: 04 Jul. 2018.

Nesse sentido, prioriza-se nessa dissertação a análise qualitativa, de caráter etnográfico combinada às abordagens socioantropológica e histórica, orientadas para a educação no ensino superior público brasileiro. Conforme Lakatos e Marconi (2003: 106), o “método histórico consiste em investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado”. A universidade é uma das instituições mais antigas existentes nas sociedades. Denota-se uma atitude etnográfica diante da cultura, a saber, compreender “a visão dos nativos”, considerando a etnografia como uma atividade plural e para além do controle de qualquer indivíduo (CLIFFORD, 1998: 54). A autoridade experiencial está baseada numa “sensibilidade para o contexto estrangeiro” (Ibid.: 34). Mas, a interpretação não se trata de uma interlocução (Ibid.: 40) e, portanto, torna-se necessário conceber a etnografia não como a experiência e interpretação de “outra” realidade circunscrita, mas, como negociação construtiva envolvendo pelo menos dois sujeitos conscientes e politicamente significativos (Ibid.: 43). Compreender que a cultura não é passível de ser definida objetivamente, muito menos controlada, ajuda-nos a repensar visões de mundo e o *modus operandi* de fazer ciência, nas ciências sociais.

Em 2011, 26,3% dos brasileiros maiores de 18 anos haviam concluído a educação secundária contra apenas 11,0%, em 1996. Percebemos que, apesar dos avanços, as desigualdades ainda registram uma tendência muito lenta de queda (KARRUZ, 2016). Para tanto, “é necessário estudar as experiências e as estratégias adotadas pelos atores nas unidades de ensino em que estão inseridos” (SANTOS, 2009: 73). Em sua formulação sobre a “Permanência material e simbólica como política de ação afirmativa”, Santos (2009: 66) manifesta a necessidade do ensino superior público brasileiro extrapolar o objetivo contido nas políticas de inclusão a fim de formular estratégias de permanência para estudantes oriundos do sistema de reserva de vagas. Compreende-se, assim, duas dimensões de análise nessa dissertação: de um lado, as vivências das/os estudantes entrevistadas/os no contexto do CAHL/UFRB e, de outro, um exame da Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB (Gestão: 2016-2020) e da Vice-Reitora (Gestão: 2016-2020) acerca da condução de políticas de Ação Afirmativa e permanência na UFRB. Busca-se apreender algumas percepções quanto aos impactos, objetivos e simbólicos, das Ações Afirmativas e Estratégias de Permanência. Trata-se de um esforço sociológico para situar trajetórias individuais frente às condições concretas de existência a elas subjacentes.

Pretende-se conhecer algumas críticas das/os estudantes sobre os auxílios oferecidos hoje pela PROPAAE/UFRB: se acrescentariam algum auxílio e qual; sobre a existência de instrumentos de acolhimento institucional como acompanhamento psicológico e/ou pedagógico na universidade. O objetivo central consistiu em conhecer e descrever quem são/como estão as/os universitárias/os negras/os, seus caminhos, percursos e trajetórias. A partir do CAHL/UFRB, pergunta-se: o ambiente universitário através da instituição de instrumentos de acolhimento como as cotas étnico/raciais, têm contribuído para a (re)constituição e legitimação de práticas identitárias negras e coletivas com vistas à superação do racismo, na sociedade brasileira? O roteiro utilizado para as entrevistas foi confeccionado, em 26 de julho de 2017, atualizado em 08 de agosto de 2017 e aplicado junto a 09 estudantes negras/os do CAHL/UFRB, que ingressaram entre 2014 e 2016, sendo: cinco mulheres e quatro homens. Trata-se de entrevistas semi-estruturadas e as/os estudantes estão distribuídos entre cinco cursos de graduação<sup>53</sup>. Com o objetivo de preservar as identidades das/os interlocutores, os nomes apresentados abaixo são de origem africana e afro-latino-americana, tendo sido obtidos a partir de busca aos significados de nomes próprios africanos, a partir de uma pesquisa proporcionada pelo Geledés<sup>54</sup>.

<b>Tabela 05 - Apresentação das/os estudantes entrevistadas/os e respectivo significado dos nomes próprios africanos</b>					
<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Sexo/Gênero/Sexualidade</b>	<b>Curso</b>	<b>Significado do nome</b>	<b>Origem</b>
Adofó	29 anos	Homem cis heterossexual	Comunicação social - publicidade e propaganda	Que ama	Akan - Gana - África Ocidental
Afya	41 anos	Mulher cis heterossexual	Museologia	Saúde	Kiswahili - África Oriental
Ashanti	24 anos	Mulher cis heterossexual	Ciências sociais - bacharelado	Mulher Africana Forte	Gana África Ocidental

<sup>53</sup> Lamentavelmente, duas entrevistas se perderam no tratamento dos dados: da estudante quilombola Dalila - ciências sociais; e do estudante negro Mabili - comunicação social: jornalismo. Por esse motivo, foram consideradas somente 07 entrevistas nesse trabalho.

<sup>54</sup> Os significados dos respectivos nomes podem ser acessados no portal Geledés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/significados-dos-nomes-proprios-africanos/>>. Acesso em 06 Abr. 2018.

Jahari	22 anos	Homem cis bissexual	Serviço social	Jovem forte e poderoso	Afro Americano - Porto Rico
Iruwa	54 anos	Mulher cis heterossexual	Museologia	Aquela que viu o mundo	Ibo da Nigéria - África Ocidental
Kashka	23 anos	Homem cis "viado"	Licenciatura - História	Amigo, amigoso	Nigéria - África Ocidental
Nijala	53 anos	Mulher cis heterossexual	Museologia	Que vem com alegria	Yoruba da Nigéria - África Ocidental

Com a exceção de Kashka, entrevistado em sua residência por se tratar do final do semestre letivo 2017.2 e; Adofo, entrevistado na sede do PPGCS - Cultura Desigualdades e Desenvolvimento (UFRB), as demais foram realizadas na sala do Movimento Estudantil - M.E, no CAHL/UFRB. O período de realização das entrevistas aconteceu entre 21 de agosto de 2017 e 23 de março de 2018, contou com um roteiro contendo 27 questões, sendo: 08 quantitativas e as demais de caráter qualitativo. Essas entrevistas foram agrupadas nos capítulos II e IV, da dissertação e as perguntas percorreram aspectos relacionados às: identidades desses sujeitos, a partir de variáveis como relação familiar; infância e juventude; acesso à universidade e sua relação com a auto-estima; interação professor-aluno no processo educativo; percepção das/os estudantes sobre as cotas étnico/raciais; situações de racismo e/ou outras discriminações que vivenciaram na universidade e/ou cidades de Cachoeira e São Félix; percepção das/os entrevistadas/os em relação ao PPQ; como fazem para se manter na universidade, permanecer nela; se conhecem e/ou participam de algum coletivo ou movimento; significados da negritude e branquitude, na sociedade brasileira. Em relação às entrevistas com gestoras da UFRB: vice-reitora, prof.a Georgina G. dos Santos (quadriênio: 2015-2019); e a pró-reitora da PROPAAE/UFRB, prof.a Maria Goretti da Fonseca (quadriênio: 2015-2019), elas estão concentradas no capítulo III dessa dissertação.

## 1.6. Considerações sobre os conceitos de corpo, emoção e política

“Se a emoção é constitutiva das relações sociais - é válido utilizá-la na análise sociológica” (BARBALET, 2001: 23).

O corpo e as emoções figuram como ferramentas de análise nesse trabalho. Como é que o corpo se tornou, em nossos dias, um objeto de investigação histórica? Essa é uma questão epistemológica que, na psicanálise, encontra-se em trabalhos de figuras representativas como Freud, Charcot e Salpetriere para os quais o inconsciente fala através do corpo: “o século XX é que inventou teoricamente o corpo” (CORBIN; COURTINE, 2008: 07). Merleau-Ponty (1908 - 1961) abordou uma concepção do corpo enquanto encarnação da consciência (Ibid.: 08). Ao discorrer sobre o corpo como expressão e a fala, esse filósofo expressa que:

Há pouco a reprodução da palavra, a revivescência da imagem verbal era o essencial; agora ela é apenas o invólucro da verdadeira denominação e da fala autêntica, que é uma operação anterior. E todavia as duas concepções coincidem em que tanto para uma como para a outra, a palavra não *tem* significação (MERLEAU-PONTY, 1999: 240).

Assim, “sob a condição de que o sujeito possa ignorar-se como pensamento e apreender-se como fala, e de que a palavra, longe de ser o simples signo dos objetos e das significações, habite as coisas e veicule as significações” (Ibid.: 242), a fala não traduz um pensamento já feito naquele que fala, mas o consoma. De acordo com Merleau-Ponty (1999: 244), tanto naquele que escuta ou lê como naquele que fala e escreve, há um “pensamento na fala”.

O movimento de mulheres desencadeado nos anos 1970 fez emergir o corpo como objeto cultural e, “se a palavra-chave do século XVIII era a felicidade, e a do século XIX a liberdade, pode-se dizer que a do século XX é a saúde” (Ibid.: 18). O corpo passa a ocupar, então, o lugar onde a pessoa deve se esforçar para parecer que vai bem de saúde, que Michel Foucault (1926 - 1984) definiu como governamentalidade da vida. Em um dos cursos que ministrou no *College de France* (1975 - 1976), particularmente, a aula de 17 de março de 1976, foi um pouco sobre essa história da guerra das raças que tentou reconstituir ou, o nascimento do racismo de Estado, no século XIX.

Remetendo-se à teoria clássica da soberania onde o direito de vida e de morte era um de seus atributos fundamentais, Foucault (2005) faz referência à combinação do:

Velho direito de soberania - fazer morrer ou deixar viver - com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassa-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer (FOUCAULT, 2005: 288).

Presumivelmente, os processos de natalidade, mortalidade, longevidade, juntamente com uma variedade de problemas econômicos e políticos, na segunda metade do século XVIII, constituíram os “objetos de saber e os primeiros alvos de controle da biopolítica” (Ibid.: 290). A biopolítica lida com a população enquanto problema a um só tempo científico e político, biológico e de poder:

E, mediante um poder que não é simplesmente proeza científica, mas efetivamente o exercício desse biopoder político que foi introduzido no século XIX, faz-se tão bem as pessoas viverem que se consegue fazê-las viver no mesmo momento em que elas deveriam, biologicamente, estar mortas há muito tempo (Ibid.: 296).

A vigilância dirigida ao disciplinamento dos corpos entre o século XVII e início do século XVIII teve como objeto de controle a sexualidade: um controle disciplinar, individualizante, em forma de vigilância permanente que faz com que a sexualidade apareça “exatamente na encruzilhada do corpo e da população” (Ibid.: 300). Foucault (2005) perguntou-se sobre o que teria inserido o racismo nos mecanismos do Estado, em seguida, comentou:

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (Ibid.: 304).

Por essa razão, o método genealógico contestaria um conhecimento compreendido enquanto imagem objetiva do mundo material, na qual a ciência é encarada como política disciplinária, dispositivo de saber-poder, mito de origem, uma alternativa de reconstituição da essência partida em fragmentos e reunida numa espécie de quebra-cabeças (BARROS II, 2018).

Mbembe (2011), por sua vez, expressa que aquilo que lança terror, morte e liberdade é a dimensão exata sobre a temporalidade e a política. Esse intelectual, nascido na República dos Camarões, costa oeste da África, nação com grande

diversidade cultural, é professor de História e Ciência Política da Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, África do Sul, leciona também na Universidade Duke, nos EUA. Para ele, o racismo é antes de tudo uma tecnologia que pretende possibilitar o exercício do biopoder ou, o velho direito soberano de matar. No texto ensaístico, "Necropolítica", realiza uma leitura da política contemporânea como um trabalho de morte, partindo da noção foucaultiana de biopoder além de dois modelos de Estado: o de Exceção e o Estado de Sítio. Assim, argumenta que a raça no mundo colonial e o racismo, na contemporaneidade:

(...) tem constituído a sombra sempre presente sobre o pensamento e as práticas das políticas ocidentais, sobretudo quando se trata de imaginar a inumanidade dos povos estrangeiros e dominação que se deve exercer sobre eles (MBEMBE, 2011 : 22).

Relata que "só nos é possível falar da raça (ou do racismo), numa linguagem totalmente imperfeita, dúbia, diria até desadequada" (MBEMBE, 2017: 25).

Isso porque a razão negra é resultado de uma forma de representação primária, que consiste na:

Natureza do ressentimento, dando conta daquilo que constitui a raça, a sua profundidade tanto real como fictícia, as relações em que se expressa, e o papel que desempenha no movimento que consiste, como aconteceu historicamente com as pessoas de origem africana, em transformar a pessoa humana numa coisa, num objecto ou em mercadoria (Ibid.: 26).

Desse ponto de vista, o início do século XXI se aproxima do início do século XIX, enquanto um importante momento de divisão, diferenciação universal e de procura da identidade pura. Para Mbembe (2017: 56), "não basta edificar instituições adequadas num contexto de segregação grave, adquirir perícia e ganhar respeitabilidade, quando o direito de cidadania é fundamentalmente contestado, frágil e revogável". Por isso, nessa dissertação, a abordagem da corporeidade parte de uma perspectiva da antropologia psicológica - fenomenológica -, que toma como premissa metodológica o fato de que o corpo não é um objeto a ser estudado em relação à cultura, mas o próprio sujeito.

Csordas (2008) apresenta a corporeidade como um paradigma para a antropologia, uma perspectiva metodológica consistente que visa encorajar a releitura de dados existentes e propor novas questões para a pesquisa empírica:

Meu plano para delinear tal paradigma começa com um exame crítico de duas teorias da corporeidade: Maurice Merleau-Ponty (1962), que elabora a corporeidade na problemática da percepção, e Pierre Bourdieu (1977; 1984), que situa a corporeidade num discurso antropológico da prática (CSORDAS, 2008: 104).

Para Csordas (2008), “o colapso das dualidades na corporeidade exige que o corpo enquanto figura metodológica seja ele mesmo não-dualista, isto é, não distinto de – ou em interação com – um princípio antagônico da mente” (Ibid.: 105). Desde clássicos como Durkheim e Mauss, Marx, Simmel e Weber, considerados pais fundadores das ciências sociais, as discussões sobre o corpo e as emoções perpassam toda essa área de estudos, especialmente a antropologia e a sociologia, onde “os corpos e as emoções são marcados pelas lógicas políticas, culturais e sociais que os produzem e os consomem enquanto objetos e ao mesmo tempo sujeitos da sociabilidade” (KOURI; SCRIBANO, 2012: 646).

Discorrendo sobre a Sociologia e Antropologia dos Corpos e das Emoções, “as Ciências Sociais (...), desde a sua fundação, lida com a questão do disciplinamento dos corpos, sentimentos e emoções no interior do social” (Ibid.: 648). O corpo individual está sujeito a uma coletividade e, por isso mesmo, a conflitos constantes entre os elementos de criação e as formas de apropriação do conhecimento e da capacidade técnica de uma sociedade. Le Breton (2007) define que a existência é corporal porque reage aos estímulos externos e internos, sendo que as representações visam dar carne ou um corpo ao homem e à mulher. Desse modo, qualquer questionamento sobre o corpo requer, antes, a construção de seu objeto. Uma sociologia do corpo trata da “sociologia do enraizamento físico do ator no universo social e cultural” (LE BRETON, 2007: 94). Três momentos fortes descrevem, simultaneamente, três pontos de vista acerca do percurso histórico da corporeidade, nas ciências sociais, desde o século XIX, e que persistem na sociologia. O primeiro momento se refere a uma sociologia implícita do corpo, que aborda a condição do ator na análise social diluindo, entretanto, sua especificidade; o segundo diz respeito a uma sociologia em pontilhado, já que confere sólidos elementos de análises relativos ao corpo sem, contudo, sistematizá-los; por fim, uma sociologia do corpo que se inclina mais diretamente sobre ele, estabelecendo as lógicas sociais e culturais que se propagam ao mesmo.

Na reflexão acerca da socialização das emoções e percepções sensoriais junto às crianças “selvagens”, Le Breton (2016) escreve que:

Ao nascer, a criança percebe o mundo como um caos sensorial, um universo em que se misturam as qualidades, as intensidades e os dados. [...] O sensorial torna-se um universo de sentido onde a criança constrói suas referências, ultrapassa-se a si mesma, abre-se a uma presença sensível do mundo. [...] A educação, a identificação com as pessoas mais próximas, os jogos de linguagem que nomeiam os sabores, as cores, os sons etc. aperfeiçoam a sensibilidade da criança e instauram sua aptidão de intercambiar seus ressentidos com seu entorno, fazendo-se compreender, relativamente, pelos membros de sua comunidade (LE BRETON, 2016: 31-32).

Trata-se, aí, da educação dos sentidos onde o mundo nada mais é senão o que percebemos, seu meio de evidência. E, a experiência antropológica, é uma maneira de desapegar-se das familiaridades perceptivas a fim de recapturar outras modalidades de abordagem ou seja, sentir a multidão dos mundos que se escoram no mundo. Pouco a pouco, a educação irrompe “o múltiplo do que outrora parecia unívoco e simples” (Ibid.: 34). James William (1842-1910), filósofo fundador da corrente do pragmatismo - que pode ser considerado o pai da psicologia americana - , desenvolveu uma teoria da emoção que volta a ser retomada, a partir de pesquisas sobre o cérebro.

O artigo “What is an Emotion?” é considerado um texto que iniciou o pensamento científico moderno sobre o tema (NASCIMENTO, 2013). Mas, não é somente pelo valor histórico que a importância do artigo é medida, isso porque, mais do que uma teoria da emoção, esse autor desvela a si mesmo no contexto da ciência, no século XIX, bem como as discussões entre pensadores clássicos da época e o processo científico do período. Fisiologistas que exploravam as funções do cérebro limitavam suas análises às performances cognitivas e volitivas, dividindo-as em centros sensoriais e motores, entretanto, as análises que lidavam com o campo estético da mente tais como desejos, prazeres, dores e suas emoções, eram ignoradas. Desse modo:

Devo dizer, em primeiro lugar, que as únicas emoções que expressamente me proponho aqui são aquelas que tem uma expressão corporal distinta (...). Certas sequências de ideias nos cativam tanto quanto outras nos enfadam (JAMES, 1884 apud NASCIMENTO, 2013: 97).

O seu interesse consistiu, assim, em restringir as atenções para aqueles casos que considerou mais complicados ou seja, “onde uma onda de perturbações corporais de

algum tipo acompanha a percepção de imagens e sons interessantes, e a passagem do comboio de ideias (Ibid.: 97).

As alterações corporais seriam compreendidas como manifestação das emoções e, as ocorrências, medidas entre a percepção do fato excitante e a emoção uma vez que, se “as mudanças corporais seguem diretamente a percepção do fato excitante [...] nossa percepção dessas mudanças assim que elas ocorrem é a emoção” (Ibid.: 98). Os acompanhamentos corporais são mais complexos e possuem mais alcance do que geralmente supomos, a contínua cooperação dos músculos voluntários em nossos estados emocionais é um dado proeminente tendo em vista que, a integralidade de nosso corpo é sensitivamente viva ou seja, diz respeito à personalidade que cada um carrega consigo, “assumindo a suposição de que toda mudança que ocorre deve ser sentida” (Ibid.: 101). Denota-se, com isso, que “uma emoção humana puramente desencarnada é uma nulidade” (Ibid.:102). Humores, afetos e paixões são modos de expressão corporal. Torres (2009) examinou a discussão teórica sobre as emoções no âmbito da produção sociológica norte-americana recente, cujo desenvolvimento foi marcado por tensões conceituais e metodológicas, nas últimas décadas do século XX, principalmente.

As emoções tiveram um tratamento mais específico nas análises de sociólogos como Arlie Hochschild, Susan Shott e Steven Gordon, conformados na tendência analítica construcionista e sociocultural, que concebe as emoções como resultantes de aspectos culturais específicos. Estudiosas/os dessa tendência defendem que cada sociedade possui um conjunto de regras de sentimento e um vocabulário específico para as emoções. Quando tomado como elemento relevante, o substrato biológico é considerado variável dependente de fatores sociais ou da definição situacional. Por outro lado, sociólogos como Theodore Kemper e Jonathan Turner figuram na tendência analítica de cunho universalista e biossocial, que concebe as emoções como inatas e fisiologicamente determinadas. Na teoria biossocial - relacional, de Kemper, duas dimensões: poder e *status*, estruturam as relações sociais humanas que correspondem, por sua vez, a duas emoções específicas: o medo e a raiva. A primeira estaria para o poder enquanto a segunda para o *status*. O *status* se relaciona com a recompensa e benefícios como: respeito, cooperação, sentimentos positivos e intimidade concedidas voluntariamente. As emoções primárias seriam, por fim: o medo, a raiva, a depressão e a felicidade.

Perda, ganho ou manutenção de poder e *status* conformariam as emoções primárias (TORRES, 2009).

Para Barbalet (2001), autor da epígrafe registrada no início dessa subseção, a terminologia da emoção pode ser desenvolvida e aplicada na análise da estrutura sendo que, uma teorização que a coloque em relevo em nada compromete o seu caráter sociológico. O sociólogo australiano busca demonstrar a centralidade da emoção nas operações de rotina em estruturas não desviantes de interação social, atentando-se “às emoções necessárias para estruturas de ordem social e de mudança social harmônica” (BARBALET, 2001: 16). Um dos motivos pelos quais a emoção é essencial nas operações cotidianas dos processos sociais, diz respeito ao fato de que a experiência de determinado indivíduo acerca de dada emoção revela, antes, o lado íntimo e pessoal do que a sua dimensão coletiva ou social.

Não obstante, a oposição convencional entre emoção e razão tratada na sociologia, dos anos 1930 até fins dos anos 1970, do século XX, fez com que a primeira não reservasse um lugar seguro no interior da disciplina. A partir da perspectiva convencional considerou-se que a emoção deforma a razão, contudo:

A emoção facilita a ação racional quando de fato ocorre e pode ser utilizada para explicar as ações que decorrem na ausência de condições de tomada de decisão cognoscível (Ibid.: 28).

Por exemplo, a teoria social de Parsons na configuração do estrutural-funcionalismo por meio da reformulação do conceito de sistema social:

Não afirma que a emoção se encontra ausente da sociedade moderna. Enquanto a ação instrumental se realiza através da negação da emoção, a emoção pode florescer em relações familiares e de amizade. A emoção é expulsa das instituições secundárias e expressa nas instituições primárias da sociedade (Ibid.: 34).

Barbalet (2001) menciona ainda autores como Wright Mills (1916 - 1962) e Erving Goffman (1922 - 1982), que lidaram com a emoção enquanto categoria de análise em suas pesquisas, apontando que as mudanças:

Que introduziram as categorias de emoções no estudo dos processos sociais podem em última análise reportar-se a mudanças históricas nas quais as vulnerabilidades do poder social e, logo, também a sua incapacidade de serem entendidas pela razão convencional se tornam notórias. Nestas condições formam-se novas lealdades sociopolíticas e

emergem novas compreensões da identidade. A relevância da emoção torna-se óbvia para os participantes nestas mudanças (Ibid.: 40).

Por isso, fatores culturais são importantes para as emoções e o modo como o sujeito as experimenta, “os objetos particulares das emoções, os contextos temporais das experiências emocionais e o modo como as emoções são conceitualizadas são, todos eles, mediados pela cultura” (Ibid.: 45). Tanto as fontes sociais como as consequências de uma emoção nos dizem o que ela é. Isso significa que “emoções particulares predispoem as pessoas a tipos de ação proporcionais” (Ibid.: 47), pois constituem um elo necessário entre a estrutura social e o ator social. Rezende e Coelho (2010) destacam, por fim, uma relação entre cultura, sociedade e emoções argumentando que a convicção da natureza universal dos sentimentos forma parte do senso comum ocidental. Para elas, o estudo das emoções abrange “fenômenos incorporados” (REZENDE; COELHO: 2010: 31), que enfatiza o caráter impulsivo das emoções como uma questão importante para as ciências sociais: o aprendizado emocional ou como, quando e com quem se expressar. A natureza ritualizada e coletiva da expressão dos sentimentos é prova cabal de seu caráter de fato social, onde o amor e a admiração podem ser considerados esforços emocionais de fusão com o outro; a saudade e a solidão lidas como expressões da ausência do outro; e a amizade, desejo de estar com o outro.

A saudade é uma forma de se relacionar com o passado e a amizade se encontra no domínio do parentesco, com destaque para as relações de afinidade, intimidade e confiança. Com relação à “micropolítica das emoções” (Ibid.: 77), encontramos as correntes: essencialista, com enfoque na psicologia; e historicista/relativista, com foco na construção social das emoções. Determinados sentimentos como compaixão, nojo, desprezo, humilhação e gratidão podem ser percebidos nas dinâmicas de inclusão e exclusão social. Rezende e Coelho (2010) comentam que, sob o escopo da etnopsicologia nas sociedades ocidentais modernas, dois aspectos ligados às vivências das emoções podem ser percebidos em textos de Richard Sennett sobre a tensão entre: expressão dos sentimentos e sua autenticidade bem como a tensão entre o sentir e o expressar. Os sociólogos Norbert Elias (1897 - 1990) e Georg Simmel (1858 - 1918) podem ser relacionados a estudos sobre o controle das emoções e vida na metrópole, respectivamente. O primeiro aponta para uma sociedade intimista ou “cultura pautada no sentimento de intimidade como medida de significado da realidade” (Ibid: 103). Simmel, por sua

vez, sugere o controle das emoções por meio da busca pelo “equilíbrio emocional” ou preocupação com as consequências de cada ato, uma “moderação do afetos” através da “observação de si e do outro” (Ibid: 106).

## Capítulo II – Emoção, corpo e política: A Quantas Anda a Situação da/o Estudante Negra/o no CAHL/UFRB?

A história da ascensão social do negro é, assim, a história da sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (SOUSA, 1990: 23).

As famílias negras brasileiras precisam ser compreendidas como “agência privilegiada” no processo de construção das representações e discursos negativos sobre afrodescendentes (SANTOS, 1999 apud SANTOS, 2015: 127). Nesse sentido, propõe-se uma reflexão sobre a (re)constituição de identidade étnico/racial a partir dos sujeitos negros que ingressaram no ensino superior. Dados relacionados a estudos sobre efetividade da Lei de Cotas no ensino superior demonstram, por exemplo, como o legado de pais que não puderam avançar nos estudos é mais acentuado no Nordeste. Logo, investimentos para formulação e implementação de políticas na educação básica necessitam considerar a escolaridade dos pais bem como a disponibilidade de fatores que venham a compensar essa deficiência educacional, na formação dos filhos (KARRUZ, 2015). As políticas de Ação Afirmativa no Brasil são um recurso para todos aqueles que se encontram em situação de desvantagem social no acesso ao ensino superior. A expansão das universidades públicas federais, com o REUNI, priorizou um processo de interiorização que acarretou consigo desafios e possibilidades para cada IES pública federal assumir vocações orientadas para um novo rearranjo do Estado.

Da Constituição Federal de 1988, resulta o princípio da igualdade como um preceito, sendo que a garantia desse princípio constitucional está disposto no Artigo 5º, *caput*:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (BRASIL, 1988, *online*).

Os caminhos para uma educação antirracista foram, efetivamente, abertos com as Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL, 1996) para implementar o ensino de história e cultura afro-brasileira e

indígena na educação nacional. Percebe-se, infelizmente, que após 15 anos essas leis ainda se esbarram em desconhecimento e resistência (ANA LUIZA BASILIO, 2018). Tanto na educação básica como no ensino superior, o respeito à diversidade apresenta-se como uma realidade recente, no país, e os desafios que se impõe para a concretização do sonho da obtenção de um diploma no ensino superior se tornam ainda maiores para aqueles que se encontram à margem da sociedade.

A epígrafe que dá início às discussões contidas no capítulo, repercute a importância do trabalho de Sousa (1990: 18), que justifica-se na “constatação inequívoca da precariedade, no Brasil, de estudos sobre a vida emocional dos negros”. Na ordem social escravocrata, a representação inferior do sujeito negro correspondia a uma situação de fato. O mito da democracia racial provocou o apagamento físico e simbólico de corpos negros e suas culturas. A esse respeito, as principais figuras representativas apontadas por Sousa (1990: 27) são: “o irracional, feio, ruim, sujo, sensitivo, superpotente e exótico”, sendo que a “linguagem gestual, oral e escrita institucionaliza, garante o sentido depreciativo do significante negro” (SOUSA, 1990: 29). Por exemplo, no dicionário Aurélio, vinculado ao verbete “Negro”, constavam atributos como sujo e sujeira além de outros dez termos de caráter pejorativo<sup>55</sup>. Como elucida a autora, à despeito de tudo, para o negro ser considerado melhor não lhe garante êxito, uma vez que o seu ideal tem sido historicamente constituído sob princípios dominantes, brancos.

Assim:

Ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (...). A possibilidade de construir uma identidade negra - tarefa eminentemente política - exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo de figuras primeiras - pais ou substitutos - que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio (Ibid.: 77).

A sociedade colonial era escravagista de alto à baixo. As doações de terras pela coroa portuguesa resultaram nas capitânicas hereditárias e a Lei de Terras, uma das primeiras a dispor normas sobre as terras devolutas do Império<sup>56</sup>. Foi ela quem

---

<sup>55</sup> Numa busca atualizada ao verbete ‘negro’ no dicionário supracitado, percebe-se que, apesar dos atributos “sujo”, “sujeria”, terem sido retirados, ainda constam atributos como: triste, infeliz, mofino, aflito, apoquentado. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/negro>> 22.01.2018;

<sup>56</sup> Ver reportagem por Ana Luiza Basilio do “Carta Educação”, “Quinze anos depois, Lei 10.639 ainda esbarra em desconhecimento e resistência”, publicada em: 12/07/2018. Disponível em:

estabeleceu a compra como meio exclusivo para aquisição de terras públicas, impedindo o sistema de posse ou doação como modo de transformá-la em propriedade privada. Desse modo, ficaram estabelecidas as bases para a concentração de terras como raiz histórica das desigualdades raciais, no país. De acordo com Carvalho (2002), a cidadania é um fenômeno complexo e definido historicamente porque o exercício de certos direitos como a liberdade de pensamento e o voto não geram automaticamente outros como segurança e emprego.

Tornou-se costume desdobrar a cidadania em três tipos de direito: civil; político e; social. O primeiro refere-se à liberdade individual; o segundo está atrelado ao sufrágio e tem, nos partidos políticos e o parlamento, sua base; e o terceiro diz respeito à participação na riqueza coletiva ou seja, a justiça social. Segundo explica Carvalho (2002), os direitos políticos saíram na frente, em 1822. Todavia, a principal característica da Independência no Brasil foi uma negociação entre elite nacional; coroa portuguesa e; Inglaterra, mediada por D. Pedro I. A Constituição de 1824 regeu o país até o fim da monarquia com o voto indireto. Já, a Constituição de 1891, trouxe o voto direto, apesar deste ter sido “proibido” para analfabetos devido o caráter facultativo (CARVALHO, 2002: 38). Desse modo, em um país que herdou a escravidão moderna, a propriedade rural e o Estado comprometido com o poder privado, os direitos de cidadania ficaram meramente expostos na letra da lei, já que não foram incorporadas políticas com o fim de efetivá-los. O avanço desses direitos aconteceu somente após 1930, com a garantia do voto secreto e o direito das mulheres ao sufrágio. Foram criadas a Justiça Eleitoral (1933) e a Constituição de Leis Trabalhistas (1943).

As Ações Afirmativas adquiriram visibilidade, no Brasil, após a Constituição de 1988, com a instituição do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, através do Decreto Nº 1.904, de 13 de maio de 1996, posteriormente revogado pelo Decreto Nº 4.229, de 13 de maio de 2002, que dispôs sobre o PNDH. Finalmente, o Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, veio a aprová-lo. Na diretriz Nº 6, do PNDH, consta uma orientação ao Estado, em: 1) “Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos” (BRASIL, 2009: online). Entre os objetivos estratégicos para o cumprimento

dessa diretriz estão: promoção do acesso à educação de qualidade e a garantia de permanência nas escolas. As ações programáticas visando atingir esses objetivos estão mencionadas no referido documento do Estado:

- h) Fomentar as ações afirmativas para o ingresso das populações negra, indígena e de baixa renda no ensino superior. Responsáveis: Ministério da Educação; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério da Justiça;
- i) Ampliar o ensino superior público de qualidade por meio da criação permanente de universidades federais, cursos e vagas para docentes e discentes. Responsável: Ministério da Educação;
- j) Fortalecer as iniciativas de educação popular por meio da valorização da arte e da cultura, apoiando a realização de festivais nas comunidades tradicionais e valorizando as diversas expressões artísticas nas escolas e nas comunidades. Responsáveis: Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2009: online).

Não obstante, sabe-se que a evasão continua sendo um problema que persiste na educação pública brasileira. E, a mudança de governo ocorrida em 2016 a partir de um Impeachment, dividido e duvidoso, acarretou consigo medidas que comprometem o futuro das ações programáticas, elencadas no documento acima. Um estudo técnico realizado pela consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, apresenta que:

Desde a Reforma Universitária de 1968 até os anos 2000, o sistema foi marcado por relativa estabilidade, com a ampliação substancial da rede privada e, com a Carta Magna de 1988, a elevação da autonomia universitária a princípio constitucional. Alguns dos principais aspectos da configuração da educação superior brasileira foram alterados apenas na primeira década do século XXI. As mudanças foram relacionadas sobretudo à expansão da rede federal pública de instituições de ensino superior e à introdução de novos mecanismos de seleção (GILIOLI, 2016: 05).

A ampliação do acesso ao ensino superior como disposto no Decreto N° 6.096/2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, teve como resultado imediato uma diversidade até então pouco conhecida, nas IES públicas federais.

O PNAES é um programa governamental criado com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre estudantes de graduação nas IES pública federal, contribuindo com a melhoria do desempenho acadêmico mediante o combate às situações de repetência e evasão (BRASIL, 2007). Com ele, tornou-se possível

visualizar uma política nacional de Ação Afirmativa, que pode ser encarada como estratégia de permanência, material e simbólica. Mas, o programa segue ameaçado e, em vista disso, foi conduzido um debate realizado no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 12 de julho de 2018, que reuniu deputados e especialistas na área de ciência, tecnologia e inovação, onde foram criticados os recentes cortes orçamentários, que reduziram o volume de recursos destinados à pesquisa científica no país. Na ocasião, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, Ildeu de Castro Moreira - Doutor em física e professor pela UFRJ -, propôs a revogação da Emenda Constitucional 95, que prevê um teto de gastos públicos para os próximos 20 anos, sugerindo a destinação de 2% do PIB do país para o setor (MURILO SOUZA, 2018).

Dois dias antes, representantes de professores, alunos e reitoria da UnB foram ouvidos em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Nela, foram apontadas a falta de recursos para investimentos na universidade bem como argumentos em defesa da revogação da EC Nº 95. Também, na 115ª Reunião do Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, realizada em 20 de março de 2018, no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, reitores manifestaram grande preocupação com a falta de recursos para a manutenção da assistência estudantil nas universidades, sobretudo no que diz respeito aos restaurantes universitários - RU. Em vista disso, sabe-se que tanto na UFRB que é uma universidade nova quanto em universidades que possuem uma trajetória de décadas como é o caso da Federal de São Carlos - UFSCar, as medidas para economia de gastos contou com cortes administrativos, que resultaram na demissão em massa de funcionárias/os terceirizados, já que contratos de vigilância, limpeza, portaria e RU, foram encerrados (FABIANA ASSIS, 2018).

Com esses cortes, a evasão se converte em uma realidade presente, já que o sentimento de desânimo das/os estudantes que não conseguem uma bolsa ou auxílio para se manter na universidade, é constante. O abandono de estudantes de origem popular que historicamente estiveram excluídos desse sistema de ensino favorece interesses do capital, que se beneficia com os agravos relativos aos projetos de ascensão social interrompidos ou prejudicados. Atualmente, cerca de 18.000 estudantes indígenas e quilombolas recebem auxílio do Governo Federal através do Programa Bolsa Permanência - PBP, criado em 2013 pelo MEC (BRASIL,

2013). Esses estudantes que já recebem o benefício não chegaram a sofrer com algum corte ou descontinuidade, até o momento, apesar do atrasos no recebimento do mesmo. O problema, em si, concentra-se entre aqueles que ingressaram nas IES pública federal em 2018 porque, cerca de 2.500 estudantes indígenas e quilombolas matriculados, haviam sido prejudicados devido à interrupção de novas bolsas (RUBENS VALENTE, 2018).

A Lei 12.711/2012 ou Lei de Cotas no ensino superior contribui para a valorização da diversidade nesse sistema de ensino, mas, ainda é insuficiente tendo em vista que o limite inicial de renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo pode ser considerado elevado: entre as/os concluintes do ensino médio, em 2012, 83% das/os que prestaram ENEM naquele ano possuíam renda inferior a 1,5 salário mínimo. Além disso, vieses indesejáveis são apontados em relação à essa Lei: apesar de 50% das vagas serem reservadas para formados pelo ensino médio público, 73% da/os concluintes do ensino médio, em 2012, que prestaram ENEM naquele ano vinham de escolas públicas, indígenas ou quilombolas (KARRUZ, 2016). Até 2012, diversos modelos de Ação Afirmativa foram experimentados de forma descentralizada tanto a nível de universidades - como foi o caso da Universidade do Estado da Bahia - UNEB e também da Universidade de Brasília - UnB - quanto por meio de legislações estaduais - com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF. A política de cotas étnico/raciais adotada pela UnB chegou a ser questionada judicialmente junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, em julho de 2009 (NOTÍCIAS STF, 2009).

Em 2012, os ministros do STF, julgaram improcedente a respectiva Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 186, ajuizada na Corte pelo partido Democratas - DEM concluindo, por unanimidade, em favor da constitucionalidade da política de cotas (NOTÍCIAS STF, 2012). Também, em junho de 2017, o plenário do STF declarou, por unanimidade, a constitucionalidade da Lei de cotas para negros em concursos no serviço público federal (NOTÍCIAS STF, 2017). Com a virada do século XX para o século XXI, por ocasião da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em 2001, em Durban, África do Sul, o Estado brasileiro reconheceu, enfim, sua responsabilidade diante do racismo institucionalizado no

país<sup>57</sup>, encarando o acesso à justiça pela população negra, indígena e quilombola como uma das principais dificuldades de superação. Nesse contexto, criou-se a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, através da Medida Provisória N° 111, de 21 de março de 2003. Em 2010, a Lei N° 12.288/2010, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010).

Por ocasião da aprovação, Abdias Nascimento (1914 - 2011) encaminhou uma carta aberta dirigida ao então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) expressando seu descontentamento com a sanção do Estatuto da Igualdade Racial, nos termos negociados. Isso porque, nele, acabou prevalecendo “o peso das forças contrárias ao ponto de descaracterizá-lo de forma significativa” (POR PORTAL SEPPIR, 2010: online). Apesar do apoio, Abdias Nascimento aplaudiu, não a legislação do país, mas as forças políticas que se dedicaram e se dedicam a combater o racismo. Em vista disso, quatro fatores são determinantes para compreender as desigualdades raciais e o desempenho acadêmico no país: recursos familiares; qualidade das escolas; trajetórias individuais e variáveis ligadas a professoras/es. Giacomini e Larrubia (2016), ao compararem estratégias de ascensão racial entre jovens universitários afro-brasileiros e afro-americanos, chamam a atenção para o fato de que estudantes de ambos - países revelaram ter entrado em contato com um espaço social pouco familiar, nas universidades:

Desterritorializados de seus objetos e processos de socialização, os estudantes enfrentam agora o desafio que é reconstruir dialeticamente uma nova territorialidade e cultura, para que assim possam habitar estes novos espaços. Passam do sonho de ingressar na universidade para a realidade de seus desafios (GIACOMINI; LARRUBIA: 2016: 19).

Por esse motivo, a importância de lançar um olhar sobre o lugar e o papel das famílias no projeto ascensional tendo em vista que, no caso de estudantes brasileiros de classes populares que precisam se deslocar dos estados de origem a fim de ingressar no ensino superior, o afastamento pode ser visto como um problema em razão de dificuldades relacionadas com a manutenção de laços

---

<sup>57</sup> Na ocasião da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001, em Durban, na África do Sul. Ocorrida entre 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, a III Conferência de Durban contou com mais de 16 mil participantes de 173 países, e resultou em uma Declaração e Plano de Ação que expressam compromissos dos Estados na luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas. Ver “Declaração de Durban”. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/biblioteca/publicacoes/onu/410-declaracao-de-durban>>. Acesso em: 09 Mar. 2018.

familiares ou a necessidade de recriar laços afetivos junto aos moradores da nova localidade. O ENEM completa 20 anos em 2018 com modificações que fazem dele a principal ferramenta de ingresso em IES pública, no país. Em 2017, o exame contou 7,6 milhões de inscritos (INEP, 2017). Heringer (2012), buscou responder às questões: em que medida os estudantes do ensino médio possuem informação sobre as políticas de Ação Afirmativa que ampliam o acesso no ensino superior? A informação conferida torna possível à esses estudantes considerarem o ensino superior em seus horizontes de possibilidades? Partiu, assim, de indicadores econômicos relativos ao bairro popularmente conhecido como Cidade de Deus - CDD, Zona Oeste do Rio de Janeiro, e observou que o mesmo apresentava baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH além de baixo nível educacional da população. As variáveis utilizadas foram: classe social; desigualdade e; pobreza.

Na análise que envolveu a aplicação de grupos focais com estudantes de 3º Ano do Ensino Médio, relatou algumas percepções dos estudantes acerca do lugar da educação de qualidade: em geral, nos colégios privados sendo que, em sua maioria, com vagas ocupadas por brancos. Os estudantes do bairro CDD que participaram da pesquisa, questionaram qual “mágica” é necessária fazer para acessar o “mundo” da educação superior, particularmente, as universidades públicas de maior prestígio? Com isso, observou o quanto o “mundo” das escolas de ensino médio públicas estão distantes das IES, tecendo algumas considerações a respeito das políticas de inclusão orientadas para o ensino superior, no Brasil, a partir dos anos 2000. Essa socióloga brasileira alegou que existem inúmeras restrições da elite brasileira para que um número crescente de jovens de origem popular, principalmente, indígenas, negros e quilombolas acessem as universidades. Inúmeros jovens, ao longo de suas trajetórias escolares, vivenciaram um acúmulo de desvantagens sociais resultantes da origem familiar desfavorecida; má qualidade da formação escolar; e ingresso precoce no mercado de trabalho. Assim, a análise de Heringer (2012) informou que os estudantes da Cidade de Deus contam com desinformação sobre: as possibilidades de acesso e reserva de vagas; além de bolsas, enquanto mecanismos de apoio estudantil e permanência.

Essa desinformação torna-os ainda mais distantes da possibilidade de acesso ao ensino superior. Heringer e Honorato (2014) apresentam ainda que, práticas e estratégias de afiliação e/ou integração empreendidas tanto através de estabelecimentos educacionais de ensino superior quanto por meio dos próprios

estudantes, podem ser inúmeros, exigindo estudos de casos particulares. Para Paula (2013), a entrada de jovens negros e pobres, principalmente, nas universidades pode ser encarado como importante instrumento de mobilidade individual e social. Na tese, apresenta como questão as percepções e discursos de negros que possuem expectativas de sucesso improváveis e, mesmo assim, conseguem superar a desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social. Para ela, os desdobramentos dessa indagação orienta para a necessidade de compreender os motivos que ainda limitam as populações negras e pobres, principalmente, no acesso de bens e consumos. O negro e pobre, principalmente, tem acesso e integração nas IES pública do país quando seu ingresso é garantido por um programa de Ação Afirmativa que lhe assegure, principalmente, a inserção em posições estratégicas da sociedade.

A universidade, encarada como alto escalão do subsistema escolar, tem como objetivos promover o ensino de qualidade à par da pesquisa e a extensão. O empoderamento consiste, assim, em uma estratégia para o grupo que necessita de afirmação, pois fomenta uma identidade social positiva ou afirmativa que pode ser obtida por meio da educação. Logo:

Do ponto de vista prático, dimensionar as repercussões psicossociais da exclusão dos afro-brasileiros na educação pode contribuir para o atual e conflituoso debate que se realiza entre as diferentes forças sociais sobre as políticas de ações afirmativas, as quais nascem de questões socialmente problematizadas, como a exclusão social dos afro-brasileiros na educação (PAULA, 2013: 13).

Essa tese pode ser compreendida como uma afirmação da conscientização política sobre a importância de Ações Afirmativas que minimizem as desigualdades e contribuam para uma efetiva igualdade enquanto realidade social vigente. Uma nova menção à Abdias Nascimento (1978) se faz, aqui, necessária em virtude da afirmação de que a caracterização do racismo brasileiro deve-se à uma aparência imutável, polivalente, que o torna único. Não obstante, torna-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e antigenocida, a fim de enfrentá-lo.

## 2.1. Entrevista com as/os estudantes negras/os do CAHL/UFRB

De acordo com Pinto (2016):

Minha história pessoal tem como base a história de meus antepassados na África e, principalmente, o que com eles ocorreu a partir de um amplo projeto econômico e político iniciado no Ocidente, por volta de 1480. No jogo de relações de poder aí iniciado restou a nós negros a servidão, a escravidão. Entretanto, apesar desse processo de coisificação, a condição e as potencialidades *de* e para a humanização nos fizeram sujeitos nessa história, bastante *desumana*. A escravidão unificou a história econômica, política, educacional, psicológica, afetiva, amorosa e sexual daqueles que foram arrancados de suas terras. Ela quase determina um destino único aos negros da diáspora africana. Todavia, a cada conjuntura cultural e política específicas, podem existir a permanência, alteração, mudança e/ou flexibilização de relações de poder, ainda que permaneçam as especificidades do racismo, de discriminações raciais e de um imaginário social comum nas formas pelas quais os negros da diáspora são vistos, se veem a si mesmos e, concretamente, do impacto da violência racista em suas vidas (PINTO, 2004 apud PINTO et al., 2016: 67-68).

A citação acima é um registro sobre a compreensão de que para muitos de nós, homens e mulheres negros, o passado é o que nos parece ser a única coisa concreta. Nas ciências sociais, a categoria étnico/racial ainda que limitada, configura-se como eixo de análise por se tratar de uma dimensão vasta que pode ser aplicada em diferentes contextos. Quando tomada em conjunto às de emoção, corpo e política, que também são relevantes para a análise social denota-se a importância de interligar esses conceitos em uma análise interseccional.

Coulon (2008) ao retratar a entrada no ensino superior como objeto sociológico, destaca a importância em estudá-lo com atenção por ser tratar de um momento decisivo na vida estudantil. Assim, no presente capítulo, busca-se retratar alguns aspectos relatados pelos estudantes sobre: infância; juventude e vida adulta; ingresso e permanência no ensino superior. No primeiro tópico das entrevistas, o objetivo foi conhecer algumas impressões dos/as estudantes sobre: Cachoeira e São Félix; relatos ligados à situações de racismo e/ou outras discriminações. Kashka, 23 anos, primeiro entrevistado, estudante de história - licenciatura, homem cis negro “viado”, comentou que Cachoeira - e o Recôncavo como um todo - forma parte de um dos territórios mais negros do mundo. Desse modo, seria loucura debater ou falar sobre racismo na atualidade:

Mas rola, já sofri racismo aqui dentro do Pereira, que é um supermercado grande em cachoeira. Sofri racismo na rua, homofobia, inclusive. Acho que Cachoeira é uma cidade atípica por conta da universidade e a relação que temos com a comunidade. Por se tratar de um centro onde os estudantes estão minimamente interessados em manter o diálogo com a comunidade - por menor que seja nós ainda nos relacionamos com ela -, isso tem influenciado, mudado, a cultura de cachoeira (Kashka - História).

Esse relato informa sobre a importância do diálogo entre universidade e cidade, uma vez que a promoção do desenvolvimento regional compõe os Projetos de Desenvolvimento Institucional - PDI, das IES. Por esse motivo são consideradas também a missão vocacional de cada universidade na definição de sua inserção territorial.

Ashanti, segunda entrevistada, 24 anos, estudante de ciências sociais - bacharelado, mulher cis negra heterossexual, disse que atualmente mora em Cruz de Almas e, por esse motivo, interage pouco com as cidades de Cachoeira e São Félix. Jahari, terceiro entrevistado, 22 anos, estudante de Serviço Social - bacharelado, homem cis negro bissexual, mencionou por sua vez, que o racismo em Cachoeira e São Félix se manifesta de maneira velada, sendo que parte da comunidade local tende a responsabilizar o CAHL/UFRB ou melhor, os estudantes, pelo aumento da violência. Pode-se dizer que essa é uma consequência do racismo institucional e sistêmico que, por meio de políticas públicas ineficientes para a garantia da qualidade de vida da população negra, contribui diretamente com a prática genocida frente à essa população. A parcela da sociedade branca, rica, que não dialoga com a realidade da população periférica, em geral, negra e pobre, gera o distanciamento que faz prevalecer a desigualdade e perpetuar o racismo. Este, possui uma conexão direta com a violência, tendo em vista que um dos desafios da política pública de segurança consiste na abordagem da violência, com recorte étnico-racial (ONUBR, 2017).

Munanga (2012; 2016; 2016a) se refere ao racismo silencioso argumentando que se trata de uma das facetas do racismo contemporâneo, sendo a outra o racismo institucionalizado. A origem desse comportamento silencioso, velado, está na ideologia da elite dominante, o mito da democracia racial, através do qual perpassa-se a ideia de um país mestiço, onde há um convívio harmonioso entre as diferentes raças. Denota-se, que o tema da violência requer considerações, estudos e, principalmente, avanço em políticas públicas orientadas para a luta antirracista. Iruwa, quarta entrevistada, 54 anos, estudante de museologia, mulher cis negra

heterossexual, também considerou que a inserção da Federal do Recôncavo, em Cachoeira e São Félix, modificou a rotina de moradores devido os hábitos diferenciados que vieram consigo:

Particularmente não vivi isso, mas sei dos que vivem porque para os moradores de São Félix, Cachoeira ou Cruz das Almas, a universidade veio trazer muito mais problemas. Trouxe mais maconheiros, mais viados, mais isso e aquilo. Na verdade, essa diversidade existe em todos os lugares, mas a aglomeração de pessoas em um só ambiente causa, de certa forma, o estranhamento dos moradores em geral (Iruwa - Museologia).

Para ela, o ideal seria que cada um soubesse lidar com a comunidade que acolhe a universidade, reconhecendo as particularidades do lugar e se propondo somar nos esforços para identificação e resolução de problemas sociais visando a um bem-viver.

Referindo-se à São Félix, a convivência com o lugar pode ser exemplificada nos trajetos habituais como: as idas ao ateliê, onde acontecem aulas de artes; residências universitárias e; hospital municipal:

Parece que nasci aqui, acho uma cidade aconchegante. Não sei se porque as coisas estão muito perto: mercado, hospital etc. E, andando no meio desse patrimônio que conta a história, tenho uma emoção diferente (Iruwa - Museologia).

Disse que ambas as cidades transmitem, através da arquitetura, sentimentos que revelam um emaranhado de emoções, misto entre nostalgia e revolta:

Vejo em cada parede, cada construção, uma gota de suor. Sangue, discriminação porque embora seja essa coisa linda e maravilhosa, é uma arquitetura europeia colonial. Penso em quem estava ali trabalhando para que isso estivesse de pé. O lado avesso, não sei ... (Iruwa - Museologia).

Amor e admiração irrompem como emoções que percorrem pelo seu corpo enquanto caminha pelas ruas das cidades. No relato, a estudante lembrou de quando chorou copiosamente, na primeira vez que visitou a Casa de Câmara e Cadeia, na Praça da Aclamação:

Ficava imaginando meus pares que estavam ali dentro, presos, as condições miseráveis que suportavam, imaginar o rio ali bem a sua frente sem poder fugir ou correr, sair daquela situação. E, se corresse, iam para onde se seus países estavam não sei aonde? (Iruwa - Museologia).

A conexão entre trajetória individual e os relatos sobre as histórias dos Quilombos<sup>58</sup>, fortemente marcados por relações de parentesco, territorialidade, memória e identidade, preservação da cultura material e simbólica brasileira, trazidos por Iruwa na entrevista, representam a história da África e cultura Afro-Brasileira. É, por isso, uma noção de memória ou percepção da realidade, já que a “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLAK, 2006: 38) tratando-se de valores em disputa, “conflitos que opõem grupos políticos diversos” (Ibid.: 39):

*À priori*, [...] parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas, Maurice Halbwachs, nos anos 1920-1930, já havia assinalado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (POLLAK, 2006: 34).

Para esse sociólogo austríaco, tanto acontecimentos individuais quanto aqueles vividos pelo grupo ou coletividade a qual determinada pessoa se sente pertencer, compõem os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva.

Adofo, 29 anos, estudante de comunicação social - publicidade e propaganda; homem cis negro heterossexual, quinto entrevistado, é um jovem militante na luta antirracista que, felizmente, conseguiu retornar para a universidade em 2017, após ter abandonado o curso de cinema e audiovisual, em decorrência de dificuldades para sua permanência. Nos conhecemos durante a primeira ocupação ocorrida em 2016, no CAHL/UFRB, e nos reencontramos na ocupação do prédio da reitoria. O seu primeiro ingresso aconteceu no semestre letivo 2015.1. Em relação à arquitetura das cidades, destacou a importância do fortalecimento das políticas de preservação do patrimônio material e imaterial, nacional e internacional:

Por aqui já passaram índios, escravos, quilombolas. É a galera que resistiu e, querendo ou não, estão até hoje na luta. São, em geral, muito ricas em cultura e história, vemos que em cada ponto tem uma história para se contar. Em especial o reggae, que é resistência acima de tudo, é muito importante para Cachoeira e São Félix (Adofo - Comunicação Social: Publicidade e Propaganda).

<sup>58</sup> Ver documentário “Quilombos da Bahia” (2004), do cineasta Antônio Olavo, realizador de outros filmes como “Paixão e Guerra no Sertão de Canudos” (1993) e “Abdias Nascimento: Memória Negra” (2008). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gfGLly-P6HQ>>. Acesso em: 17 Jul. 2018.

Por exemplo, entre abril e setembro de 2015, ocorreram inúmeros eventos do projeto Orquestra Reggae de Cachoeira – Manutenção e Apresentações Públicas<sup>59</sup>. Cachoeira também recebeu a 1ª edição do Festival de Reggae, que aconteceu entre 14 e 16 de dezembro de 2017 (BN CULTURA, 2017).

A música, especialmente o Reggae, está presente nas relações familiares e de amizade entre moradores de ambas as cidades. Além disso, nos dias 6, 7 e 8 de abril de 2017, Cachoeira foi palco do III Recôncavo Jazz Festival, cujo objetivo é fortalecer a cultura do jazz e da música instrumental no Recôncavo Baiano (DA REDAÇÃO, 2018). Nijala, sexta entrevistada, 53 anos, estudante de museologia, mulher cis negra heterossexual, registrou que antes da chegada da UFRB era difícil ver um movimento significativo de pessoas nas cidades. Cachoeirana desde a infância, comentou que a população local ainda mantém um pensamento conservador:

O choque acontece quando vem dois homens dando as mãos ou duas mulheres se beijando. Não vejo nada demais, acho que “Qualquer maneira de amor vale a pena, qualquer maneira de amor valerá”, como diz a música. Mas, assim, não fica bem a exposição. Agora, se as pessoas querem então... Por conta disso têm acontecido brigas, já quiseram bater em homossexuais, acho que está errado, não tem que fazer isso com ninguém (Nijala - Museologia).

Sem mencionar detalhes, narrou algumas ocorrências de violência de gênero ocorridas:

Soube que o cara que bateu, mandou ela sair da cidade. Dizem que ele falou isso, não estava lá, mas disse: “\_ Ah, você tem que sair aqui da minha cidade que aqui não é lugar de lésbica, não”. Então, assim, se aconteceu ou não houve briga e ela apanhou (Nijala - Museologia).

O preconceito contra LGBTs e a violência contra mulheres foram os principais problemas relatados. Em relação ao racismo, alegou desconhecer casos de discriminação: “Cor, nunca soube de nada não”. Ela mencionou em seguida um trecho da canção “Paula e Bebeto”, de Milton Nascimento, para dizer que não vê nada demais na demonstração de afeto público entre pessoas do mesmo sexo. Nijala é filiada ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, com cargo diretivo,

---

<sup>59</sup> Mais informação sobre o Projeto Orquestra Reggae de Cachoeira. Disponível em: <<http://orquestrareggae.com.br>>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

atuando ainda como sindicalista no Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeira - SINDPUC.

Está envolvida com a política local mediante atribuições do cargo ou como voluntária em atividades do sindicato. Referindo-se ao descaso do IPHAN com a preservação do patrimônio histórico nas cidades, disse:

Pelo amor de Deus, tá aí, brigo todos os dias porque não fazem absolutamente nada. Você pega a praça 25, um quarteirão com aqueles prédios caindo, entendeu? Moro no bairro do Caquende que é um pouco mais afastado e, quando fui construir minha casa, tive que ir lá pedir uma autorização pra fazer uma garagem além de uma varanda na frente. Porque a cidade é toda tombada! Só que lá a gente não recebe visitantes, os gringos dificilmente vão lá (Nijala - Museologia).

Dos conjuntos urbanos (cidades históricas) tombados pelo IPHAN no Nordeste, 11 estão na Bahia e retratam o processo de ocupação do território baiano até o final do século XIX<sup>60</sup>. Nijala mencionou algumas melhorias recentes que aconteceram na Cachoeira Heróica e Monumento Nacional, mesmo sendo:

Só no centro histórico. Que consertasse mais, entendeu? Acho que o IPHAN deveria estar mais engajado porque são prédios lindos, com silhuetas lindas, desenhos, detalhes dos prédios que, se for ver, são belíssimas e foram feitas à mão. Estão aí caindo e o órgão não faz nada (Nijala - Museologia).

Afya, 41 anos, estudante de museologia - bacharelado, mulher negra cis heterossexual, última entrevistada, falou sobre as situações de racismo e outras discriminações:

Sim, o racismo existe e é presente, constante. E não é só lá fora, aqui dentro [CAHL] também acontece muito. Falo não é só pela cor, modo de vestir, tem pela cor, cabelo, jeito de andar, comportamento. Há separação, e é escandalosamente visível. Então, sim, existe e acho ruim por sermos um país de maioria Negra (Afya - Museologia).

Ela é moradora de Muritiba, cidade vizinha a São Félix, sendo que toda sua família vive nas proximidades:

Acho as cidades muito aconchegantes, mas ao mesmo tempo não me sinto bem devido o fato de serem abafadas, acho elas muito abafadas. A

---

<sup>60</sup> Ver material no portal Iphan, "Patrimônio Material - BA". Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/ba/pagina/detalhes/480>>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

arquitetura é muito bonita, mas deveria ser melhor preservada por ser uma cidade histórica (Afya - museologia).

Menciona aspectos geográficos relativos ao lugar, que impactam nas cidades como o calor decorrente do abafamento. Novamente, percebe-se uma menção à necessidade de preservação do patrimônio histórico brasileiro. Os museus e cidades monumentos são lugares ímpares de resgate da memória e indispensáveis para a formação de identidades.

## **2.2. Origem social, relação familiar e o corpo na infância e juventude**

Kashka nasceu em Feira de Santana - BA, tendo estudado em escola pública desde a 5ª série do Ensino Fundamental - EF ao 3º ano do Ensino Médio - EM. E, no ensino primário até a 4ª série em uma escola particular do bairro, onde foi criado com o pai, mantendo uma relação aproximada com a família paterna. Na infância, disse sobre sua relação com o corpo e como ela aconteceu de uma maneira agitada:

Acho que, como a maioria dos jovens negros, a construção de minha identidade enquanto uma criança preta se deu de forma conturbada, complicada (Kashka - Estudante de história - CAHL/UFRB).

Não gostava de algumas partes do seu corpo como nariz, boca e cabelo, que se encontrava sempre raspado. Mas, aos poucos foi percebendo uma desconstrução dentro de si mesmo, anterior ao seu ingresso na universidade:

Antes de entrar na universidade comecei a deixar o meu cabelo crescer, essa foi uma parte importante: deixar o cabelo crescer foi algo que partiu de mim, que fui construindo e consegui. No ano de 2012, comecei a deixar meu cabelo crescer (Kashka - História).

A transição capilar foi importante, pois favoreceu o reconhecimento quanto a sua negritude, fazendo com que percebesse a si mesmo como uma pessoa bela.

Enquanto seu cabelo crescia evitou pedir a opinião das pessoas sobre como estava ficando. Não obstante, inúmeras vezes elas chegavam opinando, desaprovando:

Corta esse cabelo, tá horrível, ridículo, diziam. Aí, depois de um período, vim para cachoeira e já haviam pessoas com black dentro desse contexto de universidade, que tinham assumido essa identidade. E foi mais fácil aqui (Kashka - Estudante de história - CAHL/UFRB).

Pode-se perceber que, apesar de sua consciência quanto a negritude ser anterior ao ingresso no sistema de ensino superior, conseguiu encontrar na universidade o acolhimento. Isso possibilitou seu fortalecimento na luta antirracista e antigênocida. A auto-estima aumentou após sua decisão de deixar o cabelo crescer, demonstrando uma experiência identitária afirmativa em relação ao corpo, a estética. Ashanti, que mora atualmente em Cruz das Almas - BA, mencionou ter percebido o início de algumas mudanças corporais que refletiram no seu processo identitário, entre os dez e onze anos:

Teve uma época em que todo mundo tinha cabelo liso, então, a primeira coisa que fiz ao completar 11 anos foi pedir a minha mãe para relaxar o meu cabelo, e ela permitiu. Assim, no dia do meu aniversário foi quando relaxei, adotando alguma medida nele (Ashanti - ciências sociais).

Porém, não se adaptou em ficar toda semana sentada por horas fazendo escova no cabelo, parecia uma perda de tempo. Passou então a colocar amônia<sup>61</sup> até que seu cabelo começou a quebrar, vindo a interromper imediatamente sua aplicação. A partir desse momento, disse que sua mãe conheceu o Instituto Beleza Natural<sup>62</sup> e passaram, então, a utilizar seus produtos. O seu cabelo ficou ótimo desde então, após cerca de seis anos de uso continuava brilhante, encaracolado, bonito. Até que, em 2011, tornou-se dispendioso continuar acessando os produtos desse Instituto porque se mudou de Salvador para Cruz das Almas, além disso, com a gravidez, decidiu que não aplicaria mais qualquer produto no cabelo. Desde 2012 até 2017, estava vivendo a experiência de se sentir bela e tranquila, compreendendo que “já não estamos na fase em que todo mundo tem cabelo liso pra ser a única de

---

<sup>61</sup> A amônia (NH<sub>3</sub>) é um produto básico na indústria química e tem aplicações domésticas e industriais. Na indústria, ela é usada no refino de petróleo, como insumo na fabricação de produtos farmacêuticos e como gás refrigerante nos processos de resfriamento de câmaras frigoríficas e ar condicionado industrial. Na agricultura, a amônia pode ser usada na fabricação de fertilizantes, e no tratamento antifúngico para os citrinos. Informações por Claudinei Machado, ver reportagem “O que é amônia? Riscos a Saúde”, publicada em 28 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://www.protecaoespiratoria.com/o-que-e-amonia-riscos-a-saude/>>. Acesso em 11 Abr. 2018.

<sup>62</sup> Beleza Natural é a maior rede brasileira especializada, desde 1980, em cabelos crespos e ondulados. Para mais informação acesse: <<http://www.bezezanatural.com.br>>. Acesso em 08 Abr. 2018.

cabelo ondulado” (Ashanti - ciências sociais). Sobre sua relação familiar, disse que os pais se separaram em 2003, em uma separação amigável:

Quando se decidiram, sentaram e conversaram com a gente. Na época não me importei, achava legal o fato de ter duas casas pra ir. Só depois quando vim a ser mãe e iniciaram os perrengues, foi que percebi a dificuldade ... (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

Sua mãe concluiu o curso de Tecnologia em Agroecologia, no CCAAB/UFRB, contudo, encontrava-se desempregada até o momento da entrevista. Jahari, por sua vez, nasceu em Conceição do Almeida - BA, tendo cursado todo o EF e EM em escola pública, com exceção da pré-escola ou Educação Infantil (0 a 6 anos). Expressou que sua relação familiar é estável, apesar de que:

Até para querer conversar sobre assuntos mais particulares, falar sobre assuntos pessoais, não tenho essa relação tão aberta com meus pais. Porém, mantenho aquele convívio do dia-a-dia, rola aquelas briguinhas, mas logo tudo se resolve (Jahari - Serviço Social).

Na infância, sua relação com o corpo destaca a violência psíquica do racismo:

Acho que isso acaba acontecendo com todas as crianças negras, de se imaginar da outra cor, se imaginar sendo branca. Eu tenho certeza de que em algum momento tive este pensamento porque tenho aquela sensação de já ter pensado sobre essas possibilidades (Jahari - Serviço Social).

À esse respeito, Oliveira (2016: 28) argumenta que, “o psiquismo humano é formado a partir de experiências emocionais e afetivas vividas na mais tenra infância de nossa existência”.

Assim, o “caldo” de cultura ou transmissão geracional que parte de quem embala a criança, “é uma incorporação que não é de ordem física e exclusiva da mãe, mas de todo o entorno sociocultural no qual a criança é inaugurada” (Ibid.: 33). Amor e respeito são preceitos fundamentais na “lógica da civilização da vida” (Ibid.: 30). À medida em que Jahari foi crescendo e se desenvolvendo, a sensação de já ter imaginado a si mesmo como uma pessoa branca foi sendo modificado. Quando ingressou na universidade passou a se incomodar com questões como o racismo. Isso ocasionou o que chamou de “espírito de militância”, a negritude voltou a ser afirmada:

Na forma como defendo a minha pele, deixo o cabelo crescer ou apoio outras pessoas que também o deixaram crescer, é fruto de como encaro a minha posição enquanto indivíduo negro na sociedade (Jahari - Serviço Social - CAHL/UFRB).

Com relação à Iruwa, esta relatou sobre o desconforto que era cuidar do cabelo, na infância, por ser crespo e grande:

Minhas irmãs tinham que arrumá-lo, penteá-lo. Eu ficava o tempo todo dizendo: fulana - no caso minha irmã -, pentea o meu cabelo. Todos os dias para ir à escola tinha essa dificuldade de ter que arrumá-lo (Iruwa - museologia).

Então, com cerca de 10 anos, foi até a casa de uma vizinha que alisava o cabelo com ferro quente motivada por uma inquietação de alisá-lo. Mesmo sem autorização da mãe, retornou para casa balançando o cabelo alisado, sentindo-se bela. Daí em diante disse que não sentiu mais dificuldades para arrumá-lo, pois “alisado à ferro quente não tinha essa preocupação” (Iruwa - museologia). Disse que é mãe e pai para os dois filhos: uma jovem de 28 anos e um jovem com 20. Sua mãe veio a falecer, em 2012, tendo sido lembrada durante a entrevista como uma mulher de luta. Mencionou sobre o quanto foi guerreira diante das dificuldades que enfrentou para manter os dez filhos:

Quando fui ficando adulta pude perceber. Às vezes, reclamava por ter menos amor, coisas que acontecem entre filhos, mas depois fui tomando consciência e entendi que ela não podia dar aquilo que não havia recebido (Iruwa - estudante de museologia).

Após ter sido colocada para fora de casa pelos pais, na primeira gestação, sua mãe ensinou todos os 10 filhos e filhas a preservarem sua auto estima e recordarem de que não se é melhor ou pior que ninguém.

Adofo, próximo entrevistado, é oriundo de Caldas Novas - GO, vindo para Cruz das Almas - BA ainda na infância. Nasceu em 1988, com uma origem social atribulada: o pai foi analfabeto, chegando a assinar com o dedo polegar até aprender a assinar o próprio nome, trabalhava como peão de obra em construtoras; sua mãe é dona de casa.

Disse que sua história familiar começou a mudar, em termos de estudos, com a decisão de realizar um curso superior:

Acho que desde o Big Bang minha família é toda sem alfabetização. É avó e avô por parte de mãe e parte de pai, então, fica complicado porque nós acabamos estudando por toda uma geração, que não teve oportunidades. Precisamos nos empenhar muito, muito mesmo! (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

Até a sexta série do EF cursou, a 1ª e 2ª em Goiás; e 3ª, 4ª, 5ª e 6ª séries, em Cruz das Almas - BA. Os anos finais do EF foram realizados no Ensino de Jovens e Adultos - EJA. Com o ENEM, Adofo e Iruwa conseguiram obter a certificação de conclusão do EM, pleiteando uma vaga na UFRB, via SISU. Em 2016, mais de um milhão de candidatos fizeram o ENEM tentando obter essa certificação, não obstante, em 2017, o governo de Michel Temer determinou o fim dessa possibilidade, criando o Exame Nacional de Certificação De Competências de Jovens e Adultos - Encceja (POR G1, 2017).

Adofo mencionou que sua convivência familiar se desenrolou até os 18 anos, quando seu pai veio a falecer e a mãe decidiu, então, se mudar para São Paulo, com as duas filhas:

Tem 10 anos que praticamente moro só. Minha relação com a família é essa. No caso, pensei que minhas irmãs fossem estudar, mas acabou que elas seguiram a vida, hoje ganham salário e tal. Eu resolvi estudar para ver se tenho uma situação de vida melhor ( Adofo - comunicação social: publicidade e propaganda).

Descreveu o estudo como uma estratégia de mobilidade social ao mesmo tempo em que deixou escapar um conjunto de emoções, expressando a resiliência diante da vida. De acordo com Nunes e Corrêa (2016) na década de noventa, as crianças negras eram vistas pela sociologia da infância, no Brasil, principalmente a partir da denúncia do racismo nas instituições escolares. Já, “os trabalhos mais recentes aliam esta perspectiva à discussão sobre as diferenças e as complexidades presentes nas tensões relacionadas à raça, gênero e classe social” (NUNES E CORRÊA, 2016: 91).

Ao retratar sobre as dificuldades que enfrenta para permanecer na universidade, mencionou: “É um sistema bruto que, sabemos, não é para a gente. Mas, temos que ser ousados e entrar mesmo para revertê-lo” (Adofo - Comunicação social: Publicidade e Propaganda). Nijala, cachoeirana desde a infância, resgatou uma memória de quando tinha 05 anos de idade:

[...]. Tinha vontade de sair na charola (andor) de Nossa Senhora do Rosário, que é a padroeira aqui da cidade [...]. Ao lado, no carrinho onde ia o andor, iam várias meninas vestidas de anjo, só que eram todas brancas. Pedia para minha mãe, dizia que queria ser anjinho, sair de anjinho. Ela dizia: depois, depois (Nijala - museologia).

Já maiorzinha, entre 08 e 09 anos, sua mãe de criação lhe disse: “minha filha, você não vai sair de anjinho porque não tem anjinho preto” (Nijala - museologia). Sua mãe biológica veio a falecer quando Nijala tinha 04 anos, com isso as irmãs foram separadas cada uma para determinada região do país:

Uma foi pra Belo Horizonte, outra pra Salvador e a outra foi para o Rio de Janeiro. Eu fiquei em Cachoeira, com a minha madrinha, que foi quem me criou e deu tudo de bom (Nijala - estudante de museologia).

Não obstante, estão sempre em contato e se reúnem, preferencialmente, em Cachoeira para festividades e comemorações.

Comentou ainda sobre o quanto é significativo o fato de Cachoeira manter viva a Irmandade da Boa Morte, uma confraria religiosa afro-católica brasileira. Historicamente, as irmandades religiosas compostas por negros além de assumir assistência médica e jurídica; socorro em momentos de crise financeira; funerais de membros das associações ou familiares, se responsabilizavam também pela compra de alforrias de outros escravos (LUCIANE REIS, 2011). Afya, que mora em Muritiba, cidade vizinha à São Félix mencionou o fato de ter estudado tanto o ensino primário quanto secundário em escola pública. E também que a relação com seu corpo foi mantida tanto na infância quanto juventude por uma aceitação. Considerou sua família:

Maravilhosa. Se não fosse a base da minha família não estava aqui, não. Porque assim como te falo... A barreira principal é o financeiro, minha mãe, meus irmãos que me ajudam. O meu marido trabalha na prefeitura como motorista (...), mas a renda não é suficiente. Uma pessoa só para tudo é complicado. Mas, graças a Deus tenho uma família muito boa, minha base é a minha família (Afya - museologia).

É possível dizer nesse caso que a dificuldade financeira é driblada através da rede de solidariedade que se cria com membros da família, que acompanham e apóiam sua trajetória comprometida com a realização do sonho de se formar e atuar no mercado de trabalho, visando obter melhores oportunidades de emprego que,

conseqüentemente, promove a mobilidade social de negros e pobres, principalmente.

### **2.3. Correspondência do CAHL com o Campus sede: perspectivas das/os estudantes entrevistadas/os**

Esse tópico abordou questões como a correspondência do CAHL com o *campus* da UFRB, em Cruz das Almas, e vice versa. As perguntas foram: você já visitou o *campus* sede? Em quais ocasiões, situações? Fale um pouco sobre como você enxerga a relação entre o CAHL e o *campus* sede. Kashka, participou de alguns eventos da universidade, em Cruz das Almas, mas disse que o período mais longo em que esteve no *campus* sede foi na ocupação do prédio da reitoria, final de outubro até dezembro de 2016. Essa correspondência foi descrita como desigual:

Por mais que seja a sede, nos perguntamos: há uma administração que está sendo exercida de modo que todos os Centros sejam valorizados? Não percebo isso. O que percebo é que, sendo uma sede onde estão abrigados cursos como de exatas, nessa lógica positivista são mais valorizados em relação aos outros [Centros] que abrigam cursos como os daqui (Kashka - História).

Se referiu ao prestígio que determinadas carreiras possuem no mercado de trabalho, os chamados cursos imperiais: engenharias; medicina; e o direito (COELHO, 1999 apud VARGAS, 2010).

O *campus* sede conforma uma verdadeira cidade universitária. Do portão principal que dá acesso aos pavilhões de aula bem como a reitoria, a distância aproximada é de 3 km. No período em que estive acampado no prédio da reitoria, saía pela manhã e à tarde a fim de caminhar ou correr pelo *campus*. Ashanti, também chegou a visitar diversas vezes o *campus* sede, já que sua mãe cursou Tecnologia em Agroecologia, no CCAAB/UFRB. Ela visitou em ocasiões como: a cerimônia de colação de grau da mãe; períodos de inscrição e matrícula; edições da Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia - RECONCITEC etc. Para ela, não existe uma conexão espontânea, afetiva entre as unidades:

Nem em relação aos docentes nem aos discentes porque não vejo professores falando: “\_ Ah, porque minha relação com professores de lá é tal e qual”. Não vejo, é muito mais centro-centro (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

Jahari, por sua vez, chegou a estudar no CETEC/UFRB, em 2014, quando ingressou no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia - BC&T:

Fiquei só um mês. Foi meu primeiro contato com esse mundo. Já tinha visitado antes, quando estava rolando aulas do Universidade para Todos. Também teve uma visita nos *campi* da UFRB então fui conhecer - era estudante do colégio e viemos aqui (CAHL) e em Cruz das Almas (Jahari - Serviço Social).

Ele se referiu ao cursinho Universidade Para Todos, um projeto gratuito do Governo do Estado da Bahia, criado através do Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004 e o Decreto nº 17.610, de 18 de maio de 2017, é coordenado pela Secretaria da Educação e executado em parceria com as Universidades Estaduais (Uneb, Uefs, Uesb, Uesc). Jahari, destacou acerca da visão estereotipada que membros vinculados ao CETEC/UFRB e CCAAB/UFRB exercem sobre os demais membros da universidade:

Querendo ou não, indo passar um dia lá [campus sede] sendo do CAHL, te olham de maneira diferente, falam certas coisas por causa do estereótipo que o CAHL tem (...). Antes de vir para cá ainda estudava lá, disse que ia mudar de curso, vir para Cachoeira. Ainda sequer conhecia a cidade, não sabia que tinha faculdade, apenas coloquei lá [SISU], escolhi o curso, depois olhei a cidade. O pessoal de lá [campus sede] falava: “\_ Toma cuidado viu, vê se não vai virar maconheiro” (Jahari - Serviço Social).

Iruwa, também estudou no *campus* sede quando ingressou, em 2010, no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas - CCAAB/UFRB. Antes, porém, já havia frequentado diversas vezes, indo a eventos ou até para fazer piqueniques; aprender a dirigir ou; como trajeto para outros bairros de Cruz de Almas - BA:

É lindo, o campus sede, desde a estética! No entanto, quando fui aluna percebi que... Primeiro, existe um trato diferente para com o curso noturno. Você se sente isolado - já que fica apenas disponibilizado o prédio onde se estuda, ou seja, o pavilhão um (Iruwa - Museologia).

Ela mencionou sua percepção quanto a diferenciação interna que existe entre discentes dos turnos diurnos e noturnos, respectivamente, sendo que no dia em que foi se matricular, lembrou-se de ter visto uma maioria de pessoas negras. À primeira

vista, não acreditou que fossem ingressantes do CCAAB/UFRB ou CETEC/UFRB. Utilizando a metáfora como recurso, disse que o *campus* sede é como:

A sala da casa, então, na sala da casa você vai receber os visitantes. Tudo tem que estar perfeito. Agora o seu quarto, a cozinha, é o segundo plano. Pode não estar bagunçado, mas não é aquela visão perfeita (Iruwa - Museologia).

Contou que, quando foi selecionada para o curso de Museologia - CAHL/UFRB, telefonou para um amigo para compartilhar a notícia e, este perguntou: “\_ Em qual centro está localizado o curso? Ela respondeu: “\_ Em Cachoeira - BA”. O amigo prosseguiu: “\_ Poxa, Cachoeira só tem viado e doido!”. Ela retrucou: “\_ Então é para lá mesmo que quero ir porque, de viado e doido, todo mundo tem um pouco. E, de médico também como diz o ditado” [risos]. Seguiu para Cachoeira empolgada e confiante de que se sentiria muito bem na nova fase e a estadia:

Existe uma diferença lá (campus sede) onde não se pode ser você mesma. Regras que precisam ser cumpridas estão subentendidas. Existe um imaginário coletivo de que ali não é o seu lugar, mesmo que saibamos que em todos os centros a maioria é negra (Iruwa - Museologia).

Essa é uma observação destacada por Iruwa sobre o racismo institucional e sistêmico, no campus sede. Comentou que, bastava estar com o cabelo natural, black, trançado, colorido etc. para ser taxado como estudante do CAHL/UFRB.

Adofo, basicamente, comentou que conhece todas as unidades da UFRB. Também afirmou que existe uma relação difícil entre o CAHL e o *campus* sede, por concentrar a reitoria:

Tudo o que acontece nos outros centros tem que ir pra lá (sede). Mesmo assim, nos casos de centros como o CAHL e CFP, vemos o seguinte: “\_ Sou de origem pobre, tenho que ter o apoio da PROPAAE para me manter aqui”. Então, procuramos a direção do CAHL, que procura a Sede. E, fica aquele jogo burocrático, empurra pra lá e pra cá, enquanto isso acabamos ficando no meio de tudo (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

A UFRB define a permanência qualificada como uma ação que põe em prática o exercício da co-responsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica. Por esse motivo, torna-se necessário avaliar quais modelos de ação institucional implicados na gestão de pessoas precisam ser reparados, no sentido de combater o racismo institucional e sistêmico.

Nijala, por sua vez, visitou o *campus* sede uma única vez, por ocasião da matrícula, em 2014. Ela também manifestou uma opinião ligada à relação de dependência mantida entre administração do CAHL/UFRB com a sede:

Até hoje não entendo porque tudo é feito por lá e não aqui, acho que poderíamos resolver também por aqui. Agora mesmo estou fazendo um estágio e toda a documentação precisa ser enviada pra lá (Nijala - Museologia).

Afya, ao contrário de Nijala, visita o *campus* sede com frequência. Não obstante, expressou opinião semelhante à daquela, quando resumiu se tratar de uma relação de dependência:

Às vezes, você quer resolver alguma coisa aqui (CAHL) e não pode, tem que ir para o centro em Cruz das Almas. Aí, ficam naquela enrolação (...), já fui muitas vezes por causa de minha bolsa, por exemplo (Afya - Museologia).

As visitas dessa estudante ao campus de Cruz das Almas se intensificaram após o marido ingressar no curso de biologia - CCAAB/UFRB. Assim, veio a se interessar também pelos eventos que acontecem no *campus*, tais como palestras, atividades de extensão etc.

#### **2.4. Infraestrutura do CAHL/UFRB e as condições para o estudo acadêmico**

Nesse tópico, busca-se conhecer sobre a infraestrutura e as condições do CAHL/UFRB para o estudo acadêmico em suportes como biblioteca; cabines de estudos; laboratório de informática; salas de aula; áreas de convivência e lazer etc. Como apresentado anteriormente, as/os estudantes manifestaram algum tipo de desconforto em relação a interação que consideraram desigual entre o *campus* sede e o CAHL/UFRB. Kashka disse que, “no geral, a estrutura do CAHL está bem deteriorada (...) é um centro de Artes Humanidades e Letras que, academicamente, não tem muito valor quanto os outros centros”. Trata-se, aqui, de uma expressão emocional, registrada por esse estudante de história, que destacou também o fato do laboratório de informática estar de porta fechada há mais de um ano. Disse que o

CAHL/UFRB está sendo sucateado, uma questão debatida nos diferentes espaços da universidade:

Entendo que, nos últimos anos, em vez de estar sendo resolvido parece que está piorando cada vez mais. O CAHL agora não tem ar-condicionado quase que em nenhuma sala, os funcionários estão sendo demitidos da universidade. Parece que o plano é realmente acabar com o Centro, não entendo de outra forma (Kashka - História).

Kashka mencionou sobre alguns terrenos que supostamente teriam sido cedidos para a universidade, “mas que ela não sabe o que fazer pois não recebe verba”. Disse que, a Direção do CAHL (2015 - 2019) e a reitoria tem batido sempre na tecla, quando questionada sobre o assunto, de que não há recursos para execução de novos projetos. Após uma averiguação sobre essa informação referente a doação de terrenos para o CAHL/UFRB, encontrei algumas notícias como: uma sessão especial da Câmara Municipal da Cachoeira, em 2010, onde ocorreu a assinatura de um convênio entre a Prefeitura e a universidade, com doação de 03 prédios para o centro de ensino em questão<sup>63</sup>. Com exceção do antigo prédio Cine-teatro Glória, que acabou não sendo incorporado à UFRB, não foi possível encontrar nomes dos imóveis doados (CRISTIANE SANTOS PITA, 2010). São Félix, por sua vez, acolhe duas residências universitárias e o ateliê do curso de Artes Visuais, tendo sido anunciada também como sede para futuras instalações prediais do CAHL/UFRB, como é o caso do antigo prédio, onde está atualmente localizado o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que agora passa a compor o patrimônio da universidade, por meio de doação municipal<sup>64</sup>.

Ashanti, também alegou alguns déficits na infraestrutura do CAHL/UFRB:

Na época em que fazia estatística, no segundo semestre, hoje estou no quarto, fazíamos no laboratório de Ciências Sociais, era uma negação. Lá ficava... fedendo a mofo, vários computadores não funcionavam e, quando chovia tinha goteira, ficava uma poça de água próxima de uma fiação. Isso era perigoso, já chegou a falir [o computador] e o estabilizador fazer assim: Blast! Brum! Lá, durante a aula... (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

---

<sup>63</sup> Ver reportagem por ASCOM - UFRB, “UFRB recebeu doação de prédios em Cachoeira”, publicada em: 03/05/2018. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/1690-ufrb-recebeu-doacao-de-predios-em-cachoeira>>. Acesso em: 21 Jul. 2018.

<sup>64</sup> Ver reportagem por Fernanda Braga da ASCOM - UFRB, “Município de São Félix tem nome incorporado a Centro de Ensino da UFRB”, publicado em: 23/05/2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/4443-sao-felix-tem-nome-incorporado-a-centro-de-ensino-da-ufrb>>Acesso em: 21 Jul. 2018.

Disse que foi numa aula de Pesquisa Social Quantitativa. Sobre a biblioteca e laboratórios, relatou o seguinte sobre a infraestrutura desses espaços:

Na parte de cima até que é legal, às vezes dá pra estudar. Mas, se precisar usar o computador, já não tem mais. Antigamente tinha, não tem mais. Quando tem, não conecta à internet. Aí, ouço muito falar que existe uma distinção entre os cursos: por que computadores, instrumentos - vamos dizer assim - dos cursos de cinema, artes visuais e comunicação são melhores, tem laboratórios, isso e aquilo? (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

Jahari, por sua vez, manifestou que o CAHL/UFRB oferece uma infraestrutura com condições favoráveis para o estudo acadêmico:

Mas não é 100%, se a gente for comparar com a sede de Cruz, aqui a condição é bem precária porque lá tem uma biblioteca enorme, muitos materiais, vários prédios. Tem o Restaurante Universitário e aqui não tem. Então, as condições não são as piores, mas deveria ter uma ampliação das condições favoráveis aqui (Jahari - Serviço social).

Mais uma vez, a comparação e alegação de que no campus sede, as condições acadêmicas são melhores. Iruwa, emendou:

Agora, o laboratório de computadores é um problema (...), não é tudo que é de todo mundo. No entanto, o que é de todo mundo é desprezado, então, fica lá para quem quiser usar, aí, não tem um mouse, às vezes está quebrado [computador] (Iruwa - Museologia).

Durante o ano de 2016, o Laboratório de Informática do CAHL/UFRB não contava com funcionários monitorando a sala, por isso, diversas vezes houveram computadores sem mouse para acessar. Ela mencionou que já não tem mais gosto de chegar na porta do Laboratório de Informática do CAHL porque houveram ocasiões, onde teve que ir até uma Cyber para realizar o trabalho acadêmico, devido às dificuldades de acesso aos computadores da universidade. Em 2017, haviam três computadores no andar de cima da biblioteca do CAHL/UFRB. Em 2018, foram retirados em razão das goteiras que estavam caindo do telhado. Novamente, percebe-se um relato sobre as condições de infraestrutura precária do CAHL/UFRB.

Adofo, pontuou que essa precariedade começa porque o sistema não quer estudantes pobres na universidade. Reforçou sobre a necessidade de aumentos nos investimentos com auxílio para estudantes negros e pobres, principalmente:

Além de termos tido um ensino médio público, por vezes, bem fracassado, temos que ter pelo menos esse apoio de um auxílio para poder dormir, acordar, comer, transportar e estudar (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

Ele se referiu ao *campus* sede ressaltando algumas diferenças na infraestrutura quando comparadas com o CAHL e/ou outros centros da UFRB:

Em Cruz das Almas, acho que sim porque tanto no CAHL ou em outros centros como CFP, CETENS, CECULT, CCS, que é onde vou, é mais complicado. Geralmente, é na sede onde o dinheiro está realmente. Acho que o dinheiro que recebem já gastam por lá mesmo. Os centros que precisam de muita ajuda são o CAHL; CFP; CETENS e CECULT. O CCS, ainda, é melhorzinho e o *campus* sede vive no luxo (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

Nijala também criticou a infraestrutura oferecida pelo CAHL/UFRB. Disse que, quando o centro foi inaugurado, em 25 de maio de 2009<sup>65</sup>, a situação estava melhor:

Agora, estamos sabendo aí que as salas dos computadores... Muitos computadores quebrados. A internet, tem dias que funciona e em outros não; a água não está mais potável como antes; os bebedouros não estão com águas geladas. Aqui não tem refeitório. Acho que iria melhorar tanto para as pessoas de fora quanto para mim que sou daqui porque não precisaria ir em casa (...) (Nijala - Museologia).

Seu relato informa sobre a importância do RU tanto para aqueles estudantes que vem de fora quanto para quem já mora e estuda na universidade. Com relação à biblioteca, disse que é o espaço em que mais frequenta no CAHL/UFRB. Considerou que pode ainda melhorar: “Tem algumas infiltrações, tá meio que... abandonado” (Nijala - Museologia). Afya, por sua vez, expressou o seguinte:

Ave Maria, não, tudo ruim! A biblioteca ainda tem uns livros, mas a sala de aula... gente, pelo amor de Deus, precisa dar uma reestruturada boa, precisa melhorar tudo porque assim no curso de museologia mesmo, não tem um laboratório para que se possa fazer o que o curso necessita! Estuda-se muito o teórico, mas o prático não temos tanto. Para o que se exige, deveríamos ter Laboratórios para poder praticar! (Afya - Museologia).

Esse relato é uma expressão emocional, que registra o sentimento de irritação dessa estudante com o fato da universidade cobrar, cada vez mais, maior

<sup>65</sup> Com a presença do, então, Presidente Lula e o Governador Jaques Wagner (PT - BA) entre outras autoridades e personalidades. Ver reportagem por ASCOM da UFRB, “Inauguração do Quarteirão Leite Alves”, publicado em: 10/05/2009. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/cahl/noticias/193-inaugura-do-quarteirleite-alves>>. Acesso em 12 Abr. 2018.

desempenho acadêmico sem, contudo, oferecer condições para um aprendizado de qualidade. No dia 05 de julho de 2016, estudantes do CAHL/UFRB ocuparam o Prédio no Quarteirão Leite Alves, em protesto contra a escassez de alguns serviços prestados, em especial, na Casa de Estudantes Ademir Fernando:

**Figura 8 - Frente do CAHL/UFRB no Quarteirão Leite Alves - Cachoeira - BA**



Fonte: Marcia Schlapp- WhatsApp<sup>66</sup>.

Em 25 de julho de 2016, os vigilantes da universidade paralisaram suas atividades e, no mesmo dia, estudantes do *campus* sede ocuparam a reitoria, reivindicando tanto o retorno do funcionamento do RU, que havia sido interrompido em razão da paralisação dos terceirizados quanto o pagamento dos salários e indenizações desses funcionários, que já vinham enfrentando dificuldades <sup>67</sup>. Como é possível perceber, entre 2014 e 2017, ocorreram paralisações, greves e ocupações que ocasionam transtornos em decorrência das interrupções no calendário letivo: a ocupação da reitoria por estudantes entre 19 de outubro a 27 de dezembro de 2016;

<sup>66</sup> Reportagem por, “Diário da Notícia”, “Estudantes da UFRB de Cachoeira ocupam prédio do CAHL”, publicada em 05 de julho de 2016: <<https://www.diariodanoticia.com/2016/07/estudantes-da-ufrb-de-cachoeira-ocupam.html>>. Acesso em 12 Abr 2018.

<sup>67</sup> Ver reportagem por Diário da Notícia, “Vigilantes da UFRB fazem paralisação por tempo indeterminado; estudantes ocupam reitoria”, publicado em: 25/07/2016. Disponível em: <<https://www.diariodanoticia.com/2016/07/vigilantes-da-ufrb-fazem-paralisacao.html>>. Acesso em: 24



a greve docente em 17 de junho a 13 de outubro de 2015<sup>68</sup>; e ainda 108 dias de greve dos Técnico-Administrativos em Educação - TAEs, deflagrada em 17 de março indo até 18 de junho de 2014. Essas paralisações, ocupações e greves refletem o jogo político denso travado, dentro e fora das universidades, que historicamente foram controladas por grupos oligárquicos (BRITO, 2008: 33).

## 2.5. Acesso à universidade e autoestima das/os estudantes

Kashka, relembrou a primeira atividade acadêmica em que participou, logo que ingressou no CAHL/UFRB, no semestre letivo 2014.1. Era uma Roda de Conversa organizada pelo Pet Conexões – Acesso Permanência e Pós-Permanência, cujo 1º Ciclo de debates, aconteceu entre 12 e 13 de agosto daquele ano:

**Figura 8 - Cartaz de Divulgação do I Ciclo de Debates - Acesso e Permanência - CAHL/UFRB**



(Fonte: Blog Pet Conexão - UFRB e Recôncavo em Conexão).

<sup>68</sup> Ver reportagem por APUR, “Com 127 votos a favor, docentes da UFRB aprovam greve imediata”, publicado em: 17/06/2015. Disponível em: <<http://apur.org.br/com-127-votos-a-favor-docentes-da-ufrb-aprovam-greve-imediate/>>. Acesso em: 24 Jul. 2018.

Nessa ocasião, relatou que haviam dois estudantes, sendo: uma mulher negra cis heterossexual e; um homem branco cis homossexual, falando sobre identidades:

No momento que bati o olho e vi aquelas pessoas, já consegui pelo menos me ver minimamente dentro daquele espaço. Isto vai construindo uma auto afirmação e até uma autoestima dentro de você. (...), reconhecer essas pessoas aqui no espaço que ainda não era meu, mas que estava começando a construir para ser acho que foi importante (Kashka - História).

Para Ashanti, o acesso à universidade contribui para a elevação da auto-estima:

Porque você começa a ver mais parecidos com você. No caso, antes, não me via... me via entre aspas, mas não tanto. Tantas mulheres negras de cabelos lindos, lá em cima, ativas (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

Tanto o cabelo quanto a cor da pele desempenham um papel importante na construção de identidade negra. Para Gomes (2006), o cabelo é uma marca identitária do sujeito negro sendo, por vezes, considerado um signo de inferioridade. Nesse sentido, argumenta para o fato de que também pode ser revalorizado através de uma (re)constituição identitária, afirmativa, que vai além do indivíduo, perpassando pelo grupo étnico-racial de pertencimento. Jahari, por exemplo, logo que se mudou para Cachoeira - BA, sentiu a necessidade de ampliar sua visão de mundo:

Morar sozinho, cuidar das contas, ter responsabilidade, tudo isso foi criando em mim mais responsabilidades. Acabei, querendo ou não, reunindo atitudes mais adultas, passei a me preocupar com outras coisas. Vir para cá também impactou um pouco a minha parte emocional, sentimental, mental, e isso é algo que ainda estou processando (Jahari - serviço social).

A auto-estima pode estar relacionada assim com situações pessoais, que repercutem no dia-a-dia como as implicações decorrentes do fato de se ausentar da casa dos pais a fim de ingressar na universidade:

É algo que ainda estou em processo, percebi que houveram algumas consequências e ficaram mais expostas, agora, vou tentando conviver e reverter algumas situações. Em alguns momentos minha autoestima fica lá em cima, super bem, mas não poderia dizer que tem contraste, um antes e depois (Jahari - Serviço Social).

Iruwa, disse que ao receber a notícia da aprovação no curso de Museologia, comentou que uma amiga veio felicitá-la:

“ Menina, voltar a estudar faz tão bem assim, é? Você está linda! Vou voltar a estudar também!” Para você ter uma ideia, quando voltei a estudar estava em uma situação difícil: era vendedora de acarajé e, para prepará-lo exige repetição de movimentos. Fiquei com LER, fibromialgia, e muitas dores na coluna, lesões em várias partes do corpo além de depressão (Iruwa - Museologia).

O INSS concedeu a ela dois anos de auxílio, então pensou:

O que vou fazer nesses dois anos? Se ficar dentro de casa vou continuar enlouquecendo porque, o INSS me dava dinheiro para subsistência, mas não me dava um psicólogo, um psiquiatra, a psicoterapia eu não tinha (Iruwa - Museologia).

Quando decidiu voltar a estudar:

Me deu aquele estalo e falei: vou voltar a estudar, isso foi em 2007. Em 2008, realizei o EJA, em 2009, o ENEM e, entre uma coisa e outra fazia o supletivo. Em 2010, entrei na universidade, faz exatamente 10 anos que decidi voltar a estudar (Iruwa - Museologia).

Foram muitas dificuldades que enfrentou ao longo desse período. Entre elas, o fato de ter sido discriminada porque voltou a estudar:

Primeiro por minha irmã mais velha, que disse: “\_ Mas como assim você vai voltar a estudar? Vai estudar onde?” Falei: “\_ Num colégio aqui perto, o Landulfo Alves.” Ela respondeu: “\_ Mas você... Lá só tem menino!” Falei: “\_ Então, é lá do lado dos meninos que quero estar porque eles têm vitalidade e eu tenho experiência.” (Iruwa - Serviço Social).

Reconheceu que foi uma experiência maravilhosa rever muito do que havia aprendido:

Em mil novecentos e antigamente. Depois de 25 anos, continuava com aquele conhecimento ali. Fui muito bem recebida pela turma do colégio, entrei em um concurso de poesia e ganhei. Muitas coisas aconteceram, hoje sou referência para essa escola onde fiz o EJA. Os professores me chamam para fazer rodas de conversa com os jovens (Iruwa - Museologia).

Iruwa, disse que já participou do Pet Conexões – Acesso Permanência e Pós-Permanência, mediando rodas de conversa em espaços, dentro e fora da universidade, ligados à educação.

Adofo, relatou que quando ingressou no CAHL/UFRB, em 2015, logo no primeiro dia de aula teve a percepção do quanto seria complicada a sua permanência, no curso:

Vi que, a maioria da minha sala de cinema era branca e rica, vinham do Sul, de escolas particulares, com pai e mãe que ajudavam. Eu não tenho isso, né. Queria, mas não tenho. Por isso, vi que seria muito difícil, tinha uma visão romântica da universidade. Mas, hoje, ao contrário, vejo que ela é mais realista e crua, possível (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

Chegou até brincar dizendo que, no primeiro dia de aula, foi como se estivesse participando de uma cena da série de tv brasileira “Malhação”:

Só vê a galera branca, criada a base de leite ninho. É complicado, mas me fez também estudar mais sobre o meu caso. No final das contas são vários outros casos na UFRB, milhares de alunos que vivem essa geração nova que, no final das contas, é o primeiro da família a entrar na universidade (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

Conta que percebeu, no primeiro dia de aula, a ausência de pessoas negras no curso de Cinema e Audiovisual. A identificação sobre essa ausência foi o que motivou a se aproximar da temática étnico-racial.

Para Nijala, o acesso ao ensino superior contribui com uma elevação da autoestima, por se tratar de:

Um desejo que você realiza. Eu cheguei a ter pensamentos, anos atrás, de dizer: poxa, não vou conseguir fazer minha faculdade. Sempre quis fazer museologia porque fui criada nos museus, em Cachoeira (Nijala - Museologia).

Reiterou o seu gosto pelo curso afirmando que, tão logo surgiu a oportunidade de estudar museologia, abraçou-a:

Acho que existe uma valorização em cima disso. As pessoas te olham de outra forma quando diz que está fazendo uma faculdade ou está estagiando. Quando conversamos com as pessoas, elas dizem: “\_ Ah, aquela senhora ali é da faculdade”. Te olham com uma outra visão (Nijala - Museologia).

Afya, também considerou se tratar de um desejo seu ingressar na universidade. Inicialmente, sonhava em cursar pedagogia - CFP/UFRB, em Amargosa - BA, mas devido a distância bem como sua condição financeira, que não permite pagar um curso particular, veio optar pelo CAHL/UFRB, encarando essa oportunidade como uma possibilidade de alcançar seus objetivos. O bem-estar e qualidade de vida das/os estudantes se apresenta como fundamental, posto que permeia a vida acadêmica.

## 2.6. Aspectos positivos e negativos no acesso e permanência estudantis

“(…) Desde cedo a mãe da gente fala assim: “Filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor”. Aí, passado alguns anos eu pensei: como fazer 2 vezes melhor, se você tá pelo menos 100 vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... Por tudo que aconteceu, duas vezes melhor como? Ou melhora ou ser o melhor ou pior de uma vez. E sempre foi assim, você vai escolher o que tiver mais perto de você, o que tiver dentro da sua realidade. Você vai ser duas vezes melhor como, quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida rapaz”.

A vida é Desafio, Racionais MC, 2002.

Kashka, compreendeu como negativa a relação conflituosa entre docentes e estudantes, no espaço de sala de aula:

Pelo menos no meu curso de história acho que os professores, que são quem tenho mais propriedade para falar, não tem preparo para serem professores. Eles são pesquisadores colocados no lugar de professores para dar aula, formar um estudante de licenciatura. Acho que o maior problema realmente é esse... Encontrar professores compromissados com os estudantes (Kashka - História - Licenciatura).

É uma crítica construtiva em razão da necessidade de reflexão sobre a formação docente orientada para a diversidade e inclusão. Como um aspecto positivo, destacou o diálogo aproximado entre servidores técnico administrativos e terceirizados. Ashanti, também se referiu à relação conflituosa entre docentes e discentes, em sala de aula, como aspecto negativo:

Minha turma é muito taxada entre os professores de Ciências Sociais. No primeiro semestre, não tivemos antropologia direito nem introdução aos estudos acadêmicos. Não tivemos interação com uma professora específica de Oficina de Textos, então, foi um semestre meio assim... Nós já ficávamos pra trás (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

Já, com relação à feição positiva do acesso e permanência estudantil, mencionou as viagens acadêmicas, entre elas, uma que foi realizada no primeiro semestre do curso:

Para São Francisco do Paraguaçu e do Iguape, aqui perto, nas redondezas de Cachoeira, na semana do dia 20 de novembro. Foi muito legal porque foi algo que fizemos fora da faculdade, no qual pudemos nos reunir e nos divertir! (Ashanti - Ciências Sociais - Bacharelado).

O semestre letivo relacionado a esse passeio se refere à 2015.1, iniciado em junho mas, suspenso de julho a setembro em razão da greve Docente e Técnico Administrativa. Nessa ocasião, o calendário acadêmico retomou as atividades em 13 de outubro de 2015. À respeito de Jahari, um aspecto positivo informado por ele foi sobre as confraternizações realizadas pela turma do curso de Serviço Social, nos finais dos semestres letivos, proporcionando maior interação e convivência. Iruwa, por sua vez, apresentou como positiva a discussão realizada em sala de aula sobre o respeito e valorização dos terceirizados.

Adofo, por seu lado, descreveu alguns acontecimentos ocorridos, em 2016, ligados à conjuntura política nacional a fim de mencionar uma conformação negativa do acesso e permanência estudantil, com destaque para a aprovação da PEC 55/2016, de iniciativa do Presidente da República Michel Temer (2016 - 2018), que resultou na norma jurídica EC 95/2016, instituindo o Novo Regime Fiscal, por 20 anos, nos âmbitos do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União:

Nós [estudantes] fizemos o seguinte: ocupamos a UFRB. Tivemos o apoio da categoria de Técnico Administrativos, de alguns professores, e dos alunos - a maioria. Foi muito importante ficarmos 69 dias [ocupados] para mostrar à população que a PEC é ruim, mesmo tendo sido aprovada depois (Adofo - Comunicação Social - Jornalismo).

A epígrafe que inicia essa subseção faz menção ao álbum, “Nada como um Dia após o Outro Dia” (2002), lançado em CD duplo pelo Racionais MC, referência na cena do Rap nacional, sendo: CD 1 - *Chora agora*; e CD 2 - *Ri depois*. Essa divisão de sentimentos - choro e riso - pode ser compreendida enquanto resiliência na luta

travada por moradores e moradoras de comunidades periféricas, em geral negros e pobres, contra as adversidades cotidianas. Esse registro é motivado pela consideração de que, “os recursos financeiros são um dos principais fatores na desigualdade de acesso à universidade” (DUBET, 2015: 257).

Por isso, de acordo com Barbosa (2015):

Quanto mais abrangente se torna o público atingido por um determinado segmento do sistema escolar, mais intensas serão as luzes do debate sobre o sentido e os modos de funcionamento da escolarização na sociedade (BARBOSA, 2015: 258).

O reitor Silvio Soglia (Gestão: 2015-2019) considerou em artigo publicado, em 2018, por ocasião da comemoração de aniversário dos 13 anos da UFRB, que:

A Federal do Recôncavo da Bahia elevou a oferta de vagas para além da capital do estado e comemora o crescimento do número de jovens baianos, em especial da população negra e pobre, com acesso ao nível superior de ensino, nos últimos anos. Desde a sua criação, a UFRB vem ganhando destaque no cenário nacional pela sua política de inclusão social (ASCOM/UFRB, 2018: online).

Nesse território historicamente marcado por lutas e resistências do povo negro, indígena e quilombola, a presença e permanência de estudantes negras/os, indígenas e quilombolas na Federal do Recôncavo, compreende a necessidade de aumento nos investimentos com ações e programas de permanência qualificada como modo de fortalecer os propósitos de democratização e equidade, na educação, não o contrário.

Nijala, a seu tempo, mencionou como aspecto negativo do acesso e permanência estudantil, dificuldades decorrentes da manutenção e funcionamento do CAHL/UFRB. Em razão de atrasos nos salários dos funcionários terceirizados, em 2016, vinculados às empresas DSP (Limpeza), ATENTO (Vigilância) e LOCRHON (Portaria e Apoio Administrativo), contratadas pela UFRB, alguns serviços indispensáveis para a educação de qualidade foram sucateados. Em relação ao aspecto positivo, Nijala testemunhou a conquista que foi a vinda da UFRB para esse território de identidade da Bahia e, ainda, sobre eventos e projetos realizados nas imediações do CAHL/UFRB, entre eles: o curso Internacional - “Decolonial Black Feminism in The Americas”, organizado por iniciativa de uma rede internacional de organizações feministas e descoloniais, trazendo para Cachoeira a filósofa e ativista

Angela Davis, referência internacional na luta anti-racista<sup>69</sup>; e o Cineclube Mário Gusmão, projeto de extensão vinculado ao curso de Cinema e Audiovisual<sup>70</sup>

## **2.7. PROPAAE/UFRB: as/os estudantes entrevistadas/os e o PPQ**

Na página da UFRB, aba direcionada às Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, clicando em Programas e Projetos há um redirecionamento para o Programa de Permanência Qualificada:

Uma das ações constituintes do conjunto de políticas que têm o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior, de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas, põe em prática uma ação de co-responsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica (UFRB, s/d, online).

A PROPAAE/UFRB é uma iniciativa pioneira no âmbito das universidades federais, criada com o compromisso institucional de trazer para o centro das decisões administrativas questões relativas aos assuntos estudantis e implementação de ações afirmativas no ensino superior. Durante o século XX e início do século XXI, nenhuma universidade pública federal havia assumido o compromisso com a implementação de políticas afirmativas como eixo estruturante de uma pró-reitoria. A política de permanência qualificada - PPQ, da UFRB, é associada à excelência na formação acadêmica, sobretudo, por meio do pecuniário à projeto institucional, que representa um volume significativo de recursos destinados à PROPAAE para provimento das necessidades acadêmicas, com foco na democratização.

Entre os objetivos do PPQ, estão: 1) Garantir a permanência de estudantes dos cursos de graduação da UFRB, assegurando a formação acadêmica dos beneficiários do Programa, através de seu aprofundamento teórico via participação

---

<sup>69</sup> Ver conferência de encerramento do Curso “Decolonial Black Feminism in The Americas”, publicado em 17/07/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NDwbjSvpDZo>>. Acesso em: 31 Jul. 2018.

<sup>70</sup> De 06 a 09 de março de 2018, o cineclube realizou a Mostra “Performance Negra Mostra no Cinema Brasileiro”, em Cachoeira – Recôncavo Baiano. Artistas como Grande Otelo, Léa Garcia, Mário Gusmão, Ruth de Souza, Zezé Motta e Zózimo Bulbul compuseram o elenco da Mostra. Ver a página oficial do projeto de extensão no facebook. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/CineclubeMarioGusmao/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/CineclubeMarioGusmao/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 13 Ago. 2018.

em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros, atividades de ensino/acadêmica relacionadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional; 2) Implementar na instituição uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica; 3) Possibilitar maior interação entre o ensino, extensão e a pesquisa; 4) Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural em articulação com o desenvolvimento regional; 5) Qualificar a permanência dos alunos beneficiários dos Programas de Políticas Afirmativas da UFRB; 6) Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na graduação; 7) Combater o racismo e as desigualdades sociais.

Ao todo são cerca de quatro etapas na seleção do PPQ: inscrição online; análise documental - avaliação dos critérios socioeconômicos e institucionais; convocação das/os selecionada/os para entrevista social; resultado final e efetivação do auxílio. Essa subseção atende dois objetivos específicos da dissertação: análise da instituição de políticas de Ação Afirmativa voltadas para a correção de desigualdades sociorraciais no âmbito da educação, com recorte étnico/racial a partir do Centro de Artes, Humanidades e Letras; e a compreensão dos efeitos, em sua totalidade, da Lei nº 12.711/2012 para a população negra brasileira. Para tanto, foram consideradas questões sobre a PROPAAE/UFRB, com foco no auxílio: o que você acha do PPQ? A comunicação da gestão da PROPAAE com os estudantes é direta?; Você teria alguma crítica a fazer sobre algum dos auxílios oferecidos hoje pela PROPAAE? Acrescentaria algum? Qual?; Sobre o auxílio-creche: conhece alguém que fez uso dele? Você acha este auxílio efetivo? Além dessas, também houveram 02 questões relacionadas com as cotas étnico- raciais: gostaria que falasse sobre as cotas étnico/ raciais. O que você acha das cotas nas universidades?; É estudante cotista - étnico/ racial e social?

Kashka, é estudante cotista e bolsista PPQ, na modalidade: pecuniário à projeto institucional. Quando foi questionado sobre como faz para se manter na universidade, permanecer nela, disse:

Recebo R\$ 400,00 da PROPAAE, esse dinheiro é a única renda que tenho para me manter na universidade. Fora alguma ajuda que recebo eventualmente da minha família, que já é de grande valia também porque eles não podem me ajudar e entendo isso (Kashka - História).

Pode-se dizer, nesse sentido, que uma estratégia de permanência não institucional é a criação de redes de solidariedade e afeto, através de vínculos de amizade entre estudantes ou membros da comunidade local. Com relação às cotas, considerou-as:

Necessárias ainda por um bom tempo, pois estamos vendo esses atores que estão entrando na universidade - negros, indígenas e pobres - estão mudando a realidade dela. Discussões que antes eram somente acadêmicas estão tomando pauta nacional seja pela internet ou outros meios de comunicação, por causa da popularização da universidade (Kaska - História).

As cotas significam uma revolução no Brasil e as universidades saíram na frente em sua formulação e implantação, numa demonstração do papel transformador que essa instituição representa na sociedade.

Hoje, a presença de estudantes negros é mais significativa do que há 15 anos nesse espaço historicamente embranquecido. E, as denúncias relacionadas aos casos de fraude no sistema de cotas, a partir de 2013, são contribuições para ajustes necessários à essa política de Ação Afirmativa<sup>71</sup>. Esse estudante de história afirmou que o PPQ é um projeto fundamental para os propósitos da universidade inclusiva, cujo discurso sai em defesa da diversidade cultural. No entanto:

A UFRB se vangloria muito com o PPQ sem se preocupar em ampliá-lo, em mantê-lo. A bolsa projetos institucionais, por exemplo, já não existe mais. Agora, eles (administração) se apoiam num discurso de golpe, de que a universidade não está mais recebendo a mesma atenção que recebia nos governos Dilma e Lula (Kashka - História).

Salientou o quanto é importante que a universidade cresça, mas sem deixar de se preocupar com os atores que necessitam de assistência:

Percebo que o PPQ é falho. Ele é necessário na UFRB, mas ainda não está nos moldes do que a universidade merece e a comunidade que acessa necessita. Falta muito para que o PPQ seja um projeto modelo (Kashka - História).

---

<sup>71</sup> Ver reportagem por Débora Brito, da Agência Brasil, “Cotas foram revolução silenciosa no Brasil, afirma especialista”, publicado em: 28/05/2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>>. Acesso em: 01 Ago. 2018.

A crítica desse estudante pode ser compreendida através da percepção quanto aos efeitos significativos das cotas no Brasil, especificamente, nesse território de identidade da Bahia, o Recôncavo.

Não obstante, em razão dos crescentes cortes de gastos do Governo Federal para a pasta da Educação, especificamente, o ensino superior, em 2017, no CAHL/UFRB, pode ser verificado que o número de pecuniários à projeto institucional caiu praticamente pela metade quando comparado ao ano anterior (GRÁFICO Nº 03). Se fosse possível, Kashka, disse que além de recuperar essas bolsas que foram cortadas, em 2017, ampliaria o número de beneficiários. Chamou a atenção também para a necessidade de fortalecimento de uma política de saúde mental, reservando atenção para o acompanhamento psicológico discente:

A UFRB precisa compreender quem são os atores que tem dentro dela - o CAHL, principalmente. Estamos em uma comunidade que está acessando a universidade aos poucos e possui necessidades que não estão sendo acompanhadas no PPQ. Acho que deveria ser ampliado [recursos] e não cortado quando se tem um golpe, uma crise (...). Isso não tem lógica, aliás, é uma lógica racista (Kashka - História).

O corte de gastos sociais pelo governo Michel Temer (2016 - 2018) assumiu novos contornos, após a greve dos caminhoneiros, que teve início em maio de 2018 e durou 11 dias: para bancar a conta do acordo realizado, o governo retirou recursos de setores sensíveis como saúde, educação e transporte (CAMPOREZ; BRESCIANI; GÓES, 2018), medidas impopulares tomadas pelo governo com a maior reprovação da história (AMARAL, 2018).

Com relação ao auxílio-creche, o estudante mencionou sua irmã, que também é discente no CAHL/UFRB, no curso de Comunicação Social - Jornalismo. Segundo Kashka, sua irmã pleiteou o auxílio assim que ingressou, no 1º semestre. Não obstante, precisou ainda esperar até aproximadamente 03 meses a fim de começar a recebê-lo:

O seu e de outras mães, que também precisavam. Fizemos uma série de movimentações, reuniões. Também, é preciso dizer que uma creche não é R\$ 150,00. Este, é um valor baixo para qualquer escola hoje que pega crianças, no maternal (...). Enfim, acho que merecia uma atenção maior o auxílio (Kashka - História).

Ashanti, por sua vez, também é cotista e bolsista no PPQ. Ela considerou importante a política de reserva de vagas na universidade, encarando-a como um modo de

comprometimento da IES pública com o acesso e permanência de estudantes de camadas sociais historicamente mantidas fora do ensino superior brasileiro:

Principalmente nos cursos tidos como “de brancos”, medicina, por exemplo, que já pensei em fazer - cheguei a prestar o vestibular da UFBA -, mas estava desmotivada (...). Então, desisti, mas no dia da prova havia muitos negros e, na época, a UFBA ainda não estava aceitando a nota do ENEM (Ashanti - Ciências Sociais).

Com relação ao conjunto de ações da comunidade acadêmica da UFBA, que resultaram na aprovação de cotas, em 2004, destaques para a: proposta do Diretório Central dos Estudantes - DCE, em 2002, de implantação da reserva 40% das vagas para negros, em reunião do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão CONSEPE e; no mesmo ano, o Programa de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero do Centro de Estudos Afro-Orientais - CEAFO, entregou ao reitor Heonir Rocha, uma proposta preliminar de ações afirmativas, propondo a reserva de 40% das vagas para estudantes negros, no vestibular de 2003. Em maio de 2004, após ampla discussão, o Conselho Universitário - CONSUNI aprovou o Programa de Ações Afirmativas - PAA/UFBA. Assim, “até o ano de 2002, não existia um consenso sobre a adoção de uma política social ou racial na Instituição” (ESPIRITO SANTO, 2013: 92). Continuando, a estudante comentou ainda que sua primeira aprovação no curso de ciências sociais foi, em 2013, entretanto, adiou os estudos nessa ocasião para se dedicar à maternidade. Sua filha havia acabado de nascer e a tentativa de recorrer a um recurso especial junto à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD/UFRB para realizar atividades acadêmicas, no domicílio, foram frustradas.

Assim, disse que reingressou em 2015 buscando pleitear o auxílio transporte, mas que veio a conquistá-lo somente, em 2017. Então, para se manter na universidade durante esse período, conta com o apoio do namorado que vive junto com ela desde o nascimento da filha. O gasto mensal com transporte:

É de R\$220,00 ou mais porque a passagem aumentou para R\$7,50 - sendo R\$6,50 para estudantes. Recentemente, passei a viajar [de Cruz das Almas para tomar um] ônibus de Mangabeira - BA, e venho com ele [até Cachoeira]. Às vezes volto outras não, mas já ajuda no custo porque reduz (Ashanti - Ciências Sociais).

Disse que se inscreveu para o pecuniário ao transporte, no PPQ, em três ocasiões: 2015.1, 2016.1 e 2017.1. Acerca do auxílio-creche, disse que não chegou a conhecer ainda alguém que tenha utilizado:

A respeito do auxílio-creche só vi no primeiro formulário da PROPAAE, que recebi no dia da inscrição em Cruz das Almas, em 2013. Naquele papel - lembro que era até de material reciclável - estava o auxílio-creche constando, servia apenas para crianças com até três anos (Ashanti - Ciências Sociais).

Com relação à Jahari, que também é estudante cotista além de bolsista no PPQ - pecuniário a projeto institucional, encarou as cotas como positivas e necessárias:

Por exemplo, entrei por cotas e não sei o que poderia ter acontecido se não fossem elas para ingressar na universidade. Dizer que são esmolos, que deveríamos entrar pelo escopo da meritocracia é não entender nossa realidade, os privilégios que possuem e nós carecemos (Jahari - Serviço Social).

Elogiou o PPQ dizendo se tratar de um programa maravilhoso e que, se não existisse, provavelmente não estaria cursando uma universidade. Não obstante, mencionou críticas ligadas à burocracia existente para concessão dos auxílios.

Ponderou que gostaria de contar com a possibilidade do acúmulo de bolsas, na universidade:

Você só pode ter uma bolsa, não pode ter duas (...). Não posso nem conseguir um trabalho com carteira assinada ou teria que cancelar a bolsa (...). Também vejo que existe um contraste enorme entre as bolsas com relação ao valor e o tempo de duração. Fico pensando sobre como se dá a dinâmica das bolsas e acredito que não corresponda à nossa realidade (Jahari - Serviço Social).

É importante dizer que esta se trata de uma política institucional da UFRB, que não necessariamente tem que ser seguida ou acompanhada pelas demais IFES. Por esse motivo, a fim de tratar sobre o acúmulo de bolsa na Federal do Recôncavo, deslocou-se um trecho da entrevista com a Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB, Prof.a Ma. Maria Goretti da Fonseca (Gestão 2015 - 2019), onde argumenta que tal impedimento é decorrente de uma decisão político-institucional:

A decisão dessa universidade até o momento foi: vamos incluir mais. Isso porque um aluno que tem a possibilidade de pleitear uma bolsa PIBIC, por exemplo, pode ajudá-lo a se manter. É meritória? Sim, é. Não se trata de auxílio social, logo, ele ou ela deveria ter direito às duas. Entretanto, se tiver direito às duas, alguém que precisa de uma não conseguirá se manter na universidade (Pró-Reitora - PROPAAE/UFRB).

À princípio, somente o auxílio-creche pode ser cumulativo com qualquer outro, pois se refere a um direito de outrem, neste caso, filho da/o estudante matriculada/o, avaliou a pró-reitora. Estudantes residentes nas moradias estudantis da UFRB também podem cumular com as assim chamadas bolsas meritórias: PIBIC, PIBEX, PIBID ou PET, oferecidas pelas outras pró-reitorias. Maria Goretti disse que muitos estudantes dirigem-se à PROPAAE/UFRB ao serem selecionados para essas bolsas a fim de fazerem a opção:

Temos esse diálogo muito franco com os estudantes. Existem aqueles que não informam, mas quando o dado cruza nós identificamos e, se ela ou ele recebeu indevidamente, deve ressarcir o erário sob pena de não concluir o curso. Se já concluiu a universidade - nós tivemos um caso assim - pode ficar impedido de realizar concursos (Pró-Reitora - PROPAAE/UFRB).

Provavelmente, esse impedimento seja em razão do diploma ser mantido retido na universidade até que ocorra uma mediação e resolução da pendência. O fato é que, a dimensão política da decisão em questão, segundo a Pró-Reitora, se deve em razão do lugar onde a UFRB está instalada além dos cortes de gastos do Governo Federal para pastas como a da educação, essencial ao desenvolvimento econômico e social do país.

A região do Recôncavo da Bahia é uma das mais densamente povoadas do Brasil, com densidades superiores a 50 hab. por km<sup>2</sup>, sendo várias as razões para explicar essa excepcional concentração da população:

1. a antiguidade do povoamento, desde que a região foi uma das primeiras a ser colonizada pelos portugueses; 2. o predomínio da agricultura intensiva, sobretudo a cultura da cana de açúcar e do fumo, velhas atividades do Recôncavo, que ali encontraram clima e solo favoráveis ao seu desenvolvimento; 3. a introdução do elemento negro, trazido da África como escravo, a fim de assegurar tais culturas e o trabalho nos engenhos de açúcar; 4. a proximidade da cidade do Salvador, a mais antiga cidade brasileira, à qual a região sempre esteve e continua estar estreitamente ligada (AZEVEDO, 1950: 146).

Diante desse cenário político, a Pró-reitora completa, “ou a gente inclui mais ou deixa que poucos vivam muito melhor”. Iruwa, também é cotista além de ter sido

bolsista pelo PPQ, na modalidade auxílio transporte, até conseguir uma bolsa no Programa de Educação Tutorial - PET/MEC/SESu, via PROGRAD. Acerca das cotas étnico-raciais, é uma defensora:

Sou toda cotas: sou mulher, negra e de periferia. Faço parte do CadÚnico, tenho Número de Identificação social - NIS, sempre estudei em escola pública, sou toda cotas. Defendo as cotas e acredito que não devem ser uma forma de reparação eterna, mas por um bom tempo precisarão ser utilizadas (Iruwa - museologia).

A defesa das cotas por essa estudante está ligada à percepção de que a implementação dessa política proporcionou uma mudança visual no perfil étnico-racial observado nas universidades:

Historicamente, o povo preto e indígena não tiveram direito ao conhecimento proporcionado pela universidade (...). Meus avós, bisavós, mãe, pai, todos eles não tiveram o direito de ir para a universidade. Eu mesma parei, estive 25 anos sem estudar, então, como as cotas não me ajudariam? (Iruwa - museologia).

O fato ter retornado aos estudos após duas décadas e meia longe do ambiente escolar e, agora, estar vivenciando a universidade é uma demonstração do resultado positivo que as cotas étnico-raciais promoveram ao longo de 15 anos de experimentação da política de Ação Afirmativa. Inicialmente, sua estratégia ao solicitar o auxílio transporte foi porque, com ele, conseguiria garantir o trajeto de casa até a universidade e vice-versa:

E, assim, foi feito: consegui o auxílio transporte, ia e vinha todos os dias, mas, como mencionei antes, devido alguns problemas de saúde e o fato de ter muito barulho na comunidade onde vivo, conseguir me concentrar era um desgaste enorme. Então, a partir do segundo semestre, o dinheiro que utilizava para o deslocamento, utilizo hoje para dividir uma vaga com um colega aqui (Iruwa - museologia).

Ao ingressar no PET/MEC/SESu - Conexões de Saberes: Acesso, Permanência e Pós-Permanência na UFRB<sup>72</sup>, experimentou uma felicidade tremenda:

---

<sup>72</sup> A tutora é a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita Dias. Mulher negra, nascida em Cachoeira-BA, possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (1997), graduação em Direito pela Universidade Católica de Salvador (1993), especialização em Direitos Humanos pela UNEB/Ministério Público da Bahia (2002), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2001), Doutorado em Educação, UFBA (2007). Para conhecer o PET Conexões de Saberes: Acesso, Permanência e Pós-permanência, acesse o blog, "PET Conexões UFRB". Disponível em: <<https://petconexoesufrb.wordpress.com/quemsomos/ritadias/>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

Quando trabalhava no município [Cruz das Almas], fui numa conferência e havia uma integrante do PET contando sua narrativa sobre como era e havia chegado até ali. Quando vi, disse: é onde eu quero estar. Então, me inscrevi para o auxílio transporte e, em seguida, para o PET (Iruwa - museologia).

Por morar em Cruz de Almas desde a infância, acompanha a UFRB desde sua inauguração. Em relação ao auxílio-creche, a estudante não comentou, pois a pergunta não foi realizada por um equívoco na realização da entrevista. Sobre alguma crítica atrelada à quaisquer dos auxílios oferecidos no PPQ, se acrescentaria algum, e qual? Disse que se sentiu incômoda quando precisou de um computador e veio a tomar conhecimento de que a PROPAAE/UFRB só empresta para residentes das Casas Estudantis, mantidas pela própria instituição. Para a estudante, é preciso que essa norma seja modificada. Seu incômodo pode ser compreendido a partir da consideração quanto à necessidade de uma adequação da política às realidades vividas.

À esse respeito, a Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB, também considerou:

A normativa do empréstimo, por exemplo, de notebook está sendo revisada para que a gente possa atender a algumas demandas que estão para além da/o estudante que é residente. Percebemos que existem outras/os estudantes que não são residentes e necessitam utilizar essa ferramenta de inclusão digital. Então, estamos revisando essa normativa (Pró-Reitora - PROPAAE/UFRB).

Adofo, que também é cotista e bolsista do PPQ, na modalidade auxílio transporte, aludiu a uma música do grupo de Rap Racionais Mc's, "A Vida É Um Desafio"<sup>73</sup>, para falar sobre as cotas étnico-raciais, buscando retratar o descaso do Estado para com a população negra e pobre, principalmente:

As cotas são uma forma de justiça social que devia ter acontecido há muito tempo, por tudo que já aconteceu com o pobre, preto, que não estudou. Todas as gerações que foram tiradas da escola para ir trabalhar (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

<sup>73</sup> "(...) Desde cedo a mãe da gente fala assim: Filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor." Aí passado alguns anos eu pensei: Como fazer 2 vezes melhor, se você tá pelo menos 100 vezes atrasado pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... Por tudo que aconteceu? Duas vezes melhor como? Ou melhora ou ser o melhor ou o pior de uma vez. E sempre foi assim. Você vai escolher o que tiver mais perto de você, o que tiver dentro da sua realidade. Você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida rapaz." Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PQin7NsK7SM>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

Disse ter sido prejudicado, no primeiro semestre do curso, por não dispor de condições para o transporte e alimentação.

Sobre como faz para se manter, permanecer na universidade, disse:

Temos que procurar sobreviver para estudar e, acima de tudo, ficar de pé, não desmaiar de fome em sala de aula. Às vezes, é complicado porque além de não ter o transporte para chegar, me via na situação de ter R\$ 13,00 durante o dia, então, pensava: me alimento ou pago o transporte para ir e voltar (Adofo - Comunicação Social - Publicidade e Propaganda).

Se, com a barriga vazia não aprende então é melhor ir comer e estudar em casa mesmo, completou. Em seguida, relatou sobre o desânimo que essa situação lhe impôs, no segundo semestre, ao ponto de desacreditar e querer até abandonar. Adofo observou que, na ocupação estudantil da UFRB, em 2016, o movimento requereu a necessidade de implementação dos R.U.s, em todas as unidades além de ampliação nos alojamentos, tendo em vista que é uma reivindicação de ocupações anteriores, como a que ocorreu em 2008<sup>74</sup>. Além disso, o Movimento Ocupa UFRB considerou necessário repensar a estruturação da proposta de Transporte Intercampi. Desde 2011, ele é pautado pelo movimento estudantil da UFRB, tendo se constituído em uma conquista, já que chegou a ser implantado em caráter experimental. No entanto, foi interrompido sob o argumento de: baixa demanda.

O modelo adotado, em 2017, pela administração superior para funcionamento do Intercampi é semelhante ao que foi executado, em 2011<sup>75</sup>. Atualmente, o intercampi circula três dias por semana: em dois roteiros, com percurso de ida e volta nos períodos matutino e vespertino. No roteiro 01 são disponibilizadas 05 (cinco) vagas para o trajeto: CETENS → CECULT → CAHL → CRUZ DAS ALMAS, sendo: 02 para servidores (docentes e funcionários Técnico-Administrativos); e 03

<sup>74</sup> No dia 26 de Setembro de 2008, estudantes da UFRB em processo de ocupação da Reitoria - campus de Cruz das Almas, reivindicaram igualmente por Casas de Estudantes - Residências, R.U. além de Laboratórios Equipados e Descentralização - Técnica, Administrativa e Financeira. Além disso, em 2011 as/os estudantes também deliberaram em Assembléia Geral pela ocupação da universidade. Ver informe por Portal do Movimento Estudantil da UFRB, “2008 - Assembleias e Ocupação Estudantil”, publicado em: s/d. Disponível em: <<https://www2.ufrb.edu.br/cce/organizacao/historia-do-movimento-estudantil/100-2008-assembleias-e-ocupacao-estudantil>>. Acesso em: 01 Ago. 2018.

<sup>75</sup> Ver informe por ASCOM - UFRB, “Serviço de transporte Intercampi da UFRB”, publicado em: 03/11/2011. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacfp/noticias/55-servico-de-transporte-intercampi-da-ufrb>>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

para estudantes. O roteiro 02 contém 07 (sete) vagas para o trajeto: CFP → CCS → CRUZ DAS ALMAS, sendo 02 para servidores (docentes e funcionários Técnico-Administrativos); e 05 para estudantes. Cada um dos roteiros conta com viagens de ida e volta intercaladas nos períodos matutino (ida) e vespertino (volta). A quantidade de vagas disponibilizadas acaba sendo o principal fator de desestímulo e, por conseguinte, de baixa demanda. Esse desincentivo termina por comprometer a efetividade da política, no propósito de promover uma vivência acadêmica integrada entre os Centros de Ensino, que expresse a estratégia de multicampia da universidade.

Continuando, Nijala, ingressou pela ampla-concorrência além de não receber auxílio pela PROPAAE/UFRB. Informou que é servidora na Prefeitura de Cachoeira e também possui casa própria:

Se for colocar aí, estou ótima: tenho faculdade dentro de casa, tenho emprego e tenho casa própria, estou bem, né? Não desmerecendo as pessoas que vem de fora (...). Eu sei que é duro você vir de fora, morar na cidade dos outros, pagar aluguel. Acho que o valor que dão aí... tudo bem que é uma ajuda, mas, ainda acho pouco (Nijala - Museologia).

Considerou que não dá pra viver de maneira digna, mantendo-se mensalmente com cerca de R\$400,00 *per capita*. Esse é o valor relativo ao pecuniário à projeto institucional, que também se aplica para bolsas meritórias como: PIBIC; PIBID; PIBEX e; PET. Com relação às cotas étnico-raciais, manifestou-se contrária, acreditando que se tratava de barganha:

Sabe aquela coisa: vamos botar cota aqui pra fulano entrar, só vai entrar porque tem determinada quantidade de vagas. Não vejo dessa forma, acho que entra [na universidade] quem está comprometido, estuda, sabe? Não vamos diferenciar o negro do branco, dizer: “\_Ah vamos dar uma cotinha pra poder negro entrar (Nijala - Museologia).

Momentos antes da entrevista, ela estava dialogando com uma professora que procurava lhe explicar a importância das cotas enquanto medida reparatória e combate ao racismo, na sociedade brasileira.

Não obstante, ponderou:

Não é uma coisa que me desce muito bem porque é como se fossem sobras. E, não é porque somos negros que temos que ter sobras, entendeu? Um negro e um branco são iguais, tem a capacidade de pensar da mesma forma, entra e sai em qualquer lugar da mesma forma. É por isso

que digo a você que não gosto que me olhem como uma coitadinha: “\_ Olha, é a mulher negra” (Nijala - Museologia).

A estudante expressou algo do mito sobre as cotas quando disse que elas ferem o princípio da igualdade tal como está definido no artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Vale dizer que esse princípio constitucional diz respeito à igualdade formal de todas/os perante a lei, mas a igualdade de fato ainda é um alvo a ser atingido. Sobre a questão do auxílio-creche, a mesma foi específica para bolsistas da PROPAAE/UFRB. Com relação à Afya, ingressou no CAHL/UFRB pela ampla-concorrência, apesar de ter estudado em escola pública no ensino médio. O seu ingresso na universidade aconteceu no semestre letivo 2014.1, é bolsista do PPQ, através do auxílio transporte. Com relação às cotas étnico-raciais, comentou:

Elas tem um propósito, ainda que algumas vezes são desviadas. Não deveríamos precisar das cotas porque se temos direito de estudar, aprender, então, pra que cotas? Mas, sabemos que nem tudo é assim, né (...). Se vieram, elas são bem vindas e estão proporcionando muitas oportunidades para as pessoas ingressarem na universidade. No passado era muito difícil, existia as cotas, mas para os senhores da burguesia, vamos dizer assim (Afya - Museologia).

Ela se referiu, especificamente, à Lei Nº 5.465 de 03 de julho de 1968, apelidada de “Lei do Boi”. Somente em 1985, contexto da redemocratização no Brasil, essa lei foi revogada posto que não atendia quaisquer princípios da justiça de reparação histórica das desigualdades sociorraciais no país.

À respeito de como faz para se manter na universidade, permanecer nela, disse que sua família lhe apoia muito:

E, aqui no CAHL, tenho minhas colegas. Sempre que estou na dificuldade, necessitando de um apoio ou ajuda acadêmica recorro a elas (...). Tenho dificuldades, não vou dizer que não, mas minhas colegas me ajudam muito. Estou numa turma maravilhosa onde todo mundo se ajuda (Afya - Museologia).

Sobre alguma crítica em relação aos auxílios oferecidos pelo PPQ, considerou:

Para mim que tenho quem me ajude, facilita muito o auxílio transporte. Mas, tem pessoas que vem de fora então é muito pouco, não dá para sobreviver, vivem de maneira miserável. Não é que queira menosprezar, entendeu, mas, acho muito pouco para esse povo vir e sobreviver aqui (Afya - Museologia).

Há cerca de dez anos era raridade ver estudantes de baixa renda ingressando no ensino superior e, mais ainda, para se manter nela. Nesse sentido, a estudante disse que apesar da conquista da ampliação no acesso às IES, um aspecto negativo relacionado à interiorização diz respeito à insuficiência de recursos mobilizados pelo Estado a fim de atender as demandas desse novo perfil estudantil que acessa o ensino superior público.

O corte de bolsas permanência pelo MEC, em 2016<sup>76</sup>, revela um descomprometimento do governo com o fortalecimento das políticas afirmativas. Na UFRB, a duração média do processo para concessão de auxílios do PPQ gira em torno de 03 meses, a contar da publicação do edital. Além do pecuniário à projetos institucionais<sup>77</sup>, as demais modalidades são: vagas nas casas de estudantes ou residência universitária<sup>78</sup>; auxílio moradia<sup>79</sup>; auxílio pecuniário à transporte<sup>80</sup>; restaurante universitário e/ou auxílio pecuniário à alimentação<sup>81</sup>; auxílio pecuniário à creche<sup>82</sup>. A partir da lista geral mensal dos auxílios pagos aos discentes de graduação pela PROPAAE/UFRB, entre 2016 e 2017<sup>83</sup>, foram realizadas contagens com o objetivo de verificar os impactos dos cortes de gastos realizados pelo MEC, na política de Ação Afirmativa e Assuntos Estudantis da UFRB, em geral, e o CAHL em particular. Para tanto, foram considerados o total de beneficiários do PPQ

<sup>76</sup> Ver reportagem por G1, “MEC suspende novas bolsas de auxílio financeiro a universitários”, publicado em: 13/05/2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-suspende-novas-bolsas-de-auxilio-financeiro-a-universitarios.ghtml>>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

<sup>77</sup> Repasse mensal no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), com duração de um ano, renovável anualmente.

<sup>78</sup> Até a duração média do curso de graduação. Havia também o pecuniário à moradia, mas de acordo com o assistente social do CAHL/UFRB, a partir do Edital 2015.2, a PROPAAE/UFRB oferece exclusivamente vagas na residência universitária.

<sup>79</sup> Repasse mensal no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), com duração de um ano, renovável anualmente, até o tempo médio de duração do curso de graduação.

<sup>80</sup> Repasse mensal no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) com duração de um ano, renovável anualmente, até o tempo regular de duração do curso.

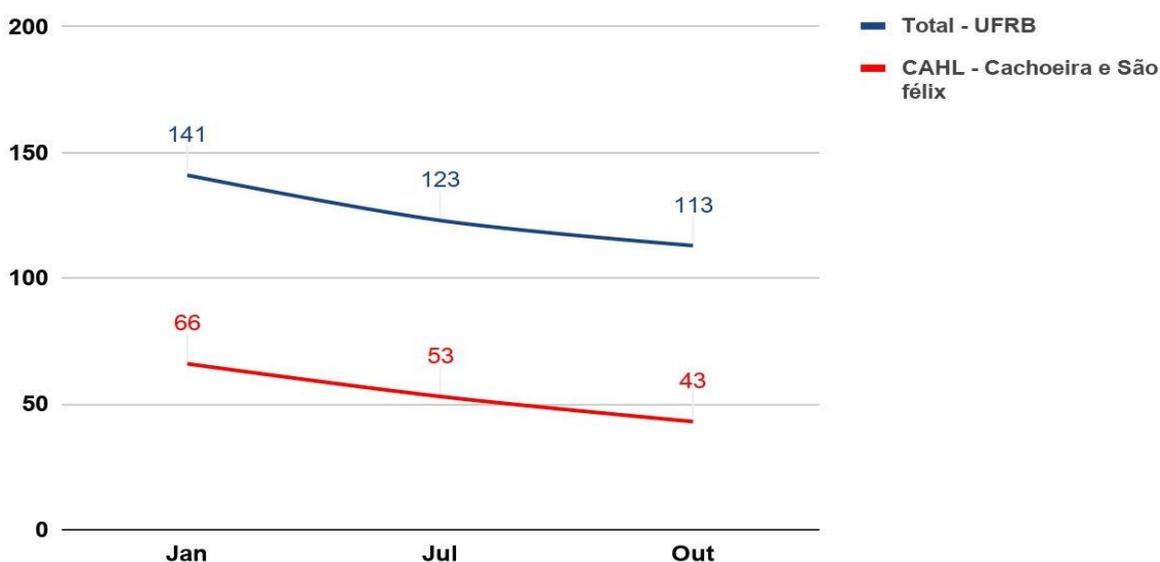
<sup>81</sup> Acesso diário ao Restaurante Universitário - R.U. para estudantes de graduação do *campus* sede, em sua maioria residentes nas casas estudantis situadas no campus. As/os beneficiadas/os das demais unidades da UFRB recebem o auxílio alimentação.

<sup>82</sup> Concedido a estudantes com comprovada demanda social para custear despesas com filhos/as, crianças tuteladas ou legalmente adotadas com idade entre (0-3) zero a três anos, e que estejam matriculados em creche ou Núcleo de Recreação Infantil - LDB 9394/96. É necessário comprovar a despesa mensal de manutenção da criança em instituição regular. O Valor do repasse é de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e a renovação é anual com apresentação de documentação a ser solicitada pela coordenação de Assuntos Estudantis/NAIE, sendo consideradas as condições acadêmicas da/o estudante beneficiada/o.

<sup>83</sup> Os dados foram extraídos da página da UFRB, na aba “Transparência PROPAAE”, tendo sido tabulados de acordo com os objetivos da pesquisa. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/propaae/transparencia-propaae>>. Acesso em: 18 Abr. 2018.

distribuídos entre: auxílio alimentação; auxílio-creche; pecuniário ao transporte; pecuniário a projetos institucionais e; auxílio moradia. Para cada auxílio foi separado a quantidade corresponde ao CAHL/UFRB. Assim, os dados foram tabulados por trimestre - com exceção do pecuniário à alimentação porque não foram encontrados dados referentes ao mês de abril, de 2017. Feitas as considerações acima, os resultados são apresentados a seguir:

Gráfico 01 - Pecuniário à alimentação (2016)

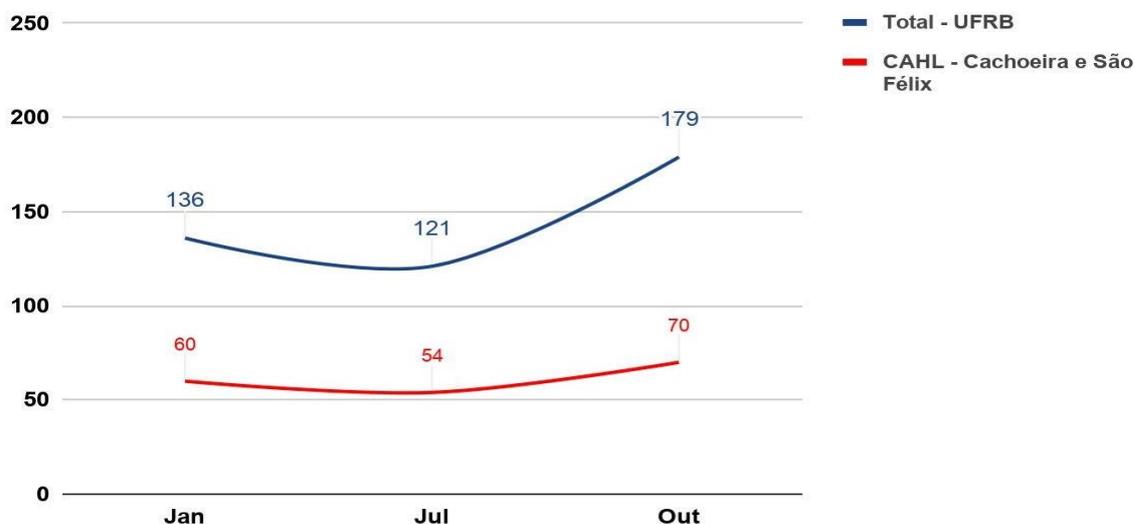


Fonte: PROPAAE/UFRB. Elaboração Própria

O pecuniário à alimentação é o primeiro apresentado: entre janeiro e outubro de 2016, a oferta do auxílio representou queda de quase 20%, no total - UFRB enquanto que, no CAHL, o decréscimo chegou perto de 35% (Gráfico Nº 01). Uma situação inversa é possível observar quando comparado outubro de 2017 ao mesmo período de 2016: aumento de 58%, aproximadamente, na quantidade de auxílio alimentação<sup>84</sup> (Gráfico Nº 02):

<sup>84</sup> Observação: foram desconsideradas a relação do número de auxílio pecuniário à alimentação referente ao mês de abril, uma vez que o mesmo não estava disponível no momento da coleta e tratamento de dados.

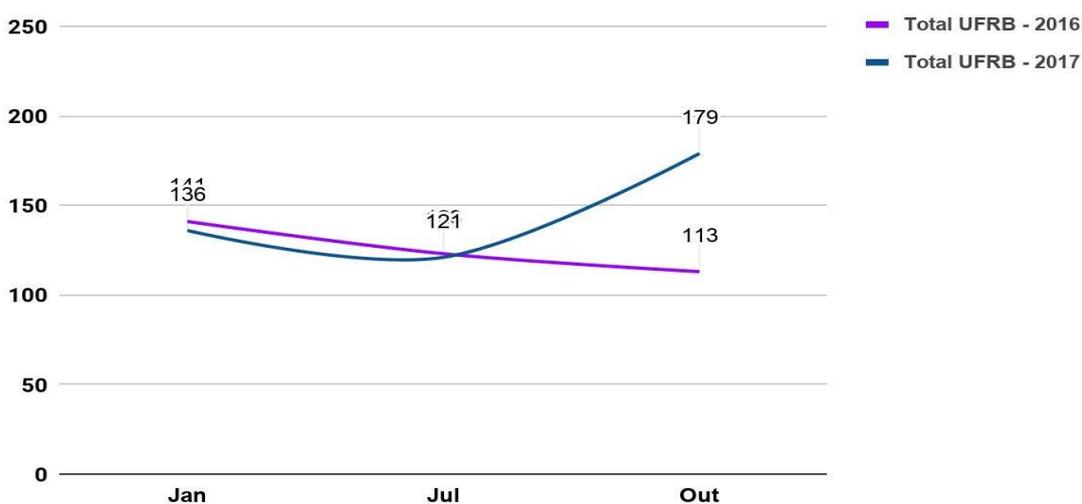
Gráfico 02 Pecuniário à Alimentação (2017)



Fonte: PROPAAE/UFRB. Elaboração Própria.

Esse aumento pode ter sido resultado do termo de acordo firmado entre a reitoria e o Movimento Ocupa UFRB a fim de desocupar o prédio da reitoria e demais unidades da universidade. O gráfico abaixo registra esse movimento de ascensão do auxílio (Gráfico N° 03):

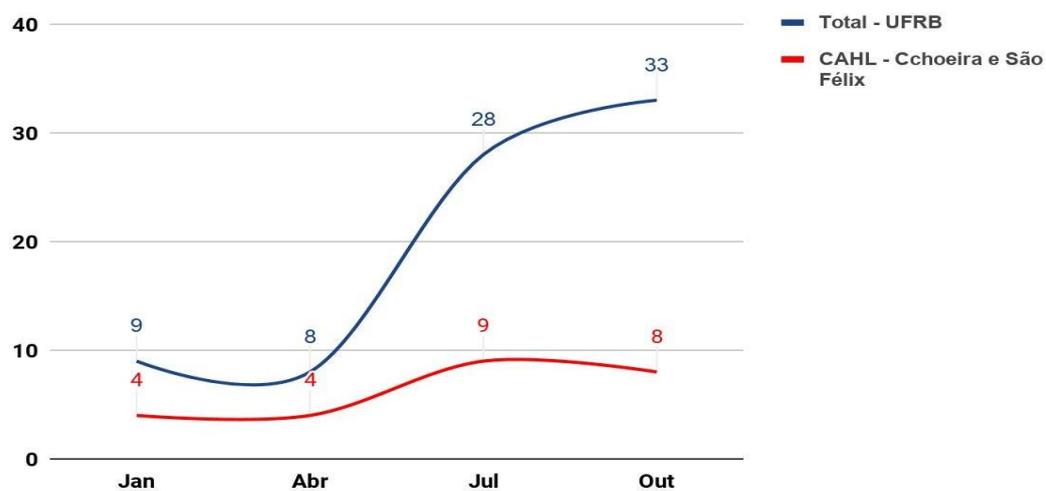
Gráfico 03 - Pecuniário à Alimentação 2016/2017



Fonte: PROPAAE/UFRB. Elaboração Própria.

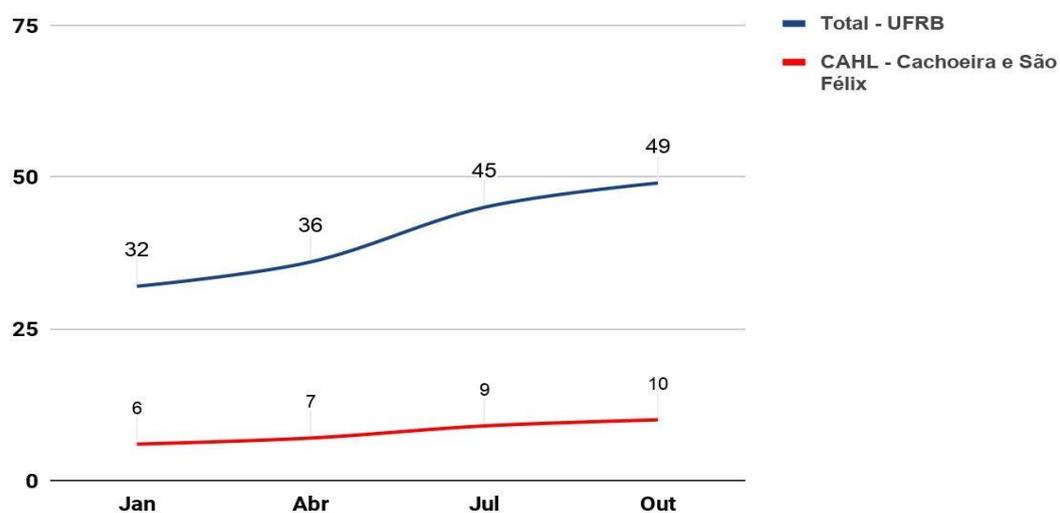
O próximo é o auxílio creche, que aumentou tanto em 2016 (Gráfico N° 04) quanto em 2017 (Gráfico N° 05):

Gráfico 04 - Auxílio Creche (2016)



Fonte: PROPAAE/UFRB.Elaboração Própria

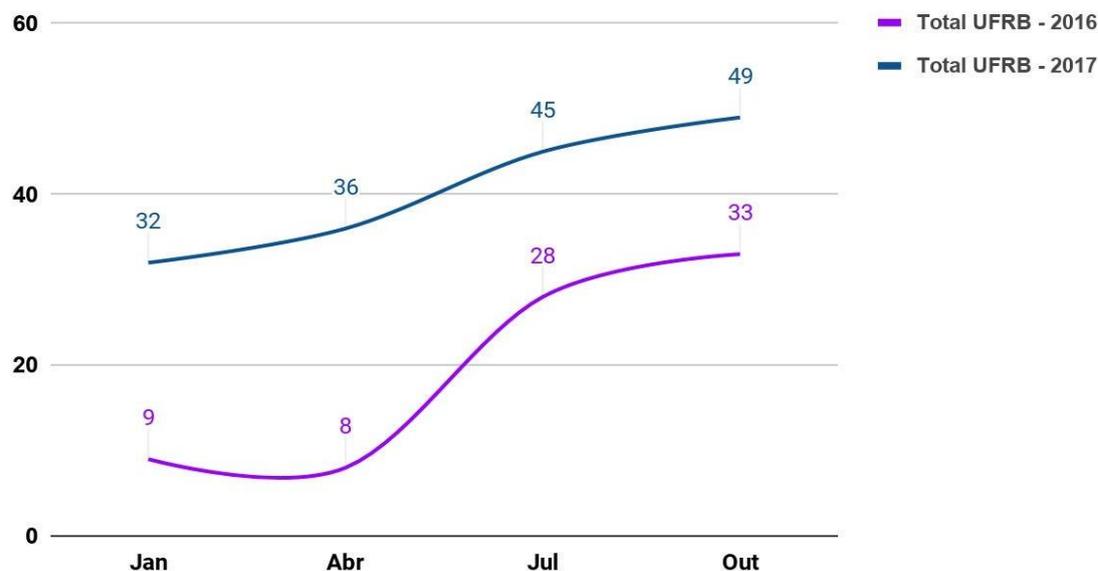
Gráfico 05 - Auxílio Creche (2017)



Fonte: PROPAAE/UFRB.Elaboração Própria

Esse movimento de crescimento em 2016 e 2017 pode ser verificado abaixo (Gráfico N° 06):

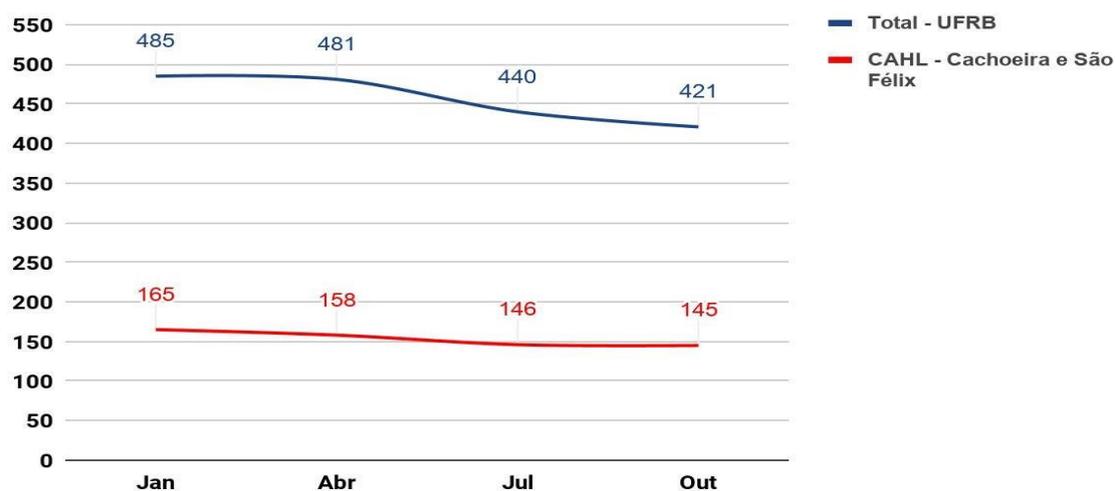
Gráfico 06 - Auxílio Creche (2016/2017)



Fonte: PROPAAE/UFRB.Elaboração Própria

O auxílio pecuniário ao transporte é o terceiro a ser apresentado. Entre janeiro e outubro de 2016, verificamos uma redução de aproximadamente 13% dos benefícios no total - UFRB (Gráfico N° 07):

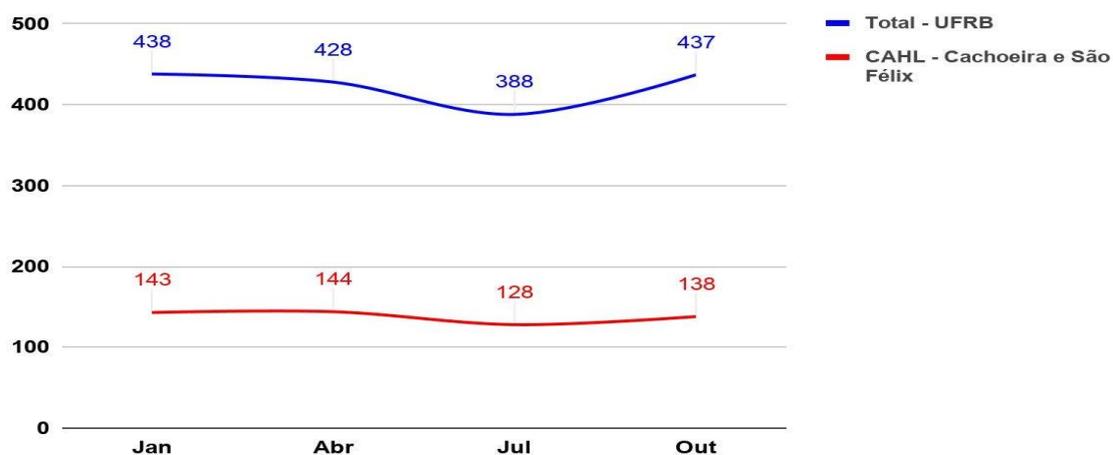
Gráfico 07 - Pecuniário ao Transporte (2016)



Fonte: PROPAAE/UFRB.Elaboração Própria

Ao longo de 2017, foi verificado uma estabilidade no montante de benefícios, apesar da queda ocorrida em julho (Gráfico N° 08):

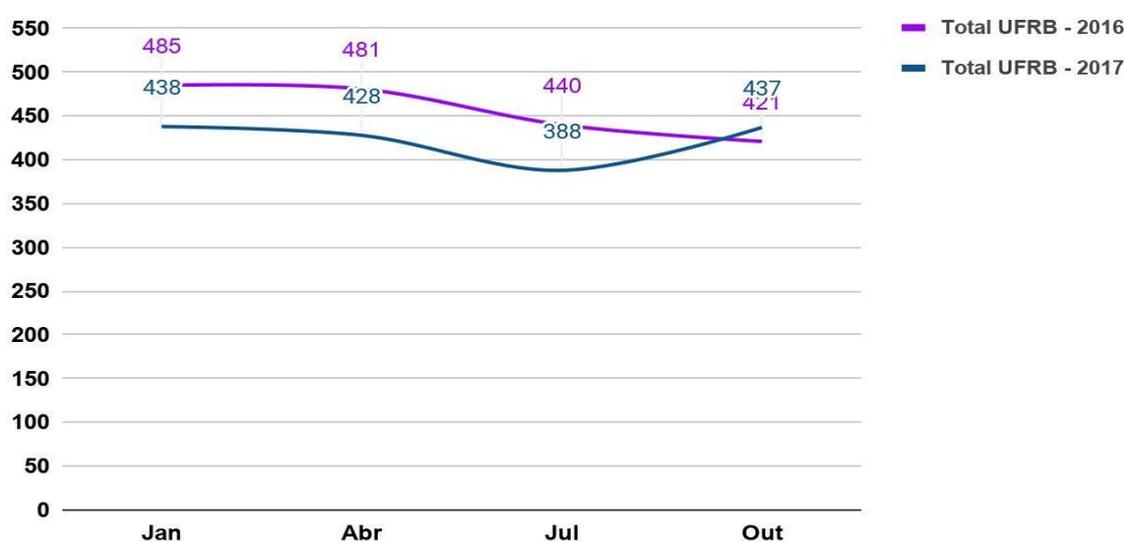
Gráfico 08 - Pecuniário ao Transporte (2017)



Fonte: PROPAAE/UFRB.Elaboração Própria

O número de beneficiários registrado em janeiro de 2016 não foi recuperado até outubro de 2017, representando um impacto negativo dos cortes praticados pelo Governo Federal, que atingiu em cheio o PPQ ( Gráfico nº 09):

Gráfico 09 - Pecuniário ao Transporte (2016/2017)

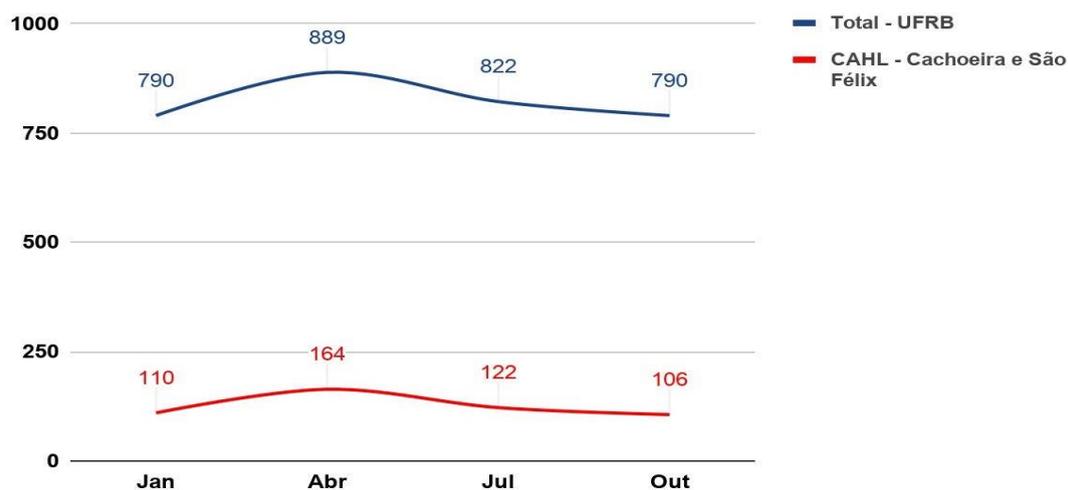


Fonte: PROPAAE/UFRB.Elaboração Própria

O quarto é o auxílio à projetos institucionais, que concentra o maior número de bolsas via PROPAAE/UFRB confirmando, assim, um dos destaques do PPQ, em implementar na instituição a adoção de uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica, com relação direta na construção da identidade

positiva proporcionada pela Ação Afirmativa. Em 2016, foram observados movimentos de ascensão, em abril, seguidos de reduções nos dois trimestres seguintes até atingir uma estabilidade no quantitativo de auxílios registrados em janeiro (Gráfico N° 10):

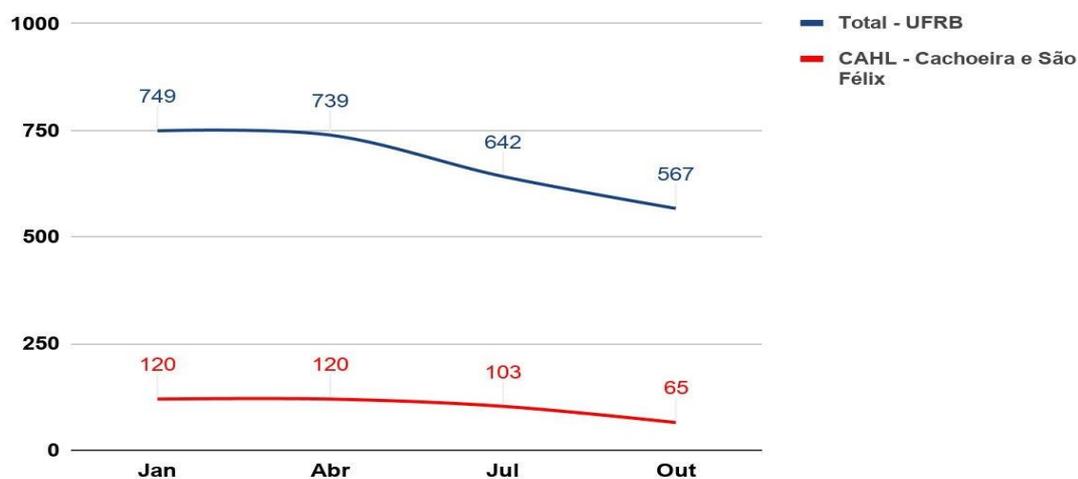
Gráfico 10 - Pecuniário à Projeto Institucional (2016)



Fonte: PROPAAE/UFRB.Elaboração Própria

Em 2017, no entanto, o pecuniário a projeto institucional foi o que registrou maior perda quantitativa no total - UFRB, entre janeiro e outubro: aproximadamente 25% (Gráfico N° 11):

Gráfico 11 - Pecuniário à Projeto Institucional (2017)



Fonte: PROPAAE/UFRB.Elaboração Própria

Em relação ao CAHL/UFRB, o corte foi de aproximadamente 45,8%, de janeiro a outubro de 2017 (Gráfico N°12):

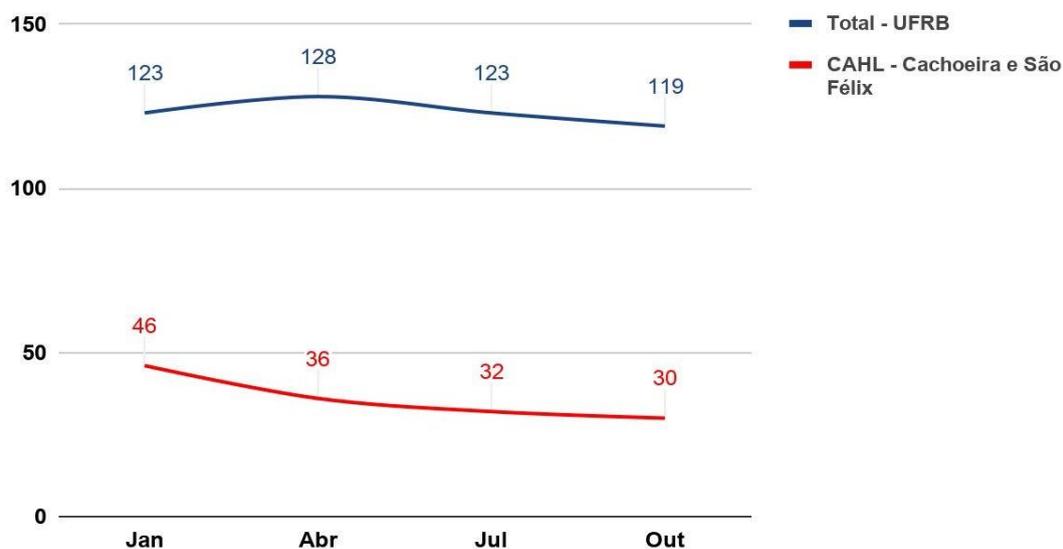
Gráfico 12 - Pecuniário à Projeto Institucional 2016/2017



Fonte: PROPAAE/UFRB.Elaboração Própria

O quinto auxílio é o pecuniário à moradia que, no quadro geral, também sofreu redução entre 2016 e 2017. Em 2016, foi observada uma estabilidade no total - UFRB enquanto no CAHL houve uma queda de aproximadamente 35% (Gráfico N° 13):

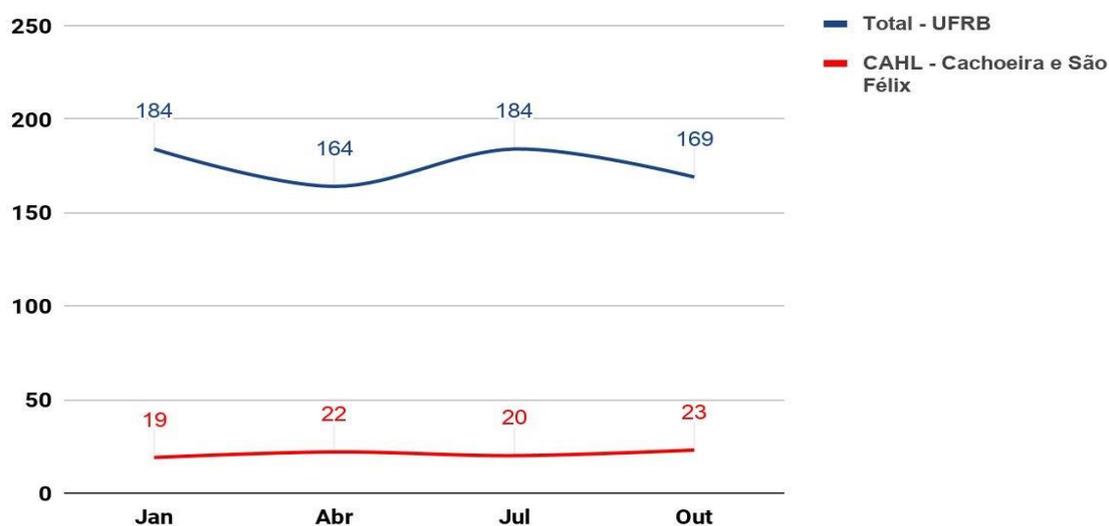
Gráfico 13 - Auxílio Moradia (2016)



Fonte: PROPAAE/UFRB. Elaboração Própria

Em 2017, o total de auxílios moradia da UFRB oscilou até registrar uma queda de aproximadamente 8%, no final do período (Gráfico 14):

Gráfico 14 - Auxílio Moradia (2017)



Fonte: PROPAAE/UFRB. Elaboração Própria

Em outubro de 2017, o total - UFRB representou um aumento aproximado de 29,5% comparando ao mesmo período de 2016, e 37% em relação à janeiro de 2016 (Gráfico Nº 15):

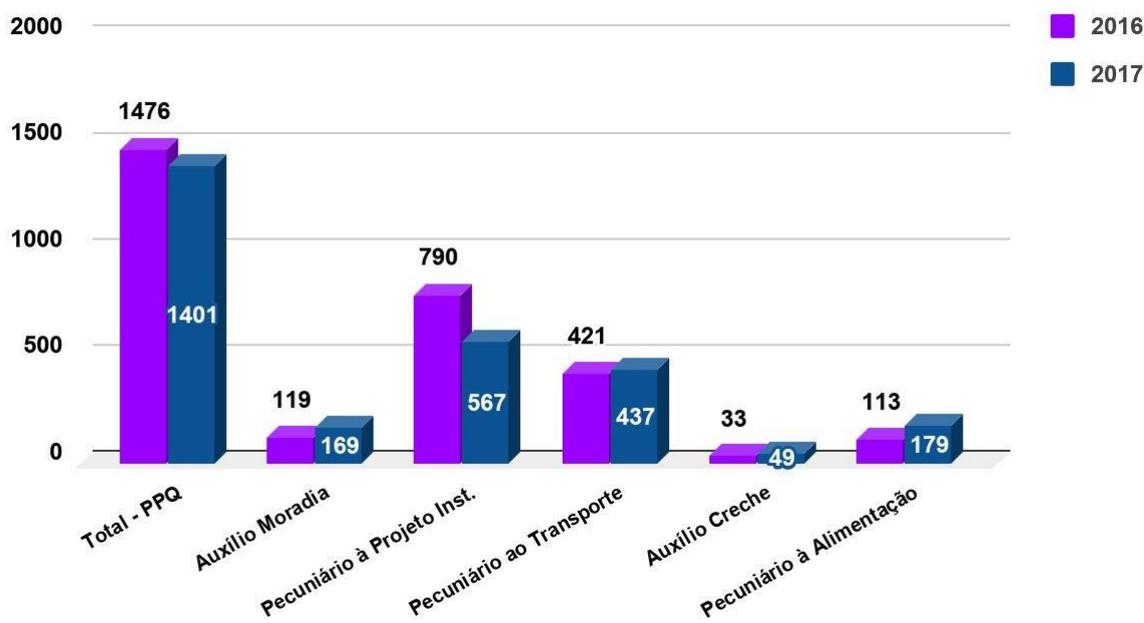
Gráfico 15 - Auxílio Moradia 2016/2017



Fonte: PROPAAE/UFRB. Elaboração Própria

No quadro geral de auxílios pago pelo PPQ via PROPAAE/UFRB, entre 2016 e 2017, verificou-se que o quantitativo de benefícios sofreu redução aproximada de 5% (Gráfico N° 16):

Gráfico 16 - Total de auxílios PROPAAE/UFRB (2016/2017)



Todavia, é importante considerar que os valores de cada subsídio variam sendo que o pecuniário à projeto institucional, que pode ser considerado o destaque do PPQ, representou queda de 28%, aproximadamente. Essa informação indica que a política de Ação Afirmativa na UFRB sofreu impacto negativo após 2016, e que a estratégia operada pela instituição diante dos cortes do Governo Federal foi reduzir seu principal auxílio para empregar os recursos disponíveis nos demais, que expressaram aumento de 21,5%, aproximadamente.

### Capítulo III – Desigualdades e Desenvolvimento: O Recôncavo Baiano

O território do Recôncavo Baiano está situado na costa do Brasil, região de clima tropical no Nordeste brasileiro com uma relação físico-cultural bastante diversificada. De acordo com a Lei Estadual N° 13.468 de 29/12/2015, referente ao Plano Plurianual Participativo 2016 - 2019, o Recôncavo possui 19 municípios e representa um dos 27 Territórios de Identidade da Bahia<sup>85</sup>. É marcado por uma paisagem composta de brisas e ventos oceânicos, rodeado por dunas, restingas, manguezais sendo essas características significativas para a formação da diversidade natural e cultural constituída na região. Está situado em torno da Baía de Todos-os-Santos<sup>86</sup>, marcada fortemente por histórias de luta e resistência de indígenas e quilombolas, especificamente após o século XVI. A primeira referência conceitual do Recôncavo Baiano se apóia em trabalhos do IBGE meados do século XX, especificamente, após a Segunda Guerra Mundial, baseando-se sobretudo em características geomorfológicas e geológicas. Após os anos 1950 houveram trabalhos que criticam essa classificação de Recôncavo respaldada apenas em critérios físicos, sugerindo uma divisão da região que preserva as identidades culturais e também os vieses socioeconômicos (SANTOS; SANTOS, 2015).

A crônica juvenil sobre a maravilhosa Bahia, descrita por Ruth Landes (1967) através de sua pesquisa etnográfica realizada nesse estado e também no Rio de Janeiro entre 1938 e 1939, escreve sobre a vida de homens e mulheres brasileiras/os de raça negra, gente graciosa e equilibrada. Como norte-americana contou que, ao chegar ao Brasil foi preciso passar por altos funcionários do governo, pois havia a temeridade de existirem espões. Por isso, entre as recomendações que recebera antes de se apresentar ao Estado brasileiro estava: não conversar com as classes populares, que poderiam estar descontentes por causa da inflação e a insegurança política geral. Landes (1967) menciona o enorme e arejado escritório de Osvaldo Aranha, então ministro das Relações Exteriores (1938 - 1944), que a recebeu dizendo:

---

<sup>85</sup> Divisão Política dos Territórios de Identidade. BAHIA - Seplan; Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia. SEI, Versão - 30 de Junho de 2015. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/territ\\_ident\\_2v25m\\_2016.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/mapas/pdf/territ_ident_2v25m_2016.pdf)>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

<sup>86</sup> Ver reportagem por “Bahia Ws”, “História e característica da Baía de Todos os Santos”, publicada em: 19/02/2013. Disponível em: <<https://www.bahia.ws/historia-baia-de-todos-os-santos/>>. Acesso em: 16 Jul. 2018.

Esta carta diz que a senhora não é uma dessas sensacionalistas. Ótimo. O Brasil precisa ser corretamente conhecido. Especialmente a sua situação política. E já que vai estudar os negros, devo dizer-lhe que o nosso atraso político, que tornou esta ditadura necessária, se explica perfeitamente pelo nosso sangue negro. Infelizmente. Por isso estamos tentando expurgar esse sangue, construindo uma nação para todos, limpando a raça brasileira (LANDES, 1967: 8-9).

Em sua etnografia, relata sobre o quanto ficou atordoada com essas palavras naqueles dias. Esteve por três meses no Rio de Janeiro se esforçando para aprender a língua portuguesa e a experiência foi fundamental para adentrar a cidade de Salvador - BA, onde concentrou seus estudos. De maneira geral, algumas características peculiares da Bahia que relatou estavam principalmente na qualidade excepcional da cultura e vida folclórica da população negra: os versos e melodias compostas e inspiradas assim como o modo de cantar, os tipos de orquestração, as danças, os esportes, diversões, alimentos, bebidas, vestuário, literatura, o carnaval que dura meses, as formas de culto religioso e até mesmo a personalidade e beleza física das mulheres são parte preciosa desse estado brasileiro. Na relação entre desigualdade e crescimento, uma das principais características da economia baiana resulta do fato de que está altamente concentrada em torno de Salvador e Feira de Santana, com desdobramentos para territórios próximos como o Recôncavo, ademais das possibilidades de desenvolvimento local fincadas em aglomerações produtivas reveladoras de vocações com forte densidade cultural das populações afro-brasileiras.

Esse estado brasileiro possui o maior contingente de beneficiários da Bolsa Família em relação aos demais, sendo que a intensificação das políticas sociais pela via transferência de renda ocorreu, sobretudo, a partir de 2001, paralelo ao aumento do salário mínimo real, à aposentadoria rural, ampliação do crédito e apoio à agricultura familiar. Em 2013, a Bahia ocupava o *status* de sétima economia entre os estados brasileiros, abarcando 3,8% do PIB nacional. Não obstante, os avanços sociais proporcionaram um cenário de aumento nos rendimentos das camadas mais pobres da população, apesar de que a expansão de oportunidades, a quantidade de ocupações formais no estado da Bahia mantiveram crescimento menor do que na média nacional. Um contraste entre a economia paulista que, em 2017, representou pouco mais de 30% do PIB nacional ou cerca de R\$ 1,9 Trilhão (RENATO GHELFI, 2018). O emprego da atividade rural na Bahia foi o que registrou aumento na última

década, acompanhando o crescimento da agropecuária capitalizada, que é uma característica da economia nesse estado do nordeste brasileiro.

### 3.1. Entrevista com a Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB (Gestão: 2015 – 2019)

Em junho de 2017 realizei uma entrevista com a professora e psicóloga Maria Goretti da Fonseca, que é atualmente Pró-Reitora da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE/UFRB. As variáveis utilizadas estiveram relacionadas com a infraestrutura disponível; recursos para uso diário das/os estudantes e; nível de segurança nos *campi*.

Partindo de sua trajetória acadêmica e profissional, questionei-a: professora, como as experiências tanto nas escolas quanto na clínica de psicologia onde atuou orientaram o seu interesse na temática das políticas de Ação Afirmativa no ensino superior?

De várias formas, primeiro por mim mesma que sou uma mulher negra. E como mulher negra sofri preconceito desde a infância, adolescência, vida adulta, em diversos setores com os quais me relacionava. Depois como profissional, tanto professora como psicóloga, as situações pelas quais meus alunos ou pacientes vivenciavam. Situações também de preconceito, problemas de identidade (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

A partir das políticas de Ação Afirmativa, indo além das questões étnico-raciais para preocupar-se também com a diversidade sexual e questões de vulnerabilidade social, o seu relato demonstrou como as experiências *per se* das vivências de negritude por sujeitos negros estão relacionadas à tomada de consciência quanto à alteridade negra. A alteridade é um “aprender a reconhecer no diferente um valor” (GUILHERME SPADINI, 2014: online). Assim, essa tomada de consciência representa uma avaliação positiva da política pública. Em seguida, pedi que comentasse sobre sua participação no Observatório da Vida Estudantil - projeto interinstitucional desenvolvido em parceria com UFRB e UFBA, que funciona até hoje. Maria Goretti, respondeu que a pesquisa se desenvolveu em Santo Antônio de Jesus, no Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFRB. Orientava-se para uma política de acesso onde eram identificados estudantes de escola pública da

educação básica, proporcionando-lhes uma vivência em espaços profissionais sob a tutela de algum/a profissional da rede pública e privada:

Tivemos estudantes que conheceram e estagiaram com dentistas, advogados, enfermeiros. Nós conseguimos que o aluno pudesse vivenciar aquilo, aprender quais eram as habilidades que aquela profissão exigia (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Estudantes do Programa de Permanência Qualificada - PPQ participaram dessa pesquisa auxiliando em ações vinculadas às escolas públicas.

O II Colóquio Observatório da Vida Estudantil - "Universidade, responsabilidade social e juventude" sediado em Cachoeira - BA, contou com as participações do professor Alain Coulon, sociólogo francês, que ministrou a conferência "Responsabilidade social das universidades na sociedade contemporânea: desafios e contradições"; e o ex-reitor da UFBA, professor Naomar de Almeida, médico epidemiologista que falou sobre "Os novos desafios para a universidade nova: radicalizar a inclusão social na educação superior brasileira". Sugeri à professora que considerasse a UFRB no contexto dessa universidade nova, marcada pelo processo de expansão do ensino superior a partir de uma adesão ao REUNI. E que realizasse, assim, uma leitura a respeito da radicalização da inclusão social na educação superior brasileira. Maria Goretti esteve nesse evento e afirmou ter sido um momento de muita aprendizagem e conhecimento. Para ela, o ensino superior precisa passar por uma radicalização social:

As universidades brasileiras até aproximadamente 2009, 2010 eram ainda muito elitizadas. E o REUNI vem com este processo de expansão, democratização do ensino superior que até então era destinado à população mais rica das cidades (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Uma política de Ação Afirmativa só é efetiva quando ocorre reparação social, pontuou.

E não poderia ser diferente, afinal, uma inclusão efetiva nas universidades públicas brasileiras precisa vir junto com a redução nos índices de evasão e, entre uma série de fatores, está a dificuldade de uma permanência qualificada: "Vamos defender as políticas afirmativas, abrir as universidades para o povo e estabelecer cotas para que essa população possa ingressar na universidade" (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB). Entre as questões que atravessam as políticas de Ação

Afirmativa na universidade desde o início do século XXI está a mudança de perfil socioeconômico das/os estudantes, seus múltiplos caminhos e sentidos na trajetória escolar. Pedi à atual pró-reitora da UFRB que relatasse como se encontra hoje após cinco anos de implementação da Lei Nº 12.711/2012 ou Lei de Cotas, a composição do alunado de graduação na Federal do Recôncavo:

Para isso preciso comparar antes e, na UFRB, cheguei no início. Em outubro de 2006 iniciaram as primeiras aulas dos cursos iniciais, cheguei em janeiro de 2007 e a UFRB já se colocava como uma universidade inclusiva (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Essa universidade já contava com um sistema próprio de reserva de vagas desde 2006:

Tenho o maior orgulho disso, ela já nasceu inclusiva com este recorte de políticas afirmativas. Agora, pela minha experiência enquanto estudante de mestrado, as universidades eram brancas. Estudei em uma universidade branca, uma universidade de ponta, respeitada, a Universidade Federal da Paraíba - UFPB (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Ela realizou o mestrado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e ressaltou o fato desta ser uma universidade branca da década de 1990. Nesse sentido, a Lei Nº 12.711/2012 tornou-se uma forma de obrigar as instituições de ensino superior a se abrirem para as cotas:

Nunca se teve tanta discussão em uma lei como com a lei de cotas. Isso porque a grande camada da sociedade não quer negros dentro das universidades, não quer chegar no consultório e ser atendido por um negro (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Indagou-me se conhecia sobre a existência da Lei do Boi, então, respondi que não.

Afya, estudante do CAHL/UFRB entrevistada, também mencionou a respeito, trata-se da Lei Nº 5.465, de 3 de julho de 1968. Sancionada no auge da Ditadura Militar no país, essa Lei destinava 50% das vagas dos estabelecimentos de ensino médio agrícola e escolas superiores de Agricultura e Veterinária, a candidatos agricultores ou filhos destes que residissem na zona rural - além de 30% a agricultores ou filhos destes que residissem em cidades ou vilas, em escolas de ensino médio. Somente a elite do dinheiro podia acessar a Lei do Boi: “E ninguém reclamou”, salientou a professora. Em seguida, apresentando alguns dados do

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE, relativos à UFRB, considerou:

Temos um dado lindo que foi publicado agora pelo FONAPRACE, em 2016 - esse dado é de 2014. A pesquisa foi realizada em 2014 e publicada agora: na UFRB temos 83% de estudantes negras/os (MARIA GORETTI, Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Idealizado pelo FONAPRACE, a realização foi do Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais - CEPES do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - IEUFU:

A IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras buscou cobrir um amplo conjunto de informações sobre os mais diversos e prioritários temas para o entendimento da vida estudantil dos graduandos dessas Instituições Federais. E sob diferentes ângulos é essa vida estudantil que está retratada no texto que segue essas palavras iniciais e que vem distribuído em nove tópicos: 1 – Identificação e Perfil Básico; 2 – Moradia; 3 – Família; 4 – Trabalho; 5 – Histórico Escolar; 6 – Vida Acadêmica; 7 – Informações Culturais; 8 – Saúde e Qualidade de Vida; e, 9 – Dificuldades Estudantis (FONAPRACE, 2014: 01).

Foi um trabalho da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES e a atual gestão da UFRB solicitou o envio dos resultados referentes à instituição para que fossem tabulados e divulgados à comunidade:

Apareceu a coisa mais linda: somos uma universidade feminina, maioria de mulheres em todos os centros com exceção do CETEC, que é o das engenharias (...). Somos uma universidade 93% baiana, oriundos do estado da Bahia. Do Recôncavo fica em torno de 50% a 60% deste percentual. E somos a universidade mais negra com menor renda per capita (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Como aspecto negativo expressou o fato da UFRB ser a universidade com menor renda *Per Capita* entre as IFES. Em relação à representação das/os graduandas/os por faixa etária, a IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural mostra que entre 1996 a 2014, o percentual de jovens caiu tanto para menores de 20 anos quanto de 20 a 24 anos. Ao passo em que houve aumento nas faixas de 25 a 29 anos e igual ou maior que 30 anos, respectivamente. Na região Nordeste, especificamente, a representação de brancos/as nas IFES aumentou de 38,1% em 2003 para 49,33% em 2014. Enquanto isso, a representação de pardos/as foi de

8,6% (2003) para 12,94% (2014). As/os graduandas/os pretas/as sofreram redução nesse período: foram registrados 2,9% em 2003 e 0,62% em 2013 (FONAPRACE, 2014: 03 - 07). Após localizar um documento institucional em seu computador de mesa, a profa. Maria Goretti apresentou o seguinte:

No Brasil, a média de estudantes negros é de 47%; no Nordeste é 63%; na UFRB é 86%. Então somos uma universidade negra. Com relação à população feminina nas universidades: no Brasil, 53% feminino e 47% masculino; no Nordeste, 49% masculino e 50% feminino; na UFRB somos 64% feminino. Então somos uma universidade de mulheres negras e pobres, poderíamos dizer isto (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Os dados relacionados à renda tomaram como base de referência a Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, que dispõe um salário mínimo e ½:

No Brasil é de 66% a média da faixa mensal *per capita* [graduandas/os]; no Nordeste é 76%; e na UFRB é 88%. Significa que temos mais pobres na UFRB do que nas demais universidades do Nordeste e do Brasil (...). Enfim, são dados lindos que direcionam a pensar nessa universidade, tomar esta universidade pela rédea, como se diz na minha terra, e angariar recursos do MEC, precisamos de mais verba, precisamos auxiliar essa universidade, ajudar os alunos a permanecerem aqui (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Nesse sentido, acerca dos principais desafios dessa universidade nova expressou que são vários sendo um deles a mudança de governo de forma intempestiva que ocorreu em 2016:

O grande desafio é preservar nossos direitos. Estou falando dos direitos das minorias (...). Preservar os direitos que o ser humano tem de ter acesso à saúde, alimentação, cultura etc. (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

No âmbito da universidade, o principal desafio não consiste somente no ingresso, mas também na permanência das/os estudantes, levando-se em consideração o novo perfil socioeconômico e cultural observado nas IES nos últimos 10 anos:

Ao ingressar no ensino superior o novo desafio é fazer com essa/e estudante permaneça na universidade. O desafio de possibilitar a permanência envolve recursos. E os recursos financeiros estão sendo tirados da universidade (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Isso significa dizer que os avanços ligados às políticas de Ação Afirmativa não serão atingidos enquanto a sociedade não reconhecer o racismo de Estado, praticado contra as populações negras e pobres, principalmente, que invisibiliza

nossas produções. Além de lançar uma crítica ao mito da democracia racial a professora e atual Pró-Reitora da UFRB também criticou o fato do PNAES ainda não ter sido aprovado como Lei. Enquanto Decreto esse programa corre riscos de sofrer cortes a depender dos interesses e prioridades do governo. Os recursos da Assistência Estudantil vem sofrendo cortes drásticos desde 2016:

Tivemos uma redução absurda do valor que a universidade recebeu do PNAES no ano passado (2016) em relação ao que recebemos hoje (2017). Tivemos perda de verba, e isto significa dificuldade para auxiliar financeiramente um aluno que precisa de auxílio para permanecer na universidade. Nós temos alunos que, se tirarmos a bolsa, ele não consegue estar na universidade (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Alguns relatos das entrevistas com as/os estudantes negras/os do CAHL/UFRB entrevistadas/os vão de encontro com os relatos da Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB.

Outro desafio para a preservação da política afirmativa diz respeito à permanência simbólica. Por isso, as redes de apoio estabelecidas entre as/os estudantes bem como o apoio institucional são estratégias essenciais para uma permanência qualificada na universidade:

Hoje temos esse grande desafio que é criar estratégias de permanências simbólicas que possam auxiliar na qualidade do aluno/a dentro da universidade. Dar o suporte, a qualidade de vida para que ele/a possa permanecer. Nós corremos risco de ter aluno/a evadido da nossa universidade (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Com relação às etapas do processo do PPQ, o tempo de tramitação médio de três meses, compreendendo desde o período da abertura do edital até a efetivação do auxílio, Maria Goretti disse que a PROPAAE/UFRB vem trabalhando no esforço de reduzir cada vez mais o tempo de espera, contudo, o principal problema é que são muitas/os estudantes que demandam o serviço:

E, para que tenhamos justeza na análise, é preciso analisar com muito cuidado. Temos tentado reduzir o prazo dessas análises - por exemplo, a partir da inscrição online, vendo a possibilidade do/a aluno/a anexar a documentação via formulário eletrônico. Entretanto, até implementarmos não é fácil - nem todos alunos/as conseguem o acesso a um *scanner* (...). Mas, como é uma questão de pertencimento socioeconômico, a análise precisa que ser muito criteriosa (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

A forma como a PROPAAE/UFRB tem oferecido as vagas de auxílios aos estudantes leva em consideração, principalmente, aquelas/es que estão em fase de conclusão de curso porque sendo um/a bolsista do PPQ, liberará uma vaga:

Nos cursos da UFRB em que o tempo mínimo para a integralização são três anos como é o caso do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia - BCET, imaginemos um/a aluno/a pleiteia uma vaga na residência estudantil no primeiro semestre. Se for bem no curso inteiro, sem alguma intercorrência, irá sair após três anos, não é isso? Agora, se um/a aluno/a perde algum componente ou atrasa o semestre, o que acontece? (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Na medida em que os recursos estão sendo reduzidos, o que tem havido a cada ano não é uma ampliação de auxílios, mas realocação dos mesmos. Ao mesmo tempo, o número de estudantes que necessitam de assistência é cada vez mais crescente. Desse modo:

Se pensarmos nas universidades em geral veremos que muitas exigem como contrapartida do estudante, o trabalho administrativo. Nós somos terminantemente contra. Entretanto, somos à favor de que ele e ela dêem outra contrapartida fundamental: estude. Estamos atentos em que estudem enquanto estão sendo assistidos pela PROPAAE (Pró-Reitora da PROPAAE).

Manter um bom desempenho acadêmico, vivenciar a pesquisa, o ensino e a extensão são fundamentais para que as/os estudantes possam acumular experiências que venham a refletir em seus processos de formação. Isso implica no fortalecimento de estratégias de permanência material e simbólica:

Temos trabalhado com diversas estratégias e dispositivos que auxiliam o/a aluno/a a estudar, que os/as orientem em sua formação, chamem a atenção para importância de uma formação com qualidade para que possa terminar o curso, no máximo, no tempo médio (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Promover uma educação pública de qualidade passa pelo combate à evasão no ensino superior bem como na redução do tempo médio de conclusão nos cursos de graduação. Percebe-se como o combate à evasão implica necessariamente na efetividade de políticas de Ação Afirmativa e Assuntos Estudantis. A respeito de iniciativas institucionais de sensibilização da comunidade acadêmica direcionadas, principalmente, aos docentes e técnico-administrativos, o I Ciclo de Palestras sobre

Raça, Gênero e Sexualidades da UFRB, foi uma contribuição para a capacitação dos servidores técnicos-administrativos, docentes, discentes.

O evento é promovido pela Pró-Reitorias de Gestão de Pessoal - PROGEP, de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE e de Extensão - PROEXT. Prof.a Maria Goretti comentou sobre a construção de uma Matriz relativa à distribuição dos recursos do PNAES, que está sendo elaborada no âmbito do FONAPRACE e estará, em breve, na pauta de discussões da ANDIFES e o MEC. Essa matriz tem a proposta de fazer com que os recursos sejam distribuídos a partir do contexto regional de cada universidade, prioritariamente. Assim, ao invés de liberar recursos em função do ingresso e conclusão de estudantes nos cursos de graduação, a liberação da verba seria em função de quem está na universidade e representam as classes: A, B, C, D e E. Em universidades que possuem hoje uma maioria de seu corpo discente proveniente das classes C, D e E - que são os mais vulneráveis -, receberiam uma quantidade maior de recursos:

A UFMG ou UFSCAR, que estão em pólos com maiores condições de qualidade de vida, recebem em torno de R\$ 22 milhões para assistência estudantil e nós [UFRB] recebemos R\$ 8 milhões. Se compararmos essas à UFRB, veremos que somos uma universidade mais negra e pobre, sendo que estamos numa região mais precarizada que é o Nordeste (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

Como argumenta Pinto ( et. al., 2016), as políticas públicas para o combate ao racismo são caras, sendo que:

As cotas nas universidades brasileiras não podem ser entendidas como um favor. Sua manutenção é fruto das lutas de muitos: negros e não negros engajados no esforço de um mundo melhor. Todavia, concordamos com Hanna Arendt (2000) não podemos eleger e fazer dos alunos negros que ingressam nas universidades, principalmente nas públicas e nos cursos entendidos como imperiais como medicina, direito, engenharia e arquitetura, heróis. Não podemos largá-los a própria sorte (...), pois estas podem ser as causadoras de emoções tristes, isto é, sofrimento ético-político (PINTO et. al., 2016: 91).

Efetivamente, cabe aos militantes negros e negras prosseguir lutando, informando e formando, “nos cuidados com jovens pobres e negros que ingressaram nesses espaços educacionais responsabilizando-se por eles e exercendo um controle social” (Ibid.;92). Nos consultórios ou em espaços religiosos, educacionais, de trabalhos etc., indagações quanto as injustiças sociais são “requisito ético para as

transformações das realidades opressivas e para o estabelecimento da democracia” (Ibid.: 93).

Trata-se da história de nosso passado educacional tanto no âmbito escolar quanto nos templos religiosos, em espaços de trabalho, o que justifica uma discussão da saúde mental da população negra, as histórias afetivas de homens e mulheres emergidas no passado:

E cabe aqui lembrar Frantz Fanon (1983): [...] *a Inteligência também nunca salvou ninguém, e isto é verdade, porque se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, é também em seu nome que se decide o seu extermínio* (Ibid.:69).

Ao final da entrevista, a professora e atualmente Pró-reitora da PROPAAE, disse ainda:

Tenho muito orgulho de estar nesta universidade, chegar em sala de aula e ver que tive muitas experiências com alunas e alunos, que foram ou ainda estavam empregadas domésticas, filhas/os de borracheiros, pessoas que jamais se pensou estar dentro de uma universidade. Tenho o maior orgulho de fazer parte dessa universidade, colaborar com minha experiência de vida, profissão, sensibilidade e luta (...) (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

E, manifestou que estar como Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB é, também, é uma conquista:

Pelo fato de ser quem sou: mulher negra, de uma família pobre e que consegue estar numa universidade federal enquanto Pró-reitora de políticas afirmativas, que tenho não só na pele, mas também na alma (Pró-Reitora da PROPAAE/UFRB).

### **3.2. Entrevista com a Vice-Reitora da UFRB (Gestão: 2015-2019)**

A atual vice-reitora da UFRB é a professora Georgina Gonçalves dos Santos, que me concedeu essa entrevista no dia 21 de fevereiro de 2018. Georgina dos Santos se graduou na década de 1980 na Bahia. Inicialmente ingressou na UFBA, vindo a abandoná-la para estudar na Pontifícia Universidade Católica de Salvador - UCSal. Essa universidade privada possuía cerca de 12 mil estudantes na época:

Fizemos um censo após uma situação que aconteceu com um estudante negro de direito, na época, e os demais estudantes se reuniram para

defendê-lo. O professor de direito canônico disse assim: “ Você é preto e na minha turma não passa”. Então, alguns estudantes da Católica se reuniram e formaram um grupo negro na UCSAL. Acho que nós éramos em 30, nós contamos quantos eram. Na Bahia você tinha a UFBA, a UCSal e mais umas duas ou três universidades privadas. E não se tinha espanto dessa realidade (Vice-reitora - UFRB).

Expressou o fato de que as camadas populares da sociedade brasileira, em especial as populações negras, indígenas e quilombolas vieram a conquistar somente no início do século XXI uma oportunidade de estudar na universidade.

Na semana anterior à realização dessa entrevista, em 15 de fevereiro de 2018, a estudante bolsista de direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Michele Alves fez um discurso<sup>87</sup> sobre a falaciosa meritocracia, que mantém os privilégios enquanto invisibiliza as minorias em suas reivindicações legítimas por igualdade e justiça. A fala dessa graduanda expressou a resistência diária dentro da universidade: filha de empregada doméstica nesse espaço carregado de pessoas preconceituosas com discursos sobre a vitimização de minorias - a mensalidade do curso de direito da PUC-SP, em 2018, custa R\$ 3.130,00. A professora Georgina dos Santos foi diretora no CAHL de 2012 a 2015 e também participou do Projeto institucional Observatório Estudantil como vice coordenadora. Inicialmente, participou desse projeto quando realizou o doutorado em Paris. Ao retornar ao Brasil se reuniu com um grupo de pesquisa do qual fazia parte na UFBA chamado “Aproximações”, realizou o estágio pós-doutoral nessa universidade e prestou, em seguida, concurso para a UFRB. Assim, junto a outra professora do curso de psicologia, no CCS, demonstrou o interesse em trazer o Observatório da vida estudantil para a instituição.

As variáveis relacionadas à universidade tomadas como orientação para a entrevista foram: infraestrutura disponível e; recursos para uso diário das/os estudantes:

Se pensarmos na história do ensino superior brasileiro, teve a origem no início do século XX com alguma coisa de reforma no meio do século. E tem, no século XXI, a expansão do ensino superior brasileiro: a democratização (Vice-reitora - UFRB)

---

<sup>87</sup> Discurso de Formatura de Michele Alves: 15/02/2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lbU5wmWOSR4&feature=share>>. Acesso em 01 Mai. 2018.

Torna-se necessário colocar a Universidade em perspectiva. Trindade (1998), propondo um olhar retrospectivo sobre essa instituição a fim de capturar, na dinâmica de sua história, alguns elementos-chave para a compreensão de sua natureza institucional, e identificar novos problemas que se colocam a ela decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico produzidos após a revolução industrial. Na Conferência de abertura da XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu - MG, reflete<sup>88</sup> acerca da relação entre: sociedade, conhecimento e poder. Destacou o fato de que a ciência “perdeu a inocência no massacre apocalíptico de Hiroshima e, mais recentemente, com as inquietantes perspectivas da militarização do espaço” (TRINDADE, 1998: 12).

Comentou que não é possível mais falar de ciência no abstrato, e sim sobre o que os homens e as mulheres fazem em nome ou por meio dela, mesmo visando seu desenvolvimento:

Sem os financiamentos federais maciços nas universidades de maior prestígio, não teria havido o elo entre pesquisa e alta tecnologia, especialmente na área de informática, que viabilizou o fascinante terror do videogame da Guerra do Golfo (Ibid.: 13).

A entrada das ciências na universidade alterou irreversivelmente a estrutura dessa instituição marcada pelo padrão tradicional teológico-jurídico-filosófico. A dimensão temporal pode ser observada em quatro períodos: o primeiro vai do século XII até o Renascimento e é marcado pela invenção da universidade em plena Idade Média; o segundo começa no século XV quando a universidade renascentista recebeu o impacto das transformações comerciais do capitalismo e o humanismo literário e artístico; o terceiro período é marcado por descobertas científicas em vários campos do saber a partir do século XVII, do Iluminismo no século XVIII e pelo início da Revolução Industrial inglesa, no século XIX, momento em que a universidade começa a institucionalizar a ciência numa transição para os modelos que se desenvolveram a partir daí; o quarto período institui a universidade moderna no século XIX e se desdobra até nossos dias, introduzindo uma nova relação entre Estado e Universidade, permitindo que se configure as principais variantes padrões das universidades atuais (TRINDADE, 1998).

---

<sup>88</sup> O tema do XXI Encontro Anual da ANPEd foi: “Conhecimento e Poder: em defesa da Universidade Pública” (1998). O contexto é marcado por uma das conjunturas mais críticas e desafiantes da universidade brasileira e latino-americana.

Após a conclusão do doutorado, a professora já estava interessada na discussão sobre espaços de vida e construção da vida adulta em suas pesquisas sobre juventudes e universidade. A década que passou se tratou de uma novidade no ensino superior brasileiro com a inclusão do acesso e expansão de universidades federais. Uma discussão que não era tão lateral como a princípio poderia parecer em relação a setores dos movimentos sociais. Tratou-se de um momento em que o governo federal incentivou as universidades a promoverem acesso com inclusão social, trazendo para o ensino superior camadas populares que antes não acessavam esse espaço: “Mudava-se em algum lugar e então desestabilizava o que é o alicerce do ensino superior brasileiro: elite e meritocracia” (Vice-reitora - UFRB). A pró-reitora fez questão de demarcar o espaço temporal sobre a história do ensino superior no Brasil a partir da comparação etária mim e ela. Perguntei quais seriam suas impressões a respeito da condução das políticas de permanência na UFRB, especificamente o PPQ:

Interessante você falar isso porque entrei na universidade em 2009, exatamente no ano do primeiro edital PPQ. Considero o projeto de permanência qualificada importante do ponto de vista da reafirmação institucional, mas também por ser um projeto importante para a discussão sobre vida estudantil que estamos aqui fazendo, conversando (Vice-reitora - UFRB).

O PPQ traz uma marca da Ação Afirmativa e questiona os falsos dilemas da meritocracia estabelecidos originalmente entre estudantes cotistas e não-cotistas - que desde a infância seguiram uma motivação para a carreira acadêmica:

Em 2009, os problemas de permanência qualificada se confrontavam com programas e projetos institucionais ligados ao ingresso na vida acadêmica, formação acadêmica de estudantes através dos projetos de iniciação científica, que recebiam muito mais recursos (Vice-reitora - UFRB).

O PPQ foi criado como analogia a esses projetos e possuía, assim, o mesmo *status* que os projetos do PIBIC, por exemplo. A equiparação de bolsas sob o ponto de vista dos baremas e sua valoração para efeito de objetivos específicos da carreira docente foi um aspecto importante, pois compreendia uma equiparação de *status* conferida à estudantes de iniciação científica. Por outro lado, o PPQ se constituía também como um espaço de aprendizagem sobre vida acadêmica:

Minha compreensão é a de que todo e qualquer estudante precisa aprender a ser estudante: ler um artigo, estudar, enfim, ser universitário/a. Isso é verdade para todo e qualquer estudante (Vice-reitora - UFRB).

O artigo de Silva (2017), “Racismo Institucional e as Oportunidades Acadêmicas”, apresenta a Lei de Cotas como registrada e conhecida enquanto importante movimento nacional de democratização do acesso. Todavia, interessa saber se, dentro de IFES, negras/os e pobres, principalmente, possuem igualdade de oportunidades acadêmicas em projetos Iniciação Científica - IC; projetos de Extensão; bolsas de Iniciação à Docência; Empresas Jrs.; P.E.T.s; Mobilidade Nacional e Internacional. É necessário atentar-nos para as condições de permanência e conclusão dessa população se comparada com as demais. O diagnóstico da IV Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural de Graduandos das IFES foi de distribuição seletiva de vantagens. Nesse sentido, o racismo continua causando efeitos destrutivos na sociedade brasileira e as cotas continuam sendo um mecanismo de compensação importante nas Ações Afirmativas orientadas para superar o *déficit* de oportunidades de acesso a educação (FONAPRACE, 2014 apud SILVA, 2017).

Na avaliação de Georgina dos Santos, na UFRB:

Temos uma relação dialógica com as outras pró-reitorias. É incontornável para todo e qualquer aspecto da gestão, a discussão de Ação Afirmativa na universidade. Mas, não é um processo acabado afinal sempre há o que argumentar no sentido de construção da política. Acadêmica e administrativamente ela é distintiva, mas precisa ser o tempo inteiro lembrada como marca da UFRB (Vice-Reitora).

Expressou que a integração é um horizonte, um sul. E reforçou que o desafio das universidades como um todo na captação de recursos para as políticas de Ação Afirmativa e Assuntos Estudantis, consiste numa reformulação do desenho sobre como redistribuir os recursos:

Estamos vivendo um momento emblemático na política do ensino superior em relação ao que experimentamos nos últimos 10 ou 12 anos. Não vejo outra saída senão buscamos o diálogo e a unidade para o enfrentamento dessas dificuldades. Porque é simbólico falarmos de empoderamento de setores da sociedade, da juventude, na universidade ao mesmo tempo em que verificamos os dilemas do ponto de vista material, recursos materiais. Portanto, precisamos encontrar um modo de buscar aliados, nos unificar em defesa da instituição, esse espaço de empoderamento (Vice-reitora - UFRB)

Perguntei a ela sobre como conseguiremos garantir uma unidade em defesa da instituição para além dos recursos materiais?

Ela respondeu:

A sensação que tenho às vezes é que, se não encontrarmos um modo de unificar com estes setores: quilombolas, classes populares, jovens, negros, estudantes que vão e vem na universidade, como construiremos um discurso no sentido de fazer com que essa parcela da população - que é flutuante - possa defender esse espaço como empoderamento, mesmo que não tenham um recurso material (Vice-reitora - UFRB).

Na prática, a atual gestão da UFRB tem buscado ser transparente ao dizer às/os estudantes:

Não temos mais essa bolsa, antes tínhamos 40 agora só temos 15. Como vamos construir com essas 15? Isto só será possível através do diálogo e construção de acordos, pactos políticos. Mas, também, com a possibilidade de identificação dessas comunidades com a instituição. Precisamos ser este Lugar distintivo (Vice-reitora - UFRB).

Efetivamente, enquanto o racismo ainda for ignorado, menosprezado como um problema menor quando comparado às classes sociais, estudantes continuarão necessitando e reivindicando uma permanência qualificada que permita a/o estudante cotista vivenciar a universidade pública e defendê-la como um patrimônio da sociedade que deve ser compartilhado.

Trata-se de um dilema a defesa da política de Ação Afirmativa e Assuntos Estudantis porque:

O lugar de gestor é o daquele que vai disputar o espaço no sentido de garantir mais recursos. O lugar do Estudante é o de quem reivindica. Mas, ao mesmo tempo, sabemos que para além dessa divergência existe algo maior que nos unifica ou seja: a defesa de um determinado projeto (Vice-reitora - UFRB).

A professora e atual vice-reitora da UFRB expressou ainda acerca do projeto da universidade, e alertou para o fato de existirem contradições na própria comunidade acadêmica:

No decorrer da história da UFRB temos tido, enquanto gestores, uma disposição para aprender mais sobre a política [afirmativa], como ensaiá-la e elaborá-la. Voltar sobre os próprios passos em seus erros e acertos, dispor a construir tensões e confrontos com a comunidade no sentido de

avançar, sabendo que a universidade nunca está acabada. E, ainda bem que não está (Vice-reitora - UFRB).

Ela encerrou a entrevista instigando toda comunidade acadêmica a continuar contribuindo com a sistematização e o fortalecimento da política de Ação Afirmativa e Assuntos Estudantis na UFRB, sobretudo, a partir da militância e intelectualidade.

### 3.3. Orçamento Público para Educação entre 2015 e 2016

Em valores correntes, o Produto Interno Bruto - PIB do Brasil encerrou o ano de 2015 em R\$ 5,904 trilhões e a Lei Orçamentária Anual - LOA<sup>89</sup> estimou a despesa nacional em aproximadamente R\$ 2,982 trilhões sendo cerca de R\$ 1,175 trilhão dispensados para o Orçamento Fiscal e R\$797,1 bilhões para a Seguridade Social<sup>90</sup>. Aproximadamente, R\$ 904,5 bilhões ou 76,97% ficaram reservados para o pagamento da dívida pública - quase a totalidade do valor saiu do Orçamento Fiscal. Ao todo foram destinados cerca de R\$ 157,2 bilhões do Orçamento Fiscal e Seguridade Social para custeios e investimentos regionalizados. As despesas discricionárias do Poder Executivo para custeio e investimento em Educação somaram cerca de R\$31,8 bilhões (Tabela Nº 07 e Gráfico Nº 17):

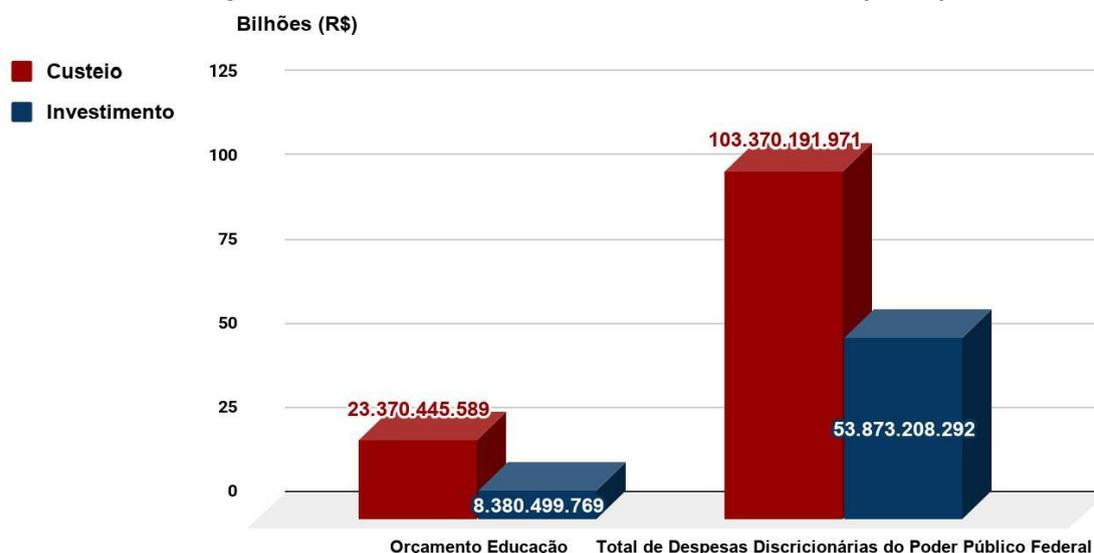
<b>Tabela 07 - Orçamento para Educação em Relação ao Totalde Despesas Discricionárias do Governo Federal (2015)</b>			
	<b>Custeio (R\$)</b>	<b>Investimento (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
<b>Educação</b>	23.370.445.589	8.380.499.769	<b>31.750.945.358</b>
<b>Total de Despesas Discricionárias do Poder Público Federal</b>	103.370.191.971	53.873.208.292	<b>157.243.400.263</b>
<b>Varição percentual (%)</b>	22,6%	15,6%	<b>20,1%</b>

**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração Própria.

<sup>89</sup> Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015 - Publicada no DOU de 22.4.2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa/2015/texto-da-lei/loa2015>>. Acesso em: 24 Abr. 2018.

<sup>90</sup> Tal como disposto no artigo 3º, inciso II, Seção II, "Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 103.715.251.273,00 (cento e três bilhões, setecentos e quinze milhões, duzentos e cinquenta e um mil e duzentos e setenta e três reais), será custeada com recursos do Orçamento Fiscal."

**Gráfico 17 - Orçamento Público para Educação em Relação ao Total de Despesas Discricionárias do Governo Federal (2015)**



**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração Própria.

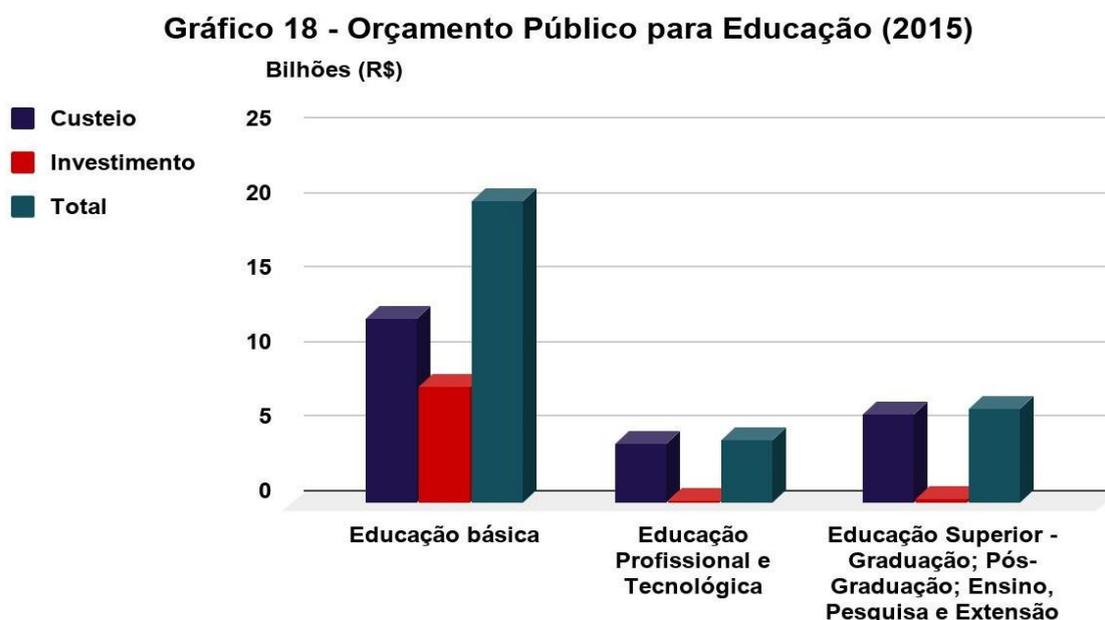
A partir da observação do total de despesas discricionárias do poder público federal<sup>91</sup>, em 2015, foi separado os gastos correspondentes à educação básica; educação profissional e tecnológica; e educação superior - graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão (Tabela N° 08):

<b>Tabela 08 - Orçamento Público para Educação (2015)</b>			
<b>Educação</b>	<b>Educação Básica</b>	<b>Educação Profissional e tecnológica</b>	<b>Educação Superior - Graduação; Pós-Graduação; Ensino, Pesquisa e Extensão</b>
Custeio	12.424.110.391	4.066.330.693	5.963.468.827
Investimento	7.849.863.262	183.430.234	345.086.273
<b>Total</b>	<b>20.273.973.653</b>	<b>4.249.760.927</b>	<b>6.308.555.100</b>

**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração Própria.

<sup>91</sup> Orçamento Anual para 2015 - Custeio e Investimento Regionalizado (Orçamento Fiscal e Seguridade Social) divulgado na página do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2015/orcamento-anual-de-2015#custeio>. Acesso em 13 Abr. 2018.

A maior parte dos recursos do orçamento público da União reservados à educação, em 2015, foram para custeio e investimento da educação básica. O ensino superior aparece em segundo e a educação profissional e tecnológica, em terceiro (Gráfico N° 18):



**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração Própria.

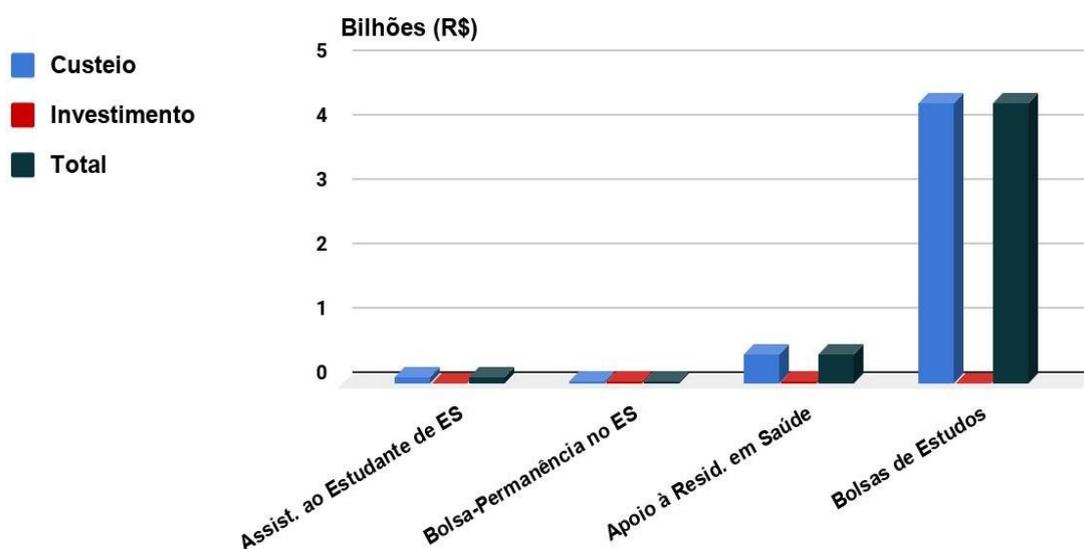
Tanto o ensino técnico profissionalizante quanto a educação superior praticamente não dispuseram de recursos para investimento nesse período. Separamos o montante reservado às políticas afirmativas e assuntos estudantis no ensino superior (Tabela N° 09):

<b>Tabela 09 - Orçamento Público para Educação Superior Política Afirmativa e Assuntos Estudantis (2015)</b>				
	Bolsa-Permanência no Ensino Superior	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	Apoio à Residência em Saúde	Bolsas de Estudos
Custeio	92.000.000	14.276.168	437.480.575	4.345.253. 879
Investimento	0	6.000.000	0	0
<b>Total</b>	<b>92.000.000</b>	<b>20.276.168</b>	<b>437.480.575</b>	<b>4.345.253. 879</b>

**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração Própria.

Percebe-se o quão ínfimo foi o recurso destinado para as bolsas permanência e assistência ao estudante de ensino superior, em 2015, quando comparado ao apoio conferido à residência em saúde além das bolsas de estudos (Gráfico nº 19):

**Gráfico 19 - Orçamento Público para Educação Superior Política Afirmativa e Assuntos Estudantis (2015)**



**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração Própria.

Em 2016, por sua vez, o PIB brasileiro fechou o ano em R\$ 6,266 trilhões<sup>92</sup> - em valores correntes, quase 6% a mais do que o registrado no ano anterior -, e a Lei Orçamentária Anual - LOA<sup>93</sup> estimou a despesa em torno de R\$2,954 trilhões - quase 1% menor do que o registrado em 2015 -, dos quais aproximadamente R\$ 1,203 trilhão foram para o Orçamento Fiscal e R\$ 865,8 bilhões<sup>94</sup> para a Seguridade Social. O montante destinado ao pagamento da dívida pública correspondeu aproximadamente a 73,58% ou cerca de R\$ 885 bilhões do orçamento público, de

<sup>92</sup> Ver reportagem por Alessandra Saraiva e Robson Sales, “PIB do Brasil recua 3,6% em 2016”, via “Valor Econômico”, publicado em: 03/07/2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4890204/pib-do-brasil-recua-36-em-2016>>. Acesso em 25 Abr. 2018.

<sup>93</sup> Lei Nº 13.255, de 14 de Janeiro de 2016. Publicada no DOU de 15.1.2016 Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2016/lei/Lei13255-2016.pdf>>. Acesso em: 24 Abr. 2018.

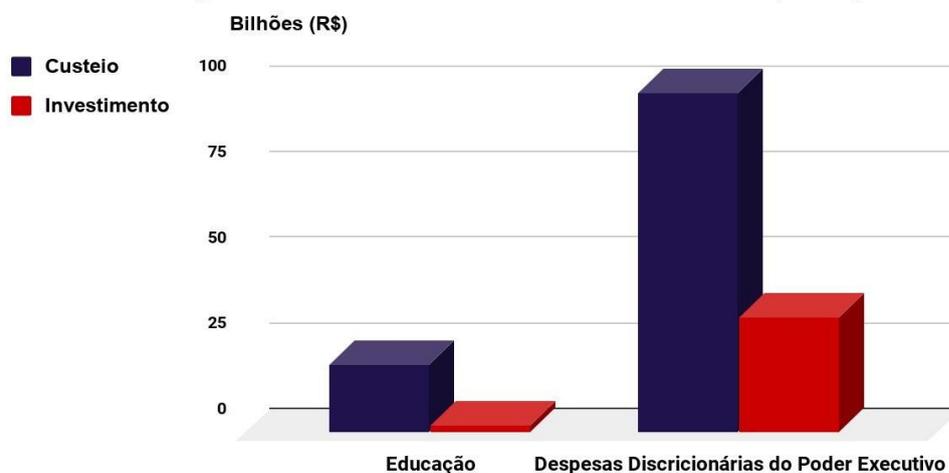
<sup>94</sup> Tal como disposto no artigo 3º, inciso II, Seção II, “Parágrafo único. Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$ 222.623.993.820,00 (duzentos e vinte e dois bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, novecentos e noventa e três mil e oitocentos e vinte reais), será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.”

2016. No total, foram reservados cerca de R\$ 133 bilhões do Orçamento Fiscal e Seguridade Social para custeios e investimentos regionalizados - uma queda de mais de 15% com relação ao ano anterior. As despesas com Educação somaram cerca de R\$28,1 bilhões ou aproximadamente 11,5% menor do que o registrado em 2015 (Tabela Nº 10 e Gráfico Nº20):

<b>Tabela 10 - Orçamento Público para Educação em Relação ao Total de Despesas Discricionárias do Governo Federal (2016)</b>		
	<b>Educação</b>	<b>Despesas Discricionárias do Poder Executivo</b>
<b>Custeio</b>	19.949.648.862	99.248.370.701
<b>Investimento</b>	2.138.388.151	33.451.990.717
<b>Total</b>	<b>22.088.037.013</b>	<b>132.700.361.418</b>

**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração própria.

**Gráfico 20 - Orçamento Público para Educação em Relação ao Total de Despesas Discricionárias do Governo Federal (2016)**



**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração própria.

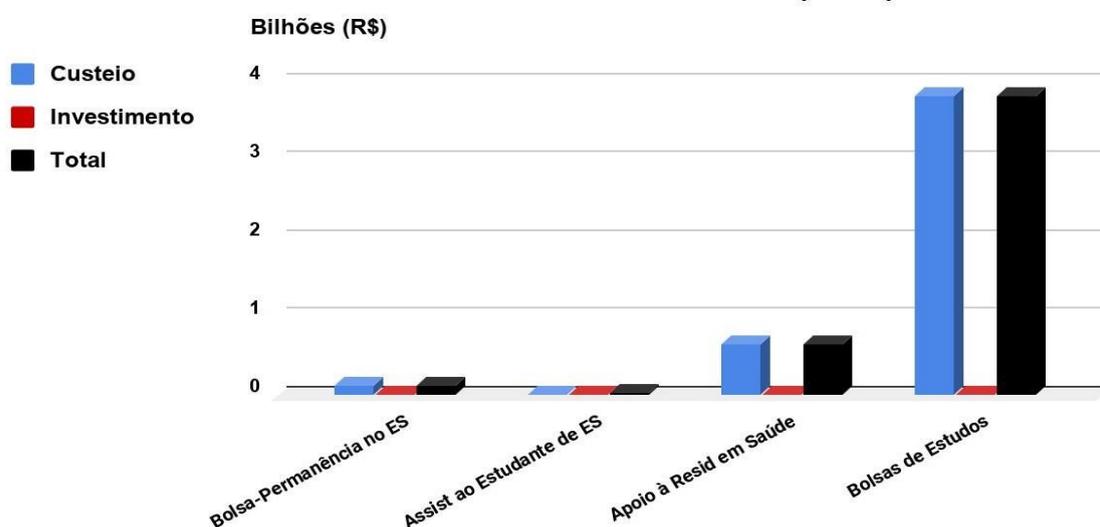
Os gastos para educação sofreram impacto negativo com a mudança de governo ocorrida em 2016. A tabela Nº 11 mostra os valores da despesa do Executivo Federal com a política afirmativa e assuntos estudantis para o respectivo ano:

<b>Tabela 11 - Orçamento Público para Educação Superior Política Afirmativa e Assuntos Estudantis (2016)</b>				
	<b>Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior</b>	<b>Assistência ao Estudante de Ensino Superior</b>	<b>Apoio à Residência em Saúde</b>	<b>Concessão de Bolsas de Estudos</b>
<b>Custeio</b>	120.000.000	11.491.000	637.039.032	3.808.466.959
<b>Investimento</b>	0	4.809.000	0	0
<b>Total</b>	<b>120.000.000</b>	<b>637.039.032</b>	<b>637.039.032</b>	<b>3.808.466.959</b>

**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração própria.

Percebemos, mais uma vez, que os gastos com bolsa-permanência no ensino superior e assistência ao estudante permaneceram mínimos e praticamente inalterados, apesar de registrado aumento do primeiro em 2016 com relação a 2015. O apoio à residência em saúde também aumentou se comparado ao ano anterior (Gráfico N° 21):

**Gráfico 21 - Orçamento Público para Educação Superior: Política Afirmativa e Assuntos Estudantis (2016)**



**Fonte:** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração própria.

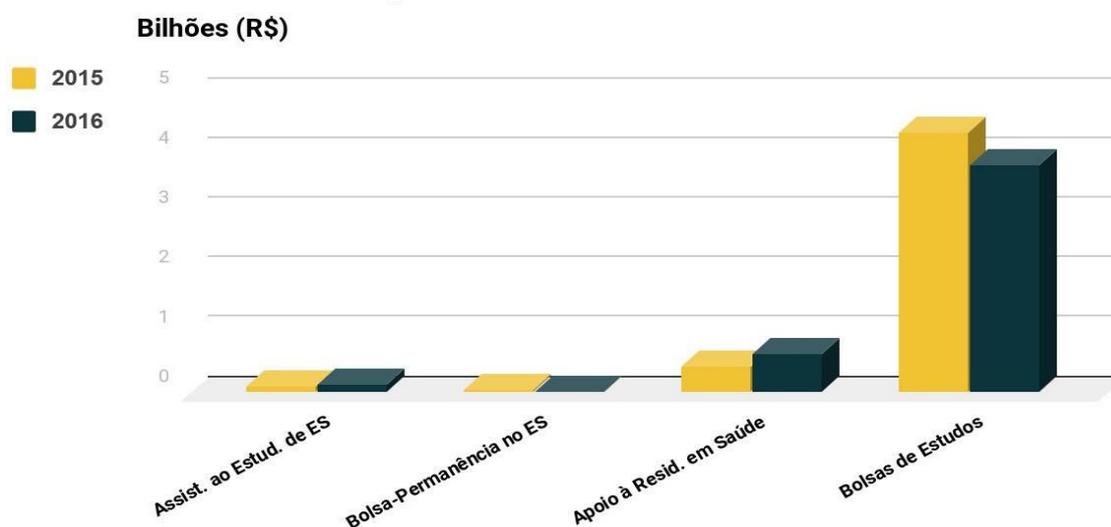
A assistência ao estudante de ensino superior representou uma queda de aproximadamente 19,6% enquanto as bolsas de estudos caíram mais de 12% (Tabela N° 12 e Gráfico N° 22):

**Tabela 12 -Variação do Orçamento Público para Educação Superior entre 2015 e 2016**

	Concessão de Bolsa-Permanência no Ensino Superior	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	Apoio à Residência em Saúde	Concessão de Bolsas de Estudos
<b>2015</b>	20.276.168	92.000.000	437.485.575	4.345.253.879
<b>2016</b>	16.300.000	120.000.000	637.039.032	3.808.466.959
<b>Variação (%)</b>	<b>(-) 19,6%</b>	<b>(+) 30,4%</b>	<b>(+) 45,6%</b>	<b>(-) 12,4%</b>

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração própria.

**Gráfico 22 - Variação do Orçamento Público para Educação Superior entre 2015 e 2016**



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração própria.

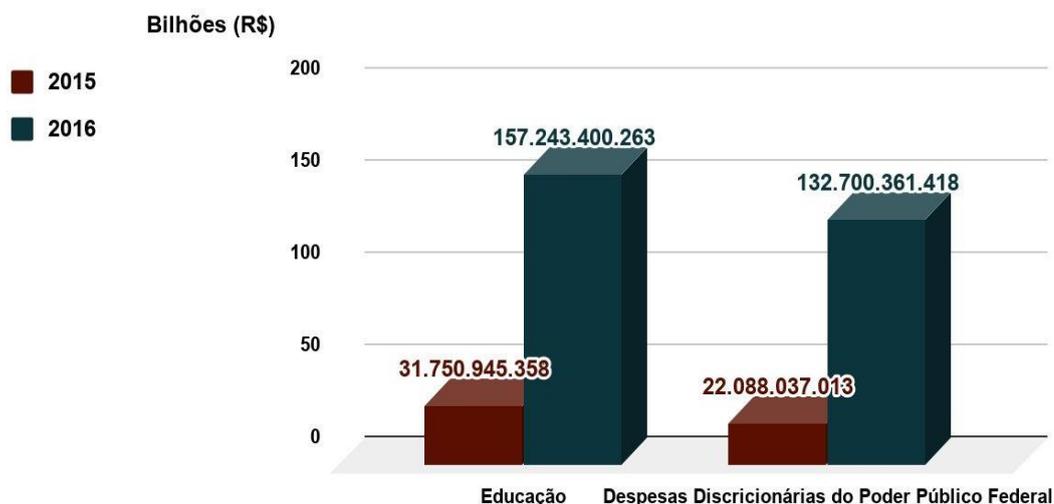
Em geral, o orçamento para a educação no Brasil sofreu uma redução de aproximadamente  $\frac{1}{3}$ , em 2016, comparado com 2015 - levando em conta os três níveis de ensino. Enquanto isso o Executivo Federal registrou queda aproximada de 15,6%, no total de despesas discricionárias em 2016 (Tabela Nº 07 e Gráfico Nº 23):

<b>Tabela 13 - Variação entre o Orçamento Público para Educação com Relação ao Total de Despesas do Governo Federal 2015/2016</b>		
	Educação	Total de Despesas Discricionárias do Poder Público Federal
<b>2015</b>	31.750.945.358	157.243.400.263

<b>2016</b>	22.088.037.013	132.700.361.418
<b>Varição (%)</b>	<b>(-) 30,4</b>	<b>(-) 15,6</b>

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração própria.

**Gráfico 23 - Variação do Orçamento para Educação em Relação ao Orçamento Total do Governo Federal - 2015/2016**



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Elaboração própria.

A partir de 2015, o debate sobre a Reforma Política voltou à tona no Congresso Nacional<sup>95</sup>. Essa pauta já vinha sendo debatida há mais de 20 anos sem que se tivesse chegado a um acordo. Todavia, com a queda da Presidenta eleita Dilma Rousseff e o início do Governo Temer, o Congresso correu contra o tempo para aprovar a Reforma Política na madrugada do dia 05 de outubro de 2017, após mais de 10 horas de discussão, com novas regras já valendo nas Eleições 2018<sup>96</sup>. Além disso, o Presidente da República recém empossado encaminhou uma Proposta de Emenda à Constituição ao legislativo, causando polêmica e muitas

<sup>95</sup> Ver reportagem por Câmara Notícias, “Prioridade dos líderes, reforma política volta à pauta em 2015”, publicado em: 12/01/2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/480218-PRIORIDADE-DOS-LIDERES,-REFORMA-POLITICA-VOLTA-A-PAUTA-EM-2015.html>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

<sup>96</sup> Ver reportagem por Cristiane Jungblut do O Globo, “Câmara conclui votação da reforma política e aprova projeto com todas as regras eleitorais para 2018”, publicado em: 05/10/2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/camara-conclui-votacao-da-reforma-politica-aprova-projeto-com-todas-as-regras-eleitorais-para-2018-21910008>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

manifestações contrárias dentro e fora do parlamento. Trata-se da PEC 55/2016 ou PEC da Desigualdade. O texto foi aprovado no Senado em 13 de dezembro de 2016, por 53 votos a favor e 16 contrários<sup>97</sup>. Após a aprovação no Congresso Nacional, a PEC 55/2016 converteu-se na Emenda Constitucional - EC 95/2016, instituindo o novo regime fiscal no país, que limitou as despesas com educação, previdência social e saúde além de outros direitos sociais pelos próximos 20 anos ou seja, até 2037. Tanto as reformas mencionadas acima quanto aquelas que estão em curso no Executivo e Legislativo como a Reforma da Previdência e a Reforma Tributária, são uma continuidade do projeto de desmonte do Estado estabelecido com o impeachment, dividido e duvidoso, da primeira mulher a ocupar o cargo de maior prestígio social, no país.

---

<sup>97</sup> Reportagem de Fabíola Sinimbú e Líria Jade da EBC Agência Brasil: “Saiba o que muda com a aprovação final da PEC do Teto dos Gastos Públicos”. Para mais informação acesse: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/saiba-o-que-muda-com-aprovacao-final-da-pec-do-teto-dos-gastos-publicos>>. Acesso em: 14. out. 2017.

## Capítulo IV – Vivências da negritude, luta antirracista e a Universidade com isto?

Na aula inaugural do ano letivo 2017.1 no PPGCS - Cultura Desigualdades e Desenvolvimento - UFRB, Ana Flauzina, professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia - UFBA, ministrou uma conferência sobre um tema caro na sociedade brasileira: a politização do sofrimento negro<sup>98</sup>. A professora comunicou de maneira expressiva sobre Segurança Pública e racismo, refletindo a realidade do Brasil a partir do *modus operandi* da violência policial. As demandas do Movimento Negro tratam até hoje sobre temas vitais, que a professora denominou de “corpo caído no chão”<sup>99</sup>. A questão da Segurança Pública no Brasil é uma realidade informada em relatórios, divulgada em reportagem para logo serem esquecidas. Sua ênfase à expressão “vidas inegociáveis” resume a força desse movimento no século XXI, principalmente, contra a violência policial. Mattos (2016), discorrendo sobre a cor de vítimas nas imagens flagrantes da violência policial e o ativismo digital anti-racismo no Brasil e nos E.U.A, comenta que:

O relatório “Você Matou Meu Filho. Homicídios Cometidos pela Polícia na Cidade do Rio de Janeiro”, elaborado pela Anistia Internacional (2015), compila os assassinatos cometidos por policiais militares naquela cidade, levando em conta raça, gênero e classe social. O relatório conclui que, entre 2010 e 2013, a Polícia Militar vitimou 1.275 pessoas: 99,5% eram homens; 79% eram negros e 75% tinham entre 15 e 29 anos (MATTOS, 2016: 07).

Destaca o #BlackLivesMatter<sup>100</sup> entre as formas de ativismo na esfera pública digital além de casos e imagens da violência contra negros no Brasil. Um deles é sobre Amarildo de Souza, favela da Rocinha (RJ), julho de 2013. Trabalhava na construção civil como pedreiro antes de desaparecer após ter sido levado por agentes da Unidade de Polícia Pacificadora - UPP. A campanha: “Onde está o Amarildo?” se iniciou na “página do Facebook do Movimento Mães de Maio, com uma fotografia da família de Amarildo segurando um cartaz com a questão” (Ibid.:

<sup>98</sup> Ata da reunião colegiada no PPGCS - Cultura Desigualdades e Desenvolvimento - UFRB, do dia 06 de março de 2017. A aula inaugural aconteceu no dia 29 de março de 2017, na Fundação Hansen Bahia. Disponível em: <[https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/images/atas/2017/Ata\\_06-03-17.pdf](https://www.ufrb.edu.br/pgcienciassociais/images/atas/2017/Ata_06-03-17.pdf)>. Acesso em: 28 Mar. 2018.

<sup>99</sup> Ver vídeo por Clóvis Eduardo no YouTube, “Ana Luiza Pinheiro Flauzina e o “Corpo negro caído no chão”, publicado em 16/11/2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KRNiC5Q8mCg>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

<sup>100</sup> Para mais informação ver: <<https://blacklivesmatter.com>>. Acesso em em: 03 Ago. 2018.

10-11). Um vídeo divulgado pela TV Globo sobre imagens gravadas por câmeras de segurança na Favela da Rocinha no dia em que Amarildo foi levado pelos PMs tiveram tamanha importância, que resultou na condenação de 13 policiais em janeiro de 2016<sup>101</sup>. Também os casos de Claudia Ferreira da Silva, 38 anos, mãe de quatro filhos, casada e cuidadora de outras quatro crianças, suas sobrinhas, moradora no Morro de Congonhas, Rio de Janeiro, março de 2014, e os jovens adolescentes Alan, 15 anos e Chauan, 19 anos, Rio de Janeiro, fevereiro de 2015, mortos por PMs e que tiveram repercussão nas redes sociais por conta de gravações em vídeos de celular divulgados (MÁRIO DONATO, 2015).

A presença e permanência de negras/os em todos os espaços da sociedade em condição de igualdade é, a um só tempo, representatividade e resistência. Por isso, trata-se de um desafio enorme falar sobre presença e permanência de estudantes negras/os e pobres, principalmente, no ensino superior brasileiro posto que, em geral, são histórias marcadas por sofrimento e resistência. E, também, inúmeras alegrias e felicidades porque se trata de um espaço de conhecimento ampliado de saber. Por esse motivo, as políticas de Ação Afirmativa e Assistência Estudantil são ferramentas importantes para a qualificação das vivências acadêmicas, possíveis de serem medidas através dos percursos formativos de cada estudante ao longo do curso pretendido. O combate ao racismo passa por uma educação anti-racista, então, a entrada de negras e negros na universidade precisa estar acompanhada por uma mudança epistemológica. Ainda são inúmeras as dificuldades experimentadas por estudantes negros e pobres, nas IES públicas e privadas. Após 15 anos de instituição das Leis de Cotas étnico-raciais, no Brasil, debates sobre sua efetividade bem como aperfeiçoamento dos dispositivos para sua execução entraram na pauta de discussões do Senado Federal por meio da comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDH<sup>102</sup>.

---

<sup>101</sup> Ver reportagem do UOL em São Paulo, "Justiça do RJ condena 13 PMs por tortura, morte e sumiço de Amarildo", publicado em: 31/01/2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/01/31/justica-do-rj-condena-8-pms-por-tortura-morte-e-sumico-de-amarildo.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 03 Ago. 2018.

<sup>102</sup> A 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos - CDH, Senado Federal aconteceu em 03/04/2017 e contou com a Audiência Pública sobre o Tema: "Cotas nas Universidades e o Compromisso com a Permanência", realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. Participaram dessa audiência pública: Pedro Curi Hallal - Professor e atual Reitor da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL/RS; Roberto Leher - Professor e atual Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Marcelino Conti de Souza - Representante do Movimento Negro Unificado - MNU do Rio de Janeiro; Frei David Santos - EDUCAFRO; Vicente de Paula Almeida Junior - Diretor de Políticas e Programas

Frei David Santos, da Ordem dos Frades Menores - OFM, Diretor-executivo da EDUCAFRO<sup>103</sup> há 40 anos na luta pela educação universitária, foi um dos expositores e falou sobre o tema: “Por uma Permanência Estudantil que dê Dignidade aos Estudantes negros/as”. Na exposição, compartilhou o tempo com três estudantes de universidades públicas federais da região sul e sudeste do país - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO - para que expressassem por si mesmos/as os sentidos da presença e permanência de negros/os na universidade. Jonas Bispo dos Santos, um dos estudantes, manifestou:

De forma geral, nós estamos entrando pela porta da frente e saindo pela porta dos fundos. A questão do ingresso do/a jovem negro/a na universidade federal se dá de forma onde ele/a se faz presente na instituição, na academia, porém, as condições de permanência se tornam uma luta a ser travada diariamente. Desde o acesso a uma bolsa estudantil que favoreça a sua permanência são totalmente esquecidos e deixados de lado, o contexto desse/a jovem brasileiro/a negro/a (Jonas B. Santos - Psicologia - UFSC).

Percebe-se que, entre o sonho de ingressar numa universidade e a realidade que é para se manter nela existe ainda um intervalo ponderável.

Marcelino Conti de Souza, representante do Movimento Negro Unificado - MNU, Rio de Janeiro, também luta há 40 anos por uma educação anti-racista no país. Expressou em sua fala acerca do caráter simplista de análises sociais que não exploram ou mencionam o histórico quadro de desigualdades no Brasil:

Quero também dar um chega para aqueles/as que desconsideram que as desigualdades sociais hierarquizam socialmente as pessoas, elas não podem ser reduzidas a desejos ou expectativas individuais [...]. Não posso admitir que as universidades não reconheçam a dimensão subjetiva do sofrimento diante da impossibilidade de se fazer sentir parte dela (Marcelino Conti de Souza - MNU).

---

de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação; Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão - MPF; Poran Potiguara - Estudante de Engenharia Florestal da UnB, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e da Comissão Nacional dos Estudantes Indígenas. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=5879>>. Acesso em: 20 Jul. 2018.

<sup>103</sup> A Educafro tem a missão de promover a inclusão da população negra (em especial) e pobre (em geral), nas universidades públicas e particulares com bolsas de estudos através do serviço de voluntárias/os, nos núcleos de pré-vestibular comunitários e setores da Sede Nacional - São Paulo - SP, em forma de mutirão. Informações obtidas no site da entidade. Para mais informação acesse: <<http://www.educafro.org.br/site/conheca-educafro/>>. Acesso em 03 Abr. 2018.

Roberto Leher, biólogo, pedagogo, professor e atual reitor da UFRJ, também ressaltou na audiência o fato de que as políticas de Ação Afirmativa e estratégias de permanência continuam frágeis, tendo em vista que não existem garantias de virem a se tornar políticas de Estado, “Tudo o que diz respeito à permanência estudantil é feito por Decreto e não por Lei, logo, mudam-se os governos, mudam-se as prioridades”, disse.

Em 2017, um programa temático de Roda-Viva da TV Cultura, discutiu sobre “A Questão Racial”. Na ocasião, a artista negra brasileira Elisa Lucinda apresentou o tema em debate como “Coração sociológico do país”. Comentou o fato de que não existe hoje nenhum lugar - inclusive nas igrejas - onde o racismo não exista, “ele está em todos os lugares”, continuou. Referindo-se à sua trajetória artística para retratar os limites políticos da representação, expressou acerca da “Ilusão histórica vinda da casa grande” ou mito da democracia racial. Esse programa contou com quatro debatedoras/es sendo três mulheres e um homem. A Ex-consulesa da França no Brasil, Alexandra Loras, ressaltou “O quanto a nossa narrativa é chocante, absurda e cruel”, e mesmo que brancos/as de hoje não sejam responsáveis pela escravização de não brancos/as, dispõe da “chave do privilégio ainda”. Natália Neres, pesquisadora de políticas públicas da USP e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, refletiu sobre como a denúncia de situações de preconceito, discriminação, misoginia etc., ligadas à questão racial e em torno de questões de gênero e sexualidade, soam ainda como ofensa e deslegitimação. Hélio Menezes, antropólogo e pesquisador da USP, debatedor, enfatizou o fato de que vivemos uma educação marcada ainda pelo mito da democracia racial no Brasil e o Genocídio do povo negro: “É preciso falar que nós, povo negro, estamos morrendo”, completou.

Nesse debate ficou registrado a importância de discutirmos a questão racial uma vez que precisamos pensar e nos preocupar com nossas vidas<sup>104</sup>. O mito da democracia racial foi denunciado por Florestan Fernandes (1965) em “A integração do negro na sociedade de classes”, tese que apresentou para o concurso de Cátedra em Sociologia na USP, em março de 1964. Treze anos depois essa tese

---

<sup>104</sup> O programa foi exibido em 11/12/2017. Para conferir a íntegra acesse: <[http://tvcultura.com.br/videos/63636\\_roda-viva-a-questao-racial-11-12-2017.html](http://tvcultura.com.br/videos/63636_roda-viva-a-questao-racial-11-12-2017.html)>. Acesso em: 09 Fev. 2018.

ecoou no vigoroso ensaio de Abdias Nascimento (1914-2011), “O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado” (1978).

Esse intelectual e ativista negro brasileiro, se referindo ao período imediatamente posterior a abolição da escravatura (1888) e o início da Primeira República (1889), expressou que:

Desde o fim do século XIX, o objetivo estabelecido pela política imigratória foi o desaparecimento do negro através da "salvação" do sangue europeu, e este alvo permaneceu como ponto central da política nacional durante o século XX (NASCIMENTO, 1978: 71).

Essa tarefa aconteceu com o “conluio dos intelectuais e dos acadêmicos ‘cientistas’ na formulação dessa política” (*Ibid.*: 72).

Nascimento (1978) menciona nesse trabalho alguns fatos históricos estarrecedores como a do Ministro das Finanças, Rui Barbosa, em 1889:

Ordenando a incineração de todos os documentos - inclusive registros estatísticos, demográficos, financeiros etc. - pertinentes à escravidão, ao tráfico negreiro, e aos escravos; assim se apagaria a "mancha negra" da História do Brasil. (*Ibid.*: 78).

O apagamento da “mancha negra” seria efetivado por via de quais demandantes, poderíamos nos perguntar. Foi o que esse autor buscou responder com a argumentação: “Por via desses expedientes se reitera a erradicação da ‘mancha negra’, agora com o uso dos poderes da ‘magia branca’ ou da ‘justiça branca” (*ibid.*: 78). Para retratar a visão do Estado brasileiro com relação à discussão sobre raça no século XX enquanto assunto proibido, subversivo, Nascimento (1978) mencionou o trabalho de Anani Dzidzienyo<sup>105</sup>, “The Position of Blacks in Brazilian Society” (1971) onde expressa o fato de que a raiz para o desencorajamento do crescimento da consciência negra no Brasil se deve à “recusa da sociedade em conceder ao cidadão negro a oportunidade de realizar sua íntegra identidade” (DZIDZIENYO, 1971: 5 apud NASCIMENTO, 1978: 80).

---

<sup>105</sup> Professor Associado de Estudos Afro-Americanos e Estudos Portugueses e Brasileiros na Brown University, Rhode Island- USA, fundada em 1764. Para mais informações acesse: <<https://vivo.brown.edu/display/adzidzie>>. Acesso em: 08 Mar. 2018.

#### 4.1. Sentidos e significados de ser negra/o para as/os estudantes do CAHL/UFRB entrevistadas/os

*Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALEZ, 1984: 226)*

Nessa subseção, o destaque foi para a importância dos grupos de interesses e afinidades, denominados como “Coletivos”. Para tanto, buscou-se conhecer algumas percepções das/os estudantes sobre o que significa ser negra/o. A primeira questão foi sobre como se autodeclararam em relação à cor ou raça/etnia. Kashka se autodeclarou preto. Em relação ao conhecimento ou participação de algum coletivo dentro ou fora da universidade e, ainda, se gostaria de comentar acerca de algumas experiências pessoais, manifestou ter participado de coletivos na UFRB:

O Núcleo Akofena e algumas reuniões do Coletivo Aquenda. O akofena é um núcleo negro daqui [CAHL] de estudos; e o Aquenda é um coletivo LGBT também daqui. A minha experiência com todos esses coletivos é de fortalecimento, foram de extrema importância inclusive para minha permanência na universidade, em compreender meu lugar dentro dela e me movimentar nela (Kashka- História).

O Núcleo AKOFENA existe desde 2009, foi criado inicialmente com o objetivo de criar um espaço de formação política para os estudantes negras/os e cotistas, e pautar as discussões raciais na Universidade, que até então apresentava grande lacuna no tema.

No dia 30 de abril de 2016, participei da formação básica sobre a Questão Racial no Brasil do Núcleo Akofena/NNNE - Núcleo de Negras e Negros Estudantes da UFRB, onde quase 40 pessoas estiveram reunidas na sala 07 do pavilhão Leite Alves do CAHL, Cachoeira/Recôncavo da Bahia. A participação foi ativa e a troca mútua de conhecimentos e experiências, “dos bons e ruins momentos que a sociedade anti-negra nos impõem”<sup>106</sup>. Os membros do Núcleo Akofena conduziram reflexões alinhadas com pensadores negros como Steve Biko (1946 - 1977), ativista

<sup>106</sup> Conheça o novo blog do Núcleo Akofena/NNNE - Núcleo de Negras e Negros da UFRB. Disponível em: <<https://nucleoakofena.wordpress.com>>. Acesso em: 04 Ago. 2018.

anti-apartheid da África do Sul na década de 1960 e 1970, expressando uma frase desse intelectual sul africano: “A arma mais potente do opressor é a mente do oprimido”. Uma síntese da maior problemática na luta dos Movimentos Negros historicamente: combate à guerra racial. Também reflexões a partir de leituras de Lélia Gonzalez (1935 - 1994), intelectual, política, professora e antropóloga brasileira, expressaram a potência que foi esse encontro de formação. Em sua trajetória ela acreditou que uma sociedade solidária e fraterna é possível, pautava como necessário o engajamento na luta política mais ampla além da produção do próprio conhecimento pelos grupos não dominantes, excluídos do poder tendo por isso se dedicado ao estudo das culturas humanas, especialmente a cultura negra<sup>107</sup>.

Na reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, do IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais - Anpocs, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980, Lélia Gonzalez (1984) apresentou o artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, partindo de considerações de Fanon sobre o racismo para assim discuti-lo no caso brasileiro. A epígrafe que inicia o subitem desse capítulo caracteriza sua definição do racismo na sociedade brasileira: “se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1984: 224). Por isso, considerou importante trabalhar com as noções de consciência e memória para retratar a quantidade de atitudes racistas naturalizadas em nossa sociedade, que atingem principalmente as mulheres negras. Com perguntas provocativas chamou a atenção para as contradições da sociedade brasileira no que diz respeito à questão racial no país: desigualdades que persistem desde a abolição da escravatura (1888), negação à cidadania, de acesso à educação, à educação, trabalho etc, em síntese, a negação das diferenças:

Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” Bispo fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo prá gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (Ibid.: 238).

---

<sup>107</sup> Ver artigo por GELEDÉS, “Lélia Gonzalez: Mulher Negra na História do Brasil”, publicado em: 08/08/2009. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/lelia-gonzalez-mulher-negra-na-historia-do-brasil/>>. Acesso em: 04 Ago. 2018.

Resulta que a manutenção de laços de solidariedade a partir da organização e/ou participação de coletivos no contexto universitário é uma importante estratégia de permanência qualificada, tendo em vista que contribui para pensar o outro e a construção de identidade étnico-racial nas práticas do cotidiano. Sobre o que significa ser negro, Kasha, manifestou:

Ser negro hoje é não ter a mesma facilidade de transitar pelos diversos espaços onde nós deveríamos estar, mas não estamos por conta desse impedimento de cor/raça (...). Ser negro é se preocupar com o lugar em que estamos e o que podemos fazer para estar ali, seja onde for: nem casa ou na universidade, no espaço religioso onde se vai estar, em todos os lugares. É preocupar-se com: o que se está fazendo e por que? (Kashka - História).

Comentou sobre a importância de negras/os sabermos o que é preciso fazer para nos manter em espaços onde hoje são majoritariamente brancos como a universidade, apesar das mudanças ocorridas na última década:

Ser negro é ter essa preocupação com meu lugar no mundo, não como uma crise existencial, é físico mesmo, real. Tipo: Estou aqui. Preciso ter consciência do que estou fazendo, andar com isso na cabeça 24 horas por dia para me manter vivo, pelo menos Kashka - História).

Também foi questionado se conhecia a existência de instrumentos de acolhimento, ações psicossociais como o acompanhamento psicológico e/ou pedagógico na UFRB:

Frequentei o psicólogo uma vez, inclusive. Fui atendido numa sala que não era dele. Conversamos na Sala da PROPAAE, mesmo, com todo mundo passando. Ele dizia para mim: “ Estamos num lugar que não é adequado, mas não temos estrutura” (Kashka- História).

Atualmente, o psicólogo da PROPAAE responsável pelo atendimento no CAHL/UFRB, possui uma sala no prédio administrativo Ana Neri. Ashanti também se autodeclarou negra, mencionando uma controvérsia ou equívoco relacionado à classificação por cor ou raça/etnia segundo a padronização do IBGE que, desde o censo de 2000 baseia-se em cinco categorias a partir da autodeclaração:

Preto, pardo, branco, amarelo e indígena. Eu marcava “pardo” porque acho que é o que consta no registro de nascimento. Mas, hoje passei a me considerar negra (Ashanti - História).

Ela não chegou a utilizar o serviço de atendimento psicossocial, mas disse que conhece:

Porque tinha uma colega fazia atendimento com o psicólogo. E também tem escrito bem na porta da PROPAAE: psicólogo, atendimento em tal sala no prédio do Ana Nery. Sei por esses motivos (Ashanti - História).

Também mencionou o Núcleo Akofena e o Coletivo Aquenda<sup>108</sup> como coletividades do CAHL/UFRB, mas alegou que não participa de nenhuma delas. Sobre o que é ser negra, expressou que é uma questão que faz muito para si mesma. Inicialmente, que não soube como se expressar, por isso, após uma pausa, completou:

O que posso dizer é que aprendi na faculdade a me sentir mais negra, vamos dizer assim. Sair daquele “pardo” como classificação na forma que viamos em questionários para tornar-se negra. Dizer: “Não gente, pardo não é cor, é papel ou melhor: pardo é cor, não raça (...)”. Mas, é um processo que vai sendo construído (Ashanti - Ciências Sociais).

O fato de ter deixado o termo “pardo” de lado em seu processo de constituição de identidade étnico-racial e aderido à expressão “negra/o” após seu ingresso na universidade, sugere que houve uma ressignificação ou positivação do termo negra/o e, por conseguinte, da imagem e cultura negra na sociedade brasileira pela estudante. Jahari, terceiro entrevistado, também se autodeclarou negro.

Disse sobre a necessidade de negras/os buscarem maior auto aceitação e que essa condição vai além de considerar a concentração de melanina na pele:

É reconhecer minha posição na sociedade e no mundo, saber que o passo hoje é fruto de algo do passado. É ter conhecimento de como o passado esta influenciando minha vida e ainda continuará influenciando - se vier a ter um filho, por exemplo. Ser negro é ter consciência, saber porque essa condição faz de mim diferente ou melhor: por que sou tido como diferente por ser negro? (Jahari - Serviço Social).

Retratou, com isso, a importância de participar de nos mobilizar no combate ao racismo:

É saber porque estamos nos incomodando com aquilo e levantar a autoestima daquele/a irmão/ã negro/a que, digamos, esteja sofrendo para

<sup>108</sup> Para conhecer mais sobre o coletivo Aquenda da UFRB, ver: <<https://coletivoaquenda.wordpress.com>>. Acesso em: 04 Ago. 2018.

ser aceito/a, que está toda a semana alisando o cabelo para ser aceito/a. Me importar e dizer: “\_\_ Olha, seu cabelo não é ruim por causa disso e aquilo outro”. Levar consciência e conhecimento para o irmão/ã negro/a (Jahari - Serviço Social).

Sobre ter participado de alguma ação psicossocial ou se conhece a existência de tais instrumentos de acolhimento institucional via PROPAAE/UFRB, respondeu afirmativamente - inclusive, realizava acompanhamento psicológico no período da entrevista.

Em relação aos coletivos também afirmou conhecer, mas no CAHL participa apenas de grupos de pesquisas como o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA. Fora da universidade:

Faço parte de um grupo que está ligado à dança, o Hip Hop. Tem a proposta de estar envolvido com ações junto à comunidade: pedagógicas, sociais e políticas. Mesmo que seja um grupo que tenha como maior expressão a dança, ele abriga outros elementos que torna possível dizer que se trata de um coletivo e estamos, de alguma forma, tentando nos engajar (Jahari - Serviço Social).

A ideia desse grupo é criar projetos sociais, compreendendo a responsabilidade de fortalecer ações coletivas. O grupo de Hip Hop se chama ABW CREW e está ligado às questões raciais. Enquanto aprendem os passos de dança vão conhecendo a história, lidando com diferentes formas de expressões e criando conexões. Iruwa, próxima entrevistada, se autodeclarou preta e disse: ser negra é muita luta, superação, resistência. Mencionou o PET Conexão de Saberes, da PROGRAD, como um coletivo que:

Me ajuda muito nessa relação com outros amigos, colegas de outros cursos, cidades. Tem o intercâmbio entre Santo Amaro, Cachoeira e Cruz das Almas, as rodas de conversa que realizamos nas escolas para falar sobre o Enem ou apresentar a universidade aos jovens do ensino médio etc (Iruwa - Museologia).

Disse que são 12 membros nesse PET. Comentou ainda que não conseguiu se adaptar a nenhum outro coletivo.

Chegou a fazer parte de uma iniciativa de mulheres chamada, “Firminas”, contudo, por não se acostumar aos horários e até mesmo a falta de responsabilidade por parte de colegas, o coletivo se desfez. Por conta da posição política de alguns coletivos, manifestou que sente alguma dificuldade em fazer parte, pois não se considera radical:

Não tenho religião ou partido político e não gosto de ser rotulada. Como ser humano, me vejo dentro de vários movimentos, mas não gosto dos rótulos. Sempre fui feminista, mas ainda não me vi na necessidade de colocar um rótulo. Para mim, as lutas vão chegar em determinados objetivos que irão favorecer muitas/os, mas, não encontrei ainda algum movimento que tenha me cativado, vejo muitas vaidades (Iruwa - Museologia).

Ela também já realizou acompanhamento psicológico na universidade:

Porque às vezes é difícil, né, como disse: tenho 54 anos com uma filha de 28 anos e um filho de 20 anos. Tenho que dar conta das demandas acadêmicas, não fui preparada para tal, mas, tampouco quero jogar a toalha. Isso causa um pouco de dificuldade para além dos problemas de saúde que tenho e já comentei. Às vezes preciso conversar com o psicólogo para continuar (Iruwa - Museologia).

Como apresentado no capítulo 2, dados do FONAPRACE (2014) registraram aumento de estudantes acima de 30 anos em cursos de graduação das IFES. Nesse sentido, o depoimento de Iruwa sobre as dificuldades é um registro das lutas e resistências que marcam vidas negras/os e pobres, principalmente, na sociedade brasileira. Ao dizer, “tampouco quero jogar a toalha”, essa estudante se posiciona enquanto uma mulher negra, mãe, que segue lutando por uma vida digna para si e os seus.

Adofo, por sua vez, manifestou o seguinte em relação à sua cor ou raça/etnia:

Como sou de família miscigenada acho que me encaixo em tudo. Mas, por ser pobre então me encaixo em baixo, com o preto, indígena, permeando por aí, na classificação abaixo dos brancos. As vezes as pessoas falam que sou muito escuro para ser branco e muito claro para ser preto. Apesar disso, em geral, sou aceito de boa (Adofo - Comunicação Social: Publicidade e Propaganda).

Trata-se de uma questão importante, pois diz respeito ao colorismo<sup>109</sup> ou tolerância do sujeito negra/o de pele clara pela branquitude, que privilegia de certo modo, mas não o livra do racismo e gera, por vezes, rivalidade entre essas/es e os sujeitos de pele escura, que precisam lutar pelo direito à mobilidade sem qualquer tipo de vantagem. Mais uma vez, torna-se fundamental compreendermos que o racismo é

<sup>109</sup> Ver artigo por Aline Djokic do Blogueiras Negras, “Colorismo: o que é, como funciona”, publicado em: 27/01/2015. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>>. Acesso em: 06. Ago. 2018.

um sistema de opressão e, como tal, para existir, necessita que haja relação de poder e as/os negras/os historicamente não detiveram poder institucional.

Nesse sentido, Adofo continuou:

Somos resistência, sabemos que o sistema não está nem aí para nós, mas somos ousados, entramos para tentar reverter a situação do jogo. Essa goleada que estamos levando há mais de 500 anos (Adofo -Comunicação Social: Publicidade e Propaganda).

Ele participou na ocupação do prédio da reitoria, em 2016, posteriormente decidiu unir-se à militância do Movimento Negro Unificado - MNU. Posicionou-se quanto ao fato de que o movimento negro necessita estar dentro do movimento estudantil:

O movimento estudantil da UFRB tem que ser feito de gente que vai pautar nossos direitos: de quem é pobre, preto e o primeiro da família a entrar na universidade. Me chamaram para o MNU, mas o movimento negro nunca pode estar fora do movimento estudantil porque a pauta é essa: o preto. Até que o preto chegue no poder vai levar tempo, então, temos que bater nessa tecla (Adofo - Comunicação Social: Publicidade e Propaganda).

Relatou acontecimentos tristes como o fato de uma jovem negra, 23 anos, ter se suicidado quando estava no 2º semestre do curso de Engenharia de Pesca (DONATO MELO, 2018). E, ainda, a morte do jovem negro Ademir Fernando, 24 anos, em 10 de junho de 2010, no primeiro semestre do curso de Cinema e Audiovisual. É imprescindível refletirmos sobre a saúde psíquica da população negra.

Em vista disso, Nogueira (2016) lança uma reflexão:

Se o que constitui o sujeito é o olhar do outro, como fica o negro que se confronta com o olhar do outro, que mostra reconhecer nele o significado que a pele negra traz enquanto significante? (NOGUEIRA, 2016: 17).

É um processo psicológico visivelmente confuso da ordem do inconsciente pela qual as/os negras/os passam:

Preso às malhas da cultura, o negro trava uma luta na tentativa de se configurar como indivíduo no reconhecimento de um "nós". Seu corpo negro, socialmente concebido como representando o que corresponde ao excesso, ao que é outro, ao que extravasa, significa para o negro, a marca que, a priori, o exclui dos atributos morais e intelectuais associados ao outro do negro, ao branco; o negro vive cotidianamente a experiência de que sua aparência põe em risco sua imagem de integridade (Ibid.: 19).

Historicamente destituído de sua condição humana, coisificado, o corpo negro alimentava toda sorte de perversidade.

A partir da psicanálise, a autora propõe “a possibilidade de pensarmos para além da singularidade de cada sujeito” (NOGUEIRA, 2016: 21), entremeando questões ligadas à cultura:

É justamente porque o racismo não se formula explicitamente, mas antes sobrevive num devir interminável enquanto uma possibilidade virtual, que o terror de possíveis ataques (de qualquer natureza, desde física à psíquica) por parte dos brancos, cria no negro uma angústia que se fixa na realidade exterior e se impõem inexoravelmente (Ibid.: 22).

Mesmo sendo possível ignorar ou desconsiderar tais ameaças racistas mediante um arsenal racional lógico que façam parecer grotescas, absurdas, totalmente incabíveis legalmente já que o racismo é crime inafiançável no Brasil, a/o negra/o acaba por sucumbir a todo um processo inconsciente que, alheio à sua vontade, entrará em ação. Por isso, encoraja as/os profissionais da área da psicologia, brancas/s e negros/os, a estarem:

Alertas para suas escutas e se questionarem acerca de como vivem sua inexorável inserção na sociedade brasileira, atravessados que somos por tudo quanto nos implica enquanto uma nação, um povo singular, no modo de fazer história, olhar a história e viver a história (Ibid.: 23).

Nijala, sexta entrevistada, também se autodeclarou negra. Expressou, no entanto, o fato de sua certidão de nascimento constar o termo “pardo”:

Não sei o que é pardo (risos). Mas, quando vou fazer alguma inscrição para um concurso, por exemplo, coloco o que tem no registro. Agora a pouco estava trabalhando na Secretaria de Assistência Social com o cadastro do Bolsa Família e, quando perguntei: “\_\_ Qual sua cor?” Muitas pessoas disseram: “\_\_ Amarela”. Outras: “\_\_ Ah, eu sou branca”. (Nijala - Museologia).

De acordo com ela, as pessoas demonstraram uma dificuldade com relação à autodeclaração, rejeitando classificações como preto ou pardo.

Nijala, atua em sindicatos e partido político no município de Cachoeira, já se candidatou ao cargo de vereadora em eleição municipal e se encontra atualmente filiada ao PSOL. Alegou conhecer a existência de instrumentos de acolhimento como o atendimento psicossocial, porém não utilizou-o. Afya, também se autodeclarou negra afirmando que: ser negra é assumir a descendência de ancestrais que muito

lutaram, resistiram e resistem, sem perder a sua auto-estima ou deixar-se ser menosprezado. Atualmente, não participa de coletivos dentro ou fora da universidade por falta de tempo devido às tarefas familiares, estudos etc. De maneira geral, as respostas das/os entrevistadas/os foram de encontro com resultados de um estudo elaborado pelo IBGE, “Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça”<sup>110</sup>, que coletou informações em 2008 a partir de uma amostra realizada em cerca de 15 mil domicílios nos estados do Amazonas, Paraíba, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Distrito Federal. Essa análise considerou moradores de 15 anos ou mais, residentes em domicílios particulares permanentes referente à área de abrangência geográfica da pesquisa e indicou que: 63,7% reconhecem que a cor ou raça/etnia influência na vida das pessoas (IBGE, 2008).

Nesse sentido, temos que:

A questão de cotas para negros nas universidades (...), teve o papel de trazer para o debate público a questão da raça, sendo um momento importante de contestação do imaginário popular de democracia racial. A crescente produção de indicadores sociais tem contribuído para evidenciar um Brasil segmentados, hierarquizado e desigual (MIRANDA; CLEMENTE, 2016: 179).

As Ações Afirmativas como estratégia de reparação dos danos sofridos pelo povo negro no Brasil, implica no comprometimento com a garantia e ampliação dos direitos civis, políticos e sociais da classe trabalhadora, compreendendo-a como mediadora importante no fortalecimento da luta por uma sociedade emancipada:

[...], há muito tempo, a luta pela melhoria da escola pública não vinha tendo um eco tão forte na sociedade. O debate de ações afirmativas ajuda-nos a compreender que jamais iremos “humanizar” o sistema capitalista porque ele é gerador de desigualdade social (Ibid.: 165)

De acordo com Miranda e Clemente (2016), a região do Recôncavo da Bahia corresponde a 6,64% do território e a 36,34% da Região Nordeste brasileira. Assim:

A existência e criação da UFRB em 2005, é absolutamente estratégica e essencial tanto para produzir o desenvolvimento regional e também

<sup>110</sup> Ver reportagem “IBGE divulga resultados de estudo sobre cor ou raça”, por “IBGE”, publicada em: 22/07/2011. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=1933&t=ibge-divulga-resultados-estudo-sobre-cor-raca&view=noticia>>. Acesso em: 03 Mai. 2018.

incentivar aos pesquisadores e docentes para proposição de pesquisas que tenham como foco a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento de políticas públicas no atendimento de suas demandas sociais (Ibid. 184).

#### **4.2. Considerações sobre a branquitude pelas/os estudantes entrevistadas/os**

Nascimento (1978: 136), referindo-se ao processo de embranquecimento cultural adotado pelo Estado brasileiro como “estratégia de genocídio da população negra”, expressou um sentimento de revolta diante da opressão e liquidação coletiva das/os afro-brasileiras/os. A feição pública do racismo no Brasil é um dado incontestável: um racismo estrutural praticado pelas instituições, responsáveis por situações absurdas como o fenômeno da filtragem racial, em abordagens policiais, uma expressão sistemática da realidade violenta do poder policial sobre as populações negras no país (SINHORETTO, 2013). Esse é o último tópico elaborado a partir do conjunto de perguntas realizadas nas entrevistadas com as/os estudantes negras /os do CAHL/UFRB. Buscamos conhecer quais suas impressões e/ou significados de ser branco/a. É preciso dizer que se trata de um exercício de imaginação. Nesse sentido, Kashka, que havia demonstrado surpresa diante da pergunta, respondeu:

Ser branco deve ser muito de boa por uma parte - não que ninguém tenha problemas, mas ter todos os problemas atrelados à sua cor acho que é um peso muito grande, uma condição. Ser branco hoje seria ter privilégios que me fariam, por exemplo, transitar não só dentro de Cachoeira, mas também em outros espaços com mais facilidade. Acho que é privilégio ser branco (Kashka - História).

Uma consideração sobre a branquitude contida no depoimento desse estudante pode ser encontrada no trabalho de Bento (2002: 01), que define o conceito como “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das idéias sobre branqueamento, um dos temas mais recorrentes quando se estuda as relações raciais no Brasil”.

Bento (2002) é psicóloga e atualmente Diretora Executiva do Centro de Estudo das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, analisa há alguns muitos anos os efeitos psicossociais do racismo a partir da branquitude. Para ela:

Chama a atenção nos debates, nas pesquisas, na implementação de programas institucionais de combate às desigualdades [...] o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras (BENTO, 2002: 02).

O medo que alimenta a projeção do branco sobre o negro é um dos aspectos da branquitude. Por meio dela é evitado a focalização do/a branco/a, evitando-se assim a discussão das diferentes dimensões do privilégio:

Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho (Ibid.: 03).

Percebe-se que o legado da escravidão para o/a branco/a ainda é um assunto que o país evita ao máximo discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva além dos benefícios simbólicos que qualquer grupo precisa em termos de referenciais para manter a sua auto-estima. Ashanti, por sua vez, respondeu que branco/a no Brasil não existe, essa condição estaria concentrada à Europa, por exemplo, países que mantêm leis duras com relação à imigração:

No Brasil - por mais que exista no Sul muitas cidades com altos índices de descendentes de alemães e tal -, acho difícil ter um branco puramente branco. Tinha uma colega que é branca igual papel, mas nem por isso acho que seja branca porque se for pegar a descendência dela, vai ter algo lá que não será branco. Então, acho que aqui não tem essa categoria, mas variações, digamos assim (Ashanti - Ciências Sociais).

Jahari, terceiro entrevistado, ao imaginar a questão sobre o que é ser branco na sociedade hoje, disse:

Não tem como ver e não pensar que seria mais fácil andar na rua de boa ou se tiver um assalto, ninguém vai olhar para mim. Se estiver em um restaurante onde o custo seja um pouco elevado não serei ser visto de forma diferente, o segurança não vai querer me abordar toda hora. Minhas vivências na infância provavelmente teriam sido outras (Jahari - Serviço Social).

Essa referência está relacionada ao histórico de violência nrealidade que mencionou a carga psicológica que é estar constantemente preocupado com o cabelo ou cor da pele:

Quando começamos a nos debruçar sobre o assunto, escutar experiências do irmão/ã negro/a, estudar assuntos que negros/as produzem sobre negros/as, passamos a expressar de forma concreta nossa visão: “ Poxa, sei o que passo e o que ele não passa”. Ser branco é poder viver sem medo, ter mais oportunidade para cuidar da vida de forma autônoma (Jahari - Serviço Social).

O privilégio aparece como principal aspecto sobre os sentidos e significados de ser branco na sociedade brasileira, hoje. Iruwa, por sua vez, se referiu à concentração de melanina na pele para dizer que branco/a é uma pessoa com pouca melanina. Depois, continuou:

É ter sido a única etnia que não foi escravizada (...). O ser humano tem mania de ter o outro para lhe servir (...). Não são todos, mas fica no imaginário coletivo e, às vezes, está até confirmado em normas e leis que ser branco é ser supremo (Iruwa - Museologia).

Para Adofo, além do fenótipo: europeu, caucasiano, pele branca, cabelo liso, loiro, olhos claros, ser branco é ter o *status* de poder conferido. Expressou o fato de que a maioria daqueles/as que ocupam cargos de representação e poder são brancos/as.

Nijala também se referiu à pouca quantidade de melanina como resposta para essa questão:

Branco é uma pessoa que nasceu com a pele mais clara, com menos melanina. Eu, negra, com mais melanina. Pronto, por isso sou negra e o outro é branco. O que não diferencia em muito, apesar das pessoas gostarem de elogiar ou paparicar pessoas claras como se isso fosse mudar, sei lá, os problemas do mundo (Nijala - Museologia).

O aspecto da branquitude mencionado anteriormente apareceu também em seu depoimento. A última entrevistada foi além dos fenótipos e expressou: “Ser branco não é só ter uma pele clara, mas uma alma transparente. É isso: ser transparente, uma alma boa, acho que é isso” (Afya - Museologia). Ao atribuir o sentido da branquitude como “alma transparente” ou “ alma boa”, Afya demonstrou que ser branco transcende o fenótipo, perpassa a cor da pele, o corpo, para envolver se numa realidade mística. Todas as respostas foram, de algum modo, no sentido de

marcar diferenças e posicionar o sujeito branco/a numa condição de privilégio. Através da imaginação, as/os entrevistadas/os puderam se confrontar consigo mesmas/os mediante o contraste e, assim, repensar acerca das identidades com o propósito de lançar um olhar sobre os sentidos e significados de ser branco na sociedade brasileira contemporânea.

## Considerações Finais

A presença e permanência de negras/os em todos os espaços da sociedade em condição de igualdade é, a um só tempo, representatividade e resistência. A Lei de cotas é ou materializa uma política pública de enormes proporções que atinge mais de 60 (sessenta) Universidades Federais e 39 (trinta e nove) institutos federais de educação, ciência e tecnologia em todo o Brasil. Está prevista para ser avaliada após dez anos de sua promulgação, ou seja, em 2022. Assim, restando quatro anos para sua realização, o desafio em torno da efetividade da Lei Nº 12.711/2012 implica um compromisso do Estado com a garantia de condições de permanência para as/os estudantes cotistas, sem a qual, os efeitos positivos dessa Lei podem ser tolhidas pelos cortes nos gastos públicos com direitos sociais que tanto beneficiam as camadas populares, em especial a população negra, indígena e quilombola. Não basta garantir o acesso às universidades, é importante também criarmos condições efetivas para uma permanência qualificada. Do contrário, os esforços para a redução de desigualdades sociorraciais no país seguirão reduzidas a ações específicas de governos progressistas.

Devemos enquanto sociedade exigir que as Ações Afirmativas para educação sejam resultado de políticas de Estado. Nesse trabalho, foi possível identificar um desafio que as/os estudantes negras/os e pobres, principalmente, vivenciam para permanecer na universidade: o envolvimento com a localidade onde a IES pública se encontra inserida. Esse vínculo com a comunidade implica em comprometimento ou seja, no sentimento de pertencimento com o lugar. Duas emoções importantes para o fortalecimento desse vínculo entre universidade e cidade ou comunidade acadêmica e comunidade externa, são: amor e admiração, posto que são compreendidas como esforços emocionais de fusão com o outro. O acesso à universidade, sobretudo, na última década, pode ser visto como um acontecimento específico, assim, “as emoções de uma pessoa podem mudar e ela sentir que essa mudança se deveu aos seus próprios esforços (BARBALET, 2001: 42).

Considera-se que é papel da universidade fomentar estratégias ligadas ao fortalecimento de vínculos entre a comunidade acadêmica e local e isso se dá por meio da valorização dos saberes e identidades contidas no território. Permitir que a população negra continue a viver em condições de desigualdade tão profundas como apontam diversos estudos só evidencia um grande desequilíbrio em termos de

distribuição de bens, serviços e acesso a direitos, em especial a educação, na sociedade brasileira (SANTOS, 2015). Foram quatorze (14) universidades criadas entre 2003 e 2009 no contexto do REUNI. Entre os mecanismos de acesso ao ensino superior público no país, o mais utilizado hoje é o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, criado em 1998 e reestruturado dez anos depois. Em que pese os avanços ocorridos na última década decorrentes da implementação de políticas governamentais voltadas para educação, ciência e tecnologia, o patamar educacional no Brasil não tem sido suficiente para proporcionar às/os cidadãs/os uma igualdade de oportunidades através da educação. Apesar dos avanços, as desigualdades mostram tendência muito lenta de queda (KARRUZ, 2016).

Por isso as políticas de Ação Afirmativa continuam sendo um recurso para aquelas/es que se encontram em situação de desvantagem social no acesso ao ensino superior (KARRUZ, 2015). Em novembro de 2017, mês da consciência negra, o Sistema ONU Brasil lançou a campanha "Vidas Negras" como forma de reafirmar o compromisso de implementação da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). Precisamos refletir sobre epistemologias de mulheres, principalmente, sobre os motivos da invisibilização de produções de mulheres negras. Existe uma relutância ainda muito grande de trazer a literatura de mulheres negros para dentro dos espaços acadêmicos. Um dos motivos é o fato de que esta epistemologia consiste em resgatar o conceito de genocídio para pensar o aniquilamento do povo negro em todos os sentidos. A compreensão do gênero como racializado torna possível visualizar os processos do que Lugones (2008) irá chamar de sistema moderno/colonial de gênero: o poder estruturado nas relações de dominação, exploração e conflito entre atores sociais que disputam o controle do sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e produtos. A problematização do racismo no âmbito da cultura implica em compreender e denunciá-lo a partir da ótica do ser colonizado, sua experiência vivida e sentida na pele (FANON, 2009).

Faustino (2015), com uma narrativa vigorosa retrata a biografia de Fanon e as escolhas adotadas por ele ao longo da vida, a partir dos contextos sociais nos quais esteve inserido. Fanon (2008) escreveu acerca das alienações psíquicas enfrentadas pelos não brancos em território francês, em sua maioria migrantes de antigas colônias francesas como a Martinica, o seu contexto de origem. Sousa (1983), analisando o fenômeno da ascensão social do negro brasileiro, argumentou

que é simultânea à história de sua emocionalidade. À despeito de tudo, para o/a negro/a, ser considerado melhor não lhe garante o êxito pelo fato de que seu ideal está constantemente sendo constituído pelos ideais dominantes, brancos/as. Para tanto, é necessário romper com a branquitude e assumir “o relativismo recíproco de culturas diferentes, uma vez excluído definitivamente o estatuto colonial” (FANON, 2011:285). Desde clássicos como Durkheim e Mauss, Marx, Simmel e Weber, considerados pais fundadores das ciências sociais, as discussões sobre o corpo e as emoções perpassam toda essa área de estudos, especialmente a antropologia e a sociologia.

O corpo individual está sujeito a uma coletividade e, por isso mesmo, a conflitos constantes entre os elementos de criação e formas de apropriação do conhecimento e a capacidade técnica de uma sociedade. A contínua cooperação dos músculos voluntários em nossos estados emocionais é um dado proeminente, já que a integralidade do corpo é sensitivamente viva, diz respeito à personalidade que cada pessoa carrega consigo. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA coletados, em 2008, por Carvalho e Waltenberg (2012) mostram que o perfil socioeconômico das/os cotistas é muito diferente ao de não cotistas: enquanto 15% das/os cotistas negras/os tinham pais analfabetos ou com ensino fundamental incompleto, no caso das/os não-cotistas, esse percentual foi de 6%. Os resultados de Carvalho e Waltenberg (2012) sugerem que as diversas políticas de Ações Afirmativas foram bem-sucedidas no objetivo de proporcionar maior diversidade nas universidades. Além disso, o hiato de desempenho entre as/os concluintes pode ser interpretado como um preço a ser pago pela sociedade em prol da diversidade e a equalização das oportunidades.

Esse ressurgir do debate sobre as Políticas de Ação Afirmativa se deve, em grande medida, à expansão da Lei de Cotas no ensino superior público e também para concursos públicos federais, com a aprovação da Lei Nº 12.990, de 9 de Junho de 2014. Em junho de 2017, o plenário do Supremo Tribunal Federal declarou por unanimidade a constitucionalidade da Lei de cotas para negras/os nos concursos do serviço público federal. Tais decisões demonstram a pertinência e necessidade do debate sobre as Políticas de Ações Afirmativas no Brasil. Em junho de 2015 as/os docentes da UFRB e demais IES públicas federais deflagraram greve pela necessidade imediata de defender a universidade pública de qualidade. As greves foram motivadas pelas medidas retrógradas adotadas pela política econômica do

governo federal que afetou diretamente os serviços e as/os servidoras/es públicas/os. Uma das medidas foi a aprovação na Câmara de Deputados do Projeto de Lei 4.330, originalmente apresentado em 26 de outubro de 2004, que ampliou as terceirizações no país; e também a aprovação das Medidas Provisórias 664 e 665, que atualizaram a legislação trabalhista e previdenciária atacando os direitos das/os cidadãs/os.

Em outubro de 2016 a categoria estudantil ocupou o prédio da reitoria e demais unidades da UFRB, permanecendo por 69 dias. As/os servidores Técnico-Administrativos da UFRB também paralisaram suas atividades em solidariedade à ocupações estudantis, que tomaram universidades e escolas de ensino médio públicas, em protesto contra a PEC 55 ou PEC da Desigualdade, aprovada em dezembro de 2016, no Senado, e promulgada pelo Governo Michel Temer como EC 95/2016. Em 2017, a UFRB chegou ao 12º aniversário comemorando maioria negra e pobre no ensino superior. São 83,4% de estudantes autodeclaradas/os negras/os, sendo 82% oriundos/as de famílias com renda total de até 1 e ½ salário mínimo. Essa universidade é considerada estratégica e essencial para produzir o desenvolvimento regional bem como o fortalecimento das políticas públicas, em atendimento às demandas sociais da população com foco na melhoria da qualidade de vida. A UFRB implantou, integralmente, a Lei Nº 12.711/2012, desde sua implementação. Além disso, já em sua criação, ela adotou 40% de reserva das vagas à política de cotas.

Um feito histórico, já que outras universidades como a UFSCar, uma instituição consolidada, aderiu às cotas somente após a implementação da referida lei, seguindo expressamente os critérios estabelecidos. Percebemos como o empoderamento é uma forte estratégia para o grupo que necessita de afirmação, tendo em vista que fomenta uma identidade social positiva ou afirmativa que pode ser obtida por meio da educação. A UFRB criou, em 2016, um Grupo de Trabalho (GT) com objetivo de propor dispositivos de acompanhamento e controle da Lei Nº 12.711/2012, em cumprimento ao disposto no Decreto Nº 7.824/2012 que regulamentou a mesma. O ato de instalação do Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas - COPARC, aconteceu em 10 de outubro de 2017. Tratam-se de atos normativos com o objetivo de qualificar a política de permanência da instituição, com relação à renda existem na UFRB mais

estudantes oriundos de camadas populares se comparado às universidades públicas do Nordeste - NE e demais regiões, no país.

A questão do fracasso universitário é um problema antigo, sobretudo, porque o ensino superior se dirige a adultos, logo, está diretamente ligado à conquista da autonomia, tratando-se de um ensino terminal que parte do pressuposto de que a sua continuidade é voluntária ainda que a exigência do mercado de trabalho continue a selecionar perfis com maiores níveis de escolaridade. Nessa dissertação, nos referimos ao corpo, emoção e política em sua relação com a presença e permanência de estudantes negras/os, no CAHL/UFRB, a fim de mencionar as histórias de resistência que, continuamente, tem sujeito, sobretudo, negras/os, quilombolas e indígenas. A partir da lista geral mensal dos auxílios pagos aos discentes de graduação pela PROPAAE/UFRB, entre 2016 e 2017, consideramos o total de auxílios pagos em função do quantitativo oferecido e distribuído entre as modalidades: pecuniário à alimentação; creche; pecuniário ao transporte; projetos institucionais e; pecuniário à moradia. Os dados representam um impacto negativo nas bolsas oferecidas pela PROPAAE/UFRB, através do PPQ.

Esse impacto é reflexo dos contingenciamentos do Governo Federal sobre a política de permanência, no ensino superior público. Um exemplo de queda no quantitativo de auxílios pagos pela UFRB à estudantes assistidos pelas políticas de Ação Afirmativa e Assuntos Estudantis foi: o auxílio pecuniário à projetos institucionais que, no CAHL/UFRB, representou queda de, praticamente, metade ou cerca de 45,3% das/os bolsistas se comparado ao mesmo período de 2016. As políticas voltadas para a educação, em todos os níveis de ensino, precisam levar em conta o grau de escolaridade dos pais, a fim de encarar a disponibilidade de fatores que compensam a deficiência educacional destes na formação dos filhos. É por este motivo que as políticas de ação afirmativa no Brasil são um recurso para todas/os aquelas/es que estão hoje em situação de desvantagem social no acesso ao ensino superior, principalmente. Em relação à Lei 12.711/2012, o limite inicial de renda familiar per capita até 1 e ½ salário mínimo pode ser considerado elevado, tendo em vista que entre os concluintes do ensino médio que prestaram ENEM, em 2012, cerca de 83% possuíam renda inferior a 1 e ½ salário mínimo.

Uma consequência é o esvaziamento da concorrência nas modalidades de reserva, que beneficiam estudantes com renda acima desse limite de renda (KARRUZ, 2016). A presença e permanência de estudantes negras/os no

CAHL/UFRB pode ser sentida de maneira contundente por meio de seus corpos, os quais carregam consigo lutas, resistência além de medos e angústias diante da persistência do racismo na sociedade brasileira. São inúmeras as personalidades negras que transitaram/transitam pelo território do Recôncavo Baiano, fazendo desse lugar, um espaço de vivências da negritude. Entre elas, mencionamos a psicanalista, cachoeirana, Neusa Santos Souza (1948-2008), referência nos estudos sobre dificuldades emocionais de negras/os, que rejeitam a própria imagem em detrimento do ideal de branqueamento. No primeiro capítulo, apresentamos o percurso da pesquisa além de situarmos o objeto de estudo: a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, especificamente, o Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL/UFRB.

O objetivo central foi compreender se o ambiente universitário mediante a instituição de instrumentos de acolhimento como as cotas étnico/raciais e políticas de permanência, contribui na (re)constituição e legitimação de práticas identitárias negras e coletivas com vistas à superação do racismo no país. A escolha da UFRB resulta do fato de ser uma universidade em franca expansão e consolidação, que adotou integralmente a Lei 12.711/2012, logo após a sua promulgação. É importante mencionar que a UFRB adotou cotas desde a sua primeira turma da graduação. Apresentamos, no capítulo II, as entrevistas com as/os estudantes negras/os do CAHL/UFRB, onde identificamos que o pecuniário à projeto institucional, que pode ser considerado o destaque do PPQ, representou queda de 28%, aproximadamente. Essa informação indica que a política de Ação Afirmativa na UFRB sofreu impacto negativo após 2016, e que a estratégia operada pela instituição diante dos cortes do Governo Federal foi reduzir seu principal auxílio para empregar os recursos disponíveis nos demais, que expressaram aumento de 21,5%, aproximadamente. No capítulo III, por sua vez, buscou-se refletir acerca dos recursos do Governo Federal disponibilizados para a educação entre 2015 e 2016, nos três níveis de ensino: básico; técnico e profissional; e superior. Além disso, foram apresentadas as entrevistas com a atual pró-reitora da PROPAAE (Gestão: 2015 - 2019) e; atual vice-reitora (Gestão: 2015 - 2019). Por fim, o capítulo IV buscou apresentar as vivências da negritude a partir das/os estudantes entrevistadas/os, a luta antirracista por meio de debates articulados pelas opinião pública relacionados à questão racial no Brasil e a Universidade com isto? Assim, essa dissertação faz Eco ao manifesto *Por Una Nueva Imaginación Social y Política en América Latina*, por considerar que o mesmo

aponta para uma direção necessária de investigação social e política, nesse início do século XXI. Publicado, em 2014, o manifesto assinado por 114 intelectuais e ativistas de América Latina, levanta a necessidade de contextualização do conhecimento uma vez que os seres humanos fazemos nossa própria história em circunstâncias que não escolhemos, o que implica assumir o desafio de construir e potencializar vozes que procurem intervir sobre o que será nosso futuro.

## Referências

ALESSANDRA SARAIVA; ROBSON SALES. PIB do Brasil recua 3,6% em 2016. Valor Econômico, publicado em: 03/07/2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4890204/pib-do-brasil-recua-36-em-2016>>. Acesso em 25 Abr. 2018.

AMARAL, Luciana. Governo Temer bate Dilma e atinge recorde de reprovação em fim de mandato. UOL, 13/12/2018, Brasília, Política, online. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/13/governo-temer-recorde-de-reprovacao-fim-de-mandato-pessimo-cni-ibope.htm>>. Acesso em 13 Dez. 2018.

ANA LUIZA BASILIO. Quinze anos depois, Lei 10.639 ainda esbarra em desconhecimento e resistência. Carta Capital. Rio de Janeiro - RJ. 12/07/2018. Carta Caderno, online. Disponível em: <<http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/quinze-anos-depois-lei-10-639-ainda-esbarra-em-desconhecimento-e-resistencia/>>. Acesso em: 13 Jul. 2018.

ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. Novos arranjos nos lares brasileiros. Pesquisa FAPESP. São Paulo - SP. Ed. Nº 263. Jan. 2018. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/01/16/novos-arranjos-nos-lares-brasileiros/>>. Acesso em: 31 Jul. 2018.

ARANTES, Marco Antônio. Sartre e o Humanismo Racista Europeu: uma leitura sartreana de Fanon. Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n.27, mai/ago, 2011. 382-409p.

ARRUDA, M. A sociologia de Florestan Fernandes . **Tempo Social**, v. 22, n. 1, p. 9-27, 1 jun. 2010.

ASCOM/UFRB. Artigo do Reitor da UFRB sobre os 13 anos de Educação Superior no Recôncavo da Bahia. Portal UFRB. Cruz de Almas - BA. 27/07/2018. Notícias, online. Disponível em:<<https://ufrb.edu.br/portal/noticias/5221-artigo-do-reitor-da-ufrb-sobre-os-13-anos-de-educacao-superior-no-reconcavo-da-bahia>>. Acesso em: 30 Jul. 2018.

AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Orgs.). Reforma política no Brasil. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006. 271p.

AZEVEDO, Aroldo de. Recôncavo da Bahia - estudo de geografia regional. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo - SP. Ano I, nº 01, p. 141-162, Jan-Mar,

1950. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rusp/issue/view/10458>>. Acesso em: 20/11/2018.

BARBALET, J. M. Emoção, teoria social e estrutura social : uma abordagem macrossocial. Editora Paula Taipas. - Lisboa : Instituto Piaget, D.L, 289p. 2001.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. Destinos, Escolhas e a Democratização do Ensino Superior. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 14 - Nº 31 - Set./Dez., 2015

BARROS, Ronaldo Crispim Sena. Políticas Afirmativas no Ensino Superior: a experiência da UFRB. Coleção Estudos Afirmativos v.4. Rio de Janeiro : FLACSO, GEA, UERJ, LPP, 2013. 50 p.

BARROS II, João. Foucault e a morte do sujeito. Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul. v.2, n.1, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO; Maria Aparecida Silva (Orgs.). Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ : Vozes, 2002, 25-58p.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A Prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. Civitas: Revista de Ciências Sociais, v. 16, 2016. 504-521 p.

BHABHA, Homi. O local da Cultura. Introdução. Capítulo II: Interrogando a Identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa do sujeito pós-colonial e III: A Outra Questão: O estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. 2ª : Ed. UFMG, 2013.

BN CULTURA. Cachoeira recebe primeira edição do Festival de Reggae. Bahia Notícias. Salvador - BA. 13/12/2017. Online. Disponível em: <https://www.bahianoticias.com.br/cultura/noticia/30216-cachoeira-recebe-primeira-edicao-do-festival-de-reggae.html>>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

BRAGA, Fernanda. Em seus 12 anos, UFRB comemora maioria negra e pobre no ensino superior. Cruz de Almas. 28/07/2017. portal UFRB. Aniversário. Disponível em:<<https://www.ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior>>. Acesso em: 20 Nov. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Petróleo: da crise aos carros flex. **Desafios do Desenvolvimento**. Ano 7, Edição 59, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Diretoria de Desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino Superior. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Características Étnico-raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça - 2008. Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2016 Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil. Rio de Janeiro, 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 6.096, de 24 de Abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília - DF. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 16 Mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, Brasília - DF, 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm)>. Acesso em: 16. Mar. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm#art7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm#art7)>. Acesso em 27 Mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados do IGC 2016 (atualizado em 11/04/2018)**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->>. Acesso em 01 Mai. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria Nº 515, de 14 de junho de 2018**. Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2017, estabelece os aspectos gerais de cálculo, procedimentos de manifestação das

Instituições de Educação Superior sobre os insumos de cálculo e divulgação de resultados. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://imprensa.nacional.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25808072/do1-2018-06-15-portaria-n-515-de-14-de-junho-de-2018-25807995](http://imprensa.nacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25808072/do1-2018-06-15-portaria-n-515-de-14-de-junho-de-2018-25807995)>. Acesso em: 10 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria Nº 389, de 09 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília - DF, 2013. Disponível em: <[http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389\\_2013.pdf](http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf)>. Acesso em: 04 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Cachoeira (BA) comemora os 40 anos de tombamento. Brasília - DF. 12/01/2011. Comunicação - notícias. Disponível: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1649>>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968). Tese (Doutorado), Salvador : Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2008. 243 p.

CAMPOREZ, Patrik; BRESCIANI, Eduardo Bresciani; GÓES, Bruno. Para baixar diesel, governo corta verba de programas de transplantes e de combate ao trabalho escravo. O GLOBO, 31/05/2018. por O GLOBO, Rio de Janeiro, Economia, online. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/para-baixar-diesel-governo-corta-verba-de-programas-de-transplantes-de-combate-ao-trabalho-escravo-22736291>>. Acesso em: 01 Ago. 2018.

CARLI, S. Manifiesto Liminar de la Reforma Universitaria (Federación Universitaria de Córdoba, 1918). **Revista Trasatlántica de Educación**, vol. V. Ministerio de Educación y Ciencia: Consejería de Educación - Embajada de España en México, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **REV. USP**, São Paulo, n. 68, dez/fev., 2005-2006.

CARVALHO, José Murilo de. A cidadania no Brasil: o longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Márcia Marques de; WALTENBERG, Fábio Domingues. Ações afirmativas em cursos de graduação no Brasil aumentam a diversidade dos alunos sem comprometer o desempenho? **36º Encontro Anual da Anpocs**, GT 30:

Relações Raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. Águas de Lindóia - SP. 2012 (UFF).

CLIFFORD, James. "Sobre a autoridade etnográfica". In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COULON, Alain. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador : EDUFBA, 2008.

CORBIN, A., COURTINE, J-J. História do corpo: as mutações do olhar. O século XX. (Trad. E. F. Alves. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CORREIA, Sandro dos Santos. O território de Cachoeira - BA: o potencial do Patrimônio Cultural de Matriz Africana e as Possibilidades para o Desenvolvimento do Recôncavo Baiano. In: CORREIA, Sandro dos Santos; ESTAVAM; André Luiz Dantas; SANTOS, Elba Medeiros Punski dos (Orgs.). Recôncavo: Trajetórias e Dinâmicas Territoriais. Salvador : Assembleia Legislativa, 2015.

CRISTIANE JUNGBLUT. Câmara conclui votação da reforma política e aprova projeto com todas as regras eleitorais para 2018. O Globo. Rio de Janeiro - RJ. 05/10/2017. Política, online. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/camara-conclui-votacao-da-reforma-politica-aprova-projeto-com-todas-as-regras-eleitorais-para-2018-21910008>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

CRISTIANE SANTOS PITA. Prédio do antigo Cine-teatro Glória será restaurado em Cachoeira. A Tarde. Salvador - BA. 18/07/2010. Notícias, online. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1278922-predio-do-antigo-cine-teatro-gloria-sera-restaurado-em-cachoeira>>. Acesso em: 21 Jul. 2018.

CRUZ, Wilson José Antônio. A comunidade e os "produtores da criminalidade" [manuscrito]: os efeitos do convívio. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2001. 153 p.

CSORDAS, Thomas. A Corporeidade como um Paradigma para a Antropologia. In: CSORDAS, Thomas. Corpo significado cura. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2008.

CUADERNOS DEL PENSAMIENTO CRÍTICO LATINOAMERICANO. Por una nueva imaginación social y política en América [Manifiesto]. CLACSO. nº 11, Buenos Aires: Segunda Época, 2016.

DA REDAÇÃO. Recôncavo Jazz Festival reúne nomes do jazz mundial em Cachoeira. CORREIO\*. Salvador - BA. 29/03/2018. Música, online. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/reconcavo-jazz-festival-reune-nomes-do-jazz-mundial-em-cachoeira/>>. Acesso em: 05 Jul. 2018.

DE OTO, Alejandro José. Frantz Fanon: política y poética del sujeto poscolonial. México D.F. : El Colegio de México, CEEA, Centro de Estudios de Asia y África, 2003. 232 p.

DE SÃO PAULO. Saiba quem são os mortos na maior chacina do ano em SP. FOLHA DE S.PAULO. São Paulo - SP. 14/08/2015. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1668743-saiba-quem-sao-os-mortos-na-maior-chacina-do-ano-em-sp.shtml>>. Acesso em: 09 Mar. 2018.

DA REDAÇÃO. 2 de Julho: fogo simbólico deixa Cachoeira com destino a Salvador. A Tarde. Salvador - BA. 30/06/2018. Notícias Bahia, online. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1973335-2-de-julho-fogo-simbolico-deixa-cachoeira-com-destino-a-salvador>>. Acesso em: 17 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_. Greve dos professores da UFRB acaba. A TARDE. Salvador BA. 06/10/2015. Notícias Bahia, online. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1717417-greve-dos-professores-da-ufrb-acaba>>. Acesso em: 24 Jul. 2018.

DINIZ, Margareth. Formação docente para a diversidade e a inclusão. Formação Docente para a Diversidade e a Inclusão. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v.14, n.18, 2011. 39-55p.

DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona. Blogueiras Negras. Brasil. 27/01/2015. Online. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>>. Acesso em: 06. Ago. 2018.

DONATO MELO. Estudante da UFRB comete suicídio em Cruz das Almas. Amargosa - BA. 14/05/2018. Notícias, online. Disponível em: <<http://www.amargosanews.com/2016/05/estudante-da-ufrb-comete-suicidio-em.html>>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

DO G1 NO RIO. Polícia abre inquérito para apurar novas imagens sobre o caso Amarildo. G1. Rio de Janeiro - RJ. 23/06/2015. Online. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/policia-abre-inquerito-para-aporar-novas-imagens-sobre-o-caso-amarildo.html>>. Acesso em: 03. Ago. 2018.

DORRIT HARAZIM. Ódio revisitado. Folha de S. Paulo. São Paulo – SP. Piauí – anais da fotografia, Ed. 62. Nov., 2011. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/odio-revisitado/>>. Acesso em: 12 Set. 2018.

DUBET, François. Qual democratização do ensino superior? **Caderno C R H**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, Maio/Ago. 2015.

ESPÍRITO SANTO, Ana Cristina do. A trajetória acadêmica e o perfil dos estudantes da Universidade Federal da Bahia, nos cursos de alta demanda, pós-sistema de cotas. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, 2013. 279p.

FABIANA ASSIS. Orçamento da UFSCar tem queda de 51% nos últimos cinco anos. São Carlos e Araraquara - SP. 29/06/2018. G1 São Carlos e Araraquara, online. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/orcamento-da-ufscar-tem-queda-de-51-nos-ultimos-cinco-anos.ghtml>>. Acesso em: 04 Jul. 2018.

\_\_\_\_\_. O sistema de cotas étnico-raciais adotado pela USP, São Paulo - SP. 05/01/2018. Jornal da USP. Artigos, online. Disponível em:

<<http://jornal.usp.br/artigos/o-sistema-de-cotas-etno-raciais-adotado-pela-usp/>>.

Acesso em 01 Mai. 2018.

FABÍOLA SINIMBÚ; LÍRIA JADE. Saiba o que muda com a aprovação final da PEC do Teto dos Gastos Públicos. EBC Agência Brasil. Brasília - DF. 13/12/2016. Política, online. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/saiba-o-que-muda-com-aprovacao-final-da-pec-do-teto-dos-gastos-publicos>>.

Acesso em: 14. out. 2017

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador : EDUFBA, 2008

\_\_\_\_\_. Los Condenados de la Tierra. 1ª ed. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2009

\_\_\_\_\_. Racismo e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org. ). Malhas que os Impérios tecem. Textos anticoloniais, contextos póscoloniais. Ed. Lugar da História. Portugal. 2011, p. 273-283.

\_\_\_\_\_. Sociología de una revolución. México, D.F. : Ediciones ERA, 1968. 9-19 p.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “Por que Fanon? Por que agora?” : Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil. Tese (Doutorado). São Carlos, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH : PPGS, 2015. 27-90 p.

FELIPE BETIM. Assassinato político de Marielle Franco reativa as ruas e desafia intervenção no Rio. El País. Rio de Janeiro - RJ. 13/03/2018. Brasil. Caso Marielle Franco. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/politica/1521157108\\_642756.html?id\\_externo\\_rsoc=FB\\_CC](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/16/politica/1521157108_642756.html?id_externo_rsoc=FB_CC)>. Acesso em: 16 Mar. 2018.

FERNANDES, Ana Claudia Florindo; MARTINS, Raquel; OLIVEIRA, Rosângela Paulino de. Rap nacional: a juventude negra e a experiência poético-musical em sala de aula. *Rev. Inst. Estud. Bras.* Brasil, n. 64, p. 183-200, ago. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0020-38742016000200183&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000200183&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no collège de france (1975-1976). São Paulo. 4ª ed. : Martins Fontes, 2005.

FOLHA ONLINE. Empresas de RH apontam cursos superiores de maior prestígio. FOLHA DE S.PAULO. São Paulo - SP. 22/01/2001. Educação, online. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u2615.shtml>>. Acesso em: 21 Jul. 2018.

FRANCE PRESSE. Terremoto no Haiti matou 316 mil, afirma premier. Puerto Príncipe - Haití. 12/01/2011. AFP/G1. Mundo, online. Disponível em:

<<http://glo.bo/hb5rQa>>. Acesso em 14 Set. 2018. FERNANDES, Cláudia Monteiro. Educação superior e o desafio do desenvolvimento regional da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.26., n.1, 2016.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. IV pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de Graduação de IFES: 2014. Uberlândia, 2016.

GABRIEL MÁRIO RODRIGUES. Ensino, pesquisa e extensão universitária. Estadão. São Paulo - SP. 02/11/2011. Opinião, online. Disponível em:

<<https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,ensino-pesquisa-e-extensao-universitaria-imp-,793617>>. Acesso em: 14 Jul. 2018.

GHELFI, Renato. PIB de SP deve seguir acima do brasileiro durante 2018. São Paulo - SP. 28/02/2018. DCI. Atividade, online. Disponível em:

<<https://www.dci.com.br/dci-sp/pib-de-sp-deve-seguir-acima-do-brasileiro-durante-2018-1.686899>>. Acesso em: 11 Set. 2018.

G1 SP e TV GLOBO. PM envolvido na chacina de Osasco é condenado a 119 anos de prisão. São Paulo - SP. 02/03/2018. São Paulo, online. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/pm-envolvido-na-chacina-de-osasco-e-condenado-a-119-anos-de-prisao.ghtml>>. Acesso em: 09 Mar. 2018.

GIACOMINI, Sônia Maria; LARRUBIA, Bruno Costa. Estratégias de ascensão racial entre jovens universitários afro-brasileiros e afro-americanos. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu - MG, ST 28 – Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas, 2016. 30 p.

GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, SISU e desafios. Brasília : Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, 2016. 55 p.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte, MG : Autêntica, 2006. 411 p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira.” In: SILVA, Luiz Antônio Machado et alii. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília, ANPOCS, 1983. 303p. p.223-44.

GUILHERME SOBOTA. ‘Sobrevivendo no Inferno’, dos Racionais MC’s, vira livro e vai cair no vestibular. O Estado de S. Paulo, 23/11/2018, Cultura, online. Disponível em:<<https://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,sobrevivendo-no-inferno-dos-racionais-mcs-vira-livro-e-vai-cair-no-vestibular,70002617583>>. Acesso em: 24 Nov. 2018.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Brasil, 1996-2012: anotações para uma sociologia política da adoção de cotas no ensino superior público. In: 546 AFR Panel - Quotas in Brazilian universities: history and current challenges - Latin American Studies Association, Washington, 2013.

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2003. \_\_\_\_\_. Raça, o significante flutuante. Rio de Janeiro : Z Cultural, 2015. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante/>>. Acesso em: 01 Mai. 2018.

HERINGER, Rosana. “O que será o amanhã?” – Perspectivas sobre o futuro após o Ensino Médio entre estudantes negros e brancos na Cidade de Deus, Rio de Janeiro. Águas de Lindóia - SP. Anais do 36º. Encontro Anual da ANPOCS, GT 30 – Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. 2012.

HERINGER, Rosana; HONORATO, Gabriela de S. Políticas de permanência e assistência no ensino superior público e o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). In: BARBOSA, Maria Ligia de O. (Org.). Ensino Superior: expansão e democratização. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 letras, 2014.

KARRUZ, Ana Paula. Remando contra a maré: Como a baixa escolaridade dos pais e a baixa renda familiar influenciam as notas do ENEM em diferentes regiões. Anais do 39º Encontro Anual da Anpocs. GT36 – Sociologia da adolescência e da juventude. Caxambu, MG, 2015.

\_\_\_\_\_. Em pé de igualdade? Avaliação da efetividade da Lei das Cotas na UFMG. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. ST 28 – Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. Caxambu, MG, 2016.

KOURY, Mauro Guilherme P.; SCRIBANO, Adrián. Sociologia e Antropologia dos Corpos e das Emoções, **R.B.S.E.**, v. 11, n. 33, pp. 645-653, Dez. 2012.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. (Org.) Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

LANDES, Ruth. A cidade das mulheres. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 1967.

LARA HAJE. Solução para universidades é revogação do teto de gastos, dizem debatedores. Câmara Notícias. Brasília - DF. 10/07/2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/560184-SOLUCAO-PARA-UNIVERSIDADES-E-REVOGACAO-DO-TETO-DE-GASTOS,-DIZEM-DEBATEDORES.html#.W0X7SM5FCKl.facebook>>.

Acesso em: 13 Jul. 2018.

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. Antropologia dos sentidos. Petrópolis, RJ : Vozes, 2016.

LEAL; Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, Maria B. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica. **Rev. Fórum Identidades**. Ano 2, Volume 3, jan.-jun., 2008.

LUCIANE REIS. Irmandades religiosas no Brasil: luta e resistência negra. Rede Social Correio Nagô. Salvador - BA.09/01/2011. Notícias, online. Disponível em: <<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/irmandades-religiosas-no-1>>. Acesso em: 31 Jul. 2018.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa . Bogotá - Colombia, N° 9, 75-101, jul./dez., 2008.

\_\_\_\_\_. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas . Florianópolis, 22(3): 320, set./dez./2014.

MARIANA VILAS BOAS. Cachoeira, a Heróica e Monumento Nacional. Reverso Online. Cachoeira - BA. Jornal laboratório do curso de Jornalismo da UFRB. 24/08/2010. CACHOEIRA, CONHEÇA SEU MUNICÍPIO, online. Disponível:

<<https://www3.ufrb.edu.br/reverso/cachoeira-a-heroica-e-monumento-nacional/>>.

Acesso em 16 Mar. 2018.

MARÍA MARTÍN. O eco dos 111 tiros de Costa Barros. El País. Rio de Janeiro - RJ. 25/12/2016. Brasil, online. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/28/politica/1480370686\\_545342.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/28/politica/1480370686_545342.html)>. 09

Mar. 2018.

MARIO DONATO. O menino que filmou sua própria morte e desmontou uma farsa da PM do Rio. DCM. 26/02/2015. Online. Disponível em:

<<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-menino-que-filmou-sua-propria-morte-e-desmontou-uma-farsa-dapm-do-rio/>>. Acesso em: 09 Mar. 2018.

MATTOS, Geísa. A cor das vítimas nas imagens flagrantes da violência policial e o ativismo digital anti-racismo no Brasil e nos Estados Unidos. In: 40o. Encontro Anual da Anpocs, 2016, Caxambu. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu: Anpocs, 2016. v. 1.

MBEMBE, Achille. Necropolítica seguido de Sobre el Gobierno privado indirecto. Espanha. Editorial Melusina, S.L., 2011.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da Percepção. 2ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, p237-278, 1999.

MIGNOLO, Walter. Historias locais/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid. Ed. Akal. 2003.

MIRANDA, Valéria dos Santos Noronha; CLEMENTE, Marcia da. Direitos sociais e ações afirmativas: a saúde da população negra no Recôncavo da Bahia. In: OLIVEIRA, Regina Marques de Souza (Org.). Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisas. Cruz das Almas : EDUFRB; Belo Horizonte : Fino Traço, 2016, 165-188p.

MONT'ALVÃO, Arnaldo Lôpo; NEUBERT, Luiz Flávio. Desigualdades raciais e desempenho acadêmico no Brasil. Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs. ST 28 – Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. Caxambu, MG, 2016. v. 1.

MORENO, Ana Carolina. Negros representam apenas 16% dos professores universitários. G1. 20/11/2018. Educação - guia de carreiras, online. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>>. Acesso em 23 Nov. 2018.

MOTTA, Bruna. Estudante haitiano é espancado por grupo racista em Foz do Iguaçu. 16/05/2016. Esquerda Diário. Negr@s - Racismo contra imigrantes, online. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/Estudante-haitiano-e-espancado-por-grupo-racista-em-Foz-do-Iguacu>>. Acesso em: 28 Jun. 2018.

MUNANGA, Kabengele. Construção da raça na história da ciência e seus usos político-ideológicos na recente história da humanidade. *In*: aula inaugural do semestre letivo 2016.1, PPGCS: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, UFRB, 2016a.

\_\_\_\_\_. Negritude e identidade negra ou afro-descendente: um racismo ao avesso? *In*: Disciplina Optativa: “Tópicos de identidade e Diversidade”, PPGCS: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, UFRB, 2016.

\_\_\_\_\_. “Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania”. Relações Raciais. Setembro, 2012 (1ª. edição). Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1540>>. Acesso em: 08 Jun. 2017.

MURILO SOUZA. Cientistas pedem a revogação do teto de gastos em debate na Câmara. Câmara Notícias. Brasília - DF. 12/07/2018. Notícias, online. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/560353-CIENTISTAS-PEDEM-A-REVOGACAO-DO-TETO-DE-GASTOS-EM-DEBATE-NA-CAMARA.html#.W0fTXVz06k0.facebook>>. Acesso em: 13 Jul. 2018.

NACIF, Paulo. A Escola de Agronomia: Ascensão e queda de uma potência. 13/08/2018. Blog Paulo Nacif. Brasil: educação, cultura, diversidade e sustentabilidade, online. Disponível em: <<http://paulonacif.com.br/2018/08/13/a-escola-de-agronomia-ascensao-e-queda-de-uma-potencia/>>. Acesso em: 11 Set. 2018.

\_\_\_\_\_. A Escola de Agronomia: Ascensão e queda de uma potência. Blog Paulo Nacif. Lauro de Freitas - BA. 13/08/2018. Online. Disponível em: <<http://paulonacif.com.br/2018/08/13/a-escola-de-agronomia-ascensao-e-queda-de-uma-potencia/>>. Acesso em: 14 Set. 2018.

NASCIMENTO, Luiz Cláudio. Bitedô. Onde moram os nagôs. Redes de Sociabilidades Africanas na Formação do Candomblé Jêje-Nagô no Recôncavo Baiano. 1ª Ed. Rio de Janeiro : CEAP, p: 39-79. 2010.

NASCIMENTO. Abdias do. O Genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro : Editora Paz e Terra, 1978, 183 p.

NASCIMENTO. Raphael Silva. Tradução: “O que é uma emoção?” (William James, 1884). **Clínica & Cultura**, Aracaju, v. II, n. I, jan./jun. 2013. 95-113 p.

NOTÍCIAS STF. DEM ajuíza ação contra o sistema de cotas raciais instituído por universidades públicas”. Brasília - DF. STF. 21/07/2009. Imprensa, online. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=110990>>.

Acesso em: 26 Mar. 2018.

\_\_\_\_\_. STF julga constitucional política de cotas na UnB. Brasília - DF. STF. 26/04/2012. Imprensa, online: Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=206042>>.

Acesso em 26 Mar. 2018.

\_\_\_\_\_. Plenário declara constitucionalidade da Lei de Cotas no serviço público federal. Brasília - DF. STF. 08/06/2017. Imprensa, online. Disponível em:

<<http://stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=346140>>. Acesso em: 13 Out. 2017.

NOTÍCIAS UFSC. Conselho Pleno da Andifes manifesta-se quanto à falta de investimentos para assistência estudantil. UFSC. Florianópolis - SC. 27/03/2018.

Disponível em: <<http://noticias.ufsc.br/2018/03/conselho-pleno-da-andifes-manifesta-preocupacao-com-falta-de-investimentos-para-assistencia-estudantil/>>. Acesso em: 04 Jul. 2018.

NÚCLEO WEB. Os 10 mitos sobre as cotas. Cedecom UFMG. Belo Horizonte - MG. S/D, online. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=53>>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. CORRÊA, Lajara Janaina Lopes. As crianças negras vistas pela sociologia da infância no Brasil: uma revisão de literatura. **Saber & Educar**, Porto - Portugal, N. 21, 2016. 86 - 97 p.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza (Org.). Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisas. Cruz de Almas : EDUFRB; Belo Horizonte : Fino Traço, 2016.

ONU/BR. Campanha: Vidas Negras. Pelo fim da violência contra a juventude negra no Brasil. Sistema ONU Brasil e Década Internacional de Afrodescendentes, 01/11/2017, online. Disponível em: <<http://vidasnegras.nacoesunidas.org>>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

OYĔWÙMÍ, Oyèronké. La visualización del cuerpo: teorías occidentales y sujetos africanos / La colonización de las mentes y los cuerpos: género y colonialismo. In: La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género. Bogotá (Colombia): Editorial en la frontera, 2017.

PINTO, Elisabete Aparecida, et. al. Autonarrativas e os impactos do racismo na saúde mental da população negra: uma reflexão. In: OLIVEIRA, Regina Marques de Souza (Org.). Cenários da Saúde da População Negra no Brasil: diálogos e pesquisas. Cruz das Almas – BA : EDUFRB; Belo Horizonte : Fino Traço, 2016. 67-96p.

PAULA, Joana D'Arc de. A Graduação Superior como Meio de Mobilidade Social: Percepções e Discursos de Afro-Brasileiros. Tese doutorado. Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais, Portugal, 2013.

PEREIRA, O. M. L. A Dor da Cor: reflexões sobre o papel do negro no Brasil. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.2, n.1, 2012. 1-10p.

PEREIRA, Levy. "Capitania da Bahia de todos os Santos". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Capitania\\_du\\_Bahia\\_de\\_todos\\_os\\_Santos](http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_du_Bahia_de_todos_os_Santos). Acesso em: 17 Jul. 2018.

PIOVESAN, Eduardo. Novas regras eleitorais e socorro a estados endividados marcaram aprovações na área de administração pública. Brasília - DF. 29/12/2017. Câmara Notícias. Administração Pública, online. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ADMINISTRACAO-PUBLICA/551443-NOVAS-REGRAS-ELEITORAIS-E-SOCORRO-A-ESTADOS-ENDIVIDADOS-MARCARAM-APROVACOES-NA-AREA-DE-ADMINISTRACAO-PUBLICA.html>>. Acesso em: 01 Mai. 2018.

POLLAK, Michael. Memoria, olvido, silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite. Introducción de Ludmila da Silva Catela. La Plata: Al Margen, 2006.

POR G1. MEC suspende novas bolsas de auxílio financeiro a universitários. Portal G1. Rio de Janeiro - RJ. 13/05/2016. Educação, online. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/educacao/noticia/mec-suspende-novas-bolsas-de-auxilio-financeiro-a-universitarios.ghtml>>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Negra da Maré e socióloga, Marielle foi a 5ª vereadora mais votada do Rio.

G1. Rio de Janeiro - RJ. 15/03/2018. Rio de Janeiro, online. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/negra-da-mare-e-sociologa-marielle-foi-a-5-vereadora-mais-votada-do-rio.ghtml>>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

POR PORTAL SEPPPIR. Carta aberta de Abdias Nascimento sobre o Estatuto.

28/07/2010. SEPPPIR. IPEAFRO, online. Disponível em:

<[http://www.sepppir.gov.br/portal-](http://www.sepppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/ESTATUTO_RESPOSTA_SEPPPIR_23_07.jpg/view)

[antigo/noticias/ultimas\\_noticias/ESTATUTO\\_RESPOSTA\\_SEPPPIR\\_23\\_07.jpg/view](http://www.sepppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/ESTATUTO_RESPOSTA_SEPPPIR_23_07.jpg/view)>.

Acesso em: 16 Mar. 2018.

POR REDAÇÃO. USP fica em segundo lugar em Ranking Universitário Folha. São

Paulo - SP. 19/09/2016. Jornal da USP. Universidade, online. Disponível em:

<[http://jornal.usp.br/universidade/usp-fica-em-segundo-lugar-em-ranking-](http://jornal.usp.br/universidade/usp-fica-em-segundo-lugar-em-ranking-universitario-folha/)

[universitario-folha/](http://jornal.usp.br/universidade/usp-fica-em-segundo-lugar-em-ranking-universitario-folha/)>. Acesso em: 01 Mai. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In:

LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais.

Perspectivas Latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de

Buenos Aires. Argentina, setembro 2005

\_\_\_\_\_. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO GÓMES,

Santiago; GROSGOUEL, Ramón. El giro decolonial. Reflexiones para una

diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá. Siglo del Hombre

Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y

Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar; 2007

REDAÇÃO RBA. Ocupações contra PEC 241 chegam a 1.108 escolas e 82

universidades. São Paulo - SP. 25/10/2016. RBA - Rede Brasil Atual. Educação,

online. Disponível em: <[http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/10/82-](http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/10/82-universidades-e-mais-de-mil-escolas-estao-ocupadas-contr-a-pec-241-871.html)

[universidades-e-mais-de-mil-escolas-estao-ocupadas-contr-a-pec-241-871.html](http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/10/82-universidades-e-mais-de-mil-escolas-estao-ocupadas-contr-a-pec-241-871.html)>.

Acesso em 14 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ao defender 'abordagem diferenciada', Rota assume racismo institucional.

São Paulo - SP. 25/08/2017. RBA - Rede Brasil Atual. Cidadania. Disponível em:

<[https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/08/ao-defender-defende-](https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/08/ao-defender-defende-abordagem-diferenciada-rota-assume-racismo-institucional)

[abordagem-diferenciada-rota-assume-racismo-institucional](https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/08/ao-defender-defende-abordagem-diferenciada-rota-assume-racismo-institucional)>. Acesso em: 11 Set.

2018.

REBECA BASTOS. Cachoeira de insegurança na Bahia. Brasil 247. Bahia - BA. 25/09/2011. Bahia 247, online. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/16318/Cachoeira-de-inseguranca-na-Bahia.htm>>. Acesso em: 14 Jul. 2018.

RENATO GHELFI. PIB de SP deve seguir acima do brasileiro durante 2018. DCI. São Paulo - SP. 28/02/2018. Atividade, online. Disponível em: <<https://www.dci.com.br/dci-sp/pib-de-sp-deve-seguir-acima-do-brasileiro-durante-2018-1.686899>>. Acesso em: 18 Jul. 2018.

REZENDE, Cláudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. 136p.

ROCKWELL, Elsie. La experiencia etnográfica: historia y cultura en los procesos educativos. 1ª edición. Buenos Aires : Paidós, 2009. 13-38p.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 2010. 445-456p.

ROSENBERGER, Samara. Preto fede', diz áudio de mulher denunciada por racismo em Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu - PR. 29/11/2016. Massa News. Paraná, online. Disponível em: <[RUBENS VALENTE. Governo Temer corta bolsa para estudantes indígenas e quilombolas. Brasília - DF. Folha de S.Paulo. 06/06/2018. Educação, online. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/06/governo-temer-corta-bolsa-para-estudantes-indigenas-e-quilombolas.shtml>>. Acesso em: 04 Jul. 2018.](https://massanews.com/noticias/plantao/preto-fede-diz-audio-de-mulher-denunciada-por-racismo-em-foz-do-iguacu-bIM4X.html#_=)

SANDRONI, C. Samba de roda, patrimônio imaterial da humanidade. **Estudos Avançados**. USP, v. 24/69, 2010. 373-388p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª ed. São Paulo : Cortez, 2011. 116p.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009.

- SANTOS, Sônia Beatriz dos. Mulheres negras, produção de conhecimento: uma perspectiva sobre desigualdades raciais e de gênero. IV Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão: didática e avaliação. Campina Grande, PB, 2015.
- SANTOS, M. C. ; SANTOS, M. G. C. Riscos ambientais e Juventudes no Recôncavo Baiano. In: Luciano Fernandes Lourenço e Manuel Alberto Mateus. (Org.). Riscos Ambientais e Juventudes no Recôncavo Baiano. 250 ed. Coimbra - Portugal: Universidade de Coimbra, 2013, v. I, p. 1-18.
- SANTOS, Sônia Beatriz dos. Famílias Negras: uma perspectiva sobre raça, gênero e educação. **Revista Fórum Identidades**. UFS. Ano 9, V. 17, jan/abr., 2015.
- SILVÉRIO, Valter R.; TRINIDAD, Cristina T. Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil Contemporâneo? **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set., 2012.
- SINHORETTO, J. *et al.* A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. *In.*: LIMA, C. S. L.; BAPTISTA, G. C.; FIGUEIREDO, I. S. Segurança pública e direitos humanos: temas transversais. Brasil: Ministério da Justiça/SENASP, Col. Pensando a segurança pública, v.5, 2014, 121-159 p.
- SOUSA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade o negro brasileiro em ascensão social. 2ª Ed. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1990. 88 p.
- TALIAN, Diego. Actualidad de un manifiesto. Página12. Buenos Aires - AR. 25/06/2013. Universidad. Opinion, online. Disponível em: <<http://www.reformadel18.unc.edu.ar/nota%20talian.htm>>. Acesso em: 29 Jun. 2018.
- TEIXEIRA, Francisco Lima Cruz; SOUZA, Silvio Vanderlei Araújo. Desigualdade, emprego e aglomerações produtivas: análise da dinâmica dos territórios de identidade da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.26., n.1, 2016.
- TRINDADE, Hélió. Universidade em perspectiva Sociedade, conhecimento e poder. **Revista Brasileira de Educação** - Conferência de abertura da XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998. n. 10. Jan/Fev/Mar/Abr., 1999. 5-15p.
- TORRES, Marieze Rosa. Hóspedes incômodas? emoções na sociologia norte-americana. Tese (Doutorado). Salvador : UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS), 2009. 203 p.
- VARGAS, Hustana Maria. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.15, n.28, 2010. 107-124 p.

VARGAS, João H. Costa. "Desidentificação". A lógica de Exclusão Antinegra do Brasil. In: PINHO, Osmundo; VARGAS, João H. Costa (Orgs.). Antinegitude: O Impossível Sujeito Negro na Formação Social Brasileira. Cruz das Almas : EDUFRB; Belo Horizonte : Fino Traço, 2016. 13-31p.